António Marques Bessa

A ARTE DE GOVERNAR

(Ensaios sobre Classe Dirigente e Fórmula Política)

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
1996

ÍNDICE

PREFÁCIO 9

BREVE NOTA INTRODUTÓRIA 13

1. SOBRE A FORMAÇÃO DE UM SABER CIENTÍFICO 17
Um Método de Decifração 19
A Formação do Método: O Sinal de 1582 28

2. CULTURA E FÓRMULA POLÍTICA 39
A Cultura como Conceito Operativo 43
As Matrizes 47
A Óptica de Le Bon 50
Os Valores Novos 53

3. A FORMAÇÃO DA NOVA ELITE POLÍTICA PORTUGUESA 57
Dos Conceitos e das Dificuldades 58
Elite e Fórmula Política 64
A Nova Elite Revolucionária e a Classe Política Contratada: os Primeiros Passos 72
O 11 de Março: o Epigonismo da Elite Impávida 79
O Thermidor e a Institucionalização com Perda Militar: o Triunfo dos Políticos Profissionais 84

4. FORMAS DE SELECÇÃO DA ELITE POLÍTICA 93
A Força como Elemento Selectivo 95
A Insurreição e a Rebelião 96
A Técnica do Golpe de Estado 100
Os Militares na Política 105
A Revolução 107
Escolha pela Lei 110
A Eleição e a sua Problemática 114
Os Problemas do Sufrágio 116
O Fascínio das Constituições: a Tradução da Fórmula para o Direito 124
Ensaios Falhados 126

5. A ESTRUTURAÇÃO DE UMA ELITE UNIFICADA 133
Olhar com Olhos de Ver 134
As Origens: os Profissionais 142
A Revolução Súbita e o Segundo Tempo 145
A Estabilização da Nomenclatura 148
A Consolidação da Nomenclatura 150
Uma Definição? 151
Uma Nova Oportunidade 153

6. UM TEMPO ESPERADO 159
O Ocaso das Explicações Totais 161
Uma Resistência Teimosa 162

O Sintoma dos Intelectuais 165
O Regresso dos Deuses 166
Sobreposições e Parcialidades 168

7. ELITE E FÓRMULA: A REVOLUÇÃO EM INGLATERRA 173
A Ascenção dos Tudor 175
A Nova Situação: a Questão da Terra e do Lucro 178
A Política de Monopolios 182
Um Erro de Estratégia: o Governo de Carlos I 185
O Parlamento e a Guerra Civil 186
A Guerra Civil e o Novo Exército 188
A Ditadura Militar 190
Nova Política Económica 193
O Problema da Fórmula 194
Uma Breve Conclusão 198

8. O PROBLEMA AFRICANO E A NOVA CLASSE DIRIGENTE 201
O Problema 202
Que Está Mal? 204
Pobres e Descapitalizados 206
Ideologias e Dirigentes 213

9. A FÓRMULA DO CÉU: UM REINO PARA ESTE MUNDO 221
O Pensamento Dominante dos Teólogos e Universitários 224
As Experiências Económicas do Monarquismo: O Lugar da Tecnologia 232
A Ruptura e o Economicismo 238
O Que Está Perdido 239
O Direito de Intervir 241
O Desenvolvimento e o Progresso 243
Riqueza e Propriedade 246
A Propriedade 248
A Importância do Trabalho 251
Salário e Justiça 253
Capital e Trabalho 254
Conflitos e Sindicatos 255
As Origens do Conflito 257
Um Reino Deste Mundo? 259

10. O MOVIMENTO DA UTOPIA CONTEMPORÂNEA 263
Um Pessimismo Pouco Surpreendente 265
No Mundo do Inimigo Vitorioso 266
Utopias de Aviso 268
A Reafirmação do Centro 270
Um Problema Antigo 274
Para lá da Esperança 276
Uma Outra Aurora? 278

11. ELITES E SOCIEDADE ABERTA 281
1 – As Minorias Significativas na Sociedade Aberta 282
2 – Elite Política e Elite Económica na Sociedade Aberta 289

Prefácio

O Doutor António Marques Bessa é um dos mais distintos docentes que integram a nova geração de doutorados no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Universidade Técnica de Lisboa), que constituem a garantia da continuidade e modernização desta escola, retirada do anonimato e dinamizada pelo Professor Doutor Adriano Moreira, com o dedicado apoio de antigos alunos e outros graduados oriundos das mais prestigiosas universidades portuguesas.

Trata-se de um cientista que se ganha em conhecer de perto, pois reúne em si um conjunto de qualidades que o transformam num intelectual modelar, numa personalidade solicitadora de imitação. Com efeito é simultaneamente um excepcional pedagogo, como o reconhecem os seus próprios alunos, dispõe de uma ampla cultura clássica e está solidamente preparado nas matérias convergentes para a sua especialização científica — áreas das Ciências Históricas e Políticas —, incluindo algumas ciências periféricas, ao mesmo tempo que se revela um escritor corajoso que subscreve as suas ideias e opções sem tergiversar. É uma voz clara, sem gestos adocicados nem silêncios equívocos.

Da sua frontalidade transparece o seu distanciamento da hipocrisia, que só traz vantagens temporárias.

O Prof. Marques Bessa — como usualmente o referem os seus alunos — não caminha no mundo intelectual ao acaso: sabe o que quer e os seus objectivos transbordam de si mesmo, sem que necessite de os

afirmar com frequência: *estudar, preleccionar, opinar livremente* e *agir com coerência*, não desligando, entre si, estes quatro aspectos axiais do seu projecto pessoal.

Por isso o vemos empenhar-se em pesquisas exaustivas, continuadas, persistentes, como as que transparecem da sua sugestiva "*Introdução à Etologia*" (prefaciada por Vintila Horia), do esclarecido "*Ensaio sobre o Fim da Nossa Idade*", e, sobretudo, da sua notável tese de doutoramento, em que, como espírito analítico que é, desce a pormenores insuspeitados, os quais ilustram a interpretação que faz dos aspectos e problemas histórico-políticos que adejam em torno do "Tema da Elite".

Esta exaustiva investigação apareceu nos escaparates sob o aliciante título: "*Quem governa? – Uma Análise Histórico-Política do Tema da Elite*"; e foi editada pelo próprio Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, em reforço da sua credibilidade académica.

Pensamos que se trata de leitura indispensável não só aos estudantes, mas também à chamada "classe política", que, por próxima do pé do candeeiro, se vê, por vezes, pouco claramente.

Possuidor de um ritmo de trabalho muito dinâmico, não admira que, ainda a sua tese não tenha sido inteiramente digerida por muitos dos seus leitores, dada a extensão e a profundidade do seu actualíssimo conteúdo, e já esteja no prelo uma nova obra de grande envergadura, em que aprofunda o tema anterior e outros, também de grande oportunidade, desenvolvendo, além disso, aspectos metodológicos e epistemológicos, fazendo aplicações à política concreta e sua problemática mais significativa e encerrando este conjunto de ensaios com a retoma de um tema que já tratara exaustivamente na sua tese — *o Utopismo* — de que muitos falam e que poucos estudam, ao qual, aliás, por este modo, restitui a vigência, podendo dizer-se que lhe restaura também o *status* científico, tendo em conta o papel modelar e precursor do pensamento utopista, independentemente da bondade ou não dos seus objectivos.

O índice abreviado desta obra ensaística fala por si: *Sobre a Formação do Método Científico, Cultura e Fórmula Política, A Formação da Nova Elite Política Portuguesa, Formas de Selecção da Elite Política, Estruturação da Elite Unificada Soviética, O Colapso da Fórmula da Nomenclatura, Elite e Violência*, a *Revolução em Inglaterra,*

O Problema Africano e a Nova Classe Dirigente, etc. Segue-se um ensaio que intitulou: *A Fórmula do Céu: um Reino para este Mundo*, o qual, além do mais, tem o mérito de nos permitir, com apoio numa pesquisa aprofundada, entender a postura da Igreja face a significativos problemas do nosso tempo, assunto a que o leitor não ficará, por certo, indiferente, dada a importância do tema, a seriedade investigacional do autor e o notável suporte bibliográfico de que lançou mão. O remate desta obra, é feito, como se disse, com um clarificador estudo sobre o Utopismo, que intitulou: *O Movimento da Utopia Contemporânea*, tema inesgotável para tão culto e documentado autor.

Compreende-se que o Prof. Marques Bessa, apesar de jovem como é, seja apontado como modelo pelos estudantes, entre os quais conta com interessados *alunos* e dedicados *discípulos*, pois outra coisa não era de esperar de quem, a um fascinante poder comunicacional, alia, uma profunda preparação científica, a que servem de travejamento a *História*, a *Ciência Política* a *Sociologia*, a *Antropologia* e outras formas de saber, algumas menos cultivadas, mas que são, quanto a nós, fiáveis indicadores de um saber estruturado e profundo, como ocorre com a Simbologia - área em que se move com grande desembaraço — e a *História da Religião*, em que se inscreve a *Mariologia*, de que é documentado estudioso leigo, domínios do saber que, esperamos, um dia lhe merecerão novos textos para dar à estampa, na sequência do "*Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem*", que restituiu, traduziu, anotou e prefaciou.

Quanto a este novo livro do Prof. Doutor Marques Bessa, estamos, a nosso ver, perante uma obra de grande fôlego, a que os leitores não ficarão indiferentes, pois se a riqueza do seu conteúdo a tanto solicita, a personalidade académica e social do seu autor a isso leva, porquanto logra abrir caminhos novos à investigação sem prejuízo da tábua de valores culturais que tem por perenes.

José Júlio Gonçalves
(Professor Catedrático, Decano,
Presidente do Conselho Científico do ISCSP)

Breve Nota Introdutória.

O veredicto do Desterrado reza assim: "Aqui e agora" — ele é o homem da acção livre e independente

Ernst Junger, in O Passo da Floresta

1. Este livro decorre de um conjunto de temas que encontram o seu eixo na história e sociologia do poder, nomeadamente nos problemas paretianos e neomaqueavelistas, que relacionam a fórmula da elite dirigente com a capacidade de a gerir face a massas e instituições domesticadas ou contaminadas por ideologias concorrentes. É difícil pensar nestas zonas assombradas e penetrar em assuntos que costumam estar à guarda dos ideólogos dos partidos, quando os há. Mas é igualmente essencial deixar aqui algumas relações que ajudem a forjar modos de ver as coisas da sociedade um tanto para lá das ideias repetidas, o que só pode fundamentar critérios de liberdade e autonomia, que são apanágio da Universidade.

2. Os textos que se vão ler são originais, embora alguns tivessem servido lições, intervenções, exposições, palestras ou encomendas, ao longo de uma carreira que só posso classificar de rica e gratificante. Uns foram revistos, outros propositadamente escritos para este efeito, mas todos agora pretendem ser úteis à comunidade discente, embora o aparelho crítico denote que se pretendeu ir um pouco mais além, ainda

que esse além nem sequer esteja a um golpe de asa do que podem fazer os alunos mais empenhados no processo de aprendizagem do saber.

3. Numa linha de reflexão crítica os ensaios vão demonstrar que é possível compreender o mundo e a vida fora dos axiomas dos guardadores de rebanhos e do pronto a pensar contemporâneo. Muitos autores despertos comungam na mesma preocupação. Torna-se cada vez mais necessário pensar com rigor e ter os resultados do esforço intelectual abertos à crítica e à reformulação, compreendendo de uma vez por todas, nas nossas gerações, que o plano científico tem exigências que se podem comparar aos ritos religiosos. É por isso que o primeiro texto é dedicado ao método científico, uma herança que tem de ser acautelada nos tempos baixos e defendida contra tudo e contra todos. O seu preço e o seu significado são de molde a estimular um não pequeno orgulho à casa europeia.

4. Penso também que só a humildade e o saber aberto podem restituir justificadamente o antigo prestígio à instituição universitária, hoje tão massificada porque vítima indefesa do seu êxito social. Abandonada pelos dirigentes políticos, que só se lembram da sua existência para repouso de guerreiro, dando de barato o cerne vivo de uma instituição que desde a medievalidade não cessou de dar provas em todos os domínios, ela tem vivido principalmente de dedicação e expedientes, que, convenhamos, não é material adequado senão ao milagre. Mas esta atitude não parece constituir um modo normal de acarinhar o saber e de proteger não só a sua criação como a sua preservação e transmissão. Não se pede que se pense entre nós uma Fundação Max Planck, herdeira da Fundação Kaiser Guilherme II, e autêntico viveiro de génios e prémios Nobel, mas deve exigir-se aos políticos que a Universidade fez que ao menos olhem para ela com algum respeito, mais apoio prático e menos nostalgia hipócrita.

5. Creio que a principal urgência da Universidade jamais variou desde a sua fundação: ensinar a pensar com rigor nas disciplinas que cultiva e preparar conscienciosamente o futuro, repensando-as.

Dos milhares de alunos que ensinei tenho a grata notícia de que alguns, senão muitos, perceberam realmente o problema e particularmente esta mensagem. Efectivamente, era o que pretendia. Fico

muito mais tranquilo ao ter a certeza de que inquietei alguns; e se assombrei outros, abrindo o espírito pela crítica, pelo paradoxo, pela maiêutica, pela reflexão autónoma, não estou nada arrependido. Num tempo difícil, em que os meios mais sofisticados de mercado parecem ter a exclusiva função social de embrutecer conscientemente os indivíduos, creio ter ensinado, desde o primeiro dia, que a principal urgência do espírito, por cima dessas ninharias, é esta: pensar, segundo o método, e ser fiel à Verdade.

6. Quero agradecer também a todos quantos tornaram este livro possível e me encorajaram a fazê-lo. Um testemunho de gratidão irá sempre para o Professor Adriano Moreira, que me ensinou a apreender e a reflectir nos nexos da Ciências Sociais com agilidade e precisão. Mas agradáveis encontros académicos prolongados em tertúlia, bem como alguns debates fortuitos e de ocasião não são estranhos ao desenvolvimento destes temas. É por isso que para os Professores Doutores Políbio Valente de Almeida, Adelino Maltez, António Ribeiro dos Santos, Mestre Borges Graça, e para a Dra. Maria Alice, Jaime Nogueira Pinto e José Pereira Neto, vão, em primeiro lugar, o meu carinho, e só depois os agradecimentos da praxe.

Os seus comentários, entre o sério e o jocoso, entre o inspirado e o neomaquiavélico, ajudaram muito. Quero ainda recordar aqui a rara disponibilidade do Conselho Directivo, presidido pelo Doutor Óscar Soares Barata, para estas aventuras culturais e agradecer a este meu Professor ter-me um dia despertado nas suas aulas, há longos anos, para os escritos de Vilfredo Pareto, de quem não sabia coisa alguma. Nunca se sabe o que se faz! Mas o contributo do Professor Júlio Gonçalves, num prefácio vivido e próximo, outro Professor que estimo de longa data, quase me deixou confundido e sem argumentos. Que lhe hei-de dizer, neste lugar, que ele ainda não saiba?

Para com os estudantes, mestrandos e jovens licenciados de diversas Universidades, que vezes sem conta interrogam, duvidam e levam o debate para fora dos edifícios da Escola, tenho uma dívida profunda: reafirmaram-me uma intuição antiga: que a Universidade é muito mais que as paredes e salas em que se ouviam lições: que é, antes de tudo, um espírito, uma instituição viva e operativa, que encontra

soluções inovadoras para viver de dia, de noite e sempre. Exige, somente... tempo.

O gosto pelo debate, pelo convívio académico, pela análise de rigor, a paixão pelas ideias, pela pesquisa bibliográfica e de campo, pelo inquérito, pelo próprio estudo rigoroso, são tudo certamente sinais de um tempo mais entusiasmante, em que muitos, cansados da via fácil, pela via difícil vão tomando contacto com o que nos espera naquele altiplano jungueriano das *Falésias de Mármore*, felizmente distanciado da *razia* da força bruta e da contaminação insuportável das ideias médias, a nova droga dos perenes intelectuais de serviço.

Não posso mencionar todos os nomes de amigas e amigos da Universidade, porque a lista seria longa, mas eles sabem que estão também aqui e gostaria de certificar de que algo do que neste livro se escreve tem um pouco do seu génio irreverente, pendulado entre um caminho invisível nas nuvens e uma carreira pensada e preparada meticulosamente, cultivada no apego aos dados da realidade.

São duas tentações a que também ainda não dei resposta, porque não consegui saber, de fonte clara, o que é isso da realidade e das nuvens. Tenho-me detido, talvez demasiadamente, naquela máxima, muito apreciada e pouco entendida, de Giordano Bruno que, numa antecipação pungente a Espinosa, se limitou a afirmar, com toda a simplicidade, que há mais mundos.

Lisboa, Dezembro de 1995

1

SOBRE A FORMAÇÃO DE UM SABER CIENTÍFICO

"Ela percebeu que as pessoas sentiram sempre a necessidade de explicar os processos da Natureza. Quiçá não pudessem viver sem tais explicações. E que elaboraram todos aqueles mitos antes de haver uma coisa chamada ciência"

Jostein Gaarder, in **Sophie's World**

O saber é uma aventura que provavelmente começou com a hominização. A aquisição e conservação inteligente de dados sobre o meio físico e social para viabilizar a acção foi seguramente um meio que potenciou o êxito dos hominídeos, e não é por acaso que se verifica um enriquecimento progressivo das culturas prehumanas e, em seguida, das culturas do paleolítico, que a partir da pedra de sílex vão produzindo milagres que atingem o nível da obra requintada nos processos do talhe da pedra segundo a técnica do solutrense e nas pinturas parietais deixadas um pouco por toda a parte. No Neolítico é impossível não verificar a presença de tecnologias que deram ao megalitismo a projecção que ainda hoje desfruta com os mistérios associados e essas arquitecturas rivalizam com as inovações no domínio do cultivo dos solos, fugindo definitivamente as sociedades à caça e à recolecção, que as amarravam ao acaso.[1]

Há que convir que as representações intelectuais do mundo físico que permitiram tais conquistas, às quais se devem somar as diversas artes decisivas como a navegação e a construção, e sobretudo a fabricação de metais como o cobre, o bronze, prata e o ouro, e depois o ferro, não deveriam estar muito afastadas das matrizes da realidade efectiva. O conhecimento caminhava para a identificação do real a partir das bases humildes do fabricante de pontas líticas de chuços ou dos inventivos chefes de caça que dispunham estrategicamente os seus os homens para precipitar os rebanhos de cavalos pelos desfiladeiros.

Igualmente, tanto o mundo antigo como o medieval nunca perderam do seu horizonte a busca do saber e esforçaram-se intensamente para fazer avançar a decifração do mundo físico e da esfera do invisível de modo a consubstanciar uma imagem da natureza.[2] Essas velhas sociedades acumularam uma imensa massa de dados, teorias, especulações e conhecimentos práticos, que lhes serviriam não só para a explicação do mundo e da vida, como ainda para a intervenção directa no meio e para uma notável crítica das instituições que se torna aguda nas inquirições filosóficas de Aristóteles e de Platão.

Porém, tal acervo de saberes carecia do principal: o motor que só se tornou evidente, muito mais tarde, no século XVII, e como uma possibilidade contestada. Mas nem por isso deixaram de aproximar a observação do real, entendido racionalmente, tentando a todo o custo obter respostas estáveis para as questões mais angustiantes e prementes.[3]

Não foi fácil a organização desses velhos conhecimentos em saberes sistematizados. Ao longo deste esforço de gerações predominaram opiniões erróneas, informações falsas, preconceitos sobre determinados acontecimentos, crenças indiscutíveis, de forma que mesmo no saber acumulado sobre o mundo natural estava presente muita observação inútil e conhecimento rotineiro veiculado pela tradição, essa corrente imponderável que une as gerações de uma mesma cultura. Aquilo que os leigos julgavam saber colidia a maior parte das vezes com o que os investigadores procuravam e punham a descoberto.[4]

A imagem operativa do real era afectada profundamente pela visão do Mundo, isto é, pelas crenças e ideologias dominantes. Assim, há quinhentos anos, podia discutir-se o lugar privilegiado da Terra no centro do Universo, e as opiniões dividiam-se segundo argumentos razoáveis retirados da Religião e da Metafísica, uma vez que o *Zeitgeist* estava profundamente afectado pelas posições dogmáticas da Teologia. Mesmo

um homem reflexivo como Copérnico, quando escreveu o seu livro sobre Astronomia, apresentou como prova da rotação circular dos planetas, o facto do círculo ser esteticamente uma figura perfeita. Às observações naturais e às interpretações dos factos somavam-se elementos éticos, religiosos, metafísicos e estéticos.[5] Por isso, só tardiamente, pelo esforço de homens corajosos, é que se autonomizam as ciências como tal e se cria um motor de transformação das sociedades de longe superior ao processo da luta de classes, que Karl Marx referiria como o único dínamo da história da humanidade.[6]

Um Método de Decifração

Ora, o que vai caracterizar a busca do saber do mundo é a cisão entre a esfera dos factos e dos dados e a esfera das opiniões e especulações metafísicas, ideológicas, religiosas ou estéticas. A fractura esboça-se no séc. XVI, e a partir daí os físicos ficaram em condições de progredir rapidamente, porque dispunham para a investigação do visível de um conjunto de leis lógicas subjacentes, a que chamavam método científico. É o processo que Alexandre Koyré sintetizou na fase paradigmática que já em si explica a mudança: "do mundo fechado ao universo infinito".[7]

Os conceitos básicos do método são simples, mas demoraram bastante a implantar-se. O método científico é, no fundo, um conjunto de leis lógicas que constituem o critério para decidir se uma determinada conclusão deve ou não ser integrada no corpo oficial de conhecimentos da Ciência.

Este método é o mesmo em todas as Ciências e é o elemento que garante as conclusões, permitindo distinguir entre conclusões erradas e conclusões certas. O método científico, desde então, torna-se tão decisivo que se pode dizer que ele é o cerne da definição de Ciência. Na linguagem comum entende-se por "ciência" tanto a acumulação do saber comprovado como o resultado da investigação, mas de facto esta definição não basta. A Ciência consiste, sobretudo, num processo para obter conhecimentos, numa técnica uniforme e geral para sistematizar um saber seguro sobre qualquer matéria.

A aplicação deste processo permite a acumulação de conhecimentos fidedignos, organizados numa teoria explicativa dos fenómenos

estudados, que em certa medida até os pode prever e controlar. O método científico, em si, consiste na observação sistemática e na rigorosa dedução, dentro de um sistema lógico bem definido. Isto quer dizer que a Ciência é simultaneamente uma actividade empírica e teórica: requer contacto com a realidade, selecção dos fenómenos observados e teorização, dentro de um quadro de regras que acautelam sobretudo a validade do resultado.

Assim não admira que o processo de pensar a realidade acessível e de a decifrar eficazmente apresente certas características próprias, que o autonomizam dentro do universo da procura dos saberes. É que esta busca é específica e a recapitulação de alguns passos ajuda a entender este meio de leitura do mundo fenomenal e a compreender as suas peculiaridades e exotismos, que o revelam como uma herança intelectual frágil, universitária, solicitante para os que o amam, mas sempre a necessitar de defesa nos meios culturais mais diversos. A análise da revolução científica de Kuhn e os estudos agora insistentes sobre o desenvolvimento do pensamento científico só provam a sua novidade e ao mesmo tempo a sua fragilidade.[8]

Alguns princípios estruturantes, que no tempo configuraram o processo, podem e devem ser analisados porque eles são traços que o caracterizam e ilustram de modo real. Tudo indica que a originalidade está no método porque perguntas e respostas sempre existiram desde que há memória. A novidade está em que até as perguntas e respostas ficam condicionadas para alcançar validação.[9]

As questões devem ser bem formuladas.

Ao dizer isto quer-se significar que a investigação científica começa por uma curiosidade legítima que se condensa numa pergunta, que define o objecto de estudo liminarmente. O grande núcleo das ciências fundamentais nasce de uma interrogação básica, em certa medida acessível até às crianças. Que são as estrelas? Porque chove? Donde veio o homem? Como apareceu a sociedade? — e assim por diante, num leque cada vez mais vasto e ambicioso. O trabalho científico tende a obter clarificações para questões em aberto, isto é, para perguntas até aí sem resposta ou com respostas diversas e insatisfatórias a diversos títulos.

Repetir as perguntas ao longo dos séculos é não só reconfortante, porque essa repetição testemunha a insatisfação humana na busca da

verdade, como indispensável ao próprio método, porque dá prova de abertura a explicações alternativas, competitivas e eventualmente melhores. Formular perguntas inovadoras ou reformular as antigas em novos parâmetros é um traço da genialidade que assistiu os construtores da nova maneira de pensar. E isto é válido tanto nas ciências da natureza como nas humanidades.

De facto, o objectivo da investigação coincide inicialmente com uma pergunta amadurecida ao longo do tempo, que apenas dá eco a uma suspeita ou a uma inquietação. O que se exige é que a pergunta seja clara e bem construída, visto delimitar o próprio objectivo da pesquisa. Pouco importa que as perguntas sejam negativas, isto é, que incidam sobre o saber comum para redefinir o que é aceitável ou não no que se tem tido por verdadeiro. Boorstin, aliás, na sua maturidade, tem defendido que a investigação, desde o exemplo do capitão Cook, que partiu para descobrir se no Índico existia ou não todo um continente até ao Ártico, se encaminha para as "descobertas negativas", isto é, para a afirmação categórica do que não sabemos. E esse é também um modo de fazer avançar o saber.[10]

As perguntas são diversas e têm fontes diferentes. Os documentos produzidos directamente pelo homem, o seu mundo fenomenal, a própria natureza, tornam-se assim a gigantesca fonte de dados aberta à inteligência que se esforça por decifrar algo mais com perguntas eventualmente diferentes das antigas.

É um facto seguro que a acumulação de conhecimentos afecta directamente o modo como as questões surgem e são colocadas. O questionário eficaz depende do saber acumulado, do espírito do tempo, dos estímulos da cultura, do génio individual. Tanto se pode querer descobrir o impacto das revoluções políticas no crescimento económico, como tratar de saber a ontogénese do cancro, a natureza do tempo, a matriz dos buracos negros, as causas da pobreza, a organização do sistema de poder, e assim por diante. A lista de perguntas pertinentes é infindável como se começou a suspeitar desde o tempo em que Galileu se interrogava sobre a deslocação da Terra e o nosso lugar no Universo. Iniludivelmente, no princípio está a pergunta, o inquérito, a interrogação correctamente estipulada e situada. É por isso que carece de sentido fazer perguntas sobre áreas fechadas a qualquer tipo de aproximação, donde não se podem coligir dados, nem verificar a sua fiabilidade.[11]

Ainda recentemente António Damásio provou este ponto ao assentar a sua investigação sobre o cérebro humano numa longa lista de perguntas, que articulando-se umas nas outras harmoniosamente conduzem a uma resposta sustentada pela evidência recolhida entretanto.

Não é estranho verificar que dados antigos e conhecidos, por efeito directo de uma nova questionação mais engenhosa, passem a apontar para pistas insuspeitas. A maquinaria das perguntas, como reconhece explicitamente o investigador, foi aqui capital. [12] O sucesso de Stephen Hawking assenta efectivamente nas perguntas e nas novas hipóteses que se colocou, dando continuidade às anteriores e provando a abertura do sistema do saber à sua questionação e às suas possibilidades alternativas de resposta.[13]

Karl Popper exprimiu inultrapassavelmente este espírito ao escrever estas palavras bem significativas: "Penso que só há um caminho para a ciência ou para a filosofia: encontrar um problema, ver a sua beleza e apaixonar-se por ele; casar e viver feliz com ele até que a morte vos separe — a não ser que encontrem um outro problema ainda mais fascinante, ou, evidentemente, a não ser que obtenham uma solução. Mas, mesmo que obtenham uma solução, poderão então descobrir, para vosso deleite, a existência de toda uma família de problemas-filhos, encantadores ainda que talvez difíceis, para cujo bem-estar poderão trabalhar, com um sentido, até ao fim dos vossos dias".[14]

As respostas ficam afectadas pela mesma lógica.

Os dados para encontrar soluções aos quesitos colocados no domínio da realidade acessível aos sentidos ou aparelhos encontram-se no mundo da realidade empírica. As regras do método exigem que a resposta à pergunta da investigação seja dada pelo estudo rigoroso e sistemático dos fenómenos que são objecto de investigação, o que normalmente implica sofisticadas técnicas de observação e registo. Foi esta exigência fundamental que obrigou ao desenvolvimento de instrumentos de aproximação à realidade menos aparente e que escapava aos sentidos limitados do homem. Os telescópios, sondas, microscópios, aparelhos de medição, os testes, os inquéritos de opinião, são meio de acesso ao universo recôndito, escolhido para campo de estudo e observação, mas não invalidam de modo algum a necessidade nunca

desmentida de fundamentar o ensaio explicativo em dados significativos e testados.

Ou seja: o método tradicional de saber, que para perguntas feitas sobre o mundo acessível respondia com dados doutrinais ou intenções atribuídas ao mundo numinoso e inverificável, deixou de ter um suporte. Bem como as técnicas daí derivadas, que influindo pretensamente no numinoso reclamavam ter acesso à manipulação e a um certo tipo de controle sobre a natureza e o mundo dos homens. Estes conhecimentos folclóricos estavam longe de poder provar a sua validade, longe do círculo das crenças, que aliás sempre foi grande. Mas surgiu um tempo em que isso se tornou primordial.

Este ponto pode ser ilustrado pelo caso da peste. Para a necessidade de travar tal flagelo sentido em todo o mundo como uma terrível ameaça, encontraram-se diversas respostas. A sua causa era atribuída pelos sábios antigos à desfavorável conjunção dos planetas, pelos homens de Igreja aos pecado das sociedades, pelo menos informados e invejosos à acção maléfica dos judeus. Foi preciso esperar pelos avanços tecnológicos na bacteriologia levados ao extremo por Robert Koch para os inquiridores encontrarem a bactéria responsável no tecido das úlceras cutâneas. Quando em 1897 se declarou um surto violento em Bombaim a máquina de perguntas estava montada e o campo de respostas encontrava-se definido. As experiências levadas a cabo com grande meticulosidade no *Plague Researh Laboratory* de Bombaim deixaram claro que era a pulga do rato o agente principal do processo de contaminação.[15]

A Ética da Ciência e o código dos cientista é fundamental para os resultados.

A conduta dos cientistas na investigação tem uma orientação, pois devem observar a mais estrita honestidade e integridade. Um investigador não pode seleccionar entre as suas observações apenas aquelas que justificam as suas teorias, omitindo descobertas que as contrariem ou disfarçando dados colhidos de alcance significativo. As conclusões a que chegasse não teriam qualquer valor.

É o código da honestidade científica, culturalmente inculcado pelas instituições, e provavelmente interiorizado pelos homens do saber, que em última instância defende o corpo geral do conhecimento das simulações e os cidadãos comuns das tentativas de abuso, que dado o

prestígio alcançado por tudo quanto é científico, se vêem mais que nunca na iminência de serem ludibriados e parasitados com imitações protegidas apenas pelo rótulo.

Da cosmética à saúde, das artes mágicas às duvidosas adivinhações futurológicas, multiplicam-se os centros de interesse económico que lançam mão do termo *ciência* e seus derivados para garantir a aceitação dos seus produtos num mercado crédulo e veicular uma imagem que eles estão longe de possuir, mas que querem desfrutar. Entre todas as experiências conhecidas, talvez o marxismo protagonizasse neste campo a maior e melhor tentativa de contrabando de material ideológico sob a ampla capa da Ciência infalível, para melhor enganar os destinatários e fazer aceitar, em diversos meios, especulações teóricas e pouco sustentáveis como leis indiscutíveis. Ludwig von Mises em 1957 escreveu: "Marx chamou-lhe ciência porque no seu tempo nenhum outro qualificativo poderia dar a uma doutrina maior prestígio".[16] Algo de semelhante acabou por declarar o montenegrino Djilas, experiente e lúcido companheiro de Tito na revolução, uns tempos antes de falecer — ele que nunca se cansou de estudar a fundo todo o problema: "O génio de Marx consistiu em embrulhar a ideia da utopia em métodos científicos. Daqui a grande força do comunismo".[17] A ciência era, de facto, nas palavras de Michel Winock "a exposição da actividade prática do processo de desenvolvimento dialéctico dos homens numa totalidade histórica concebida segundo os princípios marxistas da História".[18] Mas esse é um risco que sempre se correrá num tempo em que a ciência alcançou tal hegemonia que é possível dizer que ela é já a mensagem.

Isto ajuda a compreender que sem honestidade e integridade o processo científico transforma-se numa farsa completa.

A atitude científica e os critérios epistemológicos.

O modo de pensar que o método inculca chama-se atitude científica. E ela assenta no que alguns chamaram "dúvida metódica", posição intelectual de defesa que exige a verificação para a aceitação de qualquer conclusão. Assim, qualquer lei geral ou descoberta, tese ou hipótese, apenas se tornam aceitáveis quando os dados oferecem uma evidência tal que já não é possível outra escolha.

Esta característica explica como o processo científico é demorado e laborioso. O investigador tem que se certificar de todos os ângulos,

coligir os dados, articulá-los, ensaiar a explicação e verificar pacientemente os resultados. Não se apresentam conclusões baseadas numa única observação ou em casos acidentais ou duvidosos. A dúvida sistemática exige um grande número de factos para apoiar a conclusão, de modo que seja extremamente inviável apoiar a conclusão contrária.

Por isso mesmo, a cultura que possibilita esta atitude íntima é muito específica, porque não coincide de modo algum com a cultura média e suas espantosas facilidades, antes se ancorando numa cultura subjectiva muito especial, no sentido que lhe foi dado por Georges Simmel, nunca podendo ter uma difusão total. Ao lado da sua exigência, convivendo no mesmo espaço social, estarão sempre a espreitar a astrologia, a necromancia, a bruxaria, a ideologia, a feitiçaria, a crendice, enfim, todos os saberes ocultos que desde a noite dos tempos têm vindo a reivindicar com sucesso comprovado uma fatia mais que ponderável do saber humano. E no espaço social global onde se disputam estas hegemonias interpretativas circula uma infinidade de seres que nunca se puseram estas questões.

A atitude científica de desconfiança perante as conclusões conduz à epistemologia rigorosa. O termo epistemologia significa teoria do conhecimento válido. O método científico, matriz da epistemologia, é um meio de decidir se uma determinada afirmação ou a tentativa de resposta a uma pergunta suscitada pela investigação deve ou não ser aceite, com base nos dados empíricos. Assim, à medida que vão surgindo novos conhecimentos, quer sob a forma de conclusões, leis, relações constantes ou teorias, o problema consiste em saber se tais elementos são ou não válidos e seguros. Significa que têm que ser sujeitos a avaliação para se saber se se pode confiar neles.[19] Karl Popper foi neste século decisivo para a fundamentação desta perspectiva.[20] Como comentou Abranches de Soveral com Karl Popper "a comprovação experimental passa a ser decisiva, ainda que em termos meramente negativos. Também o conhecimento científico deixa de estar animado pelo desejo de — *deixar explicado*, mas pelo desejo de ampliar o saber". E é verdade, de resto, que "no início, já não está a observação desprevenida dos fenómenos, mas a crítica das teorias que os racionalizam, a constante verificação da sua veracidade. (...) Verdadeiramente, a ciência começa agora com a proposta de uma hipótese". [21]

O mesmo problema surge antes mesmo da "grande hipótese", pois durante o processo de investigação há possibilidade de formular

hipóteses experimentais, que são respostas prováveis e não comprovadas à pergunta que centra a investigação. O desenvolvimento dos antecipados quadros explicativos surge aqui também como um juízo epistemológico, que se refere à validade da hipótese. Mas as hipóteses de trabalho podem não ter carácter autónomo e derivarem de uma teoria já aceite na generalidade, e ao confirmarem-se pela prova no terreno, acabam por dar maior validade à Teoria e mostrar como ela se aplica a um campo concreto. Inversamente, os resultados podem ser nefastos e obrigar a repensar a teoria geral donde se partiu, embora tenham sempre de referir o campo de aplicação ou seja, os limites em que se verificam. Como escreveu Ludwig von Mises, " ao descobrir um erro numa doutrina, exige-se fatalmente refutá-la e mediante raciocínio discursivo desenvolver outra que a substitua".[22] Não há possibilidade de afastar esta proposta e por aqui se entende que toda a teoria científica é aperfeiçoável. De Newton a Einstein há uma revisão da lei da gravitação universal, mas a do último é mais perfeita porque muito mais abrangente.

No fundo, o princípio epistemológico exige que a Ciência esteja continuamente aberta à verificação pelos factos, pelas novas hipóteses, pela refutação fundamentada. A recusa a esta abertura retira valor ao conhecimento, que não poderá ser então considerado de teor científico. Karl Popper, para muitos o expoente de um neopositivismo, deixou bem claro que o sistema aberto é uma das poucas garantias do progresso do conhecimento e o traço característico das ciências.[23]

Torna-se por isso evidente que os dogmas religiosos, as ideologias, as crenças, as doutrinas, não se podem abrir à verificação, colocando apenas no campo da racionalidade as suas afirmações mais centrais. A investigação positiva e honesta das teses ou axiomas poderia destruir todos os travejamentos ancorados na ideologia e na crença, e por isso mesmo é que eles estão defendidos pela sua natureza dogmática, umas vezes derivada da qualidade da Revelação, outras da Tradição e outras ainda da suma autoridade do formulador dos princípios. Assim, para o marxismo e para as religiões, que são sempre dogmáticas, os factos dizem muito pouco, ou melhor, só falam quando abonam a bondade dos princípios. A verificação torna-se impossível e o sistema fecha-se sobre si mesmo.

As ideias ou normas propostas no seio da Doutrina, do Mito, da Tradição, são sempre preferíveis ao facto, e é de bom tom negar até a existência de factos quando eles contrariam as teses ou são inexplicáveis

por elas. Acontece mesmo que a explicação mítica seja preferível para certos graus básicos de desenvolvimento e que as lutas entre deuses e as suas hostilidades cíclicas possam corresponder a alterações naturais ou modificações nos ciclos da Natureza. A interpretação alegórica e mítica, muitas vezes traduzida na prática ritual da sociedade, dá verosimilhança ao esquema de explicação metafísico. Se já os filósofos gregos começaram a desconfiar da eficácia desta interpretação, nos tempos contemporâneos a Ciência autonomizou-se e emergiu como fidelidade ao observado, ao facto, a permanente abertura à verificação e à prova: só assim garante a validade do saber que propõe e conserva. Num ponto extremo de identidade perfeita, impossível mas paradoxal, encontra-se entre muitas a fértil anotação de Jorge Luís Borges, intitulada, a propósito, " Do Rigor na Ciência", e que em pouco mais de quinze linhas diz tudo o que há dizer a este respeito, envolvendo até a dimensão hermenêutica.[24]

Todavia, a discussão epistemológica pode, quebrado o laço com o real, lançada para a discussão das bases do psiquismo, enveredar por um círculo fechado, e conduzir a desertos desesperadores. Por isso Abranches de Soveral, numa apreciação das correntes hermenêuticas, avisa no encerramento do seu ensaio: "Qualquer que seja porém o fogo cruzado das hermenêuticas, nunca ele deverá perder-se em terrenos inabitáveis para o Homem. É necessário sempre o regresso à consciência vigilante e normal. De outra forma nos teríamos sacrificado gratuitamente ao "não-Ser", que se abre no horizonte de tais desertos...".[25]

Mas este é que é na verdade o motor que fez saltar, em poucas centenas de anos, o conhecimento dos europeus dos níveis básicos e estritamente tradicionais, para níveis extraordinários em todas as áreas, repercutindo directamente no de bem-estar pelos seus nexos com a explosão das tecnologias. A profunda transformação das sociedades do Ocidente industrial, primeiramente detectada na Inglaterra do século XVIII, nunca teria acontecido sem a difusão do saber. E, ainda aí, na segunda vaga de mecanização da indústria inglesa, já era evidente que os aparelhos mais sofisticados não poderiam emergir sem a engenharia. Ou seja: os homens engenhosos e aplicados puderam inventar máquinas simples para a indústria dos tecidos, mas poucos anos depois o que o mercado solicitava só encontrava resposta adequada entre aqueles que se tinham habilitado com conhecimentos científicos, dispondo por isso mesmo de teorias interpretativas das forças físicas. [26]

Como sublinhou Carlo Cipolla é a distância que separa os inventos de um lavrador como Crompton, de um barbeiro como Arkwright ou de um carpinteiro como Hargreaves, que souberam combinar elementos para criar máquinas capazes de repetir mais eficazmente os gestos humanos, dos aparelhos complexos de um engenheiro como Richard Roberts, que trabalhava para o rei da mecânica Henry Maudsley.[27]

Este sinal poderoso do que podia a ciência e a técnica, que só se viria a acentuar, acabaria por levar muitos intelectuais a pensar e a repensar os perigos que espreitavam por detrás desta máquina de promessas. Todavia a criação da máquina não foi fácil e ela não é o Golem da tradição do Leste europeu, antes a concretização prosaica da cornucópia dos mitos clássicos.

A Formação do Método: O Sinal de 1582

Na verdade, o método científico representa uma procura laboriosa, e raras vezes isenta de perigos, de um processo que, no emaranhado das proposições do passado, garantisse a veracidade das conclusões. Se os homens que iniciaram este caminho se encontram no dealbar do século XVI, aqueles que o completaram, dando-lhe a fisionomia actual, morreram no século seguinte. Duas gerações de pesquisadores corajosos e investigadores infatigáveis mudaram, nos sectores de vanguarda do pensamento, as concepções tradicionais do saber, mas sobretudo, o modo de procurar o saber e ajuizar da sua veracidade.

De modo geral o método afirma-se como uma mudança de mentalidade nos sectores mais avançados, que "contamina" os campos mais universitários e ligados a actividades que solicitavam uma crescente exactidão e certeza numérica. Este movimento, muito europeu, reflecte-se inicialmente na atenção prestada aos números.

Nas civilizações antigas, nem os números nem as medições exactas ocuparam relevo especial. Certamente que alguns profissionais detinham conhecimentos numéricos e estavam preparados para o cálculo aritmético, mas tal conhecimento modesto encontrava-se limitado a uma classe de pessoas. O comércio, que envolveu uma apreciável quantidade de recursos e agentes no mundo antigo e que tinha a necessidade de desenvolver este tipo de informação numérica, foi sempre limitado quer por ser considerado indigno, quer pelos reduzidos meios de transporte

dos bens, quer mesmo pelo volume de excedentes disponíveis para a troca.

Mas, por outro lado, os símbolos que intermediavam os cálculos não eram de todo adequados ao seu progresso, antes dificultando os processos algébricos que eram fundamentais para a eficácia dos negócios. Os números devem ter sido inventados na Suméria, mas nem aquela notação rudimentar nem a romana poderia servir a agilidade necessária às operações básicas. Mesmo para medir o curso dos anos, a Idade Média utilizou o Calendário Juliano, elaborado a partir de cálculos realizados antes da queda do Império Romano (325 a.C.), que era pouco rigoroso e aumentava cada ano de 14 minutos e 14 segundos. Em cada século perdiam-se entre 7 e 8 dias. A falta de exactidão reflectia-se em inúmeras circunstâncias tais como a idade das pessoas, o volume da população, a intensidade do tráfego, e não havia informação quantitativa global ou específica sobre fenómenos fundamentais.[28]

Ora, em 1582, o Papa Gregório XIII (1502-1585), que de professor de Direito em Bolonha tinha ascendido ao trono de Pedro em 1572, entendeu ser necessário reavaliar o calendário juliano e elaborar um calendário mais exacto. Para esse efeito, com a assistência de um núcleo de cientistas recrutados entre os melhores, levou a cabo a revisão do método da contagem do tempo. O resultado foi um calendário 300 vezes mais exacto que o anterior e que o veio substituir com o nome de Calendário Gregoriano, que evoca o nome do seu patrocinador, que também se destaca pela dedicação colocada na difusão do conhecimento e do ensino. A exactidão deste calendário chega mesmo a convir ao nosso tempo, que o utiliza desde aquele remoto século XVI. Porém, os ingleses só adoptariam o novo calendário em 1752, no momento em que, por força de lei, o dia 3 de Setembro se converteu em 14, inaugurando o *new style*.

Esta operação de Gregório XIII pode ser entendida como um sintoma, uma tendência para a quantificação mais rigorosa dos fenómenos, momento que a cultura do tempo preparava através de diversos canais e que imediatamente depois outros frutos daria. Nos oitenta anos seguintes surgiu, com novidade, um conjunto de autores dominados pela preocupação quantitativa, raciocinando em termos numéricos em sectores até aí fechados a este entendimento.

A esfera das transacções e dos negócios, bem como a da população, é um exemplo suficiente. Thomas Mun (1571-1641), por exemplo,

debruçou-se sobre dados da economia, mas em França, Jean Bodin (1530-1596) e Antoine de Montchrétien (1575-1621), tentavam encontrar taxas de crescimento e regularidades na vida económica. A investigação da vida económica com os mercantilistas emancipava-se da Ética e da Moral, e os estudiosos descobriam que o importante era uma meta não-tradicional: o enriquecimento. Não só se deviam enriquecer os particulares como homens de negócio, como também as Nações.[29]

Este objectivo demasiado terreno exigia estudos cada vez mais rigorosos e não admira que para isso surjam as séries estatísticas e os seus comentaristas. Entre os primeiros estudiosos que reuniram material estatístico, tentando depois investigá-lo para previsão, destacam-se William Petty (1623-1687), Gregory King e Richard Cantillon (1680-1734), que seleccionaram dados relativos a fenómenos sociais como a evolução da população, o consumo de bens alimentares, o consumo de bebida, a distribuição dos indivíduos por ofícios, a distribuição dos rendimentos, o volume do comércio, etc. Gregory King, antecipando evidentes técnicas demográficas, chegou a calcular taxas de crescimento anual e a fazer previsões sobre o desenvolvimento dos fenómenos que estudava nas suas séries numéricas. Ao mesmo tempo os fenómenos monetários e financeiros desencadeavam a atenção de inteligentes analistas em França, como o bispo Nicolau Oresme, em Espanha, como Juan de Mariana (1537-1623) e Jerónimo de Ustáritz (1645-1730 ou 1742) e na Alemanha como Felipe Hornick (1638-1712) ou Justi (1720-1771).

Se em Inglaterra as abordagens de Thomas Mun, (1664) Sir William Petty (1662) ou Gregory King (1688), representam um passo decisivo em direcção à mentalidade moderna, o certo é que em Veneza já se registava a população desde 1504 e no Grão-Ducado da Toscânia desde 1552. Também em Espanha se faziam recenseamentos de população nos finais do século XVI e em Itália havia autores que se dedicavam ao cálculo populacional e à teorização demográfica como Giovanni Botero (1540-1617) e António Genovesi (1712-1769).[30] A atenção especial dedicada à população, considerada uma riqueza em si mesma, criou entre os transalpinos as condições da emergência de uma Ciência da População, quantitativista, que ficaria conhecida como Demografia. O movimento culminaria no trabalho de Thomas Malthus (1766-1834), ligeiramente mais velho que Adam Smith (1723-1790), que na sua obra "An Essay on the Principle of Population" (1798 e revisto em 1830) completa todo este movimento para a computação e a previsão.[31]

Por isso é que a génese da mentalidade moderna pode ser encontrada nos últimos anos do século XVI nesta preocupação. É que, de facto, o mundo antigo e clássico, mesmo a medievalidade, não conheceram esta obsessão pelo número, pela medição ou pelo cálculo estatístico.

Mas a tendência quantitativista e o cálculo que a servia tinham necessidade de instrumentos de fácil manipulação. São os número árabes que facilitaram e reforçaram esta linha ao entrar cedo no Ocidente e ao serem de uso comum nos finais do século XVI. Os números hindo-arábicos tinham começado a sua penetração na Europa na época medieval e no século XIII diversos autores ajudaram a popularizá-los com obras de grande audiência. É o caso dos livros escritos por Alexandre Villedieu, John of Halifax Leonardo de Pisa e Fibonacci, que por volta de 1202 concluía o seu "Liber abaci". Outros matemáticos surgiriam para aproveitar os problemas deixados em aberto pelos medievais, mas tornara-se já evidente a utilidade dos novos números para as actividades comerciais.[32] A divulgação do zero, noção desenvolvida na civilização hindustânica e conhecida pelos árabes, a atribuição de valor posicional aos algarismos e a difusão do método de realizar as quatro operações, deu um impulso notável ao cálculo.

A descoberta do logaritmo e a sua aplicação com John Napier e Henry Briggs, em 1720, acelerou ainda mais o processo de fazer operações básicas, que já tinha beneficiado de uma mudança no processo de fazer contas de somar e subtrair, operando da direita para a esquerda, como compete a quem usa tinta e papel. Verifica-se, por conseguinte, que a álgebra caminhou juntamente com orientação quantitativista da cultura, que progressivamente vai criando os instrumentos que lhe facilitam o exercício. O cálculo, entretanto, torna-se mais fácil e rápido.

Porém estas modificações não são ainda suficientes para criar uma nova visão científica. A nova ciência provém também de uma ruptura de atitudes para com o mundo e a vida, ruptura que é tradicional situar em 1500. De facto, as descobertas de Copérnico (1473-1543), no domínio da Astronomia, as de Fernel (1490-1558) na Medicina e as de Vessálio (1514-1564) na Anatomia, abrem o caminho para conhecimentos fundamentais com um sentido prático e baseados na observação directa. A prática dos quinhentistas portugueses, marcos do melhor que pôde realizar a cultura portuguesa, como Duarte Pacheco Pereira, Dom João de Castro, Garcia de Orta e Pedro Nunes, revela também a mesma atitude de medição e quantificação, aliada a um espírito observador e experimen-

talista, para quem os clássicos e os seus textos não eram já a última palavra. Essa valorização especial do "saber de experiência feito", posta em evidência por Camões, o que dada a natureza do poema do épico se torna muito significativo, coloca os portugueses durante este tempo propício no centro da questão, pois estes antigos investigadores andavam muito interessados em comparar o resultado das suas observações com as descrições que tinham lido e decorado nos manuais clássicos.[33]

Contudo, há uma diferença entre esta geração experimentalista e aventureira, mesmo ultramarinista entre nós, e a geração de Galileu (1564-1642), Harvey (1578-1657) e Pascal (1623-1662).[34] É que esta última dos seiscentistas leva a cabo a autonomização do raciocínio científico, dispensando os suportes de ordem religiosa ou artística. Com a geração do decénio de 1570 o raciocínio científico é tido por suficiente no plano metodológico e leva consequentemente às suas próprias conclusões. Os argumentos são todos de índole científica e desaparece a confusão de planos.[35]

Em Copérnico, por exemplo, no seu livro de 1543, ao lado da teoria da revolução da Terra surge uma tentativa de prova com base em argumentos teológicos e artísticos. Basta notar que os astrónomos que lhe seguem, como Ticho Brahe (1546-1601) ou Kepler (1571-1630), trabalham totalmente separados desse tipo de argumentação e dessa concepção, mas o que é mais: com recurso intenso ao cálculo matemático. Foi por isso que se disse que a nova ciência representou uma ruptura com a tradição antiga, pois apresenta de próprio um método novo de conhecimento e uma nova concepção de pesquisa.[36] É também neste sentido que Galileu se torna para nós um símbolo do tempo e simultaneamente a máscara de uma atitude face à decifração do real na sociedade em circunstâncias difíceis.[37] A importância de Galileu é ressaltada nestes termos pelo historiador Collingwood: "Com Galileu a ciência moderna da natureza alcançou a maturidade. Foi Galileu quem primeiro estabeleceu clara e definitivamente os termos em que a natureza podia ser objecto de conhecimento científico adequado e exacto. Numa palavra: esses termos determinaram a partir de Galileu a exclusão de tudo o que fosse qualitativo e a restrição da realidade natural a um complexo de quantidades...".[38]

Três modificações

Um historiador da civilização e das economias como John Nef entende que a Ciência que emerge neste século vai assentar em três modificações fundamentais, que ocorrem em simultâneo.[39]

Em primeiro lugar destaca-se o ênfase posto nas medidas quantitativas e que já se manifestava desde os finais do século XVI. Brahe, por exemplo, é insistente na necessidade das medidas exactas e é com base nas anotações de Brahe e com recurso à matemática que Kepler demonstrou os movimentos elípticos dos planetas, contrariando as teorias circulares.

Em segundo lugar, coloca-se a observação e a experimentação como sustentáculos do método. Isto afastava automaticamente do debate tudo quanto não era observável, ou seja, acessível ao investigador, e delimitava a Ciência à esfera do mensurável e visível, directa ou indirectamente através de instrumentos aperfeiçoados, como o telescópio e o microscópio, que mais não fariam que ampliar a realidade acessível ao homem. Esta posição primordial evolui independentemente em diversos ramos do saber, mas não deixa de ser curioso acompanhá-la na Medicina, onde a luta contra os micróbios exigiu um aperfeiçoamento assinalável.[40]

Em terceiro lugar posiciona-se a matemática moderna. As descobertas de Fermat, Pascal e Descartes assentam em problemas que os gregos não resolveram e abriram um enorme campo à matemática que passou a dispor de capacidade demonstrativa. Com ela pode aprofundar-se o universo físico em termos abstractos e mesmo prever a evolução de certos fenómenos. Ela estava apta a formular leis gerais e a verificar teorias. Sem esse desenvolvimento a ciência nova do século XVII não seria possível. De facto, a teoria dos números, a noção de funções de contínuas, a ideia de periodicidade e o cálculo das probabilidades com implicação directa na avaliação do risco, foram outros tantos instrumentos matemáticos que forneceram aos investigadores uma poderosa alavanca para estudar a natureza e as suas leis. Estas conquistas fundamentais da matemática que tem que ver com a análise abstracta dos fenómenos naturais estavam efectivadas já em 1660. No fundo, foi a descoberta para a ciência de uma linguagem comum, um método rigoroso de formulação dos problemas e um procedimento racional e verificável para os solucionar, que todas as disciplinas com ambições se apressaram

em adoptar às vezes sem verificar que ele não podia ser a sua linguagem principal.[41]

Portanto, quer o chamado espírito científico, quer o espírito quantitativo, que hoje dominam as sociedades desenvolvidas como um mero dado do quotidiano, são o resultado de rupturas com a mentalidade tradicional ocorridas nos finais do século XVI e durante o século XVII e que desde então se desenvolveram rapidamente nas sociedades que se industrializavam. Se o mundo antigo não conheceu esta linha de preocupações, o mundo moderno não poderia entender-se sem elas. E hoje com sofisticadas técnicas que servem o método atinge-se o inevitável: é possível possuir dados quantitativos de natureza interpretativa sobre zonas específicas do passado que eram totalmente ignorados pelos contemporâneos.

A prova da utilidade do método pode verificar-se quer nos resultados alcançados pelas sociedades onde ele preside, quer, pelo processo contrafactual, nas realizações das sociedades onde ele não foi capaz de se instalar, e que vivem, por conseguinte à sua margem. A comparação só pode sublinhar o valor do método e, na realidade, ele tornou-se tão decisivo como divisor de águas que Walter Rostow tomou a chamada "mentalidade pre-newtoniana" como um dos traços característicos das sociedades tradicionais, economicamente atrasadas, marcando bem que a marcha para outras fases mais adiantadas de crescimento económico só se pode fazer com a difusão da ciência e dos benefícios da técnica em toda a cultura.[42] Rostow voltou mais tarde a apreciar o mesmo problema e considerou a revolução científica tão decisiva que avaliou os trabalhos sequenciais de Copérnico a Newton, com as palavras, que não considerou exageradas, do matemático Whitehead, como um fenómeno tão notável e tão silencioso como já não havia memória desde que "um bébé nascera numa mangedoura".[43]

Num outro ponto de vista, o método tornou-se indispensável para validar o saber e fazer progredir o conhecimento da humanidade. Não pode constituir surpresa que também as novíssimas Ciências Sociais o reclamem desde Comte, ainda que suscitando nas suas fileiras um debate interminável e vivíssimo sobre a melhor maneira de praticar a observação, de recolher os dados ou de teorizar com rigor, como nos dão conta os inúmeros conflitos metodológicos entre quantitativistas e qualitativistas.[44] Todavia, também aqui, não o método que está em causa. Nem

o pendor metafísico de cientistas contemporâneos de grande reputação como von Heisenberg, Konrad Lorenz, von Wizacker, Niels Bohr, Pauli, Max Planck ou Edwin Schrodinger põe em causa minimamente qualquer um dos alicerces do edifício levantado pelos corajosos homens de séculos distantes e remetido para a nossa custódia, *hic et nunc*, aqui e agora.[45]

Notas

[1] Richard Leakey, **The Origins of Humankind**, Wedienfeld and Nicolson, Londres, 1994

[2] Robert Lenoble, **Histoire de l'Idée de Nature**, Albin Michel, Paris, 1969.

[3] Ver a este propósito o livro de iniciação filosófica vindo de um autor norueguês: Jostein Gaarder, **Sophie's World**, Phoenix, Londres, 1994

[4] A questão da influência do saber dos leigos no método é discutida, entre outros temas, por: Anthony Giddens, **New Rules of Sociological Method**, Polity Press, Cambridge, 1993

[5] Bertrand Gille (Dir.), **Histoire des Téchniques**, Gallimard, Paris, 1978.

[6] Este esforço está perfeitamente patenteado em: Daniel J. Boorstin, **Os Descobridores**, Gradiva, Lisboa,1988. E em Koestler num livro histórico e iniciático: Arthur Koestler, **Les Somnambules**, Calmann-Lévy, Paris, 1960

[7] Cfr. Alexandre Koyré, **Do Mundo Fechado ao Universo Infinito**, Gradiva, Lisboa, s.d.

[8] Cfr. Tomas S. Kuhn, **Tensão Essencial**, Edições 70, Lisboa, 1989.

[9] Cfr. Alberto Trebeschi, **Lineamentos de História do Pensamento Científico**, Estampa, Lisboa, 1977.

[10] Cfr. Daniel J. Boorstin, **O Nariz de Cleópatra**, Gradiva, Lisboa, 1995.

[11] Cfr. Colin Ronan, **Histoire Mondiale des Sciences**, Seuil, Paris, 1983.

[12] Cfr. Antonio Damásio, **O Erro de Descartes. Emoção, Razão e Cérebro Humano**, Europa América, Mem Martins, 1995.

[13] Ver por exemplo: Stephen W. Hawking, **Une Brève Histoire du Temps**, J'ai Lu, Flammarion, Paris, 1989

[14] Karl R. Popper, **Em Busca de um Mundo Melhor**, Fragmentos, Lisboa, 1989, p.219.

[15] H.G. Glasscheib, **Os Grandes Segredos da Medicina**, LBL, Lisboa, s.d., 11 e sgs.

[16] Ludwig von Mises, **Teoria e Historia**, Unión Editorial, Madrid, 1975, p. 139

[17] Entrevista a Der Spiegel, reproduzida no Diário de Notícias de 30-04-1995

[18] Michel Winock, "Les Idées politiques", in René Rémond (Dir.), **Pour Une Histoire Politique**, Seuil, Paris,1988, p. 189.

[19] Ver Gaston Bachelard, **A Epistemologia**, Edições 70, Lisboa, 1984; Ver também Jean Piaget (Dir.), **Lógica e Conhecimento Científico**, Livraria Civilização, Porto, 1980.

[20] Ver: Jean Baudoin, **Karl Popper**, PUF, Paris, 1991.

[21] Cfr. Eduardo Abranches Soveral, **O que é afinal Compreender?**, (Separata da Revista da Faculdade de Letras - Série de Filosofia, nº 9, 2ª série) Universidade do Porto, Porto, 1992, p. 31.

[22] Ludwig von Mises, **La Acción Humana**, Editorial Sopec, Madrid, 1974, p. 115.

[23] Karl Popper, **La Logique de la Découverte Scientifique**, Payot, Paris, 1973

[24] Jorge Luis Borges, **Historia Universal da Infâmia**, Europa América, Lisboa, 1964. O texto original teria sido escrito em Maio de 1935.

[25] Eduardo Abranches de Soveral, "O que é afinal Compreender?", Op. cit., p. 33. Ainda sobre a discussão do método vale a pena ver a recente contribuição de: José Manuel Lopes da Silva Moreira, "Epistemologia e/ou Sociologia do Conhecimento: à Luz da Velha Disputa entre Economistas e Sociólogos", Faculdade de Economia do Porto, Porto, 1995.

[26] Este ponto pode ser acompanhado em: Nathan Rosenberg, **Exploring the Black Box**, Cambridge University Press, Cambridge, 1994; e Alfonso Gambardella, **Science and Innovation**, Cambridge University Press, Cambridge, 1995.

[27] Carlo M. Cipolla, **Historia Económica de Europa**, vol. 3, Ariel, Barcelona,1979

[28] Ver para questão dos números e sua aplicabilidade ao cálculo: F. Carvalho Rodrigues e Luís Ramos, **Ontem um Anjo Disse-me, Diálogos para o Século XXI**, Europa América, Mem Martins, 1995, pp. 61 e sgs.

[29] Marc Blaug, **História do Pensamento Económico**, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1990

[30] Respectivamente: **England's Treasure by Forraign Trade...; Taxes and Contributions; Natural and Political Observations.**

Cfr. Carlo Cippolla, **História Económica da Europa Pré-Industrial**, Editorial 70, Lisboa, 1991.

[31] Robert L. Heilbroner, **The Worldly Philosophers**, Simon and Schuster, Nova Iorque, 1953; William J. Barber, **A History of Economic Thought**, Pelikan Books, Londres, 1988. Ver também a introdução de

1970, pp. 756. Deve notar-se que mesmo Adam Smith leva a uma culminância este movimento em 1776, quando publica em Inglaterra "The Wealth of Nations". Ver a introdução de Andrew Skinner a Adam Smith, **The Wealth of Nations**, Penguin Books, Harmondsworth, 1973, pp. 11-99.

[32] Carl B. Boyer, **A History of Mathematics**, John Wiley and Sons Inc., Nova Iorque, 1991.

[33] J. S. da Silva Dias, **Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI**, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1973

[34] Nada substitui a leitura de Galileu Galilei, **Diálogo dos Grandes Sistemas**, Gradiva, Lisboa, 1995

[35] Thomas Kuhn, **The Structure of Scientific Revolutions**, University of Chicago Press, Chicago,1970.

[36] Lia Formigari, **O Mundo Depois de Copérnico**, Edições 70, Lisboa, 1984

[37] Cfr. Thomas S. Kuhn, **La Revolución Coperniciana**, Ariel, Barcelona, 1985; Alexandre Koyré, **Estudos Galileanos**, Siglo Veinteuno de España, Madrid, 1980; também Alexandre Koyré, **Études d'Histoire de La Pensée Scientifique**, Gallimard, Paris, 1973..

[38] R. G. Collingwood, **Ciência e Filosofia. A Ideia de Natureza**, Editorial Presença, Lisboa, 1986, p.115

[39] John Nef, **Os Alicerces Culturais da Civilização Industrial**, Editora Presença, Rio de Janeiro 1964

[40] Cfr. Wilhelm von Drigalski e Fernand Lot, **L'Homme contre les Microbes**, Plon, Paris, 1955.

[41] Cfr. Martin Holis, **The Philosophy of Social Sciences**, Cambridge University Press, Cambridge, 1994.

[42] Walter Rostow, **The Stages of Economic Growth**, Cambridge University Press, Londres, 1960

[43] Walter Rostow, **Theorists of Economic Growth from David Hume to the Present**, Oxford University Press, Oxford, 1990, p. 487.

[44] Julien Freund, **A Teoria das Ciências Humanas**, Sociocultur, Lisboa, 1977

[45] Nesta matéria , e exactamente neste ponto de reflexão, os germânicos notórios no campo da Física produziram material de primeira qualidade, especialmente Werner Weisenberg (*Diálogos sobre a Física Atómica*), Carl F. von Weizacker (*A Imagem Física do Mundo*) e Oppenheimer, que encontraram eco nos trabalhos de ponte do romeno Vintila Horia. (Cfr. , Vintila Horia, *Viagens ao Centro da Terra*, Verbo, Lisboa, 1973).

2

CULTURA E FÓRMULA POLÍTICA

> Já nos encontrámos várias vezes com a observação de que a obra dos governos é tanto mais eficaz quanto sabe valer-se dos resíduos existentes e t*anto menos quanto mais os ignora*, e que é geralm*ente ineficaz e vã quando aspira* a mudá-los violentamente; e na realidade, quase todos os raciocínios sobre o porquê do triunfo ou fracasso de certos actos de governo reduzem-se a este princípio.
>
> Vilfredo Pareto, in **Traité de Sociologie Générale**

Gaetano Mosca (1854-1941) deixou bem claro o que entendia por fórmula política. Nas suas próprias palavras trata-se daquele conjunto de "doutrinas e crenças que dão um fundamento moral ao poder dos dirigentes".[1] Ele sugere ainda que a fórmula eficiente tem uma relação directa com os sentimentos, o grau de educação, a cultura popular, e o desenvolvimento das forças sociais. Pareto também insistiu nesta perspectiva ao afirmar que é da natureza das derivações procurar um ajustamento entre os impulsos profundos, isto é, os resíduos relativamente dominantes na população, e a realidade apreendida. Essas pulsões de ordem não racional, umas de natureza conservadora e enraizante, outras de natureza combinatória e desenraizante,

condicionariam em alto grau as fórmulas políticas aceites, que surgem como meras derivações racionalizantes para a conjuntura.

Como não lembrar as palavras de Mosca inseridas no final do seu estudo sobre a evolução das doutrinas políticas, aonde regressa à teorização com ambições globalistas: "Em todos os países chegados a um grau mesmo medíocre de cultura, a classe dirigente justifica o seu poder fundando-o numa crença ou num sentimento que, na época e num povo determinado, são geralmente aceites." É por isso que a revolução francesa decorre da dúvida sobre o direito divino dos reis e a revolução russa rebenta quando "a quase totalidade dos intelectuais e quiçá a maioria dos operários e camponeses russos cessaram de acreditar que o Czar recebera de Deus a missão de governar autocraticamente a Santa Rússia".[2] Parece assim certo que a legitimação das minorias políticas dirigentes assenta num conjunto de ideias, crenças, mitos e elementos racionais e irracionais que vivem na cultura e estão interiorizados como poderosos comandos na mente de cada cidadão. Na cultura espiritual objectiva e ainda mais na sua parte subjectiva radica o sucesso de uma dominação com amplo consenso, o que remete imediatamente para o domínio das ideias.

Ao relacionar a dominação política levada a efeito por uma minoria de governantes com os padrões culturais vigentes, o politólogo italiano estabelecia, antes dos meados do século XX, uma interdependência que nunca mais deixou de dar fruto na reflexão social, e que obrigatoriamente teria de levar a um estudo atento do papel das instituições e estruturas culturais na viabilização da fórmula. E é por isso que autores contemporâneos pouco falados e talvez incómodos como Mosca, Pareto e Le Bon, devem voltar a ser ouvidos num tema em que pouco se adiantou depois deles, a não ser por via das reflexões modernas e relevantes de António Gramsci, Louis Althusser e poucos mais, e nem sempre na perspectiva da interdependência, que se pretende sublinhar.

Já há muito se sabia que a história, aquele cemitério de elites de que falara Pareto, se tece com complexos de ideias e que contra eles parece pouco útil levantar os canos das espingardas, especialmente se os atiradores já se encontrarem colhidos pelo seu mágico apelo. Mao Tse-tung tinha-se apercebido da questão e por isso escreveu, no seu famoso livro vermelho, que o principal era ter soldados endoutrinados: "Depois de receberem educação política, os soldados do Exército Vermelho

adquiriram todos consciência de classe e aprenderam o fundamental sobre a distribuição de terra, a fundamentação do poder político, a dotação de operários e camponeses com armas e sabem que estão a lutar por si mesmos, pelo operariado e pelo campesinato".[3] Os soldados deveriam estar dotados com uma mundovisão própria, bem como toda a população chinesa, porque tal desiderato não só facilitaria o exercício do domínio por parte da minoria do Partido como ainda facultaria uma justificação adequada para a acção.

Por isso o mundo das ideias acaba por se revelar como material muito mais resistente que o mundo da "realidade" ou que a famosa "matéria", coisas para as quais é, de facto, intermediário exclusivo. O mundo em si tem a relevância que lhe é dada pela função de decifração que o aparelho conceptual instala num tempo concreto e, então, permite. A noção de que todos os seres vivos podem ser enlatados no mesmo mundo fenomenal, igualmente apreensível passou definitivamente ao domínio das fábulas, pois tornou-se um dado, desde os estudos de Oscar Heiroth, que há milhões de mundos, mesmo para os membros e uma mesma cultura. Progressiva e inelutavelmente cada homem apercebe-se, finalmente, de um mundo, um *unwelt*, que a cultura do grupo decifra e explica para ele.[4] Nunca se tornara tão verdadeira a exclamação de Giordano Bruno "há mais mundos", agora noutra aplicação inesperada.

Mas a vigência ou erosão das ideias aponta para um fenómeno que nem é neutral, nem ocasional. Trata-se, efectivamente, do processo de emergência, circulação, divulgação e permanência de conceitos, crenças e mitos, dentro de um sistema cultural. E é sabido que a orientação das sociedades reside justamente aí: numa estrutura coerente de conceitos, que integram sistemas de crenças, em diversas áreas da vida colectiva. Apesar de não implicarem, em grande parte, um fundo experimental, tais núcleos conceptuais dominam e acabam por regular o quotidiano, pelo peso da história, da lei, da tradição, do mito, mesmo da sua pretensa racionalidade.

O sistema de ideias que sustenta o exercício do poder, dispensando os captores dos órgãos políticos do recurso sistemático à força, faz assentar o domínio mais no sector vivo e activo da cultura espiritual, que perdura e molda todo aquele que nasce e vai vivendo na sociedade, que na típica organização dos militares ou guardas é imediatamente apreensível como "matraca". Esta seria sempre aquele recurso último de

que falava Weber, e depois Trotsky, e que não interessa utilizar frequentemente.

Estes nódulos matriciais, ligados por conseguinte à escala de valores, não existem por si mesmo, antes cobram vida no sistema cultural global, que lhes confere coerência ou que, ao contrário, progressivamente, os vai tornando obsoletos. A dinâmica das fórmulas políticas assume assim um inesperado impacte no plano da cultura, ao apreender-se que a sua evolução não é apenas uma função autónoma, regulada interiormente por mudanças que se registassem nos seus elementos, mas antes o resultado de um impacto mais vasto que deve envolver toda a cultura, e mesmo outras culturas dominantes, que podem ser fontes de mutação ao propiciarem conceitos novos com relevância externa.

Este entendimento do problema marca o pensamento inovador de Antonio Gramsci que, num plano revolucionário, encomendou a mudança cultural aos denominados "intelectuais orgânicos", atribuindo-lhes a tarefa de transformar a cultura objectiva e, especificamente, a cultura política, pelo combate cultural, de modo a amadurecer a sociedade para uma nova fórmula política. A frente intelectual, alojada nas instituições devia fazer avançar no tecido institucional uma nova vaga cultural, com a sua peculiar grelha de valores, que integrasse também a adesão a uma nova fórmula política.

Logo no seu ensaio crítico sobre o trabalho de Bukharin intitulado "*A Teoria do Materialismo Histórico. Manual Popular de Sociologia Marxista*", publicado em Moscovo em 1921, escrevia que o que interessava era sobretudo "novas crenças populares, isto é, um novo sentido comum, e, por conseguinte, uma nova cultura e uma nova filosofia, que se enraízem na consciência popular com a mesma força e a mesma imperatividade que as crenças tradicionais".[5] Tornava-se claro que a questão da conquista do poder político nas sociedades não comunistas estava ligada à crise de uma fórmula e à imposição progressiva de uma nova fórmula, tudo segundo um plano a longo prazo, algo que não escapara a Mosca, mas que Gramsci também não deixará no olvido.

O que Gramsci sugere é que é possível mudar as culturas subjectivas dos cidadãos através de uma vasta operação de propaganda ao nível da cultura objectiva, utilizando para isso os canais especiais de pressão e convencimento: os meios de comunicação de massa, os meios

artísticos e de influência e as instituições-chave, que ele intuía como superestruturas a conquistar logo que desarmadas ideologicamente. Por isso mesmo é que a erosão da fórmula política é essencial porque promove a desvitalização das instituições, o que facilita a sua reordenação final.

A Cultura como Conceito Operativo

Mas será a cultura tão decisiva para a vigência da fórmula?

Abordemos, numa primeira aproximação, a noção de cultura, tal como se veio a formular nas áreas das ciências humanas. O conceito, a que se reconhece utilidade metodológica, tem sido o fulcro das teorizações dos antropólogos anglo-americanos e ele é essencial para o estudo de qualquer disciplina do âmbito das Ciências Sociais. A noção básica foi formulada pelo etnólogo inglês Edward Tylor (1832-1917), que se inspirou nos pensadores sociais germânicos, e a partir de então a ideia foi trabalhada e reformulada. Tylor, por volta de 1871, entendia que a cultura ou civilização era aquele todo complexo que integra os conhecimentos, as crenças, a arte, os costumes e outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade. Na abordagem de Tylor é identificável um sentido de herança social, quer material, quer espiritual, que os membros de uma sociedade são levados a absorver e a utilizar desde o momento em que nascem para a vida até ao ocaso da carne.[6]

Os autores sociais salientaram a existência de elementos simples nas culturas, de cuja combinação surgem estruturas complexas. A análise dos anglo-saxónicos desceu a grandes minúcias descrevendo elementos de cultura, padrões de cultura, subculturas e mesmo culturas nacionais. Esta tendência analítica dissecou com Kroeber o conceito de estilo ou forma, segundo o qual qualquer cultura se poderia descrever como uma lista de elementos culturais agregados, que inclusivamente se poderiam investigar separadamente até às suas remotas origens na sociedade em causa.[7] O padrão religioso vigente, por exemplo, seria decomposto em diversos elementos (paramento, rito, língua sagrada, organização hierárquica, comportamento no templo, e assim por diante até à exaustão) e cada um deles teria a sua história. O mesmo se poderia fazer para outros padrões ou complexos culturais, como o padrão jurídico, a moral

costumeira, o padrão político, as técnicas, a agricultura, o comércio, a pastorícia, o artesanato, a tecnologia, até todos os componentes da cultura global estarem registados, integrados e compreendidos. Este método acabaria por revelar as características marcantes e originais da cultura, o que definiria o estilo.

Os investigadores da cultura têm-se ocupado também, desde Franz Boas e Ruth Bennedict, das configurações culturais particulares, caso por caso, para estabelecer as diferenças e a originalidade de cada experiência. Elas são diferentes em muitos traços (elementos linguísticos, rituais, económicos ou ideológicos, mágicos ou filosóficos), e isso não admira porque são respostas a desafios desiguais, em que génios diferentes mostraram caminhos característicos, que se afirmaram na história como vias para a sobrevivência da comunidade. As tradições são diferentes de povo para povo, são históricas no sentido em que evoluíram ao longo dos séculos, e até a língua atesta como os sons foram escolhidos por selecção no leque total de sons disponíveis para formar as linguagens.

As culturas manifestam assim esta dimensão temporal, que é a tradição herdada dos primórdios e que representa a acumulação de descobertas, experiências e soluções, testadas no passado e postas à disposição dos contemporâneos; e também outra dimensão, que é o da sua própria composição interna: de um lado, a herança material de aparelhos, máquinas, técnicas, construções; do outro, a herança espiritual, integrada pela ordem de valores, pelo sentido da justiça e da moral, da finalidade do indivíduo, pelo direito, a religião, a arte e as representações científicas, que são no fundo o resultado da experiência histórica da própria comunidade e de uma certa iluminação com que alguns dos seus criadores foram agraciados.

Foi Bronislaw Malinowvsky (1884-1942) quem adiantou a ideia de que as culturas e seus sistemas desempenham funções e não há dúvida que ao disciplinarem e ao mesmo tempo potenciarem a força do homem asseguram a sobrevivência da espécie. Tem-se argumentado que as culturas contribuíram para a chacina de milhões de seres humanos e para a exploração de massas imensas, o que deveria levar a reexaminar o conceito de sobrevivência. Leslie A. White, um culturólogo de raro gabarito, pensa assim e adianta que só se pode perguntar pela função dos sistemas e subsistemas, e não pela função do todo.[8] Na realidade, o argumento das matanças e das destruições não pode esconder o êxito que

o sistema global alcançou enquanto factor de garantia para a espécie. Por outro lado, a cultura está intimamente ligada à sociedade que a vai fabricando e por isso mesmo vai servindo exclusivamente para a orientar. É raro observar essas matanças destrutivas no interior de uma mesma cultura, onde os homens partilhem os subsistemas que a integram.

Nas estruturas sociais dos animais a investigação indica que tudo se passa da mesma maneira e que as culturas rudimentares dos mamíferos contribuem decisivamente para o entrincheiramento e mesmo expansão da sociedade no seu nicho ecológico. É neste sentido que se pode dizer que na cultura de um povo radica, afinal, a sua capacidade de resposta ao ambiente em que vive e o seu modo mais ou menos eficaz de o explorar em seu proveito e sobreviver. Efectivamente, a cultura garante a sobrevivência da sociedade e cobre, com um aparelho material e espiritual, cada sector de actividades que se autonomiza com algum interesse: os diferentes aspectos da economia, a reprodução e os seus rituais, a alimentação e as suas praxes, os transportes e os seus interditos, a religião, o poder, e toda a esfera que se possa revelar como um campo de perplexidades a necessitar de regulamentação. Algumas culturas enveredaram aqui por proibições rigorosas em matéria de aproveitamento de recursos, de alimentação, de comportamentos, e isso limitou drasticamente as capacidades das sociedades, mas quase nunca até um ponto de inconformidade biológica, que colocasse a comunidade em risco de desaparecimento pelos interditos.

Mais recentemente, o médico e etólogo austríaco Konrad Lorenz chamou a atenção para o traço característico da cultura humana contrastando-a na sua totalidade com as realizações das sociedades animais: o facto de ser cumulativa.[9] Ou seja: os elementos acrescentam-se de geração para geração. Os povos transmitem a sua cultura e acrescentam-na com instrumentos e conceitos tidos por importantes. Os arquivos de gestos e conhecimentos é ampliado e conservado, de modo que é esta dinâmica que explica afinal o carácter eminentemente progressivo da vida dos homens à superfície do planeta.

Os conhecimentos e usos dos animais, ao contrário, não são susceptíveis de ampliação de geração para geração. O que um animal aprende morre consigo, e embora possa a vir a manipular instrumentos e conceitos mais complexos como alguns primatas superiores, não consegue transmitir integralmente esse conhecimento à sua descendência

e fazê-lo perdurar de geração em geração. As heranças estão fixadas e são mais ou menos imutáveis. A elaboração cultural através de padrões aprendidos por enculturação, embora notável, está limitada.[10]

No homem, para lá da legítima herança biológica da espécie, as bases naturais que coordenam e dão as linhas gerais ao comportamento individual e colectivo, ou seja, os programas inatos e não especializados de conduta, avulta a elaboração própria, a inovação, a descoberta de vias originais de adaptação em graus superiores de satisfação das necessidades. E esse nível marca o homem definitivamente como um animal especial, para lá das qualificações que lhe foram sendo atribuídas pelos antropólogos à medida que se consciencializavam da sua originalidade residual face aos primatas: macaco nu, macaco omnívoro, macaco louco.

Porém o facto de ser uma herança inventiva que se acrescenta à biologia, a cultura não anula a biologia, nem as coordenações naturais da espécie, presentes em cada unidade. A cultura, de facto, sobrepõe-se e orienta a expressão das bases biológicas fundamentais, oferecendo canais "oficiais" para a sua consumação. Essas bases biológicas são comuns aos primatas sociais e ainda mais complexas que as dos primatas e vertebrados inferiores.

Ao somar à biologia um aparelho cultural, o homem organizou ao mesmo tempo uma disciplina para a sua herança animal. De facto, enquanto animal, sente e apresenta no comportamento habitual as pulsões básicas da programação instintual, mas é a sua cultura que as disciplina, canaliza e modela, dando-lhe uma sequência e mesmo um sentido transcendente.

Entende-se facilmente que as pulsões naturais correspondem quase como uma homologia aos esquemas do sistema cultural e às normas disciplinares que as pretendem regulamentar. A regulamentação, que é um controlo cultural em diversos patamares da realidade, abarcando penas eternas e castigos imediatos, formula-se para a vida comum e habitual. Em situações excepcionais, o controlo cultural pode estalar e a desobediência às pautas culturais torna-se, então, evidente. É que a apetência biológica é real e capaz de escolher, em casos insolúveis, outras formas de consumação, mesmo contra a cultura inculcada. Mas o que interessa é que o comportamento humano, numa situação normal, segue as pautas interiorizadas e decorre segundo a visão selectiva programada pela cultura. Por isso é que talvez Diogo Moreira tenha

concluído que ela é, no fundo, "um conjunto de programas que só se reconhecem completamente através dos seus negativos, característica que se pode repetir no plano dos valores".[11]

AS MATRIZES

É na cultura global vigente que reside a parte superior da função de sobrevivência, normalmente ancorada nos resíduos paretianos de classe I, isto é, nas forças de enraizamento e persistência de que nos falara no seu tratado de Sociologia: os elementos culturais integrantes das justificações nacionais: os mitos, poderosos agentes de integração e acção, a história de vitórias e derrotas, a língua especial da comunicação com os seus sinais apenas pressentidos, as tradições e seus emblemas, os heróis, as aventuras felizes e as humilhações, o padrão ético da vida em comum, as vinculações, enfim, no dizer de Malraux, as coisas feitas no passado que fundamentam a vontade de as continuar a fazer no futuro.[12]

E a cultura, ao encerrar, quiçá nas suas camadas mais profundas, os sonhos mais apelativos, contém consequentemente as justificações ideais da comunidade e a matriz do segredo da sua vivência pacífica e mesmo entusiasta em sociedade histórica.

Embora a grande máquina da cultura material visível possa ser muito impressionante, não passa de facto da ponta do *iceberg*, pois abaixo da linha de água trabalha a potente máquina da cultura espiritual, isto é, as estruturas das representações mentais, um todo feito de ideias, de núcleos conceptuais complexos, nem sempre integrados harmoniosamente, mas em processo contínuo de revisão ou mutação, submetidos ao nexo da sobrevivência do homem e das sociedades.

Chama-se-lhe superestrutura, ao gosto da escola marxista, ou mais neutralmente, cultura espiritual, o certo é que desde o inicio do seu aparecimento se pode verificar o seu impacto no mundo material, na disciplina social e íntima dos homens, na decifração interessada daquilo que se resolveu chamar "a realidade", seja isso o que for. Basta pensar na estrutura dos valores, nos ramos da ciência, nas crenças políticas e nas opções religiosas, para entender imediatamente onde está a chave mestra da motivação para a acção humana. Não foi por acaso que Marx responsabilizou este mundo ideal, tomado como um aparelho de justificação, pela situação miserável dos espoliados e que o italiano

Antonio Gramsci, um tanto heterodoxamente, mas com sucesso, veio colocar neste terreno imaterial o centro da luta pela libertação do proletariado. Não se pode estranhar a obra dos cultorólogos quando ela tende a colocar ali, nesse mundo das ideias, das representações e dos significados simbólicos, a matriz viva dos povos, o alimento das sociedades, o centro de gravidade da civilização.

Verifica-se, pois, que as culturas são marcadas pela sua parte invisível e que nas suas estruturas profundas, existem padrões de valores, que duram no tempo e que chegam à conjuntura com vigorosa força conformante, de tal modo que os indivíduos raramente são capazes de escapar aos seus ditames comportamentais. E neste sentido, todos nós somos os últimos de uma cadeia de gerações que transportou esta herança inapreciável até aos nossos dias como uma dádiva que a enculturação colocou ao nosso alcance, e que somos levados a aceitar e até a encarar como matrizes da nossa própria identidade grupal e mesmo individual. Esse núcleo duro parece consistir numa grelha de valores assumidos por cada indivíduo bem enculturado, e que é uma poderosa rede que hierarquiza as atitudes face à morte e à vida, que disciplina as escolhas e os comportamentos pessoais e de grupo. E face a essa pressão interiorizada espera-se de cada um o conformismo, o desempenho do papel, o cumprimento da função, a submissão justificada. Na realidade, não provaram claramente os analistas do comportamento nos anos 70, como Ash e Milgram, que há dados suficientes para estabelecer que a submissão à autoridade é um traço psicológico altamente dominante entre os homens médios? [13]

Os elementos que articulando-se formam os complexos têm muitas vezes origem num passado remoto, sendo capazes de resistir à erosão das eras e manter as associações peculiares que os tornaram como que referências da vida dos povos. Conformam o que genuinamente se poderia designar por tradições centrais ou nucleares e que constantemente ocupam um lugar polar na estrutura da própria cultura viva. Ou porque dizem respeito aos valores, ou porque estabelecem o modo de lidar com a morte e o mal, ou porque disciplinam áreas sensíveis da vida colectiva que não podem passar sem uma qualquer orientação, tendo aquela específica sido preferida e dado a sua prova no tempo.

Os investigadores anglo-americanos, como Robert Redford, Radcliff Brown ou Talcott Parsons, ao abordarem este problema, não

puderam deixar de notar que as culturas têm no seu centro uma estrutura de valores dominantes e outra alternativa. Desse núcleo fundamental, verdadeira matriz da sociedade, deriva não só a ordem social, como a ordem das finalidades, as concepções do mundo e da vida, ou seja, a própria justificação da existência e objectivo da comunidade nacional e do indivíduo, considerado em si mesmo. Em tal matriz social ocupam lugar de relevo o sistema de metavalores das crenças religiosas, o código do Bem e do Mal, do justo e do injusto, os mitos fundacionais que sustentam a ordem política e os aparelhos mentais que asseguram o bem comum e a equidade. Isto é, os vínculos valorativos que estão na base da solidariedade interna e do cumprimento das finalidades, segundo uma escala de precedências que costuma ser clara em termos de cultura subjectiva.

Deste modo, a cultura perfila-se como uma realidade envolvente de cada homem. A sua força manifesta-se em cada momento da vida, quer em virtude da enculturação sofrida no quotidiano, quer pela visão da vida do além, que pode condicionar muito do que activamente se realiza. Desde o nascimento até à morte, o homem está permanentemente enquadrado por sistemas de ideias, que incorporando valores e normas de comportamento, lhe disciplinam a vida de todos os dias e lhe decifram o mundo visível e invisível com simplicidade e eficácia. Ele é destinatário e simultaneamente herdeiro de múltiplas mensagens e ordenamentos, que usa como códigos de vida e comunicação, de integração e discriminação, como se se tratasse de uma axiologia prática. O tempo encarrega-se de interiorizar os comandos, confundido-os com a estrutura íntima do ego, e tornando-os, em muitos, quase automáticos.

Ao dar asas ao homem, desde que aparece no mundo, ela fá-lo porque acrescenta à sua legítima herança natural o somatório de tradições, ritos, usos, técnicas, hábitos, modos de ver e não ver, que o ensinam a seleccionar, a concluir, a relacionar-se e a comportar-se segundo o seu estatuto. E neste sentido, como em outros, as culturas são definitivas porque dizem a última palavra em domínios essenciais para vida e para a morte, especialmente nos tempos em que os canais da informação total e da proximidade estavam ainda no domínio da ficção. Todavia, nas megaculturas e nas culturas complexas do nosso tempo, não desapareceu o problema de Mosca. A estrutura dominante de valores e as grelhas alternativas vigentes continuam a condicionar as crenças políticas e por isso mesmo a fórmula da dominação pacífica. É este facto que faz

colapsar a explicação neoclássica, como nota bem Douglass North: " Porque é que as pessoas obedecem a normas da sociedade, quando podem ignorá-las em seu benefício? Certamente que uma avaliação individualista de custos e benefícios sugeriria que enganar, roubar, assaltar, assassinar, seria comum. Nós observamos este comportamento, mas a seu lado observamos indivíduos a obedecer a normas, quando estas poderiam ser violadas com impunidade e considerável benefício. Na verdade, o mundo neoclássico seria uma selva e nenhuma sociedade seria viável. (...) Mudança e estabilidade em História requerem uma teoria da ideologia que explique estes desvios ao cálculo individualista e racional da teoria neoclássica".[14]

A Óptica de Le Bon

Entre os homens que se aperceberam da importância do factor cultural estão certamente Le Bon (1841-1931) e Gramsci. Ao olharem para o sistema de valores, os hábitos, as crenças, os ritos, os mitos, as leis, enfim, para todo o aparelho espiritual das sociedades que se tem vindo a adicionar à biologia, aqueles autores perceberam que aí se aninhava uma matriz fundamental, com imensas capacidades de transformação. Essa matriz, provavelmente formada pela estrutura dos valores, dá o tom particular a cada sociedade, e revela como se deve lidar com o mundo e a vida.

Gramsci, que vivia apaixonadamente para a realização da utopia comunista e desejava a mudança; Le Bon, que era um positivista e só queria compreender o que estava em marcha para melhor defender o essencial. Em 1895, escrevia o psicólogo francês: "As únicas modificações importantes das quais resulta a renovação das civilizações, operam-se nas opiniões, nas concepções e nas crenças". E acrescentava, sublinhando esta descoberta curiosa: "Os acontecimentos memoráveis são os efeitos visíveis das mudanças invisíveis dos sentimentos dos homens".[15]

Estas observações colocam o problema da mudança das sociedades naquilo que nós hoje chamamos a matriz cultural e que Fernando Pessoa, segundo tudo indica, também intuíra. E, contemporâneo das transformações que colocavam as massas humanas no palco da história, Le Bon descobriu dois factores básicos que tudo desencadeavam: em

primeiro lugar, a destruição das crenças religiosas, políticas e sociais, donde derivam todos os elementos da nossa civilização; em segundo lugar, as novas condições da Ciência e da Indústria, que dão ao pensamento novas oportunidades.

E Le Bon pensava que o período em que se ia entrar seria caracterizado por um estado de transição anárquica, em que a antiga matriz se oporia à nova matriz em formação. As massas, as multidões, seriam um novo factor que aceleraria este acontecimento, que afinal representaria as últimas fases das civilizações do Ocidente. Fernando Pessoa, em Lisboa, exporia a mesma ideia dizendo que a democracia moderna "é um sistema político que só aparece nas decadências". [16]

A teorização de Le Bon revela uma observação histórica sobre a importância do núcleo espiritual das culturas e tem a vantagem de indicar que ele é mutável a longo prazo. O passo seguinte seria mostrar como se pode acelerar a mudança, tornando-a inevitável, e conduzindo-a, além disso, para fins previamente estabelecidos.

E quem o deu foi António Gramsci. Antonio Gramsci nasceu em 1891 e em 1920 já era um membro destacado do Partido Comunista Italiano. Em 1924 era deputado, e dois anos depois ascendia a Secretário-Geral do partido. Com o triunfo do partido fascista, Gramsci é preso e condenado a 20 anos de cárcere. É durante este tempo de prisão que se dedica a uma reflexão sobre a prática comunista e o seu fracasso na Europa.

Como todos os marxistas, ele era o herdeiro da manobra clássica de assalto ao Estado. Marx tinha ensinado que o poder real residia na infra-estrutura da sociedade, ou seja, nas relações de produção. Quem detém a propriedade dos meios de produção, detém afinal o poder de facto. Era aí que se devia atacar, pondo em marcha um movimento grevista que expulsasse definitivamente a classe dos donos desses meios fundamentais. O partido comunista, na definição de Lenine, estava destinado a isso, consciencializando a classe dos trabalhadores e lançando-a contra os patrões.

Ao derrubar os donos do aparelho de produção, o proletariado já organizado, destruiria, ao mesmo tempo, o seu sistema de justificação: isto é, a superestrutura ideológica, através da qual tudo era explicado e revelado como justo e correcto. Religião, direito, arte, filosofia, ciências, valores, tudo ruiria pela base, pois com o desaparecimento do poder dos

exploradores, deixavam de ter base de suporte os sistemas que o defendiam a todos os níveis. Assim, no pensamento marxista, era a base económica que engendrava a forma e a matriz da cultura dominante, que depois serviria para manter e estabilizar a dominação dos senhores sobre a massa entontecida dos escravos. A função da cultura era justificar a relação de exploração e torná-la, não só suportável, como até agradável. É neste sentido que Lenine diz que a religião é ópio das massas, como aliás o sistema de valores, o direito e as ciências burguesas.[17] Quebradas as relações de produção, tudo isto se desintegraria.

Na prisão, Gramsci, falecido antes de Milovan Djilas, para quem tudo se tornou complicado depois de ler o livro de introdução à nova Ciência da Física redigido por Leopold Infeld e Albert Einstein, percebeu que não era assim. [18] Engels e mesmo Lenine tinham deixada aberta a possibilidade de haver efeitos de vai e vem entre a infra e a superestrutura, e o italiano levou a intuição mais longe. Considerou duas áreas na sociedade: *a sociedade civil* e a *sociedade política*. Na sociedade civil inclui todo o campo privado, os valores, a moral, a estética, o direito, as tradições, etc., e estes elementos, no seu conjunto, conformam uma poderosa ideologia omnímoda, que reforça a sociedade política, ou seja, o Estado e os seus aparelhos de enculturação e repressão. No campo político, estão assentes crenças, ideias e sentimentos, que apoiam e permitem o funcionamento do Estado. Aqui é a área em que se exerce e desenvolve um poder específico — o poder cultural. Nesta descrição, a área não política, a superestrutura na terminologia marxista, é o campo de um poder especial que não sendo repressivo é pelo menos coordenador e manipulador.

Com tal análise Gramsci estava habilitado a dizer que nas sociedades onde haja uma sociedade civil muito desenvolvida e integrada jamais se poderá tomar o Estado sem primeiro atacar e controlar as alavancas culturais. O poder cultural torna-se imprescindível, porque sem a destruição do sistema de valores e crenças, de objectivos e meios de uma comunidade, é impossível revolucionar a sociedade com uma minoria voluntarista e chegar ao aparelho do Estado com facilidade. As suas tradições, instituições, valores mais do que as suas leis, são outras tantas barreiras à marcha dos revolucionários.

E o fracasso dos partidos comunistas foi este: não ter compreendido que, ao contrário da Rússia, que não tinha sociedade civil, algumas das antigas sociedades ocidentais dispunham de fortes sociedades civis, com

tradição histórica e estabilidade, e que tais tradições poderiam opor uma firme barreira ao vício da dominação totalitarista e burocrática. Logo, os primeiros movimentos de ataque deviam ser dirigidos para aqui; porém o que não fora previsto acontecia: o grau de resistência das crenças e ideologias ocidentais revelava-se como uma força difícil de transpor. No entanto, enquanto essas trincheiras invisíveis continuassem a existir, qualquer conquista puramente política careceria de significado estrutural, pois estaria sempre em risco de ser anulada no futuro. Então o fim da história não teria lugar sob a batuta do novo príncipe, antes se desenvolveria um tempo difícil em que este tudo deveria fazer para manter o poder contra as crenças e as instituições resistentes e não aniquiláveis. Parece que um pouco deste cenário marcou a evolução polaca, onde as formas de poder totalitário não foram capazes de destruir a fórmula do Céu que, inevitavelmente, aponta para uma cidade justa na terra, uma cidade que não coincide com a definida nos manuais do poder do partido único.

Os Valores Novos

Os cadernos de Gramsci popularizaram-se nos anos 40 e passaram a orientar a prática moderna dos marxistas. Ela assenta assim na erosão das matrizes culturais, na sua substituição por novas matrizes e na transformação das ideias médias.

Recorrendo aos meios disponíveis de comunicação, os agentes desta transformação — os intelectuais orgânicos — propõem e divulgam os contravalores, buscando atingir a sua aceitação por parte da juventude, das elites sociais e das instituições. Universidade, Igreja, Exército, Empresa, Sindicato, tudo é banhado por este trabalho de persuasão que recorre às técnicas mais elaboradas e avançadas. Evitando um choque brutal e frontal, os contravalores vão discretamente na mensagem.

As modas, a arte, a abertura aos intelectuais, o prestígio fabricado de certos agentes, facilitam de forma notável a penetração da contra-matriz e a sua difusão como alternativa real junto dos estratos sociais mais altos. E as mentalidades deslizam lenta mas seguramente para a esfera de uma nova matriz cultural, programada por outros senhores, para sustentáculo da uma nova fórmula política. O trabalho de Voltaire,

Rousseau e dos Enciclopedistas, ainda que na infância da arte, esclarece claramente a natureza deste ataque na Cultura, antes de 1789.[19]

Não se trata, portanto, da manobra clássica de conquista de uma civilização pelo topo das instituições, para depois proceder à colonização ideológica. Trata-se do inverso. Julian Steward viu assim a mudança cultural clássica nas terras do Inca: " Na conquista, as instituições espanholas substituíram as do Inca. Os espanhóis tomaram posições-chave na hierarquia política e a lei espanhola foi imposta na medida necessária para a manutenção das instituições espanholas".[20] Actualmente o mesmo objectivo é realizado de outra forma. A cultura começa a mudar nos seus principais vectores e as transformações institucionais em vez de impostas serão exigidas por massas já dotadas de uma cultura amplamente modificada.

Paradoxalmente, as sociedades atacadas nas suas matrizes só dificilmente se podem defender. Ou a sua elite dirigente nem sequer tem a noção do que está a suceder e baqueará inesperadamente, sem um sinal de resistência, sem um apoio, sem uma lamentação dos dominados, porque cultivando a diferença, o direito à contestação sem responsabilidade, o permissivismo laxista, abriu passo livre ao desmantelamento do essencial, ou então já se encontra colhida pela fascinação das novas doutrinas, só à espera, na melhor das hipóteses, de ela própria se reciclar e montar a onda em aliança com os novos eleitos das massas, e na pior, da sua substituição por uma contra-elite que mudará o sistema e ajustará contas. Há numerosos exemplos destas situações modelares, mas na verdade o que parece certo na mutação das culturas é sempre o facto das elites dirigentes, como salientou Fernando Pessoa, se afastarem das matrizes dos seus próprios povos.

A influência de modelos culturais hegemónicos, provenientes da megacultura anglo-saxónica e a sua transposição para as culturas nativas, substituiu nos tempo de hoje o assalto programado à cultura. Mas a batalha prossegue e alarga-se num gigantesco combate de valores, ideias, crenças, mitos e mundovisões, e modos de vida, em que uns cedem lugar a outros. E como *tudo tem a ver com tudo*, não é indiferente o que sucede aos valores sociais, aos valores históricos, aos valores filosóficos ou aos *metavalores*. Realmente, os actos do quotidiano, a vida comum, os direitos concretos, as convicções e aspirações, têm o seu fundamento último na matriz cultural. Se esta mudar, torna-se evidente que muda

também paulatinamente a própria matriz dos indivíduos — coisa que não deixará de se reflectir oportunamente nos comportamentos médios.

Desmantelada no sentido da destruição da estrutura de valores antiga, desmitificada no sentido do esvaziamento dos mitos fundacionais, materializada num sentido meramente consumatório, sem finalidades nacionais ou míticas inscritas nos seus nódulos ainda vivos nas culturas subjectivas, a cultura global perde a sua força mobilizadora e abre-se à mudança radical e mesmo à conquista. Perde as resistências internas, as trincheiras sociais são entulhadas e é impopular e indelicado lembrar que há inimigos ou falar de alguns aspectos decisivos da antiga matriz cultural. A sociedade está mudada e pronta para uma reorientação de efeito incerto, pois já não consegue entender a linguagem antiga e a necessidade de fazer sacrifícios. É que essa linguagem exige a interiorização, ao nível da personalidade, dos metavalores já erodidos e substituídos por valores de convívio ou meramente de produção e consumo.

É assim que se mudam os povos e se prepara o acolhimento para outra classe política, montada na fórmula adequada, e que prepara o terreno através de uma frente política de terra queimada. mas é importante reconhecer que, hoje em dia, só umas contadas culturas planetárias, têm esta capacidade de invasão e conquista, por entre as aclamações dos novos colonizados.

Notas

[1] G. Mosca e G. Bouthoul. **Histoire des Doctrines Politiques**, Payot, Paris, s. d. , p. 7

[2] Idem, ib. p. 245

[3] Mao Tse-tung. **Quotations from Chairman Mao Tsetung**, Foreign Languages Press, Pekin, 1972, p. 143

[4] Sobre o conceito de "Unwelt" ler: Jacob von Uexküll. **Dos Animais e do Homem**, LBL, Lisboa, s. d.

[5] Antonio Gramsci. **La Política y El Estado Moderno**. Ediciones Península, Barcelona, 1971, p.13

[6] Cfr. Sir Edward B. Tylor. **Primitive Culture. Reserch into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art and Custom**, 2 vols., John Murray, Londres, 1927; e também: Edward Evans-Pritchard. **História do Pensamento Antropológico**, Edições 70, Lisboa, pp. 137 e sgs.

[7] Historicamente continua a ser clássico o trabalho de Arnold Toynbee, mas é de relembrar os pequenos ensaios de referência: A L. Kroeber. **El Estilo y la Evolución de la Cultura**, Guadarrama, Madrid, 1969; e Ruth Benedict. **Padrões de Cultura**, LBL, Lisboa, s.d.

[8] Cfr. Leslie A.White. **The Concept of Cultural Systems**, Columbia University Press, Nova Iorque, 1975

[9] Cfr. Konrad Lorenz. **Os Sete Pecados Mortais da Civilização**, Morais, Lisboa,s.d.

[10] Cfr. John Tyler Bonner. **La Evolución de la Cultura en los Animales**, Alianza Universidad, Madrid, 1982.

[11] Diogo Moreira. "Reflexões sobre o conceito de cultura", in Estudos políticos e Sociais, nº 3 - 4, ICSP, Lisboa,1987, p. 461. Como reconhece, retoma e explora a ideia de Edward T. Hall da cultura como programa hierarquizado.

[12] Cfr. André Malraux. **A Tentação do Ocidente**, LBL. Lisboa, s.d.

[13] Cfr. Stanley Milgram. **Soumission à l'Autorité**, Calmann-Levy, Paris, 1974

[14] Douglass C. North. **Sructure and Change in Economic History**, W. W. Norton, Nova Iorque, 1981, p. 11.

[15] Gustave Le Bon. **Psicologia das Multidões**, Europa-América, Mem-Martins, s. d., p. 13

[16] Fernando Pessoa. **Páginas de Pensamento Político-1**, Europa América, Mem Martins, 1986, p. 198.

[17] Ver por exemplo esta antologia de textos de Lenine: **Lenine e a Religião**, Assírio e Alvim, Lisboa, 1974. A edição original é soviética e preparada pelo Instituto de Marxismo-Leninismo do Comité Central do PCUS, onde se explica que a religião não é um problema privado. De facto: "A concepção do mundo --escreve o prefaciador -- , rigorosamente científica , do Partido do Proletariado, obriga a travar uma luta intransigente e consequente contra a religião". Nada mais se pode acrescentar porque este é o cerne da questão.

[18] Ler: Albert Einstein e Leopold Infeld , **A Evolução da Física**, LBL. Lisboa, s.d.

[19] Cfr. Emmet Kennedy. **A Cultural History of the French Revolution**, Yale University Press, New Haven e Londres, 1989.

[20] Julian H. Steward. **Theory of Culture Change**, University of Illinois Press,Urbana, 1955, p. 59

3

A FORMAÇÃO DA NOVA ELITE POLÍTICA PORTUGUESA

Os Anos da Revolução, o Thermidor e a Institucionalização

A origem dos partidos que dominam a vida pública, nascidos de um acordo prévio entre uma restrita classe política e o MFA, que a autorizou a empreender o recrutamento de um eleitorado com observância de regras estritas, fez com que apenas nas eleições de 1979 para a Assembleia da República, começasse a revelar-se a identificação das correntes da sociedade civil com as formações partidárias que lhe foram impostas.

Adriano Moreira, in **O Novíssimo Príncipe**

A ideia de um estrato elevado acima da massa humana pode provocar aprovação, indiferença ou desespero, mas independentemente do que os homens sintam a esse respeito, permanece o facto das suas vidas, fortuna e fado, estarem desde há muito dependentes do que um pequeno número de homens, em alta posição, pensam e fazem.

Suzanne Keller, in **Beyond The Ruling Class**

Dos Conceitos e das Dificuldades

Para esboçar a estruturação da nova elite política portuguesa torna-se necessário estudar o seu percurso entre o período final de vigência da antiga elite e a institucionalização do novo regime político saído da Revolução de 1974. São as vicissitudes históricas, as peculiaridades conjunturais e as forças efectivamente em presença que, em larga medida, condicionaram esta e não aquela conformação. E tais vectores formularam e reformularam a proposta que hoje se observa em funcionamento no nosso sistema político.

Mas antes disso importa esclarecer do que estamos a tratar. O campo de estudos das elites encontra-se ainda tão minado em Portugal que é preciso proceder com todo o cuidado e não menos tacto. E isto significa esclarecer os conceitos e determinar-lhes o alcance explicativo e interpretativo. Numa área onde se tornou habitual usar conceitos vagos, ideias proteicas, categorias ideológicas, ideias excessivamente abrangentes, que de tão abrangentes para nada servem de útil, a primeira tarefa era elaborar um dicionário mínimo. Esta preocupação é tão fundamental no aspecto metodológico que penetra todo o trabalho relevante e ainda há pouco tempo se viu que em áreas conexas, como a da História Económica, tal ponto era levantado entre nós, com acuidade pouco comum, por Jaime Reis. [1]

O vício da conceptualização formal categorizante, de preferência, insere-se na debilidade das Ciências Sociais em Portugal, sempre tributárias, desde a sua emergência universitária, de instâncias e lugares comuns marxistas, que esterilizaram o aparecimento hipotético de qualquer pensamento criativo. O mal que esta hegemonia ideológico-normativa de um pronto a pensar fez nas ciências da sociedade ainda está longe de ser apurado, mas a verdade é que no campo específico da investigação dos detentores do poder foi capaz de impedir a exploração de qualquer outra análise alternativa, pois esta era logo apontada com suspeição como mero exercício de defesa da burguesia. Os polícias do pensamento ortodoxo, em Sociologia, em vez de consolidarem um sistema aberto de explicação, desde cedo colocado como paradigma científico por Karl Popper, erguiam-se de preferência como arautos da interpretação total e mesmo da vulgarização das virtualidades de um sistema fechado, obrigado a examinar-se continuamente a si mesmo para tentar descobrir novas ideias.

O problema agravou-se na Universidade com a Revolução de 74 e atingiu a seguir um servilismo que raiava o suicídio do pensamento. A minha própria Escola, que ensinava Ciências Sociais e Políticas há anos, atingiu tal grau de degradação pedagógica que foi encerrada pelo então ministro Sottomayor Cardia depois de diversos professores "suspeitos" terem sido compulsivamente dispensados.[2] Basta ver os livros de sumários da época para perceber que qualquer espírito científico havia sido extinto com brutalidade para impor a vulgata da moda ideológica. O ministério prestou um inestimável serviço que nós nunca agradeceremos suficientemente.

Por isso mesmo os estudos da problemática da elite nunca encontraram terreno fácil para progredirem com acolhimento devido. A área estava ocupada por um sistema total e os trabalhos dos autores centrais, que permitiriam a desmontagem ou até a análise concorrente, não eram ensinados ou eram pura e simplesmente escamoteados ou desconhecidos. Qualquer investigador actual pode confirmar que nomes incontornáveis do passado como Moisei Ostrogorsky, James Bryce, Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca, Robert Michels, Aloys Shumpeter, mesmo Wright Mills ou James Burnham, ou ainda mais perto de nós Gonzalo Fernandez de la Mora, eram autores malditos atingidos pela displicência do génio de Marx-Engels, imortal e multifacetado, de quem tudo vinha e para quem tudo ia. Até aos anos 70 cresce compreensivelmente a explicação marxista totalizante à sombra de traduções francesas e de vulgarizações em segunda mão, o que aparentemente visava contestar o sistema de poder instalado e, sobretudo, formalmente montado em instituições que se apresentavam como desafios à interpretação revolucionária. Depois de 74 é o delírio teórico, que apresenta num ponto extremo a caricatura burlesca nos discursos e interpretações científicas da realidade social portuguesa por homens como Vasco Gonçalves, Costa Gomes, ou por grupos de trabalho como os do COPCON, da 5.ª Divisão do EMGFA, e no contraponto académico os encadeamentos dedutivos risíveis, de circunstância, como os assinadas, entre muitos nomes epocais, por César Oliveira, em 1975.[3] Universitário que se prezasse não podia fugir ao macroenquadramento do politicamente correcto de então e isso implicava citar pesadamente Marx, Engels e Lenine, a propósito da mais pura das banalidades, isto ao jeito do hipócrita Gyorgy Lukáks, que desenvolveu um modelo de carreira no seu livro *The Historical Novel*, a propósito da novela histórica, e para o qual

carreou citações apropriadas dos génios oficiosos só para demonstrar que Walter Scott, naquela matéria, ainda era o melhor.[4] Mas não ficou por aqui, e com receptividade nas editoras do país.[5]

O tempo não andava maduro para investigações heterodoxas e pudemos comprovar, aqui em Portugal, que a análise marxista ou marxizante, instaurada em verdade indiscutível, fez tanto mal à compreensão da estratificação social e do funcionamento dos suportes do poder como aquele que Bernard Barber atestou na globalidade, ao afirmar que sendo ela veemente ideológica, embora reclamando sempre carácter científico, o que procurou fazer de facto foi juízos morais sobre o mundo e mudá-lo.[6]

É assim que pensar em elites ao estilo clássico dos pensadores marginais ou elaborar nesse sentido será sempre, quer se queira, quer não, uma contestação do excessivamente famoso motor da história e uma explicação realmente não marxista das coisas sociais, porque ignora os dogmas em que assenta o sistema analítico marxista-leninista, revigorado ou não, passando ao lado de um fluxo interpretativo de escola que na sua ambição totalizante parecia votado a explicar o próprio Universo. Os investigadores soviéticos da sociologia e do pensamento nunca hesitaram em denunciar a perspectiva inaugurada por Pareto como um trabalho burguês apontado, em última análise, à defesa do próprio poder da classe dominante. V. Mshvenieradze, ao fazer um estudo ortodoxo da então denominada ideologia burguesa e do revisionismo, escrevia: "Ao separarem o poder político das relações antagonísticas entre as classes nas sociedades capitalistas, os cientistas políticos ocidentais optam conscientemente por justificar a coerção burguesa"; mais adiante, estipula que é sempre preciso ter na devida conta a palavra de Marx-Engels e para que não restem dúvidas cita-a expressamente como revelação: "o poder político, propriamente dito, é meramente o poder organizado de uma classe para oprimir a outra".[7] Não há lugar para construções intelectuais fora deste esquema simplista. Para factores impensáveis como minorias activas, grupos sectoriais dominantes, famílias de poderosos, enfim, para a realidade social que se passou a designar, convencionalmente, por classe política ou elite política. Como os conceitos, em todas as circunstâncias, e particularmente em algumas são uma arma letal numa guerra de propaganda, conquista e dominação de almas mortas, tudo quanto nebulosamente rodava em torno do

estenograma paretiano convertia-se em indiscutível perigo, desvio a denunciar vigorosamente para sossego do proletariado.

Todavia a elite, como minoria dominante nas específicas esferas da sociedade, tornou-se um facto social inelutável para o observador sem escola de vidro e hoje é impossível ignorá-lo nas aras de qualquer deus menor, pois nem os utopistas convictos dos séculos passados ou deste século mordido pela insegurança e o medo do futuro o fizeram em tributo a deuses maiores. Autores significativos que escreveram na segunda metade do nosso século ou que ainda produzem como Raymond Aron, Maurice Duverger, Karl Deutsch, Giovanni Sartori, Norberto Bobbio, Arthur M. Schlesinger Jr., William Domhoff, John Higley, Tom Bottomore, John Kenneth Galbraith, Robert A. Dahl, Anthony Giddens, Samuel Eldersveld, William Kornhauser, Harold Lasswell, Tom Bottore, Thomas Dye, Irving Horowitz, Peter Bachrach, Julien Freund, Susanne Keller, Gonzalez de la Mora, Giovanni Busino, só para mencionar alguns dificilmente ignoráveis pela contumácia intelectual, não puderam senão descobrir com interesse uma nova área de questionação e caminhar para o esclarecimento dos seus contornos, avaliando com inteligência analítica o velho terreno da sociologia política, inaugurado sob os auspícios do positivismo mais estrito.[8]

Assim, torna-se possível discutir em Portugal as elites nos anos 90, tal como já se fez muito antes em outros ambientes culturais, porque o sistema explicativo dominante entre os intelectuais caducou nos centros de difusão das modas sociológicas com o fracasso imperial do sovietismo erigido em doutrina intelectual munida da força repressiva de Estado. A teoria, aliás, para os melhor informados, já andava com problemas internos desde a publicação dos sintomáticos livros do dissidente jugoslavo Milovan Djilas, antigo amigo pessoal de Tito, prisioneiro do bom marechal, especialmente daquele que se revela como um sinal do futuro: *A Sociedade Imperfeita*. O trabalho publicado por Albert Einstein e Leopold Infeld — *A Evolução da Física* —, que com tanta razão impressionara Djilas, era já um toque de finados pela fórmula política científica que o antigo guerrilheiro já desmontara num livro de grande impacto, a que deu o título desafiante de *A Nova Classe*, referindo-se, bem entendido, aos novos sátrapas do país, detentores de uma autoridade legitimadora de grandes vantagens, tudo à sombra da fórmula confortável da velha dupla do século XIX revista e actualizada para o caso concreto por Lenine. O enorme progresso das ciências da Natureza, nomeadamente

da Física, acarretava implicações directas para a ideologia marxista-leninista global ou especial e tornava-se claro, no domínio fechado dos especialistas, que os novos dados, gerando uma nova visão do mundo aparente, cilindrava-a, ignorando-a em todos os seus mais pequenos aspectos, instalando ao mesmo tempo a contradição no seio da sua própria decifração teórica da realidade. O machismo, odiado por Lenine, a irritante epistemologia relativista de Mach, cobrava a factura.

Mas o movimento da literatura popular de ficção no empório de Leste apontava na mesma direcção. Um estudo cuidadoso e comparativo dos utopistas, que tinham um gigantesco mercado, e da novelística, que sempre havia sido forte, deixava ao analista todas as chaves na mão. Ler Stanislas Lem, Rybakov, Arkadi e Boris Strugatsky, Kirill Bolitchev, Zinovi Yurev, Alexandre e Serguei Abramov, Vladimir Savchenko, Olga Larionova, Valentin Tchelnokov e compreender a distância que os separa do épico soviético Ivan Efremov era pressentir a mudança. Mas não ter ignorado sinais tão marcantes como os emitidos por intelectuais como Vintila Horia, Boris Pasternak, George Uscatescu, Panait Istrati, Alexandre Soljenitsyn, mesmo Koestler ou Orwell ou Jorge Semprún, teria sido um exercício indispensável para compreender o movimento das ideias no centro mesmo do pântano e perceber o que estava em gestação.

Mas é necessário dizer que em algumas escolas, apesar do *zeitgeist* e de muitos destes sinais serem desconhecidos, o tema da elite não foi sistematicamente escamoteado, mostrando-se antes as suas virtualidades explicativas. Ensaios dos anos 50 e 60 de Adriano Moreira e José Júlio Gonçalves indicavam bem o alcance explicativo do conceito do autor do Tratado de Sociologia Geral. É nessa tradição científica que tentei fazer, nos anos 70, fora do esquema do reducionismo analítico que era o cânone, uma *Introdução à Política* [9], com Jaime Nogueira Pinto, e um ensaio sobre a decomposição da esfera soviética, que curiosamente se viria a revelar muito mais prospectivo que as antigas profecias dos mestres sobre o capitalismo.[10] Em outro nível, tratei de avaliar a grande tradição intelectual nestas matérias centrais da sociologia política e da politologia, acabando por verificar que os conceitos mais operacionais que cobrem adequadamente a realidade empírica e os factos inventariados giram ao redor da noção flexível e clássica de elite política, em detrimento da definição densa e modelar, que se torna um caso especial a observar na lamela do macroscópio, isto é, uma peculiaridade social.[11] Neste sentido, classe política dirigente — noção forjada pelo italiano

Gaetano Mosca — confunde-se com o conceito de elite política governante de Vilferedo Pareto. Em ambos casos trata-se de uma minoria identificável e mais ou menos visível (no sentido de que não é totalmente invisível, secreta, conspirativa de loja), que desfruta do controlo do poder político, quer pelo comando dos meios impositivos das decisões, quer pela posição hegemónica nas instituições, que lhe dá o domínio da formulação da assim chamada "vontade institucional", despersonalizada e atribuível a fontes de grande relevância, sem responsabilidade de maior para os indivíduos.

Não é forçosamente homogénea, consciente, coesa e cooperante mas, como notou Cotta, ao estudar a esponjosa elite italiana, é um todo estrutural, ora ligado por ténues laços, ora soldado por fortes vínculos. [12] Articulada, heterogénea, com posição visível nas organizações de poder, estruturada em grupos conscientes, mostra frequentemente no seu centro um núcleo duro, pouco alterável, que integra os elementos de maior peso, influência e consequentemente dotados de superior capacidade para a decisão politicamente relevante, e depois um círculo periférico de homens de segunda e terceira linhas, dotados de alguma influência não desprezível, e também senhores das alavancas de controle de instituições com peso na sociedade.

Tem utilidade metodológica distinguir a elite governante, com o seu núcleo central e área periférica, da contra-elite. Esta formação, provavelmente dispersa por instituições marginais ou grupos revolucionários com influência cultural, recusa o Sistema Político e visa instaurar outro, adequado aos objectivos fixados. Neutralizar, destruir ou integrar a contra-elite foi sempre um problema essencial para as elites governantes inteligentes e a desatenção a este problema político pagou-se sempre muito caro.

Outro problema é a questão da continuidade e evolução da elite no tempo. Deve-se aplicar com critério os conceitos de Robert Michels e de Raymond Aron, que sugerem a longa transformação da elite social e da elite política no Ocidente, que materializariam o que aquele último investigador veio a denominar elite dividida ou categorias dirigentes, para cobrir a diversidade e até maior atomização das minorias social e politicamente importantes, em termos de poderio e influência nas diversas áreas significativas da sociedade global. Divisão e competitividade dentro do Sistema, aceite como indiscutível, perfilam-se assim como as duas linhas características das elites dos países económica

e educacionalmente desenvolvidos, onde a contra-elite, marcada pelo radicalismo da fórmula, é condenada à eterna marginalidade institucional, tendo portanto poucas hipóteses fora do esquema da integração renitente.

A elite política portuguesa inscreve-se actualmente neste modelo e a elite social é também, efectivamente, dividida. Com isto quer-se afirmar que nas diversas esferas relevantes de poder social não especificamente político (cultura, religião, economia) encontram-se minorias distintas, internamente competitivas, não conseguindo qualquer uma delas controlar as outras, para unificar nesse caso o campo em seu favor. Mas para lá disto, cada minoria social dirigente ou influente carece de homogeneidade, estando portanto também dividida em facções alinhadas por interesses, ideologias ou planos. A elite política apresenta as mesmas divisões, segundo eixos que lhe são próprios, isto é, as ideologias de partido.[13]

O facto interessante no processo de formação desta elite é que nem sempre foi assim e ela resultou de um acidentado percurso revolucionário, que poderia encaminhar para outro tipo de elite política, meta para o que aliás não faltou esforço.

Elite e Fórmula Política

Qualquer minoria dirigente tem de lidar com a maioria dirigida e esse foi um problema teórico dos analistas que estudaram o mistério da obediência ou que trataram desde os primórdios a questão da dominação exercida pela minoria. Ainda que se perfilem a força armada e os corpos repressivos intermédios (polícia, guarda) como garante da obediência não desejada, a necessária imposição e aceitação da dominância só excepcionalmente passa por aí. Os dominadores assentam a sua força e os seus privilégios num consenso alargado, misto de crenças, mitos e ideias racionais, a que os investigadores italianos chamaram fórmula política. Ela fornece uma plataforma para o comando e uma justificação para a obediência e conformismo. Num certo sentido legitima a minoria dirigente, afasta as pretensões da contra-elite munida certamente de uma fórmula concorrente de pouco impacto na conjuntura, e disciplina os comportamentos das massas, cultivadas na mesma crença desde os primeiros momentos de enculturação na família, com continuação repetitiva na escola e até mesmo na Igreja. Os aparelhos ideológicos de

que nos falou Althusser servem para isso mesmo: dispensar o uso constante da força para manter o poder, o que seria caro e irracional, fazendo-o repousar numa base de aceitação a que é indispensável uma apropriada enculturação.

A relação de dominação é facilitada por dois elementos muito afastados. Por um lado, a organização, que é sinal da minoria, aparecendo esta normalmente como uma estrutura de poder face ao indivíduo isolado, que nem imagina a possibilidade de lhe fazer frente. E este foi um ponto em que Roberto Michels fez finca pé. Por outro, a tendência básica para o conformismo em sentido estrito de uma larga maioria da população, que só espera ordens com a maior das receptividades. E este é um ponto comprovado experimentalmente pelos psicólogos sociais desde as interessantes experiências laboratoriais de Stanley Milgram nos anos 70, a que G. Allport chamava "experiências de Adolf Eichmann". Isto não quer dizer que a maioria da população é constituída por pessoas de ego fraco em busca compulsiva de aprovação e de chefia apaziguadora dos sentimentos de insegurança, mas indica com pouca margem de erro que existe uma impressionante percentagem de indivíduos deferentes e que a autoridade tem uma base sólida para olhar com confiança o futuro se conseguir evitar a colisão com grupos desafiantes puros e duros.

Percebe-se imediatamente, num quadro com estes dois novos factores, que a fórmula é ainda mais fundamental à elite política dirigente, pois é o seu principal instrumento de coordenação para colecções de indivíduos estruturalmente não resistentes, bem dispostos, e ainda em busca de razões convincentes para obedecer. No mais perfeito modelo teórico, as massa devem assimilá-la, integrá-la nas suas crenças e estar dispostas a sacrificar-se por ela, mesmo morrer corajosamente, numa afirmação de transpersonalismo vivido. A minoria sabe que a perda de vitalidade da fórmula política ou o seu colapso corresponde à sua perda de estado de graça e mesmo queda.

O ataque às fórmulas, desde a revolução inglesa de 1640, passando pela guerra de independência das colónias americanas e pela revolução francesa de 1789, cabe aos pensadores políticos, aos doutrinadores, aos panfletários, aos iluministas, aos enciclopedistas, numa palavra, aos intelectuais, que as vão minando e mesmo desmontando como conceitos indignos do homem do tempo. O sinal dos intelectuais, deserção, afastamento, adesão ou ataque activo, foi para um analista da craveira de Crane Brinton, o anúncio da perda de vigor da fórmula e,

consequentemente, do colapso da elite.[14] A conexão verificou-se na América da guerra da Independência, na Inglaterra de Jaime I, na França de Luís XVI, na Rússia de Nicolau II, em Portugal de Marcello Caetano.

Ora, quanto à fórmula dos governantes, que é que se pode adiantar para Portugal ? É uma verdade que colapsou a fórmula lentamente elaborada pelo pensamento de Oliveira Salazar, instituído na União Nacional, divulgado na escola, na igreja, nos meios de comunicação da altura e um tanto plasmada na Constituição de 1933. Essa fórmula padeceu de falta de coerência interna, de debilidade lógico-formal e foi-se tornando obsoleta, acima de tudo, depois da vitória dos Aliados na II Guerra Mundial, em 1945. Nascida de uma desconfiança activa na democracia liberal, parlamentar e republicana, derrubada pelos militares em 28 de Maio de 1926, depois de rotundos fracassos do regime instalado à sua sombra, ela veio sublinhar a necessidade da obediência e do trabalho, da vida simples sem política, da hierarquia e suas responsabilidades, veiculando sobretudo o conceito fundamental de que a política e as questões do poder eram uma matéria reservada aos especialistas. A apolitização das massas era um objectivo desejado a par da politização de uma classe selecta reunida num organismo político, tudo coroado por uma Lei Fundamental que remotamente tutelava a vida de todos os cidadãos, que em grande parte ignoravam até a sua existência.

As Constituições Políticas com o seu peculiar folclore são um elemento importante da fórmula, como teve oportunidade de demonstrar Ribeiro dos Santos, que escreve como conclusão da sua investigação sobre a imagem do poder em Portugal: " A Constituição Política apresenta-se como um instrumento indispensável para projectar sobre os governados uma imagem de legitimidade, de eficácia e de justiça, ou seja, a face prazenteira de Jano, que favorece a sua obediência consentida, generalizada, sem a qual nenhum Poder pode sobreviver".[15] Pode olhar-se por cima do ombro esta tese, assente num documentado estudo das conjunturas constitucionais, mas de resto ela tão só indicia o peculiar modo de constituição da fórmula dos governantes. E nos anos 30 os dirigentes portugueses não puderam ficar alheios a esta questão, como de resto não iriam ficar os revolucionários de 74.

Que aconteceu então? No domínio da fórmula há um longo período de erosão desde o colapso da propaganda triunfalista do Regime, cujo

ápice se pode colocar em 1940, nas comemorações do VIII Centenário da Fundação de Portugal e no IV Centenário da Restauração da Independência e cujo ocaso total se pode datar, depois do revivalismo desencadeado pela guerrilha nos territórios africanos do Estado, nos primeiros anos do governo de Caetano. É claro que, desde 1945, a ideologia nacionalista, corporativista, orgânica, que fundamentava um regime autoritário, entrava em choque com a plataforma triunfante. [16] E é esse problema, radicalmente ideológico, que solicitará permanentemente uma solução adiada, tanto mais que a conjuntura internacional se encontrava dominada pela fórmula universal do Ocidente, tão hegemónica que mesmo os comunistas se viram obrigados a defender os fundamentos democráticos do seu sistema, profundamente elitista e dotado, de início de enorme mobilidade ascendente.

A crise das fórmulas não democráticas começa aqui e todas as elites políticas sustentadas em outras, mais ou menos nacionalistas, patrióticas, místicas, jurídicas e racionais, começavam a ter os dias contados. A linha geral da fórmula aparecia clara muito cedo no Discurso de 17 de Maio de 1931, no Coliseu, por ocasião de uma manifestação de apoio da União Nacional à Ditadura. Proclamava Salazar muito simplesmente: "Deve pensar-se que o fim desta grande actividade renovadora é o estabelecimento de um nacionalismo político, económico e social, bem compreendido, dominado pela soberania incontestável do Estado em face de todos os componentes da Nação, e insusceptível de ser o joguete, ou a vítima de partidos, de facções, de grupos, de classes, de seitas e de engrenagens revolucionárias". [17] Mas é desde o princípio da sua função ministerial que pensa neste sentido, como se verifica pelo lema apresentado no discurso de agradecimento às Câmaras em 21 de Outubro de 1929: " Nada contra a Nação, tudo pela Nação". [18] Nação já então entendida no sentido alargado de Metrópole, Ilhas e Colónias.

O seu ideário haveria de se tornar mais complexo com recurso a fontes heterogéneas, que vão dos maurrasianos e nacionalistas franceses à doutrina social do Papado, mas tudo submetido a um forte nacionalismo pensado, que inclinava para o pragmatismo. Como afirmava e praticava, um nacionalista não pertence a qualquer partido ou escola: usa o material que tem à mão de acordo com a sua utilidade para a reconstrução nacional. É muito desta ideia central que acabaria por plasmar-se, para ganhar eficácia social, na União Nacional, que nasce com o monopólio da actividade política, mas que por isso mesmo vive à sombra dos

Ministérios e não passa nunca de uma correia de transmissão do aparelho burocrático do Estado, um instrumento domesticado do Governo.[19] E também na Constituição de 1933, onde se sistematizam princípios com dignidade de lei suprema, que na verdade eram elementos da fórmula em vigor: para lá de carapaça jurídico-política do regime laboriosamente posto de pé, era realmente um reforço normativo da fórmula política de dominação daquela nova elite governante, que buscava por tentativas assentar o seu domínio do Estado e da sociedade.

Deste modo, o que admira não é a queda da fórmula forjada essencialmente por Salazar, mas antes a sua duração para lá de 1945 e mesmo depois do desaparecimento físico do mentor do Regime. Para que aponta tal facto? Por um lado, para a debilidade interna da contra-elite, que vegetava marginalmente, controlado pela polícia política e sem reais meios de recrutamento e conexão com o eleitorado. E por outro, para a fraca mobilização popular das fórmulas concorrentes, desenvolvidas sobretudo em textos políticos que reproduziam modelos de importação, nomeadamente a democracia, como pano de fundo das subfórmulas que justificariam facções da futura elite dividida.

As fórmulas têm sempre o seu grau de resistência à desagregação e entre nós, até à revolução de 74, não há dano maior infligido à ideologia nacional que aquele feito pelos Aliados em 1945. Na conjuntura adversa trabalharam socialistas, monárquicos, democratas liberais, progressistas religiosos, comunistas de aparelho, e as dificuldades sentidas na Universidade, em determinadas unidades fabris, e ocasionalmente no Exército e na Igreja — duas instituições chave do Sistema — deve-se mais à deterioração da fórmula que a uma acção significativa de grupos de poder. Como Antunes Varela escreveu: " O Estado Novo, como regime antiparlamentar e como sistema anti-individualista, que procurava colocar o interesse nacional (o chamado bem comum em linguagem tomista) acima dos interesses individuais, correspondeu às necessidades de uma época e reflectiu o pensamento dominante na sociedade portuguesa à entrada do segundo quartel do século. (...) A queda do regime veio apenas confirmar a precariedade dos sistemas políticos (por melhores que eles sejam), que não sabem adaptar-se às novas necessidades e aspirações da comunidade, mesmo que por eles próprios criadas". [20]

A ineficácia da chamada "oposição", depreciativamente descrita nos meios afectos ao regime com a palavra "reviralho", é confirmada por

duas vias. Uma, pelos biógrafos, onde se destaca Franco Nogueira e Ploncard d'Assac, e outra por ele mesmo.[21] Em 1965, face à campanha frentista, Salazar opinava que "os políticos" — ou seja — a contra-elite, "imbuídos de teorias, sedentos de poder, enamorados das mutações revolucionárias, são na verdade minoria insignificante da Nação". [22] Sem impacto, sem repercussão, sem mobilização, como se vira na campanha presidencial de Delgado em 58 — que ele critica pelo seu apelo espectacular, americano, às massas que " reagem em toda a parte da mesma forma, quando embaladas em ondas de emoções, à volta de promessas loucas e ambições e ódios recalcados" — o colectivo surgia na sua definição como um grupo pouco português, mas sobretudo, sem dimensão para competir.[23] Esta análise, certamente interessada, coincide em grande medida com o que em tempo de clareza declara Vasco Vieira de Almeida, antigo militante do MUD juvenil, administrador do BPA, preso pela polícia política, ministro da coordenação económica do primeiro Governo revolucionário, observador privilegiado da vida política antes e depois de 1974. Segundo ele, "eram poucos os que lutavam activamente contra o regime. Havia uma massa gigantesca de gente, despolitizada, desinteressada, que deixava andar... É a guerra colonial — um problema insolúvel naquela altura — que cria a movimentação dos militares ". [24] E tal afirmação só reafirma a percepção do general Spínola, que conduziu a guerra na Guiné, escrevendo depois o livro que deu origem a uma movimentação sem precedentes de militares próximos e afastados de Marcello Caetano.

O livro, fundamental ainda hoje para perceber o período, trata essencialmente da guerra ultramarina, veiculando a tese que ela não se podia ganhar militarmente, nem no terreno, nem na conjuntura política internacional adversa, oferecendo como alternativa um contrato de desenvolvimento com as elites políticas dos novos territórios dotados de amplas autonomias. A proposta, como se sabe caracteriza o período moderado da revolução. Escrevia então convicto no seu manifesto político de 1974: " Defendemos uma solução do problema nacional baseada numa ampla desconcentração e descentralização de poderes em clima de crescente regionalização de estruturas político-administrativas dos nossos Estados africanos, num quadro de raiz federativa".[25] E tal projecto era quase o epílogo da sua obra esquecida injustamente, porque nela ainda pulsa a ideia de rearranjar o espaço português sob uma elite plurirracial, uma utopia que nenhum medíocre percebeu, e que o núcleo

militar ascendido se encarregou rapidamente de inviabilizar, anatematizando mesmo o velho general, que teria de conhecer o exílio em condições pouco agradáveis.

Mas o que tem grande significado, não por causa da dimensão então detida, mas sim em virtude da conjuntura criada depois pelos militares rebelados, são os diversos componentes da pequena contra-elite, que rejeitava o Sistema, e cujos líderes reconhecidos desfrutavam de alguma fama marginal e de não pequenas conivências no seio da elite económica, que por obrigação de bem-estar pratica muito a futurologia. As facções desta contra-elite possuíam fórmulas concorrentes até aí abafadas pela fórmula localmente dominante e mesmo o frentismo que ensaiaram com a CDE saldou-se por um fracasso no terreno da disputa do poder. Todavia nestes embates pequenos construía-se de facto um núcleo de dirigentes alternativos, curiosamente divididos por sectores irreconciliáveis e que o poder de então se escusou a assimilar ou a destruir cirurgicamente.[26]

A incapacidade de Salazar, a partir de 1968, e a ascensão de Marcello Caetano, um homem com sérias dúvidas na eficácia da ideologia vigente, foi um ponto de não retorno da construção ideológica. A necessidade de incluir nos baixos escalões da elite política, na Assembleia de Deputados, elementos ditos independentes, que vinham de uma sector da contra-elite, que faziam entretanto bandeira da sua fórmula não assimilável pelo Regime, mostra claramente que em 1971 a crise estava instalada no núcleo duro da elite antiga e que a fórmula até aí reverenciada andava pronta para o saldo.

Em 1974 a fórmula não era integrante e os intelectuais tinham-se passado com armas e bagagens, desde há alguns anos, para a contra-elite e seus instrumentos, sem grandes punições pelo desvio. A própria fórmula dominante quase não encontrava quem a defendesse e se falavam em seu nome era sempre com ar comprometido ou como que a pedir desculpas. O ambiente cultural, onde trabalhou predominantemente a elite concorrente, estava maduro para a mudança de fórmula, quer dizer, para a ruptura na elite governante. A plataforma de oposição não tinha encontrado nada melhor que o marxismo como ideologia e ciência e é certo que a utopia é, ao contrário do que foi afirmando Karl Mannheim, um projecto ideal de oposição.[27] O marxismo vulgarizou-se na Universidade, donde saíria tropa miliciana, nos ambientes do quarto poder, nos intelectuais, e evidentemente, estava de pedra e cal na organização residual do partido comunista, mais leninista que marxista,

devotado a Estaline, e que era afinal o único partido com autêntice organização e programa táctico.[28]

A guerra e os seus problemas específicos, que envolviam sobretudo, num primeiro plano, militares de carreira, profissionais, e só depois milicianos, foi o factor decisivo para estabelecer o tempo e o modo da substituição dos antigos dirigentes — e isso só mostrou que a elite militar em 1974 não passava de uma elite formal, sem controlo efectivo sobre uma apreciável parte das estruturas operacionais. É óbvio que a revolta de um sector das Forças Armadas tinha desde logo à sua disposição um pronto a pensar, que justificava globalmente a atitude — e o problema, no futuro, iria residir sobretudo no assentamento das subfórmulas, porque quanto à fórmula hegemónica — a ambígua e proteica democracia — ninguém tinha dúvidas. Assim a guerra das fórmulas acompanhou de perto a guerra das facções da contra-elite, sob o olhar interessado e braço interveniente dos militares mais politizados, isto é, mais crentes em fórmulas, e em subfórmulas de inspiração infantilmente marxista, o que os afastava definitivamente do espírito castrense que se define pelo afastamento ostensivo das ideologias, senão mesmo pela dedicação asséptica a uma ideia de Ordem.

Ora a fórmula que, com reformulações e emendas, justificava a elite governante em Portugal, cai em 1974 sem resistência assinalável. Estava exaurida, carente de crentes verdadeiros prontos ao sacrifício. Não criou mártires, nem os fez nessa hora o braço dos vencedores. E foi substituída de um dia para o outro, sem convulsões ou alarme. A prova de vida da fórmula ficara feito pelos acontecimentos.[29] Sucede que as fórmulas não são boas, nem são más: funcionam ou não. E isto quer dizer que só são boas enquanto justificam consistentemente o poder da minoria. Quando a dúvida começa a instalar-se nos intelectuais, quando a crítica corrói as elites sociais e fórmulas novas ganham raízes e avançam à frente de uma outra minoria ambiciosa, que se revela não integrável por razões baseadas na cegueira dos componentes da elite governante e nas ambições próprias, então deixam de ser boas. Então as boas estão a constituir-se paulatinamente nas asas do tempo, com a minoria ascendente. A história dos que caíram num processo deste género prova, acima de tudo, que não perceberam o que estava em marcha uns anos antes de se verem forçados a enfrentar a guilhotina, o pelotão de fuzilamento, a prisão, as humilhações de toda a sorte, e, enfim, como destino melhor, o afastamento dourado do exílio interno ou a expulsão

sem direito a regresso para o país irmão. Caetano conheceu este fim, mas ao almirante Thomas foi poupado o afastamento perpétuo para terras desconhecidas, talvez por também ser militar.[30] Como comenta Gonzalo Fernandez de la Mora, "a perda do poder é uma situação em parte burlesca e em parte dramática, que muito poucos mortais são capazes de superar plenamente".[31] Salazar estava compreensivelmente enterrado em campa rasa. Spínola, temporariamente, como inimigo do povo, teve de viver no Brasil, depois de algumas aventuras rocambolescas em Espanha. Mas nunca se aprende o suficiente para evitar estes pequenos incómodos, que são a outra face da lua, a menos vista e recordada do jogo do poder.

A Nova Elite Revolucionária e a Classe Política Contratada: os Primeiros Passos

Não podemos dizer que em Abril de 1974 acabou um mundo e começou outro, como Fernão Lopes declarou a propósito da revolução de 1383, conduzida pelos hábeis amigos do mestre de Aviz. Pareceu inicialmente que assim era pelo voluntarismo exibido e testemunhado pelos observadores, mas numa fase mais avançada do processo todas as dúvidas ganharam direito a cidadania, ainda que o mundo português se encontrasse objectivamente muito alterado.

Hoje em dia é fácil concordar no ponto inicial, mas em pouco mais: um grupo de militares de patentes médias organizou e desfechou um golpe de Estado, abolindo a operacionalidade da elite governante e neutralizando a reacção de chefes militares institucionais, supostos de controlar meios superiores aos exibidos no dia 25. Numa análise estrita, o que se passa é a constituição, com progressiva consciência da realidade sócio-política envolvente, de um núcleo dirigente, fundamentalmente militar, que buscará dominar o Estado com os meios típicos deste estrato de profissionais.[32] Logo que o golpe militar triunfa — e isto porque encontra em todo o lado militares profissionais de escalão médio descontentes com as perspectivas de carreira — desenvolvem-se os órgãos desse novo poder, cujos componentes para se legitimarem na estrutura militar são obrigados a contratar uma interessante casta de altas patentes colaborantes, para logo depois se alcandorarem a postos superiores por autograduação, a que não tinham direito corporativo,

justificando assim as suspeitas de carreirismo e usurpação que os altos escalões alimentavam a seu respeito.

O primeiro órgão formal do novo poder, a Junta de Salvação Nacional, integrada maioritariamente por altas patentes (general Spínola, general Costa Gomes, brigadeiros Diogo Neto e Jaime Silvério Marques, coronel Galvão de Melo, capitão de mar e guerra Pinheiro de Azevedo e capitão de fragata Rosa Coutinho) deu inicialmente cobertura institucional ao trabalho do núcleo original do Movimento de Capitães, que entre si se articulavam numa Comissão Coordenadora do MFA, sede real de poder. A Comissão originariamente não é mais que o poder multifacetado de militares de escalões médios, inquietos com o seu futuro face à ascensão, com a guerra, dos oficiais milicianos, oficiais que não incomodavam as altas patentes no topo da carreira. Por isso o MFA atrai sobretudo gente da Academia, entre Tenente, Capitão e Major, homens novos que teriam de enfrentar uma dura concorrência com milicianos vindos da Universidade, na disputa por um número limitado de lugares médios nas Forças Armadas e nas Forças de Segurança e para os quais estes últimos mostravam estranha ambição. Essa inquietação está já patenteada na carta enviada a 28 de Agosto de 1973 por dezenas de oficiais do quadro permanente em serviço na Guiné, entre os quais Otelo Saraiva de Carvalho, então capitão artilheiro profissional, às autoridades máximas, protestando contra o Decreto-Lei 353 de 73 e posteriores alterações, que os signatários tomavam na globalidade como um severo ataque directo às suas prerrogativas de corporação militar fechada.[33] O famoso descontentamento militar, que prova ser de oficiais médios da hierarquia normal de carreira, tem uma origem corporativa, humilde, mas já nada preludiava de bom se tais reivindicações de profissão não fossem habilmente tratadas. Ora, a elite governante da altura, não teve soluções, porque considerou este problema uma dificuldade menor.

O segundo órgão de poder dos novos dirigentes é o Comando da Região Militar de Lisboa, entregue a Otelo, graduado em brigadeiro, em Julho de 1974, e o Comando Operacional do Continente (Copcon), de que aquele militar se torna logo comandante-adjunto e depois, em princípios de 75, já graduado em general, chefe carismático até à destituição no golpe de 25 de Novembro. O controlo do país e da sociedade, pelo uso da pura força, fica assegurado para a Comissão Coordenadora. Os descontentes da Guiné têm muito mais do que aquilo que humildemente pediam a Caetano e seu ministro da Defesa, Sá Viana Rebelo: detêm,

agora, nas mãos, as intangíveis rédeas do carro do poder, com que podem dirigir o Estado para as mais utópicas metas. E é para aí que se irão inclinar.

A razão mostrou que não bastavam razões profissionais e agravos corporativos para destruir o Estado a capturar o poder, que de surpreendido caíria inesperadamente. Desde os tempos de guerra na Guiné que Spínola é uma referência para o grupo militar descontente e é a sua visão transformista que numa primeira fase absorverão e exibirão como patente de boa vontade, revestindo-se com uma fórmula eficaz e humanista que o General andava a preparar para outro fim. Esta sublinharia o direito à felicidade, à autonomia territorial, à liberdade, a um nível mais elevado de vida política e com isso os objectivos confessados dos golpistas triunfantes mudavam de natureza e vestiam a pele dos grandes ideais: tudo o que desejavam, generosamente, afinal, era uma gigantesca libertação de negros e brancos.

Mas já em Maio de 74, vindas de todo o lado, gravitavam em torno dos triunfantes capitães as figuras da antiga oposição, uma contra-elite dividida por facções ideológicas que rejeitava frontalmente o Sistema Político, mas que exibia uma fórmula muito mais atraente, que não só salvava os militares do impasse, como era de utilidade geral para assegurar a obediência e o consenso no futuro imediato. Tratava-se da plataforma do antifascismo, uma invenção pouco mais nova que 1936 (em França e Espanha), mas sempre eficaz, conduzindo à rápida valorização de todos quantos, independentemente do seu valor intrínseco, tivessem combatido o anterior regime: nas prisões, no jornalismo, nos campos de detenção colonial, na deserção, na conspiração, na clandestinidade, no exílio, no roubo de alto significado político, no tráfico, no panfletismo, mesmo na simples e obscura militância nos partidos proibidos, tudo numa frente de vontades que só um ingénuo chamaria de democrática. Toda a elite alternativa, inesperadamente na ribalta, bebia a sua legitimidade do mito político e romântico da longa luta de 40 anos contra o regime fascista e também da longa resistência do povo português, como se dizia no Preâmbulo a Constituição, que lançava o farto manto de penas do feiticeiro sobre os ombros do MFA. É importante verificar que em 21 de Agosto de 1974 Otelo ainda confidenciava ao Jornal de Notícias: "Nós estamos, precisamente neste momento, à procura de uma linha ideológica para o MFA". Mas havia gente mais adiantada que ele, como sempre. [34]

Desta união de interesses nasce a associação do núcleo militar dirigente com elementos civis desta frente de treinados resistentes, aureolados com uma história de cárcere, tortura, perseguição e exílio. A esse fenómeno chamou o Professor Adriano Moreira, no seu estudo *O Novíssimimo Príncipe*, a contratação de uma classe política subordinada. Escreve nomeadamente nesse ensaio sobre a Revolução: "Um dos primeiros actos do Movimento foi contratar uma classe política colaborante, que assegurasse a definição da imagem democrática ..."[35] E tal elite política subordinada ao núcleo militar, que vigiava, segundo dizia, a pureza da revolução, comprometer-se-ia nas tarefas que se tornaram urgentes para manter a captura efectuada. Nesta classe política de civis recrutados e nomeados pelo novo poder militar não é difícil, como ainda refere o analista citado, descobrir a proeminência do Partido comunista, a única minoria civil treinada de profissionais a tempo inteiro, dotada de uma explicação simples do mundo e da vida, coberta de prestígio por prisões, desterros, fugas, clandestinidade, secretismo e, acima de tudo, adornada com uma relação preferencial com o Estado progressista de Moscovo, que ao tempo era assim como que uma espécie de sol nascente para os marxistas vulgares.

Com a velha elite político-militar liquidada ou neutralizada, sem controlo dos seus instrumentos repressivos e expulsa das instituições, restava ao novíssimo príncipe e à sua classe política desertificar o terreno social de elites concorrentes. Elas eram sectoriais e constituíam o topo das instituições superiores de ensino, o topo das empresas bancárias, industriais, agropecuárias e comerciais, o topo da Igreja institucional, enfim o leque das elites sociais divididas do prestígio, do saber, da influência religiosa e do poder económico. O desígnio de unificar toda esta área sob a mesma batuta exigia o extermínio das bases de apoio, facilmente identificadas como sendo os meios de produção. Toda a política efectiva dos novos senhores do poder vai consistir na tentativa de aniquilamento de sectores significativos da elite social, confiscando-lhe com esse fim os meios de produção, e é isso que foi de facto a revolução propriamente dita. Assim, ao golpe de Estado militar seguiu-se a revolução decretada de cima para baixo e quase exclusivamente cingida ao desmantelamento, que revelava sobretudo a preocupação de destruir pólos de poder alternativo ou concorrente.

O Primeiro Governo Provisório é uma experiência. É ainda o tempo dos moderados, com Spínola na Chefia do Estado e Adelino Palma Carlos como primeiro-ministro. É também um compasso de espera dos radicais, com assento na Comissão Coordenadora e activamente mobilizados na classe política, para fazer avançar a revolução num sentido marxista-leninista. A fraqueza do sector moderado revela-se logo que Palma Carlos decide abandonar e Spínola vê ignorado pelo MFA o seu candidato para aquele posto político decisivo, o tenente-coronel Firmino Miguel. O coronel Vasco Gonçalves é nomeado, com grande futuro, primeiro-ministro em Junho, e este momento marca o triunfo do radicalismo revolucionário com o Segundo Governo Provisório e o início das grandes dificuldades de Spínola, que se vê progressivamente manietado. A reacção da frente mais ou menos spinolista por altura da manifestação da maioria silenciada, a 28 de Setembro de 1974, a denominada inventona, não é mais que a tentativa de retornar ao tempo que passara, isto é, à reposição das condições políticas do tempo dos moderados.

A operação, pouco hábil e não profissional, foi facilmente neutralizada pelos instrumentos dos novos dirigentes radicais e ofereceu de bandeja a possibilidade tão ardentemente esperada: aumentar a pressão conformadora do MFA no meio militar, nunca homogeneizado apesar das constantes declarações em contrário da direcção do Movimento, destruir as organizações embrionárias partidárias que se postavam vagamente como oposicionistas e onde evoluía uma contra-elite potencial, consolidar os ganhos com o aliado civil e desenvolver mais meios de poder. Spínola demitia-se ao ver a sua manobra destruída, e Costa Gomes, ao preencher discretamente o vazio e inaugurar o Terceiro Governo, limitava-se a comentar que o seu velho amigo tinha feito uma análise muito pessoal e subjectiva da situação nacional. Um grande desgosto, que o caudilho agravara com críticas aos desvios esquerdistas do programa original. Spínola dava-se conta da anarquia reinante e do processo revolucionário, que tendia, a seu juízo, a inviabilizar a democracia. Mas já nada podia fazer porque estava ultrapassado.[36]

A montagem posterior — e não há fumo sem fogo — justificou o reforço do aparelho militar e ainda a caça aos reaccionários, fascistas e quejandos, definidos segundo a nova lei do indigenato. As organizações políticas classificadas como reaccionárias eram extintas e seus líderes presos. A contra-elite era liquidada nas cascas. Os moderados perdiam e

eram expulsos, e com eles era varrida toda a faixa vagamente suspeita de emperrar a revolução em curso. Os saneamentos políticos abriam caminho em toda a parte onde a hierarquia formal incomodasse, e depois de expulsa via-se substituída por comissários, onde o pessoal do partido comunista, muito disciplinado, se colocava imediatamente em lugar de honra. [37]

O que se confirmava, em tudo isto, era a enorme fragilidade institucional da sociedade civil portuguesa. Uma sociedade tutelada até aí pelo Estado, sem grupos sociais fortes com capacidade para a acção no terreno, sem trincheiras no sentido de António Gramsci, e abundando ao contrário, em optimistas, em gente que tudo continuava a esperar do Estado, faltando compreensão para entender que, entretanto, o aparelho tinha mudado de mãos, e a sociedade embarcava numa nau com novíssimos capitães. Daí que as consequências do 28 de Setembro se notem perfeitamente no primeiro discurso de Vasco Gonçalves, quando o Presidente Spínola o apresenta como um cérebro da Coordenadora. O homem do núcleo do MFA entra com pés de lã, mas deixa suficientes alusões às necessárias reformas estruturais de índole económica, cuja aplicação real parecia ficar a depender da oportunidade.

Assim, o Terceiro Governo Provisório, em fins de Setembro, representa o início do poder dos radicais, que desenvolverão um trabalho importante até ao 11 de Março de 1975. O terreno abandonado é enorme e o ambiente vivido é dado por um estrangeiro paradoxalmente numa novela.[38] Programas de dinamização, dita cultural, levam às populações provincianas as escassas ideias dos militares médios, agarrando-se ao terreno sobretudo o partido comunista. As prisões vão-se enchendo rapidamente com inimigos políticos, uns reais e outros imaginados. [39] O expurgo de indesejáveis nas instituições prossegue a alta velocidade e os dirigentes do MFA têm tudo o que precisam: chefia do Estado, primeiro ministro seguro, comandos militares operacionais, elites civis aliadas e subalternas a controlar as operações na rua e nas estruturas significativas. A linguagem do poder visível é o marxês. Tirar Spínola, como diria então Palma Inácio da LUAR, na sua linguagem peculiar, era expurgar "o representante do capital, o representante da reacção, que estava ali para dar o golpe". [40]

Não são poucos os autores que entendem que um processo especial se desenvolve então de 28 de Setembro a 11 de Março, o que parece aceitável à luz dos dados. Claramente subalterna, a elite política civil

gira à volta do núcleo pressentido de poder, em cata de vantagens, que pareciam ir todas para os comunistas. Todavia, as grandes famílias, marginais aos políticos, por tradição, ainda não estavam domadas, nem totalmente abatidas pelos fenómenos de salto em frente, suscitados pela pseudo-conjura de 28 de Setembro. Faltava controlar as áreas altamente sensíveis da estrutura económico-financeira, o sector industrial, o grande comércio e, obviamente, aquele factor tão sobreavaliado pelos fisiocratas, a terra cultivável. Não há muito a corrigir a João Martins Pereira quando afirma, em Dezembro de 1976, num livro de análise de metodologia marxista: "A fase decisiva da revolução portuguesa situa-se neste primeiro ano e, muito especialmente, no período a que geralmente se dá pouca atenção, entre o 28 de Setembro e o 11 de Março".[41]

De facto, é neste período crucial de hegemonia crescente das facções radicais da elite governante militar que se assiste à constante pressão política, muito forte do ponto de vista psicológico, para criar as condições objectivas e subjectivas do modelo utópico acarinhado por uma ampla frente de responsáveis, que encaravam infantilmente a sociedade sem classes como algo de palpável no futuro dos portugueses. No terreno social verifica-se a luta pela hegemonia nas instituições, assaltadas brutalmente por indivíduos legitimados com a larga capa do antifascismo ou de resistentes, e por essa via também muito vai mudando.

Pouco antes, em fins de Julho de 74, no Verão, Spínola reconhece o direito à independência dos antigos territórios e em Lusaka, em 7 de Setembro, as negociações com os guerrilheiros agendaram para Junho de 75 a proclamação oficial da independência. O processo acelera-se depois de Setembro visto que as teses federalistas tinham passado e a União Soviética pressionava pelos seus interesses na região, tentando cobrar anos e anos de investimento em treino de futuros dirigentes. Em Agosto de 74, em Argel, a Guiné via-se reconhecida e em Janeiro de 75 ultimam-se os Acordos do Alvor, que fixam para Janeiro de 75 a independência de Angola, a província mais rica em África. Em Julho são reconhecidos os estados de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, mas em Dezembro a invasão indonésia de Timor para por fim ao domínio da Fretilim, isto é, dos comunistas-maoistas que desrespeitaram a soberania portuguesa humilhando as hierarquias militares na ilha, tomando o poder local em Setembro de 75 e obrigando o remanescente de poder português a fugir para a ilha de Ataúro, iniciaria um contencioso mal entendido e

mitificado, que perduraria na memória política dos dirigentes sem qualquer tipo de vantagens para qualquer lado.

Todavia, em Novembro de 1974, muita coisa muda pela autorização de criar e organizar partidos, o que facultará o alinhamento de recursos da mais variada espécie segundo interesses ideológicos e medos económico-sociais, mas que sobretudo desencadeará a consolidação de mini-elites partidárias. E é este facto que vai alterar a definição da elite política no sentido esboçado desde a queda dos moderados em 28 de Setembro. A formação legal de partidos, que se tornam o lugar de afirmação de uma elite civil que transitava do regime marcelista ou da contra-elite de então, é a base do desenvolvimento político da elite actual. Até às eleições para a Constituinte estas elites partidárias afirmam-se nos seus sectores de influência, criam aparelhos burocráticos, rodeiam-se de interesses e interessados, hostilizam-se e treinam-se no afrontamento, sob o olhar da Coordenadora do MFA. E a médio prazo os militares veriam que tinham cometido um erro, porque as suas criaturas não eram totalmente domesticáveis. O saldo do 11 de Março tornou-as mais manejáveis por um tempo, mas tal humildade não iria durar.

O 11 DE MARÇO: O EPIGONISMO DA ELITE IMPÁVIDA

A terceira reacção ao poder exercido pela Comissão Coordenadora dos militares do Movimento volta a saldar-se por um fracasso. Os instrumentos detidos pele pequena elite militar são suficientes para bloquear a estratégia de Spínola e seus amigos que, perdendo, ou se exilam rocambolescamente ou são presos. Costa Gomes, fazendo o ponto na linguagem da época, depois de afirmar a unidade das Forças Armadas, pedra de toque de tudo o resto, esclarecia: "Foi vencido o afloramento, mas o núcleo das forças adversárias, esse ainda existe: são alguns sectores capitalistas privilegiados sem capacidade de adaptação às novas condições político-sociais e são, ainda aquelas forças políticas de cores opostas, cujas ideologias são incompatíveis com a felicidade do Povo e com o Programa do MFA. [42] O relatório preliminar sobre o acontecimento sublinha tratar-se de um golpe spinolista, mas faz alarde de grandes alianças, ao referir que os acontecimentos eram o culminar de "uma gigantesca campanha que as forças do capital internacional e

nacional, a grande burguesia financeira e seus aliados, montaram contra a jovem e nascente democracia portuguesa". [43]

A elite dirigente encontrou também a razão oficiosa para dar os urgentes passos em frente: atacar as elites do poder económico e do saber. A destruição da propriedade fundiária, em marcha desde Setembro de 74, coberta um ano depois com a lei da reforma agrária de 29 de Julho de 1975, avançou rapidamente nas explorações agropecuárias mais invejáveis. Não raro, como está documentado, a acção de ocupação e confisco liderada por cabeças partidárias das cidades, forças militares e estrangeiros que vinham das revoluções falhadas, assumiu um carácter violento de prepotência, que configura, nas palavras de Raúl Miguel Rosado Fernandes " uma época de invasão e violência, de roubo e de poder arbitrário, prelúdios da sociedade planificada e normalizada dos chamados países socialistas". [44]

Mas a iniciativa das nacionalizações das unidades produtivas e o ataque aos detentores da terra pelo mecanismo da reforma agrária não têm, com efeito, qualquer sentido racional no ponto de vista económico. Visou destruir a base económica das famílias poderosas no meio social, confiscando-lhes os seus bancos, os seus negócios, as suas terras. [45] Medida de estratégia política por excelência, levou ao exílio os principais chefes da banca e da indústria e as famílias enraizadas na exploração dimensionada da terra, porque por uma ou outra razão teriam ligações aos spinolistas, à burguesia internacional, aos inconfessados interesses do capitalismo americano, conformando sobretudo uma minoria burguesa naturalmente rapinante. Como explicava com simplicidade Eugénio Rosa, quantificando o processo, "se dividirmos o número de empresas (mais de 406) pelo número de dias (169) concluímos que a nacionalização ou a intervenção se fez à medida de quase três empresas por dia, incluindo sábados e domingos. É evidente o rápido desmantelamento do poder dos grandes capitalistas durante este período em Portugal e era clara também a acção firme contra a sabotagem económica praticada pelas grandes classes exploradoras (em muitos casos, levou ao afastamento daquelas da administração das empresas, e à intervenção do Estado".[46] Nada se tinha aprendido: nem da experiência económica do Leste, nem da via desenvolvida pelos governos trabalhistas de Attlee na Grã-Bretanha, entre 1945 e 1951, onde a propriedade pública dos meios de produção se saldara por fracassos de diversa ordem, em vez de abrir caminho para a felicidade dos trabalhadores.[47] Tudo voltava à superfície: os dirigentes da

Igreja, obviamente alinhados com os interesses da reacção, conheceram a hostilidade relatada pelos manuais da I República e não podiam calcular com segurança o que lhes poderia vir a suceder, depois de terem visto o Patriarcado cercado e a emissora católica sob ataque em Junho. Nas Universidades prosseguia-se com o saneamento revolucionário, que consistia na expulsão pura e simples de professores suspeitos de alimentar ideias "perigosas" para o novo regime e pululava a ingerência das células comunistas no aparelho científico. A informação escrita e falada era "orientada" por controladores devidamente nomeados para postos de tão grave responsabilidade. Desenha-se perigosamente uma elite unificada, com centro coordenador em sede militar, capaz de solicitar e obter cooperação em diversas instâncias dos antigos oposicionistas, e isto num clima de desertificação social e medo.

Os instrumentos dos militares adequam-se. A Assembleia de representantes do MFA, integrando praças e sargentos, elege na noite de 11 de Março o Conselho da Revolução, e a 14 de Março Costa Gomes extingue a Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado, define por diploma legal a composição e atribuições do CR, e institui a Assembleia do MFA, cuja composição fica na dependência do próprio CR. Decretos expeditos de Março nacionalizam a banca e os seguros, para quebrar o poder dos grandes grupos monopolistas e golpear fortemente o poder económico. E com impacte: hoje, José Manuel de Mello, dono de um grupo que detinha a CUF, a CNN, a Lisnave, Seguros Império e o Totta declara abertamente que ficou com nada de nada, sem sequer ter recursos significativos no estrangeiro. [48]

A falta de oposição à máquina detida tem correspondência no policiamento da vida quotidiana e reflecte-se claramente na arrogância de Otelo, quando afirma à Rádio Renascença, em 15 de Junho de 1975: "Chego a pensar, muitas vezes, se teria sido melhor, em Abril de 74, encostarmos à parede, ou mandarmos para o Campo Pequeno, umas centenas ou uns milhares de contra-revolucionários e tê-los eliminado à nascença. Tenho a certeza de que a contra-revolução, neste momento, já não existia. Pelo menos por medo, não é?". E o medo instalava-se e é por isso que este período pode e deve ser comparado ao tempo do Terror, no ciclo das revoluções. José Saramago, colocado no Diário de Notícias pela frente vencedora escrevia em 16 de Abril "Preparemo-nos para enfrentar

as conspirações do grande capitalismo nacional e internacoional. Aprendamos a desmascarar as cumplicidades internas, estejam elas onde estiverem E se o estilo grandiloquente fosse permitido aqui, gritaríamos: Povo defende-te".[49] Mas o povo, sobretudo temia e a elite política de matriz civil fazia contas ao futuro.Talvez por tudo isto é que Manuel de Lucena escrevia " Os eleitoralistas estão dispostos a dar ao MFA tudo ou quase tudo o que ele pedir para assegurar que haja eleições, convencidos que a realização delas vai modificar em favor deles a relação e forças. E o MFA acha-se tentado a pedir muito porque teme isso mesmo, multiplicando também outras intervenções preventivas, garante a sua manutenção no poder".[50]

De facto, a aproximação das eleições gerais para a Assembleia Constituinte em Abril de 1975 levaram os poderes militares a preparar uma plataforma político-ideológica, que era na realidade um seguro de vida de 3 a 5 anos no salto para o vazio que representava a consulta popular. Esperando o melhor resultado, dado o empenhamento e a pressão política e social que desenvolviam directamente, guardaram-se todavia com o pacto MFA/Partidos, que foi assinado em 11 de Abril pelo PS, PC, PPD, CDS, MDP e FSP (Frente Socialista Popular), e significava tão só a aceitação por parte da elite política partidária dos mais diversos quadrantes ideológicos de um projecto prévio de Constituição Política que possibilitava a continuação da revolução política, económica e social, dentro da via socializante já dada, e ainda o reconhecimento formal do Conselho da Revolução e da Assembleia do MFA como órgãos de soberania ao lado do chefe de Estado, Governo, Assembleia e Tribunais.

O clima que se vivia chegou mesmo a solicitar do já mencionado Gérard de Villiers uma novela de SAS, que dá a imagem da revolução para exterior e começa exactamente por estabalecer este facto em Maio de 75: "O Ralis, como lhe chamavam, encontrava-se praticamente em estado de insurreição desde o golpe de 25 de Abril de 1974. Sovietes de simples soldados haviam substituído os oficiais e ninguém sabia quem dava ordens" e o Conselho da Revolução ficava muito à direita porque, nacionalizar os bancos, amordaçar a imprensa e fazer fugir 60 mil ricos para o Brasil não era o suficiente.[51]

A desconfiança activa relativamente aos políticos, que diversos militares referiram ao tempo, protelava o esbatimento do protagonismo da elite militar e sustentava, ao contrário, a pretensão à

institucionalização intemporal de uma tutela sobre o Estado e o povo, procedendo aqueles iluminados por umas poucas leituras e algumas conversas, como guias esclarecidos de uma aventura sem limites bem definidos para lá da consabida sociedade socialista de terceiro mundo. Talvez por isso Otelo dissesse ao Diário Popular de 24 de Junho de 1975: "É preciso não assustar o povo. A revolução tem que ser realmente mais tranquila".

O resultado das eleições para a Constituinte foram ambíguas para o MFA, pois se na verdade os partidos ditos marxistas (PS e PC e MDP e UDP) alcançavam quase 2/3 dos 250 deputados, a verdade é que a elite política socialista não estava interessada nessa força teórica de apoio ao MFA, antes manifestando interesse em explorar a sua vitória indesmentível para ganhar autonomia e corrigir anomalias na distribuição do poder. Os comunistas, que registaram fraco resultado (12,5% dos votos), isto é, menos do dobro do CDS (30 contra 16 deputados), revelavam pela primeira vez o seu peso eleitoral, muito inferior à influência detida, prestígio desfrutado e poder exercido. Assim, a percepção por parte da elite partidária socialista do seu peso real na sociedade e da sua oportunidade histórica, estando fundamentalmente certa, não se podia concretizar por causa da oposição tenaz do Conselho da Revolução e do Governo, que em 19 de Julho de 1975, pela voz comum de Vasco Gonçalves, declarava alto e bom som não só quem detinha o poder, como também o que pretendia fazer com ele. A leitura do documento oficial publicado no jornal "Expresso" dessa data informa-nos que se caminhava directamente para o socialismo sob a tutela de centros militares e de órgãos de poder popular apartidários. Prevê-se uma ditadura do proletariado com novas relações sociais e a eliminação da ordem burguesa ainda vigente. Trata-se de um documento precioso para a avaliação das condições mentais dos indivíduos que aclamaram na Assembleia do MFA aquela análise e programa do primeiro-ministro.

Contudo, o resultado das eleições e a fortificação da opção socialista, dotada de uma chefia muito hábil e firme com Mário Soares, possibilitou a materialização de fracturas na direcção militar e a retoma de posições não comunistas. Deu ainda margem para movimentação de massas sob direcção socialista e isso demonstrava a qualquer observador que a conjuntura social tinha agora uma geografia inesperada que não beneficiava a elite dura. Mas esta, ainda em princípios de Julho propunha, num documento-guia, o projecto da aliança Povo-MFA,

elaborado pelos gabinetes de Dinamização dos três ramos das Forças Armadas e do Copcon tido como "plano coerente e viável para a construção de uma sociedade socialista em Portugal". [52] Tratava-se da instauração experimental do "poder popular", fundado em organizações de base, com o apoio dos comunistas. Esta tentação do PC era óbvia e consistia em instalar uma elite unificada, político-militar, também gestora e cultural, coordenada por um comité central do próprio partido, e para que esta meta fosse alcançada tornava-se prioritário destruir a elite concorrente nos partidos, na sociedade e nas forças armadas. Era do que se vinha a tratar desde o 28 de Setembro, sempre através de uma intoxicação planeada e coordenada com a acção de massas.

O Thermidor e a Institucionalização com Perda Militar: o Triunfo dos Políticos Profissionais

O recuo da elite político-militar voraz e talvez utópica não se faz pacificamente. As suas ambições começam a ser travadas em Julho, quando os ministros socialistas e sociais-democratas abandonam o governo de Vasco Gonçalves e Mário Soares pede a substituição daquele militar. Movimentações populares no Norte, coordenadas por grupos clandestinos, hostilizam os comunistas e começa a tomar corpo um clima social de hostilidade à situação. A tensão política sobe e o MFA produz um triunvirato militar para assegurar a paz e garantir a autoridade: Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho são, em 26 de Julho, a face visível da elite agarrada ao poder. Tornava-se possível dar mais um passo em frente.

A dissensão no seio da elite militar bloqueia o futuro. Em 7 Agosto, nove membros do Conselho da Revolução, o denominado *Grupo dos Nove*, publicam um documento crítico para o papel pretendido pela direcção do partido comunista e pouco favorável à via totalitária seguida desde o 11 de Março. Aí referem a degradação dos sistemas socio-económicos do país e põem o dedo na ferida ao declarar que há um divórcio entre as vanguardas revolucionárias e o resto da população que reage mal às suas propostas. Contrapõem um projecto gradualista para a sociedade sem classes, mas longe do socialismo oriental e da social democracia. [53] Vasco Gonçalves, à testa do V Governo Provisório, condena o documento e os órgãos do MFA seguem-no nesta rejeição da

heterodoxia, enquanto se multiplicam, no depois chamado Verão Quente, demonstrações anticomunistas. Entretanto, os chefes militares da Marinha (Pinheiro de Azevedo) e da Força Aérea (Morais e Silva) retiravam suas tropas especiais do Copcon, debilitando e vulnerabilizando aquele centro de poder militar.

A divisão entre os militares colocados em pontos sensíveis de poder acentua-se com o documento dos Nove, e o governo de Vasco Gonçalves cai, tomando Pinheiro de Azevedo, depois de movimentos dúbios, o lugar, à frente de um VI governo predominantemente socialista. Ora é justamente na escalada das forças políticas que se vêem em perda por este ajustamento que a Revolução chega ao fim, definindo o padrão da elite por muitos anos. O erro consistiu em pensar que ainda havia força material disponível para aplicar de modo a preservar o núcleo duro da elite político-militar, ideologicamente já definido, de ataques de sectores militares moderados e dos civis ambiciosos que já mostravam a sua hostilidade ao estado de coisas através dos partidos.[54]

Em 26 de Novembro 1995 José Manuel Barroso, numa entrevista de grande qualidade, mostra com Raimundo Narciso, um dirigente do PCP com a tarefa militar entre mãos, que nada disto era impossível em termos práticos. Mas Narciso reconhece com agudeza dada pela distância temporal que "os Nove, onde pontificavam Vasco Lourenço e Melo Antunes mas também figurava Canto e Castro, juntamente com os seus aliados, desencadearam a ofensiva para a qual há um certo tempo se tinham preparado. Este agrupamento de forças militares, que não respondia só, nem principalmente, à linha de comando oficial que tinha Vasco Lourenço logo abaixo do PR, desferiu um golpe decisivo que pôs fim à revolução e minou de caminho o poder do próprio sector moderado do MFA, os Nove".[55] Os Nove, na realidade, estavam longe de ser moderados, e é por isso que arderam. O Partido Comunista, manobrando há longo tempo a acção da esquerda militar, tentou na linguagem da entrevista, uma parada demasiado alta, que era a ocupação das bases e do comando da Força Aérea por parte dos paraquedistas de Tancos, justamente para fazer recuar Morais e Silva, chefe do Estado Maior da Força Aérea, que era suspeito e tinha ordenado a extinção daquele corpo especial perigoso. É curioso notar que o homem que atacou Monsanto, na posse dos páras, o capitão miliciano Sousa Gonçalves, dos comandos, se limite a dizer que "a outra parte falava muito mas mostrou, inegavelmente, que não estava disposta a morrer pelos seus ideais. Nós

estávamos (...)".[56] Ou seja, percebia-se que o problema que se debatia era o sistema político-económico: dois mundos opostos e irreconciliáveis e ninguém com qualificações e experiência de liberdade pessoal queria uma réplica à latina de uma república popular de Leste, a utopia programada pelo aparelho superior do Partido Comunista.

Neste sentido, o VI Governo foi decisivo, porque Pinheiro de Azevedo, um moderado, caiu num tempo caracterizado pela aparente anarquia social, por um lado levantamentos populares contra os comunistas e incidentes marcados pela confrontação na região de Rio Maior, mas por outro assalto e incêndio da embaixada da Espanha, dinamização e activismo de grupos de soldados e marinheiros, distribuição de armas a operacionais civis, crise da Rádio Renascença, tentativa de desmantelamento da Academia Militar, agitação revolucionária nos regimentos estratégicos, culminando tudo no cerco à Assembleia da República, em S. Bento, a 13 e 14 de Novembro. A elite militar e política de definição comunista, ambicionando o controlo total do poder, jogava tudo por tudo, ignorando as possibilidades dos outros sectores não dominados.

A operação de 25 de Novembro ajusta o poder entre os militares, corta a fatia dos radicais e extremistas, preserva a elite partidária comunista, que recua e é protegida depois de queimar as asas — e é por tudo isso que o próprio Pinheiro de Azevedo viria declarar que o golpe ficara inacabado, como aliás seria de esperar, e que fugira às expectativas do povo português. [57] Acabado ou não, o certo é que ele representou o Thermidor da revolução de Abril, a oclusão de experiências mais avançadas como seja um soviete de Lisboa e sua região, a entrega dos distritos a Conselhos Revolucionários de Sargentos e ferroviários, e o mais que se pudesse fabricar a partir do poder popular, invocado por alguns líderes militares para concretização das suas próprias fantasias.[58]

O encerramento do ciclo é também a ascensão do homem médio, menor denominador comum de tendências militares, Ramalho Eanes, que teve a habilidade e a viabilidade de se identificar com o contragolpe. E os seus dois períodos presidenciais, de 1976 a 1986, dez anos críticos a merecer estudo detalhado, foram também o tempo de deterioração do elemento militar na elite do poder, progressivamente encurralado e afastado pelos profissionais com assento nos partidos políticos, que a

iriam definir totalmente a seu favor. A derrota pesada de Otelo logo em Julho de 76, nas Presidenciais, e a falta de impacte social da suas propostas, preludiava o seu apagamento e marginalidade ao Sistema em definição. [59] O regresso às casernas, a disciplina de quartel, o reforço das hierarquias tradicionais por pressão dos civis com poder político, o notório controlo dos praças e sargentos pelo quadro de oficiais, a displicência com que eram tratados os oficiais "graduados" da revolução, mesmo a extinção do então figurativo Conselho da Revolução com a revisão constitucional de 1982, são momentos de normalização da vida sociopolítica longe da intervenção da caserna e seus líderes populares. Mário Soares, em 76, vira imediatamente o que representara o golpe, afirmando então que tal " jornada histórica marca, em certa medida, o coroamento e a morte do MFA". [60] Emídio Domingos, num trabalho a merecer releitura, vira o mesmo problema: se a Constituição de 1976 legitima uma certa correlação de forças no seio das forças Armadas com as forças partidárias a quem impôs um pacto, o facto é que "à medida que a instituição militar recupera a sua identidade, hierarquia tradicional e disciplina, surge correlativamente uma ocupação do espaço político por parte dos partidos, situando-se no mesmo horizonte político". [61]

Em 1986 só há candidatos civis nas Presidenciais (Mário Soares, Freitas do Amaral, Salgado Zenha, Maria de Lurdes Pintasilgo), e a elite política na Assembleia, no Governo e nos partidos, encontra-se já totalmente profissionalizada, com canais institucionais de promoção e luta.

Nos dez anos que se seguiram ao 25 de Novembro de 1976 estabiliza inevitavelmente uma elite política eminentemente profissional, universitariamente qualificada, proveniente de profissões liberais na sua maior parte, formada e tarimbada nos partidos. Afecta ao Sistema Político que ajuda constitucionalmente a definir, habitua-se a lutar pelos votos populares de que depende a hegemonia temporal de uma fracção partidária e, portanto, obriga-se a pensar a curto prazo, como aliás Schumpeter previu. Habituada ao protagonismo de alternância, mas sempre com qualquer tipo de partilha de poder para as suas fracções, foi capaz de integrar algumas figuras vindas dos governos pre-revolucionários, mas reagiu fortemente sempre que se tratou de irrupção de uma grande massa de novos candidatos, que representariam um perigo para o status quo: e isso foi abundantemente confirmado em 1986 com a indignação geral que suscitou o fenómeno do PRD do general Eanes. [62]

Cobra pleno sentido de resto a afirmação, talvez tida por excessiva, de Walter Opello Jr., que estudou um tanto levemente o processo português, mas que se apercebeu do essencial do processo quando nos diz que "a variável mais importante para entender as transições para a democracia são as elites. Elas afectam regular e substancialmente — afirma — os resultados políticos e podem estar a favor ou contra a democracia".[63] Foi o que se viu. A que triunfou exibe a fórmula como um lema legitimador de tudo quanto faça, inferindo daí que nada está vedado à avidez dos profissionais da mesma fórmula.

Herdeira de uma posição fortíssima nos meios de produção e no sistema financeiro desde o 11 de Março, esta elite pôde distribuir benesses na sociedade, recompensando obediências e trabalho leal e punindo desvios com perdas graves para o bem comum. O seu poderio económico fez dela também um núcleo de proprietários de extensa área sensível, que passou a gerir por meio de indivíduos de um segundo círculo, às vezes tecnicamente qualificados, mas essa área tem desempenhado sobretudo a função de espaço de recepção de dirigentes momentaneamente afastados do primeiro círculo ou então retirados-reformados com direito a prémio.[64]

Tal elite apresenta não poucas semelhanças com a elite política francesa da III e IV Repúblicas, descrita e analisada por Pierre Birnbaum, antes da predominância dos altos funcionários recrutados por mérito e saber, que se sobreporiam na V aos profissionais. [65] A tendência evolutiva do grupo dirigente é seguramente para a profissionalização, tornando o ofício uma carreira exclusiva submetida a regras próprias, com dedicação a tempo inteiro tão cedo quanto possível. É justamente esta última transformação que dá ao político a simples notoriedade de ser apenas político e nada mais. Peter Riddell, que dilucida nas sociedades britânica e americana esta última transformação, comenta neste sentido. "Agora, os grandes políticos são apenas proeminentes por causa de ser membros do Parlamento ou do Governo. Muitos pouco fazem fora do Parlamento. Um factor é a dedicação e a ambição, mas com a mesma importância também a crescente oportunidade de viver da política".[66] Mas em Portugal este reconhecido poder multifacetado (económico e político) de homens vindos regularmente dos fundos da classe média não contribuiu para os aproximar do círculo interior da elite social, um núcleo distinto, rico e influente de poucas famílias com história, que os trata mais ou menos como tratara a elite política salazarista: com subtil

discriminação, com elegante superioridade, enfim, com utilidade instrumental quando os convida para os seus salões, ressalvando costumeiramente as posições relativas. E este abismo, desde a Ditadura, ninguém o saltou, até porque as grandes famílias não querem ou nunca precisaram de se dedicar, profissionalmente, à disputa do poder político.

E isto, para Portugal, é já um curioso sinal a merecer investigação na senda do que fez, há muito tempo, o ainda jovem Wright Mills, quando escreveu *The Power Elite*, numa pesquisa que ultrapassou a mera análise dos círculos das celebridades, dos políticos, e dos militares.

Notas

[1] Jaime Reis, O Atraso Económico Português, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa,1993, pp. 16 e sgs.

[2] A questão é clara em Óscar Soares Barata, "Adriano Moreira, quarenta anos de docência e acção pública", in **Estudos em Homenagem ao Professor Adriano Moreira**, ISCSP, Lisboa, 1995, 1.º vol., pp. 84 e sgs.

[3] César Oliveira , **MFA e Revolução Socialista**, Diabril, Lisboa, 1975; ver também os textos de Vasco Gonçalves, in Orlando Neves (Organizador) , **Textos Históricos da Revolução**, Diabril, 1975

[4] Georg Lukáks, **The Historical Novel**, Pelikan Books, Londres, 1981

[5] Ver, por exemplo: George Lukaks, **Marx e Engels como Historiadores da Literatura**, Editora Nova Crítica, Porto, 1979.

[6] Bernard Barber, in David L. Sills (Organizador), **International Encyclopedia of the Social Sciences**, The Macmillan Company and the Free Press, Nova Iorque,1972, vol. 15, p. 289. É ainda hoje interessante verificar o que as edições do Progresso de Moscovo apresentavam como antologia recomendada de Ciências Sociais: cfr. E. Borisov e G. Libman, **Antologia de Ciencias Sociales**, Editorial Progresso, Moscovo, 1989, 432 pp. Os autores únicos são: Lenine, Marx, Engels e documentos, informações e resoluções do PCUS.

[7] V. Mshvenieradze, **Political Reality and Political Consciousness**, Progress Publishers, Moscovo, 1981, p. 82.

[8] Cfr. T. M. Bottomore, **Elites and Society**, Penguin Books, Harmondsworth, 1973. Foi decisiva a publicação em 1990 de **The Sociology of Elites**, que reuniu uma vasta gama de contribuições, evidenciando que o campo estava de boa saúde. Cfr. John Scott (Ed.), **The Sociology of Elites**, 3 vols., Edward Elgar Publishing Limited, Aldershot, 1990; antes, haveria que recensear o trabalho constante de Czudnowski como organizador, a mostrar as ambições e realizações dos ensaistas: por exemplo: Moshe M. Czudnowski (Ed.), **Political Elites and Social Change**, Northern Illinois University press, DeKalb, 1983.

[9] António Marques Bessa e Jaime Nogueira Pinto, **Introdução à Política**, Templo, Lisboa, 1977.

[10] António Marques Bessa, **Ensaio sobre o Fim da Nossa Idade**, Templo,Lisboa,1978.

[11] António Marques Bessa, **Quem Governa? Uma análise histórico-social do tema da elite**, ISCSP, Lisboa,1993.

[12] M. Cotta , "The italian political class in Twentieth century", in M. Czudnowski (Editor), **Does who Governs Matter?** , Northern Illinois University Press, De Kalb, 1982.

[13] Raymond Aron, **Démocratie et Totalitarisme**, Gallimard, Paris, 1965.

[14] Crane Brinton, **The Anatomy of Revolution**, Vintage Books, Nova Iorque, 1965. Pode-se ver com igual proveito dois ensaios: André Decouflé, **Sociologies des Révolutions**, PUF, Paris, 1970; e Jacques Ellul, **Autopsia de la Revolución**, Unión Editorial, Madrid, 1973.

[15] António Pedro Ribeiro dos Santos, **A Imagem do Poder no Constitucionalismo Português**, ISCSP, Lisboa,1990, p.504

[16] Para a ideologia ver: Marcello Caetano, **O Sistema Corporativo**, Lisboa, 1938. Talvez seja necessário fazer confronto com: Mihail Manoilesco, **Le Siècle du Corporatisme, Doctrine du Corporatisme Intégral et Pur**, Librairie Félix Alcan, Paris, 3ª ed. , 1938. Mas é útil rever os textos de Ploncard d'Assac, sobretudo: Jacques Ploncard d'Assac, **Doutrinas do Nacionalismo**, Edições Panorama, Lisboa, 1962. Noutra perspectiva é importante ler: António José de Brito, **Destino do Nacionalismo Português**, Verbo, Lisboa, 1962. E também: Jacques Ploncard d'Assac, **Critique Nationaliste**, La Voix de l'Occident, Paris, s.d.

[17] Oliveira Salazar, **Discursos**, vol. 1º, 5ª edição revista, Coimbra Editora, Coimbra, 1961, pp. 133-4.

[18] Oliveira Salazar, **A Reorganização Financeira, Dois Anos no Ministério das Finanças, 1928-1930**, Coimbra Editora, Coimbra, 1930, p.44.

[19] Luis Fernandes, *"A União Nacional"* - in **Estudos Políticos e Sociais**, revista trimestral do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, ISCSP, Lisboa, vol. XIII, nº3/4, 1985, pp. 245 e sgs.

[20] Jaime Nogueira Pinto , **Salazar Visto pelos Seus Próximos**, Bertrand, Lisboa, 1995.

[21] Ver: Jacques Ploncard d'Assac, **Salazar**, La Table Ronde, Paris 1967.

[22] Oliveira Salazar, *"Reparos à campanha eleitoral"*, in **A Campanha Eleitoral de 1965**, União Nacional, Documentos Políticos, Lisboa, impresso na Companhia Nacional Editora, 1966, p. 18. Ver também : Jaime Nogueira Pinto, **Portugal, Os Anos do Fim**, Edição do Jornal Português de Economia e Finanças, 2 vols., Lisboa, 1976-1977.

[23] Oliveira Salazar, ibidem

[24] in Público Magazine, entrevista de Maria João Avillez, jornal Público, 27/2/1994. Melhor ainda seria ler em perspectiva as 16 entrevistas recolhidos pela autora em: Maria João Avillez, **Do Fundo da Revolução**, Edições Público, Lisboa, 1994.

[25] António de Spínola, **Portugal e o Futuro**, Arcádia, Lisboa, Fevereiro de 1974, p. 240.

[26] Ver Manuel Bernardo, **Marcelo e Spínola — A Ruptura**, Margem, Lisboa, 1994.

[27] Cfr. Karl Mannheim, **Ideologia e Utopia**, Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1986

[28] Este ponto torna-se claro ao ler: Álvaro Cunhal, **Rumo à Vitória**, Edições A Opinião, Porto, 1974. O texto teria sido dado à estampa em 1964, nas edições Avante!, e era o relatório do autor ao Comité Central, em Abril desse ano. As teses expressas conformaram a linha do partido, aprovada no VI Congresso em 1965 e que, depois, governaria a táctica na conjuntura revolucionária.

[29] Cfr. Diogo Freitas do Amaral, **O Antigo Regime e a Revolução**, Bertrand, Venda Nova, 1995.

[30] As reflexões de Caetano, muito afastadas da realidade social, provam que pouco tinha percebido do que acontecera. E isso verifica-se através do epistolário trocado com Veríssimo Serrão. Cfr. Joaquim Veríssimo Serrão, **Correspondência com Marcello Caetano**, Bertrand Editora, Venda Nova, 1994.

[31] Gonzalo Fernandez de la Mora, **O Crepúsculo das Ideologias**, Ulisseia, Lisboa, s. d. , 125. Os textos de Marcello Caetano redigidos depois da perda do poder, sejam ensaios ou epistolário, veificam integralmente a tese expressa nos termos de La Mora

[32] Mesmo alguns dos intervenientes acabaram por reconhecer a questão do golpe de estado de índole militar e escrever livros de justificação. Ver, em exemplo: Pezarat Correia, **Questionar Abril**, Caminho, Lisboa, 1994.

[33] Jorge Nuno Oliveira, **Otelo, Herói Maldito**, Nova Nórdica, Lisboa,1984. Cfr. pp.67 e sgs.

[34] Cfr. Marcio Moreira Alves, **La Revolución de los Militares Portugueses**, Euros, Barcelona, 1976.

[35] Adriano Moreira, **O Novíssimo Princípe**, Intervenção, Edição especial de Abril de 1980, Lisboa, 1980, p. 80. Ver a sua entrevista em Maria João Avillez, **Op. cit.**, pp. 221 e sgs.

[36] Orlando Neves (Organizador) , **Textos Históricos da Revolução**, Diabril, Lisboa,1976, pp.144 e sgs. Ver ainda o híbrido diário de : Jaime Macedo, **Transição Errática para a Democracia**, edição do Jornal da Amadora, Lisboa, 1984.

[37] António Maria Pereira, **A Burla do 28 de Setembro**, Livraria Bertrand, Lisboa, 1975. Ver também: Mário Soares e outros , **Liberdade para Portugal**, Livraria Bertrand, Lisboa, 1976. A leitura de um perseguido terá o maior interesse: Fernando Pacheco de Amorim , **Portugal Traído**, Madrid, 1975.

[38] O livro chegou a ser editado em português: ver Gérard Villiers, **Os Feiticeiros do Tejo**, Literal, Queluz, s.d.

[39] Pedro Manuel de Oliveira Reis, **Oito Meses nas Prisões do Portugal Democrático**, Margem, Lisboa, 1976. Como este caso, encontram-se muitíssimos sem livro publicado. Ver também: Francisco do Cazal-Ribeiro, **Longos Dias**, Literal, Lisboa, 1978, uma memória já redigida no Rio de Janeiro. Para a tortura: Manuela Preto, **Tortura Depois de Abril**, Literal, Lisboa, 1977.

[40] Jaime Macedo, **Op. cit.**, nota 23, p. 95

[41] João Martins Pereira, **O Socialismo, A Transição e o Caso Português**, Livraria Bertrand, Lisboa, 1976, p.210. Deve ver-se também a interpretação cocrente de: Boaventura de Sousa Santos, **O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)**, Afrontamento., Lisboa, 1990.

[42] Orlando Neves, (Organizador), **Op. cit.**, p. 270.

[43] **Idem**, p. 71.

[44] Ver prefácio a: Vacas de Carvalho, **O Fracasso de um Processo. A Reforma Agrária no Alentejo**, Edição do Autor, Tipave, Aveiro, 1977

[45] Ver: Vacas de Carvalho, Ib.

[46] Eugénio Rosa, **Portugal: Dois Anos de Revolução na Economia**, Diabril, Lisboa, 1976, p. 67.

[47] Cfr. Robert Millward (Ed.), **The Political Economy of Nationalisation in Britain 1920-1950**, Routledge, Londres, 1995.

[48] in "Público Magazine", entrevista de Maria João Avillez, jornal Público, 6/3/94. Ver ainda outros pontos em: Maria João Avillez, **Do Fundo da Revolução**, Público, Lisboa,1994, pp. 143 e sgs.

[49] Todos os editoriais são interessantes para avaliação do período bem como o prefácio justificativo em: José Saramago, **Os Apontamentos**, Seara Nova, Lisboa, 1976, p. 22

[50] Manuel de Lucena, **Portugal Correcto e Aumentado**, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1975, p. 159

[51] Ver: Gerard de Villiers, **Os Feiticeiros do Tejo**, Literal, Queluz, s.d., pp. 7-8.

[52] O documento é importante. Ver em: Serafim Ferreira (Coordenador), **MFA, Motor da Revolução Portuguesa**, Diabril, Lisboa, 1975, pp. 433 e sgs.

[53] Orlando Neves (Organizador), **A Revolução em Ruptura**, Diabril, Lisboa,1975, pp. 98 e sgs.

[54] Este ponto torna-se evidente na leitura das comunicações apresentadas ao "**Colóquio Portugal 1974 - 1984. Dez Anos de Transformação Social**" e editadas em: Centro de Estudos Sociais, Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 15-17, Coimbra, Maio de 1985, sobretudo pp. 47-77, onde se encontram as interpretações de Vasco Gonçalves e Melo Antunes.

[55] Ver os trabalhos de José Manuel Barroso, nomeadamente: entrevista a **Raimundo Narciso**, em DN, 26/11/1995. Tenho a agradecer-lhe as contribuições que me facultou no debate sobre o 25 de Novembro, no Colóquio promovido pela Associação de Comandos, em 15/11/95, onde uma versão deste texto foi utilizada. Aí se sublinhou o papel do PC como agente ainda não totalmente avaliado na sua influência real. Este ponto e outros de igual interesse podem ser apreciados em: **José Manuel Barroso, Segredos de Abril**, Editorial Notícias, Lisboa, 1995.

[56] Ver Cesar Camacho em jornal Público de 25/11/1995, especialmente a entrevista ao capitão Sousa Gonçalves.

[57] Pinheiro Azevedo, **O 25 de Novembro sem Máscara**, Intervenção, Lisboa,1979, pp. 109 e sgs. Ver também: José Freire Antunes, **O Segredo do 25 de Novembro**, Publicações Europa América, Mem Martins, 1980 ; e ainda, numa perspectiva vivida: Paradela de Abreu, **Do 25 de Abril ao 25 de Novembro (Memória do Tempo Perdido)**, Intervenção, Lisboa,1983.

[58] Tal possibilidade ocorreu a Campos Monteiro que descreveu num livro satírico a imposição de um regime comunista em Portugal. Ver: Campo Monteiro, **Saúde e Fraternidade**, Templo, Lisboa, 1976.

[59] António Tavares-Teles, **Otelo**, Editorial 18 de Janeiro, 1976.

[60] Mário Soares, **Portugal, que Revolução? Diálogo com Dominique Pouchin**, Perspectivas e Realidades, Lisboa, 1976, p. 210. A mesma verificação acontece num arguto observador da época: José Miguel Júdice, **Portugal à Deriva**, Templo, Lisboa, 1978.

[61] Emídio da Veiga Domingos, **Portugal Político, Análise das Instituições**, Edições Rolim, Lisboa, 1980, p. 217.

[62] Dragisa Popovic Baldani, **Eanes entre o Ontem e o Amanhã**, Nova Nórdica, Lisboa, 1986. Também: Carlos Pinto Santos/ Orlando Neves, **Eanes, um Presidente no Curso da Constituição**, Edições na Revolução, Lisboa, 1978. Para a apreciação do período é conveniente ver uma reflexão de fora: José Moura, **Novos Horizontes Portugueses**, Librairie Barbiaux, Bruxelas, 1984.

[63] Walter C. Opello Jr., " Democracy in Portugal and the End of History", in E. de Sousa Ferreira e M. Villaverde Cabral (Organizadores), **Portuguese Studies in International Perspective**, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 1992, p. 79.

[64] Uma primeira apreciação pôde ser feita em 1980 em: Carlos Roma Fernandes, **Portugal, a Europa e o Terceiro Mundo**, Pórtico, Lisboa, 1980. Aí se deixa claro que a classe política foi incompetente e incapaz e que o povo português continuará a dormir e a sonhar face a um mundo, citando Garrett, "tão absurdo, tão desconexo, tão incongruente, tão quimérico, tão ridículo", como aquele que aquela classe tem oferecido como desiderato ao país. (pp. 218-219).

[65] Pierre Birnbaum, **Les Sommets de l'État, essai sur l'élite du pouvoir en France**, Editions du Seuil, Paris, 1994. Para um curso abreviado nestas matérias nada pode substituir: G. William Domhoff e Thomas R. Dye, **Power Elites and Organization**, Sage Publications, Beverly Hills, Calif., 1987.

[66] Peter Riddell, **Honest Opportunism**, Hamish Hamilton, Londres, 1993, p. 267.

Nota Final: Uma primeira versão deste texto foi inicialmente publicado em "Colóquios Educação e Sociedade", Fundação Calouste Gulbenkian, nº 7, Dezembro de 1994, pp. 15-50. Deve-se a uma solicitação do Doutor Eduardo Marçal Grilo, ao tempo Director-Adjunto da revista, ao qual agradecemos o desafio. Somou-se agora alguma bibliografia relevante publicada entretanto e aprofundaram-se certos pontos que tinham sido referidos de passagem. A estrutura é, todavia, a mesma, porque não há razões científicas para alterar de forma significativa o que se escrevera e que é um ensaio interpretativo da transição, que comporta um golpe de estado, uma revolução e uma refundação institucionalizada, sempre em reformulação.

4

FORMAS DE SELECÇÃO DA ELITE POLÍTICA

Para quem concede suma importância à forma do regime político é de grande peso resolver esta questão: qual é a melhor forma de regime político? Questão que tem pouco ou mesmo nenhum sentido se não se acrescentar a que sociedade se deve aplicar, e não se explicar o termo "melhor", que alude de modo bastante indeterminado às diversas utilidades individuais e sociais.

Vilfredo Pareto, in **Traité de Sociologie Générale**

Tivesse sido reconhecida a influência dos interesses e emoções sobre a acção social, teria sido fácil prognosticar, tal como o fizeram Jacob Burckhardt, William Graham Summer, Vilfredo Pareto e Thorstein Veblen, que a nossa época estaria destinada a sofrer uma mudança radical no que respeita à parte que a razão, por um lado, e os interesses e a emoção, por outro, desempenham na determinação da acção social.

Hans J. Morgenthau, **Scientific Man Vs. Power Politics**

Os órgãos do Estado, pelo mero facto de existirem como entidades político-jurídicas, não actuam movidos pelo éter. E este é um ponto fundamental. Como não existem no mundo pela força mágica da lei, necessitam de suportes físicos, que agem e decidem em seu nome. São esses suportes reais que lhes dão vida e os põem em movimento para bem ou para mal da comunidade. É às pessoas que se encontram nesses órgão supremos está atribuída a tarefa de governar. A esta minoria dirigente, estrategicamente colocada nos postos de comando, chama-se, como já se viu, elite política ou classe política governante. A luta política, que desde sempre tem como meta a conquista do poder, traduz-se, a nível concreto, na captura destes órgãos supremos da arquitectura do Estado. Luta-se normalmente pelo lugar de Primeiro-Ministro, pelo cargo de Chefe de Estado, pela cadeira do Parlamento, pela posição de gestor das empresas públicas e também pela conservação destas posições por tanto tempo quanto possível.

Essas posições acarretam vantagens especiais, de entre as quais cumpre destacar a utilização legitimada dos instrumentos do Estado, com tudo o que isso implica na esfera económica, num tempo em que o sector público tende a abranger grandes partes da produção, da distribuição e mesmo dos serviços, nomeadamente financeiros, com não pequeno impacto no condicionamento da esfera privada da produção e dos negócios. É a isto mesmo que se quer referir Suzanne Keller quando afirma, logo na abertura do seu livro sobre as elites nas sociedades modernas, que "a existência e persistência de minorias de influência é uma das características da vida social organizada".[1]

Não admira por isso mesmo que os órgãos do Estado, locais de influência por excelência, sejam um alvo bastante disputado e que sobre eles se concentrem as estratégias dos indivíduos e dos grupos. Igualmente não pode constituir surpresa que tais elementos chave para a governação estejam acautelados e devidamente protegidos. O acesso está cuidadosamente regulamentado e vigiado e só a força permite passar por cima das regras de jogo instituídas pela lei fundamental ou pela tradição.

As sociedades políticas têm, em regra, discriminado na sua lei suprema — a Constituição vigente — os modos legais de acesso aos órgãos do Estado. O texto explica como se pode chegar aos cargos, às assembleias e aos colégios dentro da Ordem constituída. Institui mecanismos que se têm de seguir e pelos quais os ambiciosos se vêem obrigados a pautar a sua actuação política legal.

Mas, efectivamente, nem todos estão dispostos a cumprir a lei ou a seguir as formalidades exigidas nos textos fundamentais. Uns julgam-nos desprezíveis, outros ilegítimos, outros ainda "simples papéis pintados com tinta" para utilizar a expressão poética de Fernando Pessoa. E, além disso, escritos por uns em desfavor de terceiros e, evidentemente, em seu principal benefício. Nesta perspectiva, os textos constitucionais aparecem sempre como o resultado de uma dada correlação de forças em determinado momento histórico e andam longe de exprimir a "constituição científica", lógico-racional da sociedade, como pretendiam os primeiros Iluministas.

Mas, não raras vezes, quem tem a força joga-a. Isto significa que quem tem possibilidades extralegais de se apoderar ou conservar o poder não se preocupa excessivamente com o que está exarado no texto constitucional, nem põe o problema moral de seguir os seus mecanismos, salvo no caso da conjuntura internacional ou nacional não lhe permitir o desfrute do prémio conquistado, e induza, pelo seu constrangimento, comportamentos conformistas.

Todavia também se sabe que as Constituições se fazem e desde que aparecem não têm outro destino senão a morte. Ou são textos muito detalhados, cheios de pormenores, rígidos, e acabam por durar muito pouco tempo ou são textos vagos, amplos, com capacidade para dar cobertura a um sector muito importante de problemas fundamentais, e chegam a vigorar séculos. Seja como for, vagos ou pormenorizados, extensos ou reduzidos, esses textos estabelecem as normas para o acesso aos órgãos da soberania, instituindo assim um sistema legal de selecção da classe política. Estas normas, como já se observou, só raramente se vêem cumpridas no mundo, porque o geral são outras práticas baseadas no uso da força.

A Força como Elemento Selectivo

Daí que, antes mesmo de examinar os processos legais, vigentes em certas partes do globo, convenha analisar os outros modos. Primeiro, porque são comuns. Segundo, porque não há dúvida que caracterizam processos que ilustram bem a natureza dos homens e a natureza do poder. E, de facto, os governantes da maior parte dos Estados actuais devem os lugares que ocupam ao uso da violência e ao desrespeito à Ordem

Constitucional anterior. E é curioso observar que os que romperam as antigas Constituições e violaram o ordenamento jurídico principal, foram os primeiros a promover a elaboração de novos textos constitucionais, na esperança de legitimar o novo poder e na tentativa de o conservar pelo maior espaço de tempo possível. Mas a experiência política demonstra que não são os textos constitucionais que salvam os regimes ou mantêm a classe política. Apenas ajudam.

Quando se joga a força não são os textos que respondem às armas. E quando não as há — como se viu, em Portugal, no ano de 1974 — os textos antigamente venerados não passam de "*papéis pintados com tinta*" condenados a desaparecer. As sucessivas constituições francesas, portuguesas, espanholas, que legitimam, sempre em nome do povo e da sua felicidade, concepções e domínios de minorias que se sucedem no poder, não provam senão a proeminência da força e a caducidade dos textos e concepções filosóficas-normativas que lhes estavam associadas.

E a força joga-se na comunidade através de quatro formas fundamentais e características: a insurreição; a rebelião ou revolta; o golpe de Estado e a revolução. São estas as formas directas de capturar o aparelho do Estado, sem passar pelos caminhos impostos pela lei, usando por aqueles métodos apenas o poder de coacção.

Depois desta enumeração já se entenderá com mais clareza porque é que a maioria dos governantes do Mundo se instalou no aparelho do Estado contrariando as regras de jogo vigentes. Basta pensar nos dois últimos processos para ver que eles são responsáveis por quase todos os governos de África, Ásia, América Latina e de alguns na Europa.

Como se trata de processos muito praticados que chegam a relegar para segundo plano o acesso legal, que aparece aos olhos dos observadores mais atentos como uma *prática quase anormal*, convém analisá-los separadamente. Assim se compreenderá o principal mecanismo da selecção da elite governante e talvez se possa apurar se é ou não possível escolher bons dirigentes.

A Insurreição e a Rebelião

Em primeiro lugar convém estudar os processos menos eficazes e no entanto mais espontâneos e populares. Nesta óptica aparecem a insurreição e a rebelião.

A insurreição é um movimento generalizado, despoletado por um núcleo de indivíduos, contra o poder dominante, que normalmente é identificado com o governo. É espontâneo no sentido de que não parte de um esquema organizativo munido de um projecto para o futuro, mas antes responde com carácter imediatista e primário a situações consideradas intoleráveis por mais tempo. Quando os agravos e ofensas que lhe estão na base são deveras sentidos por parte da comunidade como uma humilhação, uma injustiça, uma agressão permanente, a insurreição propaga-se com uma grande rapidez, mobilizando os mais variados sectores da população para a luta contra a alta elite governante. A ideia de abater o governo é central, mas já a programação desse objectivo é vaga e romântica. Os chefes são ocasionais e as mais das vezes só aparecem no momento insurreccional para se eclipsarem passado pouco tempo.

Um exemplo desta figura é a insurreição húngara de 1956 contra o aparelho político comunista. Aí se encontram todas as características enunciadas, bem como a fragilidade do processo como forma de abater o poder constituído. O movimento insurreccional comunicou-se com uma rapidez extraordinária, convocou para a sua esfera velhos e novos, homens e mulheres, camponeses e operários, rurais e citadinos, que violentamente conseguiram impor algumas alterações no elenco governativo comunista de Budapeste. Caíram os conhecidos líderes "*duros*" e triunfaram os "*moderados*", alterando-se a composição aparente da classe política.

Aqui o *status quo* anterior foi restabelecido pela força militar soviética, mas noutras insurreições, também parcialmente triunfantes, o poder antigo não teve especiais dificuldades em as dominar. O seu fracasso é a regra, já que não possuem um aparelho capaz de enfrentar com sucesso, durante muito tempo, o poder organizado do Estado. Os governantes podem fazer, numa primeira fase, concessões, para em seguida, depois da desmobilização das massas, as escamotear completamente.

Como processo de mudar os suportes dos órgãos do Estado, a insurreição não é eficaz. Só não se aniquila quando dá origem à revolução, ou seja, quando ao anseio vago das massas levantadas contra o intolerável se soma uma máquina organizadora com um projecto para o futuro.

A rebelião é também um movimento contra o poder constituído, mas limitado a uma zona geográfica e frequentemente a um grupo sócio-profis-

sional. Não propugna alterações na ordem constituída, mas apenas o retorno a uma ordem justa, a um poder corrector dos abusos e das explorações.

Por outro lado, a rebelião só abre caminho quando uma determinada situação se instala e tende a durar. Corresponde ao grito visceral "já não podemos mais!". A súplica dos operários de São Petersburgo ao czar, em Janeiro de 1095, resume admiravelmente o espírito de rebeldia. Aí, esses homens apenas declaravam ao seu chefe supremo que tinham atingido um limite:

> "Caímos na miséria, oprimem-nos, somos esmagados por um trabalho duríssimo, insultam-nos, não somos reconhecidos como homens, e somos tratados como escravos que devem suportar a sua amarga e triste sorte e calar-se. E têmo-lo suportado. Mas empurram-nos cada vez mais para o abismo da miséria..., encontramo-nos no fim das nossas forças, Majestade, ultrapassou-se o limite da paciência.
>
> Chegamos a este momento terrível em que mais vale a morte que o prolongamento de sofrimentos insuportáveis..." [2]

Depois de um longo caminho de servidão, opressão e miséria, surge a chispa que desencadeia a rebeldia. As coisas duraram excessivamente. Até aí sim; mais para diante, não! Às vezes são rebeliões sem esperança e movidas pelo desespero. Neste capítulo as rebeliões de escravos negros nos Estados Unidos oferecem uma sucessão ininterrupta de candidatos à forca. São rebeliões cujos participantes estão dominados pela "perigosa embriaguez da morte". Assim se sucederam as revoltas provocadas por Gabriel Prosser em Richmond (1800), Bole Farebee (1807), Denmark Vesey em Charlestown (1822), David Walker (1829) e Nat Turner em Virginia em 1831.[3]

Outras vezes são os camponeses que se levantam para que "as coisas voltem exactamente ao ponto em que estavam em outros tempos, quando ainda eram homens livres". Incendeiam um castelo, enforcam o cobrador de impostos, manifestam as suas exigências, para logo serem silenciados: assim foram todas as jacqueries medievais. Há líderes famosos como Münzer, que propõem esse retorno a uma antiga idade de ouro e há outros que, influenciados pelos Evangelhos, pretendem organizar uma comunidade de homens absolutamente iguais: rebeldia dos Descalços da Normandia, de João de Leyde, de Joaquim de Fiore e dos

Irmãos da Pobre Vida. A Idade Média encontra-se muito marcada por estas rebeliões regressistas, mas os tempos modernos e contemporâneos não têm menos sinais desta atitude de recusa da situação existente.[4] Os últimos três séculos conheceram uma multiplicidade de revoltas, de que é modelo a dos camponeses alemães do século XVI, violentamente reprimida pelos príncipes, a conselho de Martinho Lutero.[5] Destacam-se, no entanto, nesta teia, muitas outras, como a revolta do Manuelinho de Évora (1638), as rebeliões camponesas da Irlanda, Suíça, Alemanha e Rússia (1641), a grande rebelião de Stenka Razin na Rússia (1670-1671), o motim da frota inglesa (1797), a rebelião das ilhas jónicas e Malta (1799) e assim por diante.

Geralmente, estas rebeliões esgotam-se em pouco tempo e desembocam em nada. A falta de organização e de coordenação, que caracteriza a insurreição também, fere de ineficácia a rebelião. E mesmo quando triunfam — caso excepcional — verifica-se que não sabem o que fazer com a sua vitória.

Há dois casos exemplares que demonstram a inépcia dos rebeldes triunfantes. O de Li Tzu Cheng na China (1644) e o de Pancho Villa no México. Ambos derrubam a classe política e chegam a ocupar o poder político. Porém, sem projectos, sem programa, sem saber decidir ou governar, são rapidamente derrubados. Como explica Jacques Ellul, os rebeldes sempre tiveram uma visão imediatista do inimigo a combater, da miséria a superar, mas nunca possuíram a concepção de um modelo a impor. O seu imperativo traduz-se em varrer os responsáveis pelos seus males, substituí-los por outros mais justos e compreensivos e nunca em tomar o poder para si mesmos. Como diziam os rebeldes franceses do século XVII, tratava-se antes de mais, de "voltar a pôr todas as coisas no seu antigo sítio para alívio do pobre povo".[6]

Voltar a pôr as coisas como antes significava combater a centralização do Estado, a sua máquina administrativa que impunha impostos e unificava critérios, abolindo foros e privilégios. Significava lutar contra a introdução das máquinas e das novidades tecnológicas em geral. Estes elementos desencadearam diversíssimas rebeliões por toda a Europa, que traduziam a recusa perante a mudança. São os Unhas Azuis que se revoltam contra a introdução de novas profissões, os operários do Ródano contra o barco a vapor, os operários das fábricas contra a máquina de fiar, a *Spinning Jenny*, os homens de Flandres, Martinica, Escandinávia, Inglaterra e Aragão contra os agentes do rei, encarregados

de cobrar impostos. A rebelião *está contra* o imediato, o visível, o elemento perturbador de uma ordem de coisas tida como ideal. A volta a essa época e a eliminação dos causadores da perturbação são os traços mais característicos do fenómeno. "A rebelião faz-se com a cabeça baixa, sem saber exactamente o que se faz, nem para onde se vai". [7]

Não admira por isso o seu fracasso como método de seleccionar titulares dos órgãos governativos ou processo de conquista do poder. Vencedor ou vencido, o rebelde caminha para a morte, para a dissolução e para o aniquilamento da sua própria força original. Depois da explosão inicial, visceral, incontida, violenta, o poder constituído tem sempre a última palavra a dizer. Como no caso de Villa e do chefe chinês de bandoleiros Tzu, que chegou a ser momentaneamente imperador da China.

Estas limitações dos dois processos descritos, que são eminentemente populares, fizeram com que os modernos raramente se apoiassem neles para chegar ao poder. Hoje em dia requer-se uma grande dose de técnica para afastar a elite política e capturar os órgãos do Estado. A essas exigências respondem o golpe de Estado e a revolução.

A Técnica do Golpe de Estado

O golpe de Estado, já praticado na antiguidade, conhece na nossa época uma grande popularidade nos meios dirigentes de instituições sociais discriminadas fortemente pela elite dirigente, que não tem em conta os interesses manifestados por esses potenciais concorrentes. Tornou-se o método por excelência de captura do poder e é a técnica que melhor se adequa à complexidade das nossas sociedades.

Dispensa as massas populares, não se apoia na revolta das gentes, não envereda às cegas por caminhos mortais, nem investe impensadamente. Pelo contrário: é realizado por um reduzido número de pessoas, obedece a planos cuidadosos, a negociações não menos pormenorizadas, e é o produto da vontade de um indivíduo ou de um grupo altamente colocados na esfera governante ou nas instituições sociais mais fortes.

O rei D. Carlos, que pela Carta Constitucional apenas possuía um poder moderador, ao dissolver o Parlamento e nomear João Franco para a chefia do Governo, que passa a governar ditatorialmente com o apoio do poder real, realiza a figura clássica do golpe de Estado: um órgão do Estado apodera-se das funções dos outros e redistribui-as segundo os

seus interesses. Outro golpe característico é o realizado por Luís Napoleão Bonaparte, em 1851, que de Presidente da II República francesa se torna Imperador dos franceses, abolindo as instituições republicanas e repondo o Império.

Antigamente eram os soberanos que costumavam praticar este tipo de actos, para contrariar o poder crescente de certos grupos aristocráticos instalados em órgãos do Estado e aumentar as suas próprias esferas de acção. Assim confiscavam os poderes dos outros órgãos políticos, concentrando em si o poder total, para o distribuir segundo outra lógica.

O século XX viu proliferar esta actividade golpista, mas já com outras características. Os actores são diferentes e os métodos também variaram. Nos decénios de 80 e 90, o fenómeno tornou-se tão frequente, que hoje em dia um grande número de governos do mundo tem origem num golpe de Estado. Esta forma de atingir os órgãos governantes é mais frequente que a eleição ou a sucessão monárquica, que a esta luz aparecem como excepções a uma prática universalizada.

Mudadas as características do golpe de Estado, não se alterou no entanto a sua essência. Continua a ser a acção dos titulares de um órgão com vista à captura de todos os outros. Já não é o soberano que o realiza, isto é, o Rei, o Chefe de Estado, o Primeiro-Ministro, mas sim os titulares de um dos sectores chave do aparelho estadual: *os chefes militares*. O golpe militar, denominado *pronunciamiento*, expressão castelhana que foi primeiramente utilizada no golpe de Riego de la Cabeza, em 1820, que derrubou episodicamente o regime absolutista espanhol, é a forma mais comum de golpe de Estado.[8]

Tecnicamente também se enriqueceu. O Estado moderno não é o Antigo Regime nem uma organização tribal. É um complexo organismo onde avultam os dispositivos tecnológicos de manutenção e uma complicada máquina de defesa. Não se captura com a pobreza de meios dos séculos passados. É necessário saber exactamente os seus pontos frágeis, os seus centros nevrálgicos, para aí lançar o assalto.

Este é que é o problema actual do golpe de Estado. Onde atacar? No Parlamento? Nos ministérios? Na sede do governo? Nos centros de comunicações audiovisuais?

Já em 1931 o italiano Curzio Malaparte, estudando o golpe de Estado bolchevique, de 25 de Outubro de 1917, conduzido por Trotsky, concluía que estes objectivos estavam ultrapassados. No seu livro *Tecnica del Colpo di Stato* apontava outros: os centros tecnológicos da

comunidade. Em lugar de cair sobre os centros ministeriais e parlamentares — o que seria uma ingenuidade imperdoável — os homens de Trotsky ocuparam-se antes das centrais telefónicas, dos caminhos de ferro, das estações de correio, das centrais eléctricas, paralisando a vida normal da sociedade. [9]

Os pontos frágeis são os centros tecnológicos. É por isso que hoje em dia o que se captura em primeiro lugar são os aeroportos, a televisão, a rádio, os nós ferroviários, as rodovias, as telecomunicações, as centrais eléctricas, os bancos. Os edifícios do governo ficam para depois e tem por fim coroar com chave de ouro a acção empreendida. Se se reflectir sobre a acção dos capitães do MFA, em 25 de Abril, ver-se-á que eles foram capazes de identificar, mais ou menos acertadamente, os pontos nevrálgicos do Estado português (Televisão, Emissoras Radiofónicas, Aeroportos, nós rodoviários e ferroviários, quarteis) e aí aplicar a sua força decisória: as armas. Otelo Saraiva de Carvalho explicou como. [10]

Mas normalmente os pontos chave de uma sociedade não constituem segredo para os governantes. Daí que se veja frequentemente certos centros tecnológicos "protegidos" por polícia, guarda ou forças armadas.

Porém, paradoxalmente, quem vigia e "protege" são os militares. E é precisamente este facto que coloca o problema dos actores. Quem pode fazer e faz hoje em dia um golpe de Estado? A resposta parece clara: os militares ou os coniventes com chefias militares. Só com a colaboração ou a neutralidade das forças armadas é possível a captura rápida e eficaz do poder, através do controle dos centros tecnológicos, cuja protecção lhes está atribuída. Pode-se pois concluir como Edward Luttwak que hoje em dia não é possível fazer um golpe de Estado sem a participação activa, ou pelo menos a neutralidade-cumplicidade da maioria ou mesmo de todas as forças armadas. [11]

Deste modo, a maioria dos golpes atingem os seus objectivos imediatos porque ao poder das forças armadas só se pode opor o poder de uma facção das mesmas forças armadas e dos corpos militarizados. Mas a polícia, a guarda, são poderes menores, total ou parcialmente submetidos à organização militar. Daí que, assegurada a colaboração ou cumplicidade da maior parte dos chefes militares, um grupo reduzido destes possa levar a cabo, com eficácia e uma utilização mínima de violência, a captura total do poder estadual. É processo comum, e tem-se notado que muito frequentemente os governantes ascendidos por um golpe militar só costumam ser substituídos por outros ascendidos do mesmo modo.

As justificações legitimadoras para estas acções violentas costumam ser de variada ordem e escondem geralmente as motivações reais. Se a temática de fundo é uma reivindicação corporativista insatisfeita ou a pura vontade de poder, nenhum golpista o confessa clara e publicamente. Há sempre modos agradáveis de explicar as coisas à opinião pública.

Na América Latina, desde os anos 50, os chefes militares exibiram o perigo fatal do comunismo como cobertura para as suas ambições e a selecção constitucional tornou-se tão rara que o termo "presidente eleito" só pode ser usado por uns poucos e nunca se sabendo por quanto tempo. Em África é a destruição da tirania, dos abusos de uma etnia há longo tempo hegemónica, a restauração de uma democracia mirífica. Trata-se sempre de afastar um chefe louco como Idi Amin, um carniceiro como Bokassa ou um outro sanguinário ou corrupto e incompetente.[12] Na Europa invocam-se outros motivos mais rebuscados: recuperar a liberdade, restaurar a democracia, cumprir a vontade do povo, evitar a destruição da sociedade. Mas quer num, quer noutro continente, nunca se vê o corpo militar reconhecer que actuou por sua conta e risco. Ao contrário: os golpistas apresentam-se como meros executantes da vontade nacional ou popular, como intérpretes fiéis dos altos valores e aspirações da comunidade, como elementos desinteressados que só aspiram ao bem-comum. Esta é a camuflagem ideológica mais corrente, e que apesar da sua discutibilidade continua a ser bastante eficaz.

Na realidade, o golpe de Estado não institui um novo projecto social, não busca alterações profundas na sociedade, não quer substituir a ideologia dominante nem inverter as relações de produção. O golpe de Estado limita-se apenas a substituir o pessoal governante. Tira uns e põe outros. Trata-se assim de fenómeno de *pretorianismo*: os militares actuam politicamente em defesa dos seus interesses, eventualmente ameaçados por decisões inoportunas da elite governante, enquanto corpo parcial da sociedade, e agem assim para repor a justiça.

As únicas excepções a esta regra são os golpes de Estado que põem fim a uma revolução (Augusto Pinochet no Chile, em 1973), aniquilando totalmente as suas linhas de orientação e repondo com correcções o anterior estado de coisas e os golpes que abrem caminho à revolução (caso da Rússia, em 1917 e de Portugal, em 1974, embora no nosso caso também existam, na origem e desenvolvimento do golpe militar, manifestações de pretorianismo). Nas suas linhas gerais o golpe de Estado é, pois, um processo eficaz de seleccionar os titulares do aparelho

do poder, normalmente conduzido por militares ou com o seu apoio efectivo. Nos países em que o Exército tutela de facto o Estado e reivindica para si mesmo o direito supraconstitucional de fiscalizar o governo como poder autónomo, o golpe de Estado torna-se o método habitual de selecção dos órgãos governamentais. Os chefes militares, com certo apoio nas instituições castrenses, passam a expulsar-se uns aos outros, decorrendo todo o circuito do poder dentro das esferas das forças armadas, em golpes e contragolpes de senhores da guerra.

Nos Estados em que esta tradição não é tão acentuada e em que os militares são instrumentos da Constituição e dos governos, nunca é de afastar a possibilidade de golpe de Estado. A força por excelência repousa no seio da instituição militar e basta um acordo ou consenso entre chefes desse sector numa conjuntura externa e interna favoráveis, para que ela seja usada, com as consequências já conhecidas.

Contudo, nem sempre há consenso no seio das forças armadas. O Exército pode achar-se ideologicamente dividido: ter facções, chefes e suas respectivas clientelas e o levantamento de um grupo encontrar oposição decidida por parte de outros. Neste caso já não se trata de um golpe de Estado, mas sim de uma *insurreição armada*. No Baixo Império Romano, as legiões de uma determinada região não raras vezes proclamavam o seu comandante Imperador, encontrando pela frente as forças de outras zonas do Império, que com interesses substancialmente diferentes, as obrigavam a uma luta prolongada.

Um exemplo desta figura é o *alzamiento* espanhol de 18 de Julho de 1936. O general Franco, opositor do regime instalado pela República, proclamou em Marrocos a insurreição militar, sendo seguido por grande parte das guarnições da Península. Tratava-se de derrubar pela força o governo constituído e essa tarefa não foi tão fácil como se poderia pensar. Em Madrid e Barcelona forças militares e militarizadas fiéis ao governo legal e apoiadas em organizações sindicais assumiram o controle desses perímetros urbanos e pela província diversos corpos armados se declararam a favor da ordem constitucional. Daí um longo conflito que se internacionalizou e devastou a Espanha durante três anos, acabando com o triunfo do general galego Francisco Franco, que contava com a melhor tropa: profissionais como a Legião Estrangeira, os regulares e os oficiais mais experimentados no quadro das guerras marroquinas.[13]

Quer no golpe de Estado, quer na insurreição armada, a presença dos militares é um facto evidente. As duas formas colocam com muita clareza o problema da intervenção militar na vida política, que não se limita à acção directa, mas que se serve de meios mais discretos como a influência, a extorsão, e a pressão sobre o governo civil.

As forças armadas têm, na realidade, amplas vantagens sobre qualquer outra organização parcial da sociedade na corrida para o poder. O professor Samuel Finer, que estudou pormenorizadamente as acções dos militares, aponta as seguintes: uma notável superioridade em matéria de organização, uma condição simbólica na qual concorrem elementos sumamente emocionais e o monopólio das armas. "Constituem uma corporação ou uma ordem prestigiada, que goza de uma grande superioridade quanto ao modo de empregar a força". E conclui muito correctamente: "A dúvida, portanto, não está no motivo porque se rebelam contra os seus amos civis, mas na razão porque obedecem uma só vez". [14]

Há barreiras psicológicas e institucionais que impedem a irrupção sistemática do poder militar na vida política, pelo menos em determinadas sociedades avançadas. Em primeiro lugar, é costume existir uma forte tradição de supremacia do poder civil, que se reveste de características míticas e sagradas. Nestes países, os militares só podem actuar por vias indirectas, pressionando num lado e noutro. Se se arriscassem a conquistar o poder, deparar-se-iam com um repúdio generalizado. Quer dizer: a população nacional acredita numa fórmula política que não atribui à força armada o direito a governar: não é considerada pela opinão dominante uma dominação legítima. Neste sentido é totalmente esclarecedora a frase que Jacques Rousseau escreveu acerca dos exércitos que querem governar: "O mais forte jamais é suficientemente forte para ser sempre o amo, a menos que transforme a sua força em direito e a obediência em dever". [15] Ou seja: crie, divulgue e faça interiorizar uma fórmula legitimadora.

Além desta desautorização moral reprovando a falta de legitimidade e associada à predominância da fórmula civil, os militares enfrentam-se com outros factores inibitórios. Um dos mais importantes é o medo da divisão das forças armadas no momento decisivo, que se traduz imediatamente numa diminuição da capacidade de luta do corpo armado e na possibilidade de uma guerra civil. Outro elemento que pesa nas

decisões é a incapacidade técnica das forças armadas para governar. Por outro lado, onde tomaram o poder, os Exércitos mostraram-se incapazes de o manter sem a colaboração de civis. Os altos mandos vêem-se obrigados a contratar uma classe política profissional, técnicos qualificados, administradores, burocratas, por cujo intermédio exercem o poder. Só em comunidades muito rudimentares e cultural e economicamente subdesenvolvidas é que é possível uma ditadura completamente militar. As experiências dos Aliados nos países ocupados, que apenas trataram com populações obedientes, nomeadamente na Itália, Alemanha e Japão, são alvo de uma crítica cerrada e demonstram a inabilidade e incapacidade dos quadros militares para lidar com as coisas políticas. "Foi muito mais simples para eles substituir uma canalização rota, já que tanto governantes como governados estavam em condições de apreciar a utilidade de uma canalização adequada, que fazer eleger o burgomestre adequado, quando havia discrepância sobre as condições exigidas". [16]

Também no golpe militar de Portugal em 1974 foi evidente a contratação, por parte do jovem poder militar, de uma classe política (socialistas, social-democratas, comunistas, tecnocratas, elementos do Antigo Regime), para através dessa face civil operar as modificações institucionais tidas por desejáveis, facto que mereceu a Adriano Moreira uma análise capital no livro *O Novíssimo Príncipe*. [17]

Para lá desta incapacidade, que os obriga a recorrer a civis, os militares, que normalmente possuem um forte espírito de corpo, temem o fracasso. E isso porque este implica não só o perigo das suas vidas como o risco de extinção para o próprio Exército a que se devotaram desde os seus primeiros tempos de juventude. Tais perigos são concretos: há chefes militares que acabaram no patíbulo e, por exemplo, o Exército da Costa Rica foi desmantelado em 1948 e substituído por uma força policial por causa de um golpe militar mal sucedido. E perante a mesma ameaça se viu o Exército alemão, derrotado em 1918 e em 1945.

Se as inibições reais são grandes, maiores às vezes são as motivações que impelem à acção, especialmente se se conta com o consenso de toda a força armada. Provavelmente, o grande dique contra a força desta agremiação continua a ser a tradição da supremacia do poder civil, que predomina em países económica e socialmente muito avançados, com uma forte sociedade civil. [18]

A Revolução

Outro tipo de aplicação da força para a captura violenta do Estado é a revolução. *Pronunciamiento* e revolução são fenómenos claramente diferentes, embora se possam articular, mas já o mesmo não acontece entre a revolução e a rebelião. Se no golpe de Estado aparecem, como actores qualificados, os militares ou um grupo selecto, na rebelião e na revolução as massas populares invadem e dominam o quadro histórico. Contudo, há diferenças bem profundas entre um e outro processo.

O professor Crane Brinton desenvolveu, num livro já clássico, *The Anatomy of Revolution*, uma tentativa de interpretação, em termos de Ciência Política, dos fenómenos revolucionários que do século XVII aos nossos dias sacudiram o mundo euroamericano. Para fundamentação da sua teoria do modelo revolucionário empreendeu Brinton o estudo comparado de quatro revoluções: a Inglesa do século XVII, a Americana que levou à guerra e Declaração da Independência dos Estados Unidos; a Francesa de 1789 e a Russa de 1917. [19]

Com base em determinadas constantes, estabelece o autor uma teoria do ciclo revolucionário. Talvez com reservas para a revolução americana — que está associada ao movimento independentista e anti-colonial — todas as revoluções apresentam no início um *Tempo dos Moderados*, uma fase inicial, idealista, caracterizada por exigências de mudanças políticas racionais e razoáveis a que se sucede o *Tempo dos Radicais*, isto é, um período marcado por excessos reivindicativos, progresso de lideres cada vez mais radicais com grande iniciativa e avanço das transformações estruturais a nível institucional e político. Esta fase encaminha-se para o seu apogeu que é o *Tempo do Terror* ou momento por excelência do radicalismo revolucionário. Finalmente, a fase de extremismo revolucionário é normalmente dominada por um conjunto de forças estabilizadoras, que põem cobro à "revolução permanente", ao excesso dos extremistas e restabelecem, por vezes num compromisso com elementos do Antigo Regime, uma nova ordem constitucional, que diferindo em muita coisa da anterior, está também muito longe dos programas revolucionários que geralmente foram o objectivo dos radicais do Terror. A este período, conclusão lógica e também ocaso do processo revolucionário, chama-se *Thermidor*, à imagem do que acontecera na França no 18 de Brumário, golpe militar de Napoleão

Bonaparte que põe fim ao Terror. É também Cromwell em Inglaterra e Estaline na revolução soviética que desempenham o mesmo papel.

Mas para entender o que há de característico na revolução é indispensável compará-la com a rebelião. Que distingue uma da outra?

Fundamentalmente, a teoria e a instituição. Como escreveu Jacques Ellul "a rebelião não tem pensamento algum na sua origem, é visceral e imediata. A revolução implica uma doutrina, um projecto, um programa, uma teoria qualquer, aplicando o termo em sentido amplo (...). Além disso, a revolução procura institucionalizar-se. A rebelião, mesmo quando triunfa, detém-se pasmada ante o seu próprio êxito". [20] O que caracteriza a transformação da rebelião em revolução é o esforço para desembocar numa organização nova e isso implica, sob o ponto de vista dos homens, o aparecimento do que André Decouflé denomina com muita propriedade "gestores" da revolução. "A rebelião não tem acesso ao nível da revolução enquanto só existem massas e rebeldes: faltam os organizadores, aqueles que estabelecem a ordem depois do tufão passar". [21]

Assim, na revolução, para lá de um projecto ou de um modelo a implantar, há o firme propósito de instituir os mecanismos políticos--sociais que hão-de realizar os grandes objectivos: a liberdade, a igualdade, a justiça social, a democracia, a sociedade sem classes, a independência, o Estado dos Santos. É, pois, neste momento que se inserem os organizadores, a máquina burocrática, isto é, os instrumentos do projecto revolucionário.

Por seu lado, o próprio projecto tem marcas que o distinguem de qualquer outro. Na verdade, não propõe alterar aqui ou ali um sector da sociedade, uma instituição do Estado, um feixe de ideias dominantes. Muito para lá desses limites, o projecto revolucionário pretende sempre começar a partir do zero. Toda a sua construção tem de ser original, nova, insuperável, ou seja, a revolução abre uma nova Idade cujo conteúdo se desconhece por completo. Este traço foi descrito por Hanna Arendt quando escreveu que a revolução "é o único acontecimento político que nos coloca directa e iniludivelmente perante o problema do começo". [22] É inaugurar uma Era absolutamente nova, caminhar por uma senda radicalmente original ou então regressar à Idade de Ouro perdida, quando tudo estava certo e era bom. [23]

Este elemento de intrínseca novidade torna a revolução num brutal agente de transformação. Para atingir essas eras primordiais ou inaugurar a história do futuro é preciso alterar radicalmente a situação do momento,

a principiar pelos governantes, ideias e ideologias, que asseguram a vigência da antiga ordem.

Para impor e conservar a novíssima orientação é indispensável que os chefes e gestores da revolução expulsem a antiga classe política e capturem eles próprios os órgãos do Estado.[24] Aí instalados, reforçam o seu poder através de transformações de ordem económica, ideológica e institucional e passam a controlar a execução do projecto, que pode estar fixado num programa escrito e conhecido por todos ou viver apenas no pensamento de alguns líderes e ser paulatinamente alterado segundo os condicionalismo.

Seja como for, a revolução implica a substituição da elite governante e tem sido um método frequentemente utilizado para a conquista do poder. Se nem todas as revoluções triunfantes realizaram o que inicialmente haviam prometido, pelo menos há um ponto em que todas elas coincidem: varrem uns tantos da esfera suprema do poder, e instalam aí outros que podem ou não cumprir o projecto. Basta pensar na revolução mexicana de 1910-1911 ou na revolução peruana de Blasco Alvarado de 1973-1974 para ter dois exemplos de revoluções pendentes.[25] As suas consequências não foram além da implantação de uma nova classe política, que rapidamente ganhou os mesmos hábitos da classe expulsa.

Por outro lado, as revoluções não são imbatíveis, nem necessariamente triunfantes. Tal como as rebeliões, as insurreições e os golpes de Estado, estão sujeitas ao resultado do enfrentamento das forças. Há umas que triunfam e institucionalizam a sua máquina organizativa e o seu projecto (revoluções russa de 1917, francesa de 1789, inglesa de 1640-1688), outras que triunfantes abandonam o sonho que as alimentou, e ainda outras que simplesmente são derrotadas. Destas últimas é a comuna de Paris de 1870 que maior atenção despertou por causa do interesse que nela concentrou Karl Marx, mas a esta poder-se-ia acrescentar uma lista de fenómenos revolucionários igualmente sem sucesso, portanto, esmagados pelas forças que a eles se opuseram, e que ele também examinou segundo o seu método peculiar.[26] Todas as revoluções que eclodiram na Europa nas ondas constitucionalistas e nacionalistas a partir de 1820 foram um clamoroso fracasso.[27] Igual sorte teve a revolução republicana portuguesa de 1891 e a revolução russa de 1905. No segundo quartel do nosso século, no ano de 1936, as forças armadas espanholas, sob o comando do generalíssimo Franco, iniciaram uma campanha contra a revolução republicana e marxista, que se viu completamente esmagada

em 1 de Abril de 1939.[28] A revolução chilena alimentada desde 1969 pelo Presidente Salvador Allende com um projecto comunista, foi desmantelada pelo general Augusto Pinochet, que depois de impor o poderio militar dirigiu a transição para a democracia "vigiada" pelo poder armado, ainda agora vigente.[29]

A História da Política é, neste sentido, um cemitério de ambições e projectos. Quem se lança na acção convencido do inevitável triunfo de determinada linha de destino tem muitas vezes a surpresa de verificar que a força é um elemento bem mais importante que esta ou aquela irreversível interpretação do futuro. Quem a joga e ganha é governante *de facto*. Pouco importa que outros o acusem de ilegitimidade, de violação das regras de jogo, de inconstitucionalidade se não tiveram intenção de intervir para repor policial ou militarmente a antiga ordem. Há sempre expedientes legais, como, por exemplo, fazer um novo texto constitucional, realizar um plebiscito, lançar um *referendum*, fazer eleições, tudo precedido, como é consagrado, por uma intensa propaganda, para converter os captores ilegais do Estado em governantes legítimos. Os intelectuais, por norma, inclinam-se para onde *sentem* a força e proporcionam as mais espantosas justificações, demitindo-se das suas funções míticas de afirmadores da Verdade[30]. As classes superiores da sociedade, se não são esmagadas, pactuam. E a evolução posterior tende a rodear os novos senhores dos órgãos supremos de uma aura de legitimidade e legalidade, integrando-os definitivamente na estrutura social renovada, e ignorando a tal ponto, no novo contrato, a sua forma especial de acesso a essas posições dominantes, que até se torna de mau tom recordar o facto, a não ser em cerimónias rituais.

Em todos estes métodos examinados vigora uma regra: primeiro a força, depois a lei. Quer dizer: toma-se o aparelho de Estado e depois adapta-se a lei às necessidades da situação. Porém, nas sociedades estabilizadas e equilibradas, a regra é a inversa: primeiro a lei.

Escolha pela Lei

A frequência com que a força é utilizada para conquistar o poder só tem paralelo na tenacidade dos legisladores em regulamentar cuidadosamente o acesso aos órgãos supremos. Os moralistas, os filósofos, os teólogos, os políticos e os sociólogos, nunca perderam uma oportunidade

para disputar sobre a melhor maneira de seleccionar os governantes, todos concordando pacificamente na superioridade das formas legais sobre quaisquer outras. A acção violenta está fora de questão e só não é condenada como um crime quando é aplicada contra as tiranias com o fim de restabelecer o império da lei.

Os legisladores — responsáveis pela elaboração dos textos fundamentais — recolhem estas opiniões e incorporam a tradição política nas matrizes constitucionais das suas sociedades. Ao longo da História, cada comunidade foi acumulando uma experiência particular nesta matéria e solucionando a questão do acesso ao poder por modos diferentes. Raras são as que não conheceram formas violentas e poucas as que se pautaram exclusivamente por este método.

Com grande ou pequena vigência, as formas legais existem e disciplinam a vida de muitos Estados. Têm atrás de si uma história particular, que é o percurso de cada instituição, a sua origem e capacidade para sobreviver.

O estudo destes modos legais, que se foram concretizando na prática quotidiana das sociedades e que se arreigaram no espírito dos povos, leva a distinguir seis tipos puros. Com maior ou menor sorte eles guiaram a escolha dos governantes desde os primeiros tempos das sociedades políticas clássicas até aos nossos dias, com o consenso dos governados e sem necessidade de usar sistematicamente a força: herança, cooptação, nomeação, inerência, sorteio, eleição.

Estes seis tipos de acesso aos órgãos governantes nunca aparecem isoladamente como critério exclusivo de selecções de toda a elite governante. Normalmente misturam-se e combinam-se, dando origem à fórmula característica de cada país. O Chefe de Estado pode, por exemplo, ser eleito e ter direito a escolher o Primeiro-Ministro, que por sua vez nomeia os ministros. Neste caso ter-se-ia a combinação da eleição com a nomeação. Este modelo é muito simples e os que vigoram hoje em dia são um tanto mais elaborados, embora no fundo gravitem à volta da eleição e da nomeação, com um pequeno contributo da herança.

Por outro lado, cada ciclo histórico tem as suas fórmulas privilegiadas, que mereceram a aprovação dos poderosos e a reverência dos povos. A selecção na Idade Média apoia-se na herança e na nomeação; a Idade Contemporânea viu a reabilitação da eleição e o nosso tempo a sua entronização como a forma de acesso por excelência aos cargos mais apetecidos.

Para entender como estas formas funcionam e como se podem aplicar convém examinar isoladamente cada uma delas, tentando caracterizá-la como um tipo, no sentido de Weber.[31]

A **herança** é a transmissão do poder na linha sucessória significativa, estabelecida pela lei ou pelo costume. O pai cede a função eminente ao filho ou, no caso deste não existir, ao membro mais próximo da sua família. É a forma predominante na Monarquia tradicional (que não na electiva) e em certas aristocracias, onde o acesso a determinados órgãos colegiais e cargos político-militares era hereditário. O processo funda-se num automatismo biológico e garante uma continuidade no exercício do poder supremo, longe da luta política e dos interesses imediatos. A maioria dos Estados europeus foi forjada por dinastias que os governaram durante séculos com maior ou menor acerto. Nas actuais monarquias constitucionais prevalece este processo, embora a Coroa seja pouco mais que um símbolo da unidade política nacional. Os casos da Suécia, da Dinamarca, da Holanda, da Inglaterra, ilustram bem esta realidade, enquanto o da Espanha apresenta um Rei nos anos 90 ainda com amplos poderes de intervenção na vida pública.

A **cooptação** é a escolha do titular ou titulares de um órgão por outros titulares do mesmo órgão. Apresenta duas formas: a cooptação sucessiva e a cooptação simultânea. Diz-se que a cooptação é *sucessiva* quando o suporte de um órgão escolhe o seu sucessor. O exemplo mais importante deste mecanismo é a instituição do *principado* em Roma. Também na Constituição francesa do ano X da revolução se instaura a cooptação sucessiva quanto ao cargo, aliás momentâneo, de cônsul vitalício. [32]

Há **cooptação simultânea** quando os titulares de um órgão colegial escolhem determinadas pessoas para preencher as vagas existentes. É um processo que aparece em algumas repúblicas aristocráticas do passado e actualmente em órgãos consultivos ou segundas câmaras *de forma muito moderada* por morte de titulares, desistência ou preenchimento parcial do órgão. A generalização deste tipo de acesso a todos os órgãos do poder levaria à constituição de cliques de familiares e amigos, totalmente fechados a qualquer intrusão do exterior.

A **nomeação** consiste na designação do titular de um órgão pelo titular de outro diferente, mas hierarquicamente superior. Este processo caracteriza bem as fórmulas actuais de acesso ao poder. Os ministros são normalmente escolhidos pelo chefe de governo e em Espanha o Rei pode escolher quarenta e um senadores. Os secretários de Estado e Subsecretários são escolhidos pelo Ministro da pasta, que também decide a sorte dos seus Directores-Gerais. Grande parte da elite política secundária inclusivamente os gestores das grandes e apetecidas empresas públicas ocupa posições no aparelho do Estado por este processo. Os próprios chefes militares de alta posição são nomeados, quando não eleitos por um colégio restrito dos seus pares.

A **inerência** é a atribuição legal da qualidade de titular de um órgão colegial ou singular ao titular de um outro. Nesse cargo, pois, concorre, segundo a lei vigente, outra possibilidade que faz do titular de um órgão o suporte de outro, que pode ser governativo.

Os exemplos não são raros, quer no que toca ao passado, quer no que diz respeito aos tempos actuais. Em Portugal, os bispos e arcebispos diocesanos eram, por força da Carta Constitucional, pares do Reino. No regime fascista, os membros do Grande Conselho, do Conselho do Partido ou do Conselho Nacional das Corporações, eram por direito próprio deputados da Câmara dos Fascios e das Corporações. Em Inglaterra, alguns títulos nobiliárquicos dão direito a assento na Câmara dos Lordes. Mais recentemente verificou-se, na sequência de golpes de Estado, que os presidentes das Juntas Militares são automaticamente Chefes de Estado. Assim sucedeu com generais como Pinochet, Videla, Spínola e Costa Gomes. Por outro lado, e ainda em Portugal, a revolução de 1974-1975 criou uma nova forma de inerência: os Chefes de Estado-Maior dos Ramos das Forças Armadas (aviação, marinha, exército) eram membros de pleno direito do Conselho da Revolução, um órgão de imenso poder político-militar.

A inerência está assim ligada ao desempenho de um cargo particular, que se valora de modo especial. Logo que o indivíduo perde a titularidade desse cargo — bispo diocesano, membro do Grande Conselho Fascista, titular nobiliárquico, presidente de Junta Militar ou chefe do Estado-Maior de um ramo das forças armadas — deixa de poder desempenhar a função de governante.

O **sorteio** é a escolha igualitária dos governantes, entregando ao acaso a decisão. Não é um método frequente. Trata-se de uma experiência da Atenas do século IV e V a.c., estreitamente ligada à democracia directa, que os autores antigos identificavam como o normal processo de designação de governantes em democracia. [33] Todavia, os maus resultados alcançados pelo processo levou os gregos a abandonarem-no.

Ele é todavia o mais igualitário e dispensa complexas organizações, pois logo à partida, cada cidadão, sem nada fazer, tem uma probabilidade igual de vir a ser um elemento da classe dirigente e, por conseguinte, de alcançar as posições estatutárias e funcionais mais eminentes. Foi a selecção de ignorantes e incapazes bafejados pelo acaso para cargos de responsabilidade — e o desastre que daí derivou, nomeadamente na guerra, que baniu este método das sociedades gregas.

A Eleição e a sua Problemática

A **eleição** é a escolha dos titulares dos órgãos (ou titular de um órgão) pela manifestação da vontade de uma pluralidade de cidadãos considerados aptos pelas leis para tal fim. Cada cidadão recebe o nome de *eleitor* e a totalidade dos eleitores é designada por *corpo eleitoral*. A expressão da vontade do eleitor é o *voto* e o acto de escolha por meio de voto chama-se *sufrágio*.

Se bem que a definição legal do corpo eleitoral tenha variado ao longo do tempo, não é menos verdade que a sua importância tem aumentado rapidamente, especialmente a partir da revolução francesa. Tem-se, com efeito, acentuado a tendência de deixar aos resultados do sufrágio os principais órgãos governantes: Chefia do Estado, Parlamento, Chefe de Governo (que é normalmente o chefe do partido maioritário ou ganhador das eleições), definindo-se o resto do pessoal do Governo, das várias Direcções-Gerais e Gabinetes e das Chefias de Estados-Maiores pela nomeação daquele ou de algum Ministro.

Como sistema de escolha de governantes, a eleição surge bem cedo na prática das cidades gregas. O corpo eleitoral era reduzido (nem todos eram cidadãos eleitores), mas muito mais pequeno era o que escolhia o Imperador na Alemanha do século XVII. Das poucas dezenas de príncipes eleitores do Império chegou-se aos nossos dias aos milhões de cidadãos eleitores, ciclicamente convocados para escolher os membros do

Parlamento, e, portanto, o Chanceler e o Chefe de Estado. O corpo eleitoral foi-se ampliando e as normas disciplinadoras de todo o processo chegaram a um grau de complexidade inimaginável, na tentativa de eliminar a ambiguidade e a falsificação dos resultados.

Por outro lado, foi-se também estatuindo sobre a condição de *candidato* a membro da elite governante. Nem todas as pessoas se podem apresentar ao corpo eleitoral a solicitar o seu favor. Os menores, os loucos, os estrangeiros, os criminosos, estão afastados. A lei de cada país determina os requisitos de elegibilidade, mas nem todos os indivíduos que reúnem plenamente essas condições (nacional, maior, sem registo criminal, etc.) têm as mesmas possibilidades de concorrer. Basta pensar nos pobres, nas mulheres, nos de maioridade recente, nos isolados, nos pouco educados, nos indivíduos sem boa posição na máquina de um partido, para verificar que a sua candidatura (que envolve fortes apoios, enormes despesas, e uma máquina burocrática) só é possível no domínio das fantasias. Este facto pode ser enunciado do seguinte modo: ninguém vota em indivíduos sem estatuto social convincente e por isso há outros que à partida já têm uma esmagadora vantagem para chegar a essa meta. Por outro lado, só se propõem ao sufrágio indivíduos com treino político, apoios, máquina eleitoral em estado de prontidão e razoavelmente conhecidos do grande público. E em certos sistemas, só os partidos políticos têm a capacidade de propor, nas suas listas, os candiadtos ao Parlamento ou aos órgãos locais, o que configura uma situação monopolista difícil de defender racionalmente.

Peter Riddell, para a velha democracia inglesa escreve isto: "O mundo político britânico é largamente auto-selectivo e envolve uma pequena classe política. Só cerca de 3 por cento do eleitorado pertence a um partido político e provavelmente são menos de 1 por cento aqueles que estão envolvidos na secção e re-selecção dos candidatos ao Parlamento — a primeira e crucial fase para qualquer carreira política". E: "Dentro da pequena classe política os triunfantes são conformistas. Fazem o que é necessário para serem seleccionados como candidatos e, quando eleitos, comportam-se de acordo com as normas existentes que asseguram a promoção".[34]

Com a progressiva afirmação social da *fórmula democrática*, o sufrágio veio adquirir uma proeminência bastante acentuada entre todas as outras formas legais e tradicionais de seleccionar governantes. E pela grande implantação do sufrágio e pela importância deste na selecção dos

governantes da maior parte das democracias estabilizadas, convém estudar mais pormenorizadamente as diferentes formas que reveste.

E como da *mecânica do sufrágio* depende a maior parte das vezes os resultados apurados, ou seja, a declaração de vencidos e vencedores, parece justificável tratar mais profundamente o tema e dilucidar as mudanças operadas na concepção do processo eleitoral.

Os Problemas do Sufrágio

O sufrágio parte do princípio de que o povo fala. Porém, nunca se esteve de acordo quanto ao melhor método de o escutar. Os processos de apuramento da vontade popular têm variado substancialmente de época para época e os dirigentes nunca deixam estes pormenores ao sabor do acaso. Cuidam pessoalmente para que seja um processo e não outro.[35] Escreve Gonzalo Fernandez de la Mora: "A enumeração dos processos, puros ou mistos, de mais frequente aplicação, exigiria um tratado, pois cada regime e até cada governo tem, geralmente, a sua própria lei eleitoral." E acrescenta esta nota que explica o interesse de cada específico sistema de sufrágio: "Muitos amadores de política pensam que os diferentes métodos de escrutínio são problemas técnicos de pouca transcendência. O certo é, porém, que deles depende o resultado da eleição, quase tanto como dos votos." [36]

Os textos constitucionais ou a tradição incorporam normalmente a mecânica vigente e cada povo, cada país, apresenta o seu método sufragista. Surgem deste modo tipologias, diversas espécies de sufrágio, que convém examinar. Assim se poderá entender como os métodos divergem e como os resultados dos sufrágios podem ser diferentes. Também se entenderá como a voz do povo pode variar consoante a mecânica aplicada a escutá-lo.

Na base dos diversos modelos de sufrágio estão as respostas a três perguntas decisivas: Quem vota? Como vota? Em quem vota?

Efectivamente, a primeira determina o corpo eleitoral, a segunda a mecânica processual e a terceira os concorrentes ao poder. Porém, como estas questões não conheceram soluções idênticas em todos os países, há alguns que argumentam estar na posse do melhor método de escutar o povo. Aí o povo falaria, mas falaria melhor.

Quem vota? Esta pergunta é a mais polémica de todas. Facilmente se entende porquê: os excluídos do direito de voto travaram desde sempre uma luta contínua para o possuir. Por outro lado, a atribuição da qualidade de votante a novos grupos sociais altera forçosamente os resultados, favorecendo uns e desfavorecendo outros. Tradicionalmente os legisladores inclinaram-se para restringir o corpo eleitoral. Os eleitores do Imperador eram um contado número de nobres (príncipes eleitores) e hoje em dia o Papa é escolhido por um pequeno número de hierarcas. Logo após a Revolução de 1974-1975, os dois primeiros chefes de Estado que asseguraram a institucionalização do novo estado de coisas foram pura e simplesmente escolhidos pela Junta de Salvação Nacional, que com anterioridade já os havia designado para o cargo de Presidentes da Junta. No sentido de preservar a qualidade e a pequena dimensão do corpo eleitoral, aplicaram-se muitos critérios, todos tendentes a excluir do grupo decisório os pobres, as mulheres, os menores, os analfabetos, os criminosos, os estrangeiros, os loucos e assim por diante. Como escreveu um dos pais-fundadores da Constituição Americana – Madison – fixando doutrina para a escolha do Presidente da República, "o resultado da representação é purificador ao alargar o espírito público transpondo-o para um meio formado por um corpo escolhido de cidadãos". O corpo escolhido de cidadãos, cultos, sabedores, racionais, que devem escolher os governantes não são evidentemente toda a população — e esta posição implica todo o tipo de restrições à definição do corpo eleitoral.

Tratava e trata-se então de seleccionar um conjunto de pessoas responsáveis, entendidas na coisa pública, a fim de que a sua decisão seja a melhor possível. Pretendia-se preservar a qualidade do eleitorado, excluindo do seu seio todos quantos não tivessem as características que os dirigentes julgavam necessárias e indispensáveis para uma decisão correcta. Este tipo de sufrágio denomina-se *restrito* e apresenta uma grande variedade de formas. Na França, depois da Revolução da igualdade de 1789, o corpo eleitoral estava limitado aos cidadãos que pagavam impostos (*sufrágio censitário*). Noutros países entendeu-se que só poderiam votar as pessoas com um mínimo de habilitações literárias (*sufrágio capacitário*), do sexo masculino (*sufrágio masculino*), de determinada raça (*sufrágio racial*), ou então apenas aquelas pessoas que deram um contributo efectivo para a comunidade (*sufrágio orgânico*). O autor utopista Robert Heinlein insistia ainda há poucos anos em que o direito de voto só deveria ser concedido aos indivíduos que tivessem

demonstrado estar dispostos a servir o Estado, passando voluntariamente pelo Exército e cumprindo o seu serviço militar.[37]

Como se vê, os critérios restritivos são diversos e apontam todos para uma selecção do corpo eleitoral baseada em diversos factores tais como a riqueza, a educação, o sexo, a dedicação e inserção na comunidade.

Ao lado do sufrágio restrito foi-se afirmando tendencialmente o *sufrágio universal*. A resposta à questão de quem vota é neste caso outra. Se anteriormente se intentava seleccionar um corpo de qualidade, neste modelo trata-se de levar a quantidade aos seus limites máximos. O corpo eleitoral reúne portanto todas as pessoas que têm as condições mínimas genéricas para poder expressar a sua opinião política. Modernamente, este é o tipo mais espalhado e a sua implantação resultou de uma luta tenaz das mulheres, dos não-brancos, dos pobres, dos intelectuais burgueses e dos moralistas, pela inclusão de todos os que se viam afastados pelo sufrágio restrito.

No nosso tempo, porém, ainda existem grupos que não têm direito a fazer parte do corpo eleitoral. Os menores de 21 anos estão excluídos em muitos países que adoptaram o sufrágio universal, do mesmo modo que os loucos, os criminosos e os mendigos.

Como se vota? Pode votar-se com um único voto ou com mais de um voto. Quando todos os eleitores dispõem de um único voto o sufrágio é *igualitário* e quando existem algumas pessoas com mais que um voto a sufrágio diz-se *não-igualitário*.

O sufrágio não-igualitário cria uma discriminação entre o eleitorado, dando a determinadas pessoas um maior poder de intervenção na vida política. Este privilégio encontra-se relacionado com situações profissionais, estatuto familiar, posição política.

Por outro lado, o sufrágio não-igualitário apresenta duas formas: uma baseada no voto múltiplo e a outro no voto plural. Há *voto múltiplo* quando o eleitor vota em diversos lugares e sempre com um voto. Vota num lugar como industrial, noutro como paroquiano, noutro ainda na qualidade de ministro. Emite três votos, mas vê-se obrigado a depositar cada um deles em sítios diferentes e em distintas qualidades. Há *voto plural* quando o eleitor possui a capacidade de emitir mais que um voto e num só sítio.

Outro aspecto é o que diz respeito à liberdade do eleitor. Na verdade pode ver-se compelido a votar (*sufrágio obrigatório*) ou ter possibilidade de proceder segundo o seu critério (*sufrágio facultativo*). A ida às urnas pode ser deixada a livre inspiração do indivíduo ou ser obrigatória, punindo-se legalmente a abstenção com multas, prisão, perda de direitos políticos por período determinado, ou mesmo contando as abstenções como votos positivos. É a tentativa de transformar um direito (direito de voto) num dever para a comunidade, levando ao seu limite extremo a aplicação da fórmula democrática

Esta preocupação do poder político pela participação dos votantes tem a sua razão de ser. O desinteresse da população pelo acto eleitoral tem crescido de forma pronunciada, chegando ao ponto de comprometer a própria teoria do "mandato popular" e da soberania do povo. Na realidade, o abstencionismo afecta negativamente a imagem do poder e quebra os pressupostos da democracia.

Em Portugal este fenómeno está bem claro em três eleições. A primeira, para a Assembleia Constituinte de 1976, que tinha características de novidade, registou 8,3 por cento de abstenções; a segunda, para a Assembleia da República, despertou muito menos interesse e teve 14,3 por cento de abstenções. Por fim, o sufrágio para as administrações locais já apresentou uma percentagem mais de 35,4 por cento. Porém, nas Legislativas de 1995, tidas por uma prova para um povo maduro, registou-se 33,2 por cento de abstenções e nas Europeias de 1994 o número elevara-se a 64,4 por cento. Nos Estados Unidos, país que costuma ser o ponto de referência nestas matérias, as abstenções nas eleições presidenciais atingem os 50 por cento.

Os governantes, que encaram a abstenção como uma ameaça directa à sua legitimidade, recorrem então à obrigatoriedade da votação, aplicando penas aos infractores. Procura-se deste modo uma votação maciça, que costuma depois ser apresentada como um sinal da confiança do povo nos escolhidos. Razão assiste ao centenário pensador e escritor germânico Ernst Junger quando comenta este problema nos seguintes termos: "A abstenção pertence às atitudes que inquietam o Leviatã (...). Ela desvanece-se num ápice sob a ameaça. Poder-se-á, então, sempre contar com uma participação eleitoral quase completa...". Todavia, ele também acrescenta: "Quanto mais a quota-parte dos votos positivos se aproxima dos cem por cento, maior se torna o número dos suspeitos, porque é de supor que agora os representantes da resistência tenham

transitado de uma ordem estatisticamente apreensível para uma outra invisível, que nós consideramos como a do passo da floresta".[38]

O sufrágio obrigatório é assim uma saída para a grave questão do desinteresse do povo na escolha dos dirigentes. Nos regimes totalitários, em que esse desinteresse tem uma justificação, já que os eleitores são apenas chamados a aprovar uma nomeação que decorre no seio do grupo fechado dos governantes, é precisamente onde o sufrágio em regra é obrigatório. O povo tem que demonstrar que está de acordo com a decisão das altas esferas, e isso só se pode provar através de uma ida maciça às urnas, devidamente controlada, e sempre para dizer sim. As experiências eleitorais na União Soviética, e nas antigas Repúblicas Populares do Leste provam abundantemente este ponto.

Contudo a generalização do direito de voto não aumentou proporcionalmente o poder de intervenção política do cidadão comum. Ele continua a pronunciar-se sobre um conjunto de dirigentes que lhe são propostos sem sua prévia aprovação. Gaetano Mosca comentava assim este facto: "O alargamento do sufrágio aumenta indubitavelmente o número dos eleitores. E também se dá uma satisfação aqueles teóricos, ditos democráticos, que estão hoje em dia tanto em voga, mas na realidade não altera muito os resultados das eleições, porque os elementos que actuam e se impõem continuam a ser quase os mesmos. Os grandes eleitores, os notáveis, as sociedades políticas, e todos os que são capazes de manipular os resultados das urnas (...).[39]

Em quem se vota? Pode votar-se nos candidatos directos, que aspiram ao poder ou então num conjunto de indivíduos a quem incumbe designar os governantes. No primeiro caso há um *sufrágio directo*: os eleitores designam, sem intermediários, os governantes. É o caso, por exemplo, da eleição do Presidente da República portuguesa ou da francesa. Porém, noutros casos, este mecanismo não existe. Os eleitores escolhem um número determinado de indivíduos que formam um *colégio eleitoral*, que a seu turno vota os governantes ou apenas escolhe um segundo colégio eleitoral, que detém essa incumbência. Estes intermediários, denominados eleitores de segundo grau, terceiro, ou quarto, consoante o mecanismo, é que têm a capacidade de escolher os titulares dos órgãos em causa. O Presidente dos Estados Unidos é escolhido por este processo e a tradição política baseia-se na prática política dos primeiros anos daquele Estado. Os *Founding Fathers*,

autores da Constituição, quiseram deixar a escolha do Presidente a um colégio de homens distinguidos e responsáveis e não às massas de eleitores, que normalmente podem ser manipuladas quer num sentido, quer noutro. Este tipo de sufrágio é o chamado *sufrágio indirecto.* [40]

Por outro lado, o corpo eleitoral pode escolher candidatos que se apresentam individualmente na circunscrição eleitoral ou candidatos que surgem em bloco, numa lista, designados pelos estados-maiores dos partidos, sem atenção especial ao local ou ao tempo. Daí que votem em pessoas isoladas ou listas de pessoas. No primeiro caso está-se perante um *sufrágio individual* e no segundo perante um *sufrágio por listas.*

Pode também dar-se o caso dos eleitores só poderem votar um candidato (o candidato que representa o respectivo círculo eleitoral) e diz-se então que se trata de um *sufrágio uninominal* ou mais do que um candidato (quando ao círculo eleitoral corresponde mais que um representante) e trata-se de um *sufrágio plurinominal.*

O sufrágio plurinominal corresponde a um sufrágio por listas (cada lista contém mais que um candidato ao órgão ou órgãos do Estado), mas já o mesmo não ocorre entre o sufrágio individual e o uninominal. De facto, o *sufrágio individual* pode ser plurinominal (quando o eleitor vota em vários candidatos que se apresentem independentemente e não numa lista) e uninominal.[41] Torna-se evidente que o sufrágio uninominal, que responsabiliza o representante da região, promove a aproximação entre eleitores e eleitos e estabelece um mecanismo directo de responsabilização, que obriga a um trabalho político intenso do eleito na sua área, se é que pretende voltar a desfrutar da posição; o sufrágio plurinominal, ao contrário, é partidário, burocrático, e promove o afastamento entre candidatos a deputados e eleitores. As listas de concorrentes pelos círculos são definidas pelos gestores do aparelho interno do partido, com total irresponsabilidade local, o que significa, segundo Ostrogorsky, a selecção de camadas de políticos obedientes ao centro directivo, e no fundo pouco dotadas intelectualmente. A mediocridade é a regra. Por conseguinte, também aqui, um caminho, mesmo na representação, não é igual ao outro, ainda que tudo milite para provar o contrário.

Estes modelos de sufrágio, rapidamente examinados, mostram os diversos critérios utilizados e as distintas soluções que se dão ao grave

problema da selecção dos governantes, segundo o processo de eleição. Mas em quaisquer dos diversos processos de selecção examinados, à excepção do sorteio, (herança, cooptação, nomeação, inerência, e eleição), nota-se constantemente a acção determinante de uma minoria política activa. Nuns processos a sua influência é clara, noutros mais camuflada.

A eleição tem tido a vantagem de esconder esse factor e contrapor-se aos outros métodos como via aparentemente igualitária. Contudo, não se pode aceitar como definitivo o que aparece à primeira vista e acreditar imediatamente na bondade das fórmulas. Há que procurar a realidade sob o manto das aparências. O académico Gonzalo de la Mora escrevia: "Que interesses representam os deputados partidocráticos? Não os de um território, de uma classe, de uma profissão, porque os partidos costumam ser interprovinciais, interclassistas, e interprofissionais. Representam, em primeiro lugar, os interesses da oligarquia do partido e, em segundo lugar, os relacionados com uma ideologia, imagem ou programa, geralmente ambíguos".[42] O professor siciliano Gaetano Mosca, que estudou com pioneirismo reconhecido este processo, não pôde deixar de apontar os seus traços menos evidentes e mais desagradáveis nos seguintes termos: "Quando dizemos que os eleitores escolhem os seus representantes usamos uma linguagem muito inexacta. A verdade é que o representante fez-se eleger pelos eleitores e, se esta frase parecer demasiado inflexível e dura para alguns casos, podemos dizer que os seus amigos o fizeram eleger. Nas eleições, como em todas as outras manifestações da vida social, os que têm a vontade e, sobretudo, os meios morais, intelectuais e materiais, para impor a sua vontade sobre os outros, tomam o comando e governam-nos" [43].

E esclarecia ainda, em jeito de demonstração: "Durante as eleições a luta desenvolve-se entre diferentes grupos ou partidos organizados, possuindo cada um deles os meios de influenciar a massa amorfa dos eleitores. E estes só têm a possibilidade de escolher entre os representantes destes grupos".[44] Pouca coisa, na verdade, quando o discurso inerente à fórmula valora especialmente a participação do cidadão, a responsabilidade cívica do sufrágio e a igualdade de todos. Razão sobra a Carl Schmitt quando observa que "a lógica democrática conduz à suspensão de eleições e à votação dos assuntos pelo povo na sua identidade de cada momento".[45]

Mas mesmo depois de expressos e contados os votos o problema da vontade popular regressa pela magia do sistema eleitoral aplicado no momento. De modo geral tal sistema é o conjunto de normas e instituições que definem a estrutura da representação. Assumindo que o povo delega a soberania o sistema organiza o modo da delegação afectando-a intrinsecamente. Sem entrar na discussão concreta da definição dos círculos eleitorais, que mudam decisivamente os resultados finais, basta examinar o sistema de representação adoptado para concluir que a voz do povo nunca é a voz do povo. Na realidade, entre os dois sistemas básicos — maioritário e proporcional — vai uma distância abismal e não é indiferentes aplicar um ou outro. No mesmo país, com o mesmo número de votos expresso, cada sistema representativo geraria um Parlamento próprio.

Se cada um dos sistemas apresenta vantagens e desvantagens não deixa de ser curioso notar o comentário do reputado constitucionalista germânico Karl Loewenstein ao sistema proporcional, que pareceria vocacionado a corrigir as assimetrias do sistema maioritário: "A aplicação prática deste sistema mostrou-se frequentemente como um remédio pior que a doença a curar".[46]

Deste modo a selecção electiva acaba por assentar num conjunto de práticas que se afastam cada vez mais da representação directa e que tendem a organizar todo o processo em favor da oligarquia política inicial que benificia do seu funcionamento esperado. É por isso que Cotteret e Emeri escrevem: "entre o escrutínio maioritário e a representação proporcional são consideráveis as possibilidades de combinação. O legislador procede como um barman ao preparar um cocktail: um dedo de representação proporcional e dois dedos de escrutínio maioritário ou vice-versa. Nos dois casos o inventor fica geralmente mais satisfeito com a sua mistura que o consumidor-eleitor. Seja para evitar os inconvenientes de um ou outro sistema ou para perpetuar uma assembleia existente, a imaginação dos homens políticos é particulamrnete fértil neste terreno".[47]

O Fascínio das Constituições: a Tradução da Fórmula para o Direito

Segundo a selecção legal, na maior parte dos casos tudo se passa no domínio da Grande Lei, que traduz a fórmula política para o Direito e a torna vinculativa para todo o povo. Mas já se viu que ela também é, pelo menos, instável. E é por isso que é didáctico examinar rapidamente a experiência portuguesa nesta óptica para verificar como a voz do "povo" pode ter diversas interpretações legalizadas a alto nível, quando não mesmo legitimadas.

Em Portugal há, como em França, um percurso acidentado. Ao tempo da formulação e aprovação da Constituição de 1976 tudo dava a sensação de se viver novamente uma onda constitucionalista, tais eram as referências ao documento, a propaganda a seu respeito, a sua defesa intransigente e o seu louvor. No passado, tinha-se a impressão de estar o deserto constitucional, ou até tentativas mais ou menos falhadas para encontrar a autêntica Lei salvífica da Sociedade e do Estado. Para a frente, com aquele novo documento, abria-se um período de justiça e prosperidade sem precedentes. A isto chamar-se-ia o efeito da Constituição, melhor, o efeito da Boa Constituição, no estilo puro de 1789. Artigos devidamente ilustrados, à moda de 1820, foram impressos e afixados nas paredes da rua, nas repartições, e a classe política não escondeu o seu entusiasmo por este instrumento forjado em horas de trabalho político no areópago constituinte de 1976.

Tinha-se então a ideia falsa, aliás mantida pelos mais rigorosos cultores do direito constitucional mas de impressionante cegueira sociológica, de que os textos valem por si e que são capazes de se impor à sociedade e à sua constituição real. Os pais da pátria, em 1976, inaugurando a nova Era a que aludia Arendt, imitavam os constitucionalistas de 1822, de 1826, de 1838, 1911 e de 1933. Tudo gente culta, com bom conhecimento de leis fundamentais, mas que acreditava nas virtude dos extensos articulados, nas muitas ordenações, nos modelo programáticos para as sociedades do tempo. Tudo, afinal, gente iludida pelo mito que fabricavam como tecelões, como se foi verificando nas revoltas políticas posteriores, que tinham a incrível ousadia de derrubar os veneráveis textos constitucionais, para impor outros pouco tempo depois, reclamando para eles a mesma adoração.

Um exame das diversas constituições políticas em sentido formal, que vigoraram em Portugal, mostra o que não pode deixar de ser evidente: que são documentos conjunturais, negociados por forças políticas dominantes, normalmente militares, e que só tiveram vigência enquanto essas mesmas forças conservaram o seu poder de intervenção, a sua hegemonia política e as suas alianças sociais. As constituições aparecem efectivamente como propostas de poder e de organização social, e enquanto tal não passam de plataformas socio-políticas que valem tanto como o contrato social de Rousseau. Nada têm de transcendente, quer invoquem a Santíssima Trindade, como a Constituição de 1822 (que tem 240 artigos), quer invoquem o materialismo dialéctico, como a de 1976, quer se reclamem científicas e finais como uma hipotética constituição tecnocrática de engenharia social do futuro. Elas arbitram as relações de poder e veiculam a proposta da elite dirigente relativamente à sociedade global, sempre na óptica da futura distribuição de poder entre os constituintes ou suas forças políticas de apoio. O que dizem, pode ser mentira daí a pouco tempo, bastando para isso uma alteração política significativa ou uma transformação social rápida. O sistema formal definido no documento, a estrutura das relações forjadas em abstracto, pode de facto vir a ficar a muita distância do sistema real em funcionamento, visível e observado por todos. E de facto estivemos sempre com figurinos estranhos ao corpo, daí derivando talvez, na interpretação de Jorge Babo, a tragédia portuguesa.[48]

Os nossos textos fundamentais saíram de revoluções ou de contra-revoluções, mas o texto que detém o maior tempo de vigência é, paradoxalmente, a Carta Constitucional, outorgada regiamente em 1826, e que representa uma proposta de monarquia parlamentar, distante do milenarismo da Constituição de 1822 e mesmo vantajosa relativamente à retoma revolucionária da Constituição de 1838, derrubada por Costa Cabral em Janeiro de 1842.[49] A Constituição Republicana de 1911, saída da revolução de 1910, revelou-se também um documento utópico e confuso, que só agravou os problemas de uma classe política ambiciosa e irrequieta, incapaz, sumamente dividida e competitiva, que em 28 de Maio de 1926 foi afastada pelos militares para dar passo a novos dirigentes políticos e nova constituição legitimadora da situação criada pelo uso da força: a de 1933, revista quatro vezes.

A Constituição de 1976, no seu ênfase e milenarismo, lembra os excessos da primeira de 1822, e não passa de um texto que tenta legitimar

o estado de coisas imposto pela revolução de 1974, reconhecendo e formalizando os poderes fácticos dos militares.[50] Nesse sentido, não poderia deixar de ter todos os limites das outras e ainda inconvenientes especiais em razão da ideologia marxista importada e da intensa programação da vida económica e social que os constituintes, no furor do tempo se arrogavam o direito de impor a uma sociedade paralizada e quase sem defesas institucionais.

Se as Constituições políticas formais sempre andaram longe da constituição social, marcando sintomaticamente a intenção de a transformar de forma a esta se assemelhar àquela, a verdade é que a última Constituição foi a que chegou mais longe na intencionalidade e nos mecanismos institucionais montados para esse objectivo, servindo assim de algum modo o que se pensava serem os perenes objectivos da elite dirigente. Os Constituintes, subscritores das teses de Rousseau, pensaram ter descoberto a fórmula final, o modelo adequado para o país, a lei que há muito fazia falta para todos caminharem na senda da virtude e na emulação da produção social, o que ofereceria o conhecido e sempre anunciado desiderato da sociedade feliz, fórmula tendencialmente final de toda a fórmula política

ENSAIOS FALHADOS

Descobrir as leis que regem as sociedades tem sido uma legítima ambição das Ciências Sociais, como a Politologia, a Sociologia e a Antropologia. Os investigadores até este nosso tempo, pouco têm descoberto nessa pesquisa, limitando-se a maior parte das vezes a revelar a complexidade da busca e o provisório das conclusões. As Constituições, que decorrem dum racionalismo optimista e de um progressismo mecânico herdado dos séculos XVIII e XIX, entendem que já está tudo descoberto. Só há que reconhecer essas grandes leis do progresso social e inscrevê-las imediatamente na Lei Fundamental, de modo a todos poderem beneficiar das novas claridades libertadoras. Creditavam Comte e a sua lei do progresso, expressão de um positivismo ingénuo, com uma autoridade científica que ninguém hoje lhe reconhece. Assim, os normativistas, constituintes, longe da dúvida metódica, olham para o seu produto final como o instrumento por excelência de uma vida melhor. Incorporando no texto todas as "grandes conquistas", sendo estas de

diverso tipo, acreditavam estar a oferecer ao povo uma Lei Eterna, imorredoira, porque consubstancial com a realidade mesma das leis das sociedades, que um pouco antes Karl Marx "descobrira" para logo divulgar nos vastos volumes que Engels haveria de publicar, não sem antes dar o seu precioso contributo como suspeitou acertadamente Papini. Cada Constituição, a esta luz, é sempre a melhor, a mais adequada, o último grito em termos científicos, a fórmula final.

O tempo vai mostrando os erros. Os povos cedo ou tarde começam a verificar, por experiência própria, que a Constituição é um nada, uma expressão folclórica dos interesses de diversa ordem da classe política do momento, e isso explica sem dúvida a sua precariedade. Os trigais não crescem, nem a chuva cai, nem os salários sobem, por causa da Constituição. Esse papel nem acelera nem atrasa, porque se lhe irá dando, segundo a conjuntura e a sua dinâmica, uma atenção cada vez menor. A constituição social e o regime político vão-se desenvolvendo a seu lado e é a Constituição que terá de ceder se for sobretudo um texto para formatar um projecto de engenharia social não compartilhado.

As Constituições, nesta óptica realista, são encaradas como experiências de ordenação da realidade socio-política. E a sua sucessão rápida, as suas revisões, só demonstram o fracasso dos ensaios, a queda em desuso do articulado, as falácias dos artigos que em outros tempos se tinham tomado por autênticas revelações da Razão, do Partido, da Filosofia ou da própria Divindade. Ora, com meia dúzia de textos fundamentais desde a revolução de 1820, os portugueses já experimentaram bastante em pouco tempo. Os cidadãos poderão ter, no entanto, a certeza de que se encontram sempre em trânsito: sob uma Constituição, mas a caminho de outra, o que lhes dá uma enorme coragem para olhar para essa Lei Fundamental com liberdade crítica.

E, nesta perspectiva, uma constituição muito articulada, programática e pormenorizada, ideológica e final é sempre um texto arcaico e ultrapassado. Para isso milita a precariedade dos artigos, a rápida desactualização em relação à constituição social, a caducidade obrigatória da visão ideológica, enfim, a debilidade futura do modelo proposto. Neste processo, as Constituições tornam-se estranhas às sociedades reais. O que elas recomendam não se faz; o que elas revelam como sendo a estrutura do poder político não passa de uma imagem falseada, porque esse poder está estruturado de outro modo. A sede do poder raramente está onde o texto indica e o soberano também não é

aquele que a Lei aponta. É o que já se chamou a falta de autenticidade que só estimula a hipocrisia de ambos os lados das linhas de poder.

Além disso, o progresso material e social não se alcança pelo modelo que a Constituição programática e socializante impõe e demasiado frequentemente foram justamente esses textos terríveis que criaram o espartilho para o subdesenvolvimento, o abuso de poder, a violação das liberdades mais elementares. Uma coisa que já havia sido dita por Jean Bodin, quando avisava: "Muitos arruinaram grandes e belas repúblicas sob o peso de uma bonita regulamentação que trouxeram de uma república completamente oposta à deles".[51] Essa Constituição é a terra de sonhos, uma abstracção que podia ter acontecido, mas que ficou irremediavelmente pregada a um espaço-tempo para lá do acontecer. O distanciamento, que é inevitável, sublinha os arcaísmos das concepções normativistas que identificam a lei com a realidade, a norma com a vida, e ao evidenciarem-se as fracturas entre as duas constituições, o tempo e a sanidade obrigam à revisão e à substituição. As forças sociais emergentes, com outras visões e ideologias, lá encontrarão forma de tomar o poder político e criar um novo texto mais adaptado às suas necessidades de legitimação e legalização do seu já poder fáctico.

O fracasso das Constituições portuguesas explica-se justamente assim. A falta de humildade e moderação, o radicalismo ideológico de importação, que quis imitar a Constituição espanhola de Cádis em 1822, as Cartas dos Reis franceses em 1826, as maçónicas em 1911, as reaccionárias e conservadoras em 1933 e a Constituição Soviética em 76, o que levou a levantar modelos estranhos à Nação, corpos que são autênticas anomalias, ou porque a cópia é mal feita, ou porque nem cópia nem original, embora servindo a fórmula dos dirigentes, serviam a sociedade portuguesa e as novas forças que dela estavam a caminhar para o controlo do poder político.[52]

Todos os textos constitucionais desde 1822, quando comparados com a duração das Leis Fundamentais da Monarquia, poucas e em parte não escritas, revelam-se como fogos fátuos de duvidoso alcance.[53] Não é a moderação e a prudência, a singeleza e a simplicidade, a brevidade e a clareza que se pretendeu, nem sequer a adequação realista à sociedade e aos seus interesses reconhecidos. Preferiu-se o excesso, o radicalismo, o programa detalhado, o colete de forças para a sociedade. Sucede que na sociedade portuguesa como qualquer outra, as contra elites ambiciosas agitam-se, mexem-se, e procuram de todos os modos o seu lugar no topo

e, nestes casos, ou há mobilidade suficiente ou não há espartilhos resistentes para as conter, sobretudo quando a operação é liderada por quadros militares que entre si definiram pactos consensuais, estando entretanto na forja nova fórmula política, atraente e competitiva e, especialmente, amplamente divulgada e aceite.

Notas

[1] Suzanne Keller, **Beyond the Ruling Class. Strategic Elites in Modern Society**, Transaction Publications, Nova Iorque, 1991, p.3

[2] Cfr. Jacques Ellul, **Autopsia de la Revolución**, Unión Editorial Madrid, 1973.

[3] Ver, a este propósito, o belo livro de: William Styron, **As Confissões de Nat Turner**, Distri Editores, Lisboa, 1985.

[4] Ver o reflexo destes problemas no notável quadro de Yourcenar: Marguerite Yourcenar, **A Obra ao Negro**, Círculo de Leitores, Lisboa, 1980

[5] Cfr. Roland Mousnier, **Fureurs Paysannes**, Calmann-Lévy, Paris, 1967; ver também: Boris Porshnev, **Los Levantiamentos Populares en Francia en el Siglo XVII**, Siglo Veintiuno de España Editores, Madrid, 1978

[6] Jacques Ellul, **Op. cit.**

[7] Idem, ib.

[8] Cfr. S.G. Payne, **Ejército y Sociedad en la España Liberal**, Akal, Madrid, 1975.

[9] Curzio Malaparte, **Téchnique du Coup d'Etat**, Bernard Grasset, Paris, 1931

[10] Otelo Saraiva de Carvalho, **Alvorada em Abril**, Bertrando, Lisboa, 1977.

[11] Edward N. Luttwak, **Strategia del Colpo di Stato, Manuale Pratico**, Risoli, Milão, 1983

[12] Cfr. Pierre Rondot, **Les Soldats du Peuple au Pouvoir. Les Révolutions militaires dans les Pays afro-asiatiques au XXe Siècle**, Calmann-Lévy, Paris, 1975.

[13] Cfr. Robert Brasillach, **A Guerra Civil de Espanha**, 2 vols., Clássica Editora, Lisboa, s.d.

[14] Samuel E. Finer, **Los Militares en la Política Mundial**, Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 1969, p. 17

[15] Jean Jacques Rousseau, **Du Contrat Social**, Garnier-Flammarion, Paris, 1966, p. 44.

[16] Samuel Finer, **Op. cit.**, p. 29

[17] Adriano Moreira, **O Novíssimo Príncipe**, Intervenção, Lisboa, 1977

[18] Para a discussão do conceito e das potencialidades da "sociedade civil" ver : Ernest Gellner, **Conditions of Liberty**, Hamish Hamilton, Londres, 1994

[19] Crane Brinton, **The Anatomy of Revolution**, Vintage Books, Nova Iorque, 1965

[20] Jacques Ellul, **Op. cit**, p. 49.

[21] André Decouflé, **Sociologie des Revolutions**, PUF, Paris, 1968, pp. 99 e sgs.

[22] Hannah Arendt, **On Revolution**, Penguin Books, Harmondsworth, 1972

[23] Ver este ponto na Revolução Inglesa em: H.R. Trevor-Roper, **Religião, Reforma e Transformação Social**, Presença, Lisboa, 1981.

[24] Ver a este propósito: Theodore Draper, **Castro's Revolution**, Praeger, Nova Iorque, 1962.

[25] Cfr. Jesus Silva Herzog, **Breve História de la Revolutión Mexicana**, 2 vols., Fondo de Cultura Económica, México, 1966

[26] Ver: Karl Marx, **The Revolution of 1848**, Penguin Books, Harmondsworth, 1973.

[27] Ver Jean Baptiste Duroselle, **Europa de 1815 a Nuestros Dias**, Editorial Labor, Barcelona, 1981, pp.12 e sgs.

[28] Cfr. Ramón Tamames, **La Republica. La Era de Franco**, Historia de España Alfaguara, vol. VII, Alianza Universidad, Madrid, 1975.

[29] Ver Alberto Baltra Cortés, **Gestión Económica del Gobierno de Unidad Popular**, Editorial Orbe, Santiago de Chile, 1973

[30] Cfr. sobre o problema dos intelectuais, que aqui só podemos mencionar de passagem, os seguintes autores: Paul Johnson, **Le Grand Mensonge des Intellectuels**, Robert Laffont, Paris, 1993 e também John Ralston Saul, **Voltaire's Bastards**, Sinclair-Stevenson, Londres, 1992

[31] Estes tipos são analisados em: Carl Schmitt, **Teoría de la Constituición**, Alianza, Madrid, 1982, pp. 250 e sgs.

[32] Cfr. Carl Schmitt, **La Dictadura**, Alianta Editorial, Madrid, 1974

[33] F. Rodriguez Adrados, **La Democracia Ateniense**, Alianza Editorial, Madrid, 1974

[34] Peter Riddell, **Honest Opportunism**, Hamish Hamilton, Londres, 1993, p. 9.

[35] E para entender isto torna-se imperioso ler: Moisei Ostrogorski, **Democracy and the Organization of Political Parties**, 2 vols., Harkell House Publishers, Nova Iorque, 1970

[36] G. Fernandez de la Mora, **O Crepúsculo das Ideologias**, Ulisseia, Lisboa, 1973, p. 193.

[37] Cfr. Robert Heinlein, **Soldado no Espaço**, Livros do Brasil, Lisboa, 1973

[38] Ernst Junger, **O passo da Floresta**, Cotovia, lisboa, 1995, pp. 15-25.

[39] Gaetano Mosca, **Ciò che la storia potrebbe insegnare**, A. Giuffrè, Milão, 1958, p. 297

[40] Cfr. Catherine Drinker Bowen, **Miracle at Philadelphia**, Book of the Month Club, Nova Iorque, 1986

[41] Para estes processos legais ver: Marcello Caetano, **Manual de Ciência Política e Direito Constitucional**, 2 vols., Coimbra Editora, Coimbra, 1972. Também os verbetes em **Dicionário de Política**, Universidade de Brasília, Brasília, 1986.

[42] Gonzalo Fernandez de la Mora, **Los Teoricos Izquierdistas de la Democracia Organiça**, Plaza y Janés, Barcelona, 1985, p.20.

[43] Gaetano Mosca, **The Ruling Class**, Greenwood Press, Westport, 1980, p. 154

[44] Gaetano Mosca e Gaston Bouthoul, **Histoire des Doctrines Politiques**, Payot, Paris, s.d., p. 249

[45] Carl Schmitt, **Teoría de la Constitución**, Alianza, Madrid, 11982, p. 251.

[46] Karl Loewenstein, **Teoría de la Constitución**, Ariel, Madrid, 1975.

[47] Jean Marie Cotteret e Claude Emeri, **Les Systèmes Electoraux**, PUF, Paris, 1973. Continua básico o trabalho de Cotteret-Emeri-Lalumière, **Lois Electorales et Inegalités de Représentation en France, 1936-1960**. O problema pode ainda ser visto numa aplicação concreta em: Francesc de Carreras e Joseph M. Vallés, **Las Elecciones**, Editorial Blume, Barcelona, 1977.

[48] Ver: Jorge Babo, **A Tragédia Portuguesa**, Ulisseia, Lisboa, s.d.

[49] Cfr. Marcello Caetano, **Constituições Portuguesas**, Verbo, Lisboa, 1968.

[50] Soares Martinez, **Comentários à Constituição Portuguesa de 1976**, Verbo, Lisboa, 1978

[51] Cit. em Maurice Duverger, **Les Constitutions de la France**, PUF, Paris, 1991, p. 5.

[52] É útil ver a este respeito o estudo inovador de António Pedro Ribeiro dos Santos, **A Imagem do Poder no Constitucionalismo Português**, ISCSP, Lisboa, 1990

[53] De facto, a experiência portuguesa é multiforme. Inicialmente, a revolução de 1820 gera a Constituição legitimadora de 1822, enquanto o pronunciamento de 1823 (Vilafrancada) dá origem ao projecto constitucional de 1823. O Rei Dom Pedro outorga uma Carta Constitucional em 1826 , mas ela virá a ser suspensa por Dom Miguel aquando do seu breve reinado e depois da guerra civil e do triunfo liberal é reposta em 1834. A revolução de 1836 põe-lhe fim, repondo em vigor a Constituição de 1822, mas os sucessos políticos dão passo à nova Constituição de 1838. A revolução de 1842 restaura a Carta Constitucional, que conhece uma terceira vigência.

Até à revolução republicana de 1910 a Carta foi revista por actos adicionais em 1852 e 1885 e em 1895 o documento sofre alterações ditatoriais para no ano seguinte ser completado com mais um Acto adicional. A República formaliza o seu regime com a Constituição de 1911, mas não resiste ao movimento militar de 1926 que abre a via à Ditadura. Esta dá passo a um novo regime que passa a ficar legitimado pela Constituição de 1933. Esta Lei fundamental conheceria quatro revisões até ser derrubada: em 1945, 1951, 1959 e 1971. O golpe militar de 1974 e revolução subsequente instauraram uma nova constituição em 1976, que já conheceu 2 revisões insuficientes.

5

A ESTRUTURAÇÃO DE UMA ELITE UNIFICADA (O CASO DA ELITE SOVIÉTICA)

"Nós, estudantes de 1936-1938 — anos sangrentos das grandes purgas estalinistas — não podíamos compreender estarmos a ser testemunhas aterrorizadas do nascimento de uma nova classe dominante"

Mikhail Voslensky, in **Nomenklatura**

A Sociologia da antiga União Soviética só lentamente vai sendo conhecida. Por toda informação, durante decénios, sabia-se que havia duas classes, o proletariado e o campesinato, tendo sido a burguesia aniquilada naqueles terríveis dias que se seguiram à revolução de Outubro e ao triunfo espectacular de Lenine mediante o eficiente golpe moderno de Trotsky.

A teoria das duas classes colaborantes, com o proletariado a gerir o Estado em beneficio de todos os trabalhadores era certamente um modelo paradisíaco da propaganda, quer para consumo interno, quer para exportação. As duas classes existiriam de facto e seriam colaborantes, esclarecidas, apostadas no progresso da União Soviética e a ditadura do proletariado, entretanto, assegurava a liderança à classe vanguardista. O proletariado, vencedor em Outubro, disporia do controle dos aparelhos de Estado e executaria a sua ditadura segundo critérios científicos para fins

que, constituindo embora elementos de uma fórmula de dominação, eram tidos por atingíveis e mais que tudo desejáveis pelos novos calvinistas seculares.

Com a proclamação oficial do Estado de Todo o Povo, sob a liderança de Leonid Ilich Brezhnev (1906-1982) e Alexei Kossygin (1904-1980), que sucederam a Nikita Khrushchev (1894-1971), construtores da poderosa estrutura militar que Gorbachev herdaria, o proletariado e os camponeses concluíam a sua libertação; a ditadura chegava ao fim, o proletariado acabava o seu papel e entrava-se na fase que preludiava o paraíso da sociedade sem classes. As duas classes, bem entendido, continuavam, só que o inefável proletariado esbatia a sua liderança, e tudo entrava na normalidade do caminho socialista.

Com estas operações, certamente de grande interesse ideológico, a Sociologia da sociedade russa não avançava nem um passo. É claro que nem todos acreditavam na propaganda e na imagem estereotipada das duas classes colaborantes. Mas esses, por muito tempo, calaram-se prudentemente. Só no fim dos anos 30 é que começaram a publicar as suas mais íntimas desconfianças, gerando uma abordagem sociológica à teoria das classes na URSS e preparando a maior descoberta da análise social do Leste utilizando paradoxalmente as mesmas categorias de referência: a inventariação e descrição da terceira classe, classe que se escondera dos olhos dos curiosos, e que negara interessadamente a sua própria existência: a Nomenclatura, a restrita elite dos dirigentes políticos, dirigentes efectivos de toda a sociedade.

Olhar com Olhos de Ver

Para identificar a terceira classe no espelho ideológico dominante era preciso olhar para cima com olhos de ver. Concentrar a atenção nas cúpulas dos aparelhos de Estado e entender o que se observava. Nem todos o podiam fazer. Anos de endoutrinação prática nas instituições de ensino não encorajavam descobertas desta natureza, pois o que se premiava era um conformismo estrito com as doutrinas oficiais.

Serão paradoxalmente os marxistas a levar mais longe a investigação da sociedade emergente, das novas condições de produção, de propriedade, não só por se sentirem directamente interpelados, mas também por possuírem um instrumento analítico perfeitamente talhado

para a crítica das estruturas sociais. É o caso do ex-trotskista americano James Burnham e do ex-marxista juguslavo Milovan Djilas (1912-1995).

A obra de Burnham precede em mais de dez anos o livro capital do dirigente jugoslavo, mas este não o conhecera como também não tivera notícia das conclusões convergentes de Berdiaev, Bukarin ou até de Bertrand Russel. Djilas, membro do Politburo do Comité Central, presidindo mesmo a esse organismo de poder, foi despertado para a disparidade social reinante entre dirigentes e dirigidos na pretensa sociedade de hegemonia proletária ao assistir aos banquetes oferecidos por Estaline, onde via o estilo de vida dos dirigentes altos do Estado de socialismo real, e ouvia os seus comentários à mesa. [1] O seu estudo sobre um estrato que ele designou por *nova classe* é o resultado da sua experiência no meio dirigente e da sua habilidade consumada em manejar as categorias do marxismo. O livro é o trabalho de um marxista desiludido que, convidando a uma reforma do aparelho dirigente, insiste em aplicar o esquema analítico ao próprio edifício socialista. [2]

O argumento central de Djilas repousa na existência de contradições tão vivas na sociedade socialista como nas sociedades capitalistas. Utilizando as usuais categorias marxistas foi fácil mostrar que os meios de produção, longe de se encontrarem nas mãos dos trabalhadores, estavam sob o controlo directo de uma burocracia partidária, que se apresentava então como um estrato social privilegiado.

O método dialéctico marxista desnudava um sector explorador e voltava a mostrar o Estado como o *locus* das relações entre uma classe investida dos direitos de propriedade e outra desapossada. As contradições sociais ali estavam e o conflito de interesses podia ser analisado em função da posição dos intervenientes nos meios de produção. A própria doutrina marxista-leninista encontrava o seu lugar próprio como um instrumento de dominação da classe privilegiada, que através de teorias pretensamente científicas e obrigatoriamente seguidas realizava o apaziguamento social, exibindo uma justificação convincente para o uso de um poder que conhecia formalmente poucos limites.

Nesta abordagem ficava claro que o alto aparelho do partido comunista transformara-se numa elite dirigente, mas não ficava provado que o grupo dominante formasse uma classe social com consciência de classe — e não é por esta via que o trabalho de Djilas pode ser objecto de crítica. Com efeito, o autor sublinharia depois, em outra obra de maior alcance, que o termo só quer designar "os novos e privilegiados estratos

dominantes nos chamados países socialistas". [3] Acontece que esses estratos dominantes tinham de se encontrar obrigatoriamente na burocracia partidária, pouco importando para a aferição do seu papel e função a origem social dos membros, que até poderiam ser recrutados em camadas sociais muito modestas, dada a elevada mobilidade inicial do Sistema. Uma nova forma de propriedade engendrara uma nova camada exploradora e era a sua veradeira face que Djilas entendia revelar por entre os atractivos véus da fórmula política em uso.

Gaetano Mosca, muito antes de Djilas, tinha teorizado, na sua peculiar forma de aplicar as categorias ao concreto, que "se a propriedade de todos os meios de produção, fosse atribuída ao Estado, os que administram, e que são sempre uma minoria, acumulariam a partir de então o poder económico com o poder político e disporiam, consequentemente, de enormes meios para facilitar a carreira dos seus próprios filhos e das pessoas que desejassem favorecer".[4] Observação muito sagaz e até hoje indesmentível, que encontrou verificação no terreno dos socialismos marxistas de partido único e conheceu realização paradigmática na Roménia com o protagonismo do núcleo familiar do muito conhecido Ceaucescu, muito celebrado entre nós, na época revolucionária, pelo general Fabião.

Por seu lado, James Burnham, antes da Guerra, com o espectáculo dos dois totalitarismos rivais diante de si, tinha observado que a abolição da propriedade privada não conduz obrigatoriamente ao socialismo, antes edifica uma outra sociedade, onde um grupo de pessoas chega a algum tipo de controlo sobre os meios de produção, desfrutando por esse motivo de preferências na distribuição da produção social. Escrevia então: "uma economia baseada na propriedade estatal fornece a base para a dominação e a exploração de uma classe dirigente até limites nunca antes conhecidos. Os que controlam o Estado, controlarão os acessos aos intrumentos de produção e, ainda através do Estado, controlarão a distribuição dos produtos daqueles instrumentos de modo a eles próprios receberem a parte privilegiada" [5].

Observou igualmente que os privilégios usufruidos não necessitam de assumir a forma monetária: podem consistir em carros de marca, casas, bens alimentares de qualidade, vestuário, objectos de luxo, tudo cedido como contrapartida dos "serviços prestados ao Estado". Para o autor americano, o que contava, acima de tudo, era o carácter

preferencial da distribuição dos bens disponíveis na sociedade: era um facto que para uns indivíduos contados ia sempre mais e melhor.

No seu ponto de vista, a sociedade soviética era a prova cabal do estabelecimento de uma minoria dirigente composta por *managers* e burocratas, ascendidos às posições dominantes pela acção de Estaline. A ideologia leninista, que dispensa o controlo operário sobre os intrumentos de produção, alegando que é algo contraditório num Estado proletário, que tem por definição os mesmos interesses objectivos que a massa trabalhadora, era a justificação necessária. Mas ela não passa de uma racionalização ideológica, que protege os interesses sociais dos novos dirigentes, tornando-os aceitáveis às massas sob o seu controlo. Para Burnham era claro, naquele momento, que na União Soviética havia uma estratificação de poder e privilégio que excedia em grau tudo o que se descobrira em diversas nações capitalistas.

O triplo problema que uma nova classe dirigente deveria solucionar parecia-lhe bem encaminhado por Estaline. Os capitalistas tinham sido reduzidos à impotência e os dirigentes revolucionários apossavam-se de todos os meios de produção; as massas eram curvadas pela violência, pelo terror e pela ideologia, evitando-se qualquer esboço de uma sociedade sem classes; enfim, os dirigentes aprenderam com o tempo a evitar os conflitos mortais entre si e pareciam inclinar-se para competir, mais ou menos solidariamente, com as elites dirigentes do exterior, acabando até por garantir internamente o funcionamento de uma sociedade cujos membros dispunham, em contraste com o passado mais recente, de um conjunto importante de direitos e garantias individuais.[6]

A atenção dedicada a este fenómeno político-social não cristalizou nos termos de Burnham e Djilas, ainda que estes dois autores tivessem sido os que levaram mais longe a análise daquela realidade, servindo-se, como se sublinhou, do esquema penetrante da análise marxista.

Nos anos 70, Andrei Amalrik publicava em inglês a sua prognose da União, voltando aí a discutir o problema secreto do regime político, ou seja, a questão da sobrevivência do sistema como experiência original e, com outros estudiosos das sociedades socialistas, como o ministro de Dubcek, Ota Sik, Radoslav Selucky, Scharansky, Walter Kollarz e mesmo Karel Kaplan, formulava-se e ganhava caminho a ideia de que a elite dirigente se encontrava isolada das massas e privada do apoio popular, no fundo, num beco sem saída. Não fora por acaso que Djilas afirmara,

quase profeticamente, que quando a nova classe abandonasse o palco político faria menos falta que todas as classes que a haviam precedido.

Amalrik, que era um observador interno do sistema, afirmou que a elite dirigente se encontrava dominada pela preocupação da sua própria preservação e que esta a conduzia a uma contradição: para se manter nas alavancas do poder, a elite burocrática tinha de mudar o regime, mas para se preservar, deveria esforçar-se por manter tudo na mesma. Numa segunda observação, o autor russo sugeria que a elite se encontrava num processo de enfraquecimento interno, de debilitamento intelectual e de incapacidade geral para resolver os problemas da sociedade. A selecção dos altos dirigentes, que privilegiava os obedientes, conformistas e medianos, gerara uma classe política de indecisos e fracos. "Acostumados a obedecer incondicionalmente e sem reflexão para alcançar o poder, tornaram-se muito bons nesse exercício, mas não têm ideia de como o usar. Não só são incapazes de conceber novas ideias, como tomam qualquer novo pensamento por um ataque às suas prerrogativas". [7] Em 70, com Khruchtchev, Andrei Amalrik pensava que a composição da elite estava a mudar e que ela se agarrava, por todos os meios ao seu alcance, aos privilégios associados ao exercício do mando, mas com degradação de qualidade.

O depoimento nesta matéria dos intelectuais checos tem um interesse muito especial porque reflecte a situação de uma economia que estava fortemente industrializada, mas que depois do controlo comunista foi obrigada a seguir o modelo estalinista, que dava primazia à indústria pesada. Eles dão conta da avaliação da opção de uma sociedade que deu de tal modo força ao partido comunista que este, em Fevereiro de 1948, tomou o poder por um golpe pacífico, assumindo por isso um projecto de progresso que nunca foi capaz de concretizar. [8]

Ota Sik, num livro que pretendia constituir o resumo do seu longo itenarário teórico, conclui para o seu país dentro das linhas já esboçadas pelos autores russos. O comunismo tinha profanado o modelo humano de sociedade e ele admirava-se, hipocritamente de resto, de que nunca qualquer reflexão teórica sobre o socialismo tivesse encarado "a possibilidade de discrepância entre os interesses do partido ou do poder e os da maioria do povo". [9] Ota Sik pensava que essa discrepância se instalara porque os elementos mais egoístas do partido omnipotente afastavam progressivamente os que desinteressadamente se colocavam ao

serviço das massas. A elite dirigente e os altos estratos dos funcionários não eram capazes de identificar os interesses do povo e estavam "cada vez menos dispostos a identificá-los" — afirmava. [10] O antigo ministro checo continuava então a acreditar numa via socialista propícia à dignidade humana, mas o facto é que não pôde deixar de reconhecer que os resultados observáveis estavam longe da meta.

O seu contemporâneo, também dignatário do partido, vai mais longe do que ele: "Em lugar de um governo de trabalhadores, nós formámos o círculo diabólico do poder comunista, que encerra e abafa a sociedade".[11] Kaplan, que faz um pouco a sua história pessoal a partir de um momento idílico, observa depois da Primavera de Praga que o poder popular estava realmente concentrado numa minoria dirigente, com um poder incontrolado e incontrolável. Segundo os dois checos, se houve inicialmente alguma ingenuidade teórica, esta transformara-se em hipocrisia constante. Se alguma vez se pensara numa elite moral — como deixava entrever Sik — esta nunca poderia afirmar-se no processo histórico desencadeado pelo partido, pois este concentrava-se em conquistas concretas para os seus dirigentes. O aparelho tinha uma lógica que deixou para trás os que eram susceptíveis de se escandalizarem.

Radoslav Selucky, outro checo preocupado com o problema do modelo económico e sem querer fazer reflexões expressamente políticas, não tem outro caminho para explicar o fracasso económico senão o de apontar a burocracia dirigente dominada pelo aparelho do partido: "Como a chefia política tinha destruído qualquer possibilidade de um confronto permanente dos interesses particulares na esfera económica, não tinha qualquer justificação para o tolerar na esfera política. Como na esfera económica, em lugar das relações horizontais de equivalência, se implantara relações verticais de mando e subordinação, não havia motivo para não fazer o mesmo na esfera política.

Onde os interesses económicos particulares e objectivos eram ignorados, não havia qualquer razão para validar os interesses políticos particulares e objectivos. E se na esfera económica se havia implantado o sistema dirigista e burocrático de direcção, não havia qualquer razão para que não fôsse também aplicado no campo da política Assim, a partir da equivalência, da competência e da concorrência entre pessoas livres dotadas de direitos iguais, erigiu-se um sistema de poder e de subordinação geral, de torpe burocratismo, de decisões subjectivistas, de abusos de poder e de arbitrariedades. A asfixia da pluralidade de

interesses na economia correu em paralelo com a axfixia da pluralidade de interesses na política. A sociedade foi homogeneizada e degenerou".[12] Embora afirme também, logo no início da sua análise, que nos países capitalistas muito industrializados se duvida fortemente de que o consumo de massas e a estabilização de tal sociedade garantam por si só a resolução dos problemas humanos fundamentais, o facto é que ele via muito bem o que tinha debaixo dos olhos em Praga.

Na Polónia, exceptuando os novelistas de Ficção-Científica, o sociólogo Stanislaw Ossowski, sob o regime de Gomulka, mostrou igualmente a formação da classe dirigente e jovens investigadores da Universidade de Varsóvia, na peugada de Djilas, definiram a nova classe como uma burocracia política central. [13]

Todavia, mais incisiva que a obra académica de Ossowski e de consequências superiores é o trabalho elaborado por Karol Modzelewski e Jacek Kuron, dois comunistas convictos com responsabilidade no aparelho do partido, e que se declaravam à altura da investigação ainda marxistas. A tese desenvolvida é a de que o regime instaurado na Polónia não era um socialismo comunista, mas tão só a ditadura da burocracia política central.[14] O Estado socialista não era a seus olhos um Estado operário, mas um instrumento nas mãos de uma nova classe, que substituira o antigo patrão explorador. Essa burocracia exploradora vivia melhor que o resto da população, pois dispunha a seu belo prazer dos excedentes criados pela classe operária.

Os dois investigadores, portanto, não tinham dúvidas em identificar uma classe dominante, que se confunde com a estrutura institucional do Estado e funda o seu poderio na organização suprema do partido único. Nesses topos reina, sem concorrência, uma alta burocracia organizada, que não estando particularmente interessada em gerir convenientemente a produção e a distribuição em favor das massas, cuida sobretudo dos seus próprios interesses, num clima de sobrevivência e controlo. Kuron e Modzelewski propunham a desburocratização como salvação do modelo socialista, advertindo ainda que os problemas que identificam para a Polónia afectavam também os outros países socialistas.

Em todas as sociedades onde o sistema encontrou implantação, da mais avançada como a checoslovaca às mais tradicionais como a romena e a polaca ou às intermédias como a juguslava ou a russa, os analistas

puderam descortinar uma elite política dirigente escondida. Esse ponto é um ponto de chegada, porque sobre o significado daquela direcção já não se encontra a mesma convergência.

Aqui é exemplificativo o estudo de Gilles Martinet, que tratando exaustivamente os principais rasgos dos sistemas comunistas russo, jugoslavo, chinês, checo e cubano, destacava entre as características marcantes o aparecimento de uma nova classe dirigente, que não era o proletariado. De facto, tal como observa, "uma classe explorada não pode ser uma classe dirigente". Ora a classe operária continuava submetida, em todos os países socialistas a certas formas de exploração. Este é o ponto essencial. [15]

Porém, muito antes de Djilas, já alguns russos se tinham apercebido da realidade. E ainda em tempos de Lenine, quando soavam só hinos ao campesinato e à liderança triunfante do proletariado. Durante o primeiro governo leninista, Steinberg, comissário do povo, fez questão de sublinhar o fosso que separava os senhores do poder dos homens sem poder. Nos anos 30, o filósofo russo Nicolas Berdiaiev submetia todo o sistema à análise e declarava: "Criou-se uma burocracia tentacular que tece uma enorme teia de aranha sobre todo o país e que é mais poderosa que a burocracia czarista. É a nova classe privilegiada. Ela arranjou todos os meios para explorar cruelmente o povo e é precisamente isso que faz." [16]

George Orwell na novela simbólica *Animal Farm* examina o socialismo real com uma eficiência raramente conhecida, mas no livro futurista *1984*, já estuda a sociedade nova e as suas três classes sociais: a primeira, que sai do partido, e é a verdadeira classe dominante; a segunda, formada pelos intelectuais e especialistas subordinados ao partido; a terceira integrada pela multidão dos trabalhadores.[17] Esta parece uma dura perspectiva de estratificação para um país que tinha acenado com a igualdade de estatutos, mas mesmo os revolucionários chegaram a esta verificação. Trotsky comentava que a burocracia administrativa se tinha desenvolvido de tal modo que em vez de uma ditadura do proletariado se tinha originado uma ditadura sobre o proletariado e a convicção que o fará sair para o México resistirá, nos seus discípulos, às balas do assassino. Ernest Mandel, um seguidor do velho revolucionário, definiria essa sociedade como uma sociedade burocrática degenerada, em que a burocracia se apoderara do poder desde os anos 20, transformando-se num grupo privilegiado.

Uns ou outros, quando não querem usar o termo "classe", referem-se ao grupo privilegiado, à elite dirigente ou, como Antonio Carlo, à burocracia política central. Outros autores russos conhecidos nas esferas da intelectualidade política como Akhminov, Jacob Cherr ou Roman Redlich concluem do mesmo modo: a nova nobreza soviética, instalada por Estaline, trasformara-se numa nova classe dominante, firmemente assente nos meios de produção. E por esta via regressa-se inevitavelmente à análise de Djilas, decifrando a elite dirigente como uma burocracia político-partidária, colocada institucionalmente à cabeça da sociedade global.

Como se verifica, os investigadores sociais de várias geografias, mesmo antes do livro marcante de Djilas, tinham já conseguido equacionar a organização do poder nas suas sociedades pretensamente igualitárias e referiram com persistência uma anomalia: a existência de um grupo favorecido do ponto de vista do controlo, da riqueza e do poder político — só que não dispunham de instrumentos para chegar ao fundo da questão. Limitaram-se a avançar a tese do domínio da burocracia central, a hipótese do poderio do núcleo duro do partido comunista, a noção da degeneração do modelo por causas complexas e nem sempre rigorosamente inventariadas, o que tinha a particularidade de deixar uma larga margem de manobra à fórmula política e seus usufrutuários. Djilas, pouco antes e falecer, numa entrevista à revista Spiegel, afirmava: " o chamado socialismo real não passou da nacionalização dos meios de produção, do partido único e do monopólio dos media". [18]

Mikhail Voslensky, ao escrever um estudo sobre a classe dominante da URSS no princípio dos anos 80, rasgando a cortina que ocultava a organização peculiar dos dirigentes e ao revelar a continuidade e estabilidade dessa estrutura de poder, fez a sociologia política da elite avançar rapidamente num espaço que até aí apenas dispunha de pistas.

AS ORIGENS: OS PROFISSIONAIS

Voslensky nascera em 1920 na URSS e iniciou a sua carreira política muito cedo nas estruturas oficiais. Foi tradutor no processo de Nuremberga e no Conselho de Controlo dos Aliados na Alemanha. Estas tarefas eram importantes e os seus contactos igualmente decisivos. A partir de 1950 trabalhou em Moscovo, em ligação com a acção do Comité

Central do Partido que, apreciando a sua actividade, o envia em missões a Praga e a Viena, em conexão com as actividades do Conselho Mundial para a Paz, órgão internacional que servia objectivamente os interesses dos soviéticos.

Foi professor na Universidade Lumumba, teve diversas responsabilidades na Academia de Ciências, tornou-se Vice-Presidente da Comissão dos Historiadores da URSS-RDA e foi membro do Conselho da Academia de Ciências Sociais junto do Comité Central. Sem ter ido até ao topo na sua carreira, Voslensky presenciou as ascensões rápidas, as quedas, as inversões de marcha que se davam à sua volta.

Com pendor investigador, foi tratando de construir uma explicação sobre o que acontecia na URSS e não vinha nos manuais. Membro da elite dirigente, como ele próprio reconhece, com amigos nos altos postos, com possibilidade de subir mais, Voslensky resolveu abandonar o círculo do poder e saltar de lado. Em 1972 obteve um lugar de professor em universidades da Alemanha e da Áustria, trabalhando então na sua obra pioneira sob os auspícios do poderoso Instituto Max Planck.

Foi ele, um leitor de Djilas e de outros notáveis heterodoxos da religião secular do comunismo, que no seguimento de tão diversas e convergentes análises sociais pôs a claro a génese e a dimensão, a profundidade e os contornos, dessa classe escondida a que chamou *Nomenclatura*. Este conjunto coerente de pessoas ocupava os postos mais importantes e controlava efectivamente a vida económica, política, militar e cultural de todo o Estado soviético e constituía, para o autor, "uma classe da sociedade soviética".[19] Descreve deste modo a sua formação histórica: "O processo de nascimento da nova classe dominante soviética realizou-se em três etapas. A primeira etapa foi a criação da organização dos revolucionários profissionais, embrião da nova classe. A segunda etapa começou pela conquista do poder desta organização em Novembro de 1917; formou-se então uma direcção com dois níveis; no nível superior a velha guarda leninista e no nível inferior a nomenclatura estalinista. A terceira etapa foi a liquidação da velha guarda leninista perpetrada pela Nomenclatura". [20]

Lenine fora o arquitecto da organização dos revolucionários. Interessado no poder, pouco lhe importavam as teorias mais ou menos elaboradas: o que lhe interessava, fundamentalmente, era uma alavanca com a qual derrubasse a antiga ordem das coisas e capturasse o Estado. O

marxismo, o conjunto de elaborações da dupla Marx-Engels, servia para o efeito. Mas Lenine, em vez de seguir à risca as teses daqueles dois pensadores igualmente irmanados no desprezo pelos eslavos, tratou de traçar o seu caminho e forçar a teoria com a utilização dos eslavos.[21]

Com a esperança de que o czarismo haveria de chegar ao fim, teorizou a passagem de uma sociedade industrialmente atrasada e praticamente sem proletariado para a fase final e utópica do comunismo. Desprezando o que de fundamental nesta matéria se encontraria em Marx, o seu plano de acção ficou esboçado no livro *Que Fazer?*, aonde declara a sua confiança num grupo de profissionais capazes, revolucionários a tempo inteiro, disciplinados e decididos a tudo. Ele tinha a convicção, certa de resto, que a classe operária só pode ganhar consciência de classe desde que essa consciência lhe seja injectada de fora. Este trabalho era decididamente uma tarefa para os profissionais, e os profissionais deveriam exibir o marxismo como dogma, ou seja, como injecção.

A ideia de organização revolucionária profissional é central no pensamento leninista. As organizações revolucionárias proliferavam na Rússia, sem grande êxito. O êxito de Lenine consiste em criar o profissionalismo neste campo e em submeter os membros do Partido à sua direcção. Os membros não qualificados, simpatizantes, constituiam a plataforma em que se baseava a acção dos profissionais, hierarquicamente superiores na escala prática da acção quotidiana, das responsabilidades e das metas. Eles eram de facto o cerne do partido e não havia necessidade de que fossem operários. Interssava, isso sim, que tivessem como profissão a revolução e que todos os laços anteriores fossem cortados. Segundo Lenine, a organização destinada a obter o triunfo da classe operária tem apenas um objectivo essencial: ser eficaz.[22]

Como viveram estes núcleos de profissionais organizados por Lenine? De assaltos a bancos, roubos, falsificação de moeda e de ofertas de milionários russos, como por exemplo Sava Morosov, e de dinheiros recolhidos entre os capitalistas por Máximo Gorki. Estes os fundamentos da vida dos profissionais: Litvinov, que seria ministro, foi preso no estrangeiro ao tentar passar dinheiro roubado nos bancos russos; Krassine, futuro embaixador em Londres, falsificava notas; Estaline organizava assaltos, e era um perito nos *hold-up*. Os profissionais fizeram uma vida dura e experimentada de modo que não estranha que se convertessem nos controladores do partido. À medida que este se expandia, os profissionais, pagos a tempo inteiro, encarregavam-se da

vigilância e do controle dos membros da organização. Nasceram, pois, duas organizações: o partido interior, formado pelos profissionais, e o partido exterior, a própria organização do partido, que estava submetida completamente ao controle dos revolucionários. Torna-se claro que os profissionais foram o núcleo de que sairia o embrião do aparelho do partido.

A que classe pertenceria este grupo novo, disciplinado e ambicioso? A resposta de Voslensky é clara: "A nenhuma. Desde o princípio, Lenine colocou esta organização fora da sociedade da época. Ela deveria tornar-se uma organização social independente e obedecer às suas próprias regras". Se vencesse nas suas finalidades revolucionárias, tornar-se-ia automaticamente uma organização de dirigentes profissionais, homens de confiança para desempenhar as tarefas centrais mais desegradáveis.

Poder-se-ia dizer que a Rússia, nesta altura, estava a chocar, não uma revolução como se tem dito repetidamente, mas antes *uma nova classe dirigente*, que queria uma revolução para chegar ao poder.

A Revolução Súbita e o Segundo Tempo

É sabido que Lenine não esperava a revolução russa. Colocava-a num futuro distante, uma tarefa a ser levada a bom termo e sem precipitações. Exilado em Zurique, recebia jornais atrasados e era alheio ao que se passava na sua pátria. A 5 de Março de 1917, uma semana antes da revolução, escrevia para Alexandra Kollontai, na Suécia, apelando para a união de esforços, já que na Suécia se vivia um momento decisivo. Ou seja: enquanto o momento decisivo se esboçava na Rússia, em São Petersburgo, por causa dos efeitos da desastrosa derrota militar das forças czaristas face à Alemanha do II Reich, Lenine, completamente em branco, divagava sobre a Suécia e interessava-se pela revolução na Suíça.

A Revolução de Fevereiro de 1917, que formou a Duma e deu a iniciativa aos grupos cultivados sob a liderança de Kerensky, apanhou-o de surpresa e os leninistas nada tiveram a ver com esse acontecimento, ao contrário do que se afirmaria mais tarde na história oficial. A burguesia culta e rica desempenhou aí o seu papel decisivo colhendo a sua oportunidade e os profissionais leninistas foram meros espectadores.

A passagem do poder para as mãos dos profissionais operou-se com o golpe de Trotsky em Outubro, com a revolução soviética, esta sim, preparada directamente pelos leninistas nos seus mais pequenos pormenores e, finalmente, com a guerra civil ganha pelo Exército Vermelho.

Oficialmente foi o campesinato e o proletariado que venceram a burguesia e tomaram o Estado. Na realidade, o campesinato e o proletariado foram a tropa de choque que permitiu instalar o primeiro grupo de comissários do povo. Nesse grupo, o único homem saído da classe operária era Chliapnikov, um profissional desde há longos anos. Os outros comissários era intelectuais, aristocratas, burgueses. Segundo Voslensky, os comissários só tinham uma coisa em comum, independentemente da sua origem e da sua situação social: eram todos dirigentes da organização dos revolucionários, criada por Lenine. Por conseguinte, foi esta organização que tomou o Estado[23]. Que classe representaria esta organização? Os camponeses e os operários? Não. A organização representava-se especialmente a si própria e ela foi o embrião da nova classe dirigente russa e soviética, uma elite unificada e de direcção central.

Mas se o grupo de comissários do povo não era formado por operários, seria porventura nessa altura o partido bolchevique uma organização de operários? Longe disso. No tempo de Lenine, o número de operários no partido era inferior a 50 por cento e, no comité central, a maioria pertencia aos revolucionários profissionais. Os operários que se encontravam em postos de relativa importância estavam aí por razões de imagem, e sabiam exactamente o que lhes competia fazer.

Se depois da revolução houve ocupações de casas e empresas, roubos, e confiscações a favor de camponeses e operários em concreto, isso acabou rapidamente e tornou-se direito exclusivo dos profissionais. Voslensky argumenta que foi exactamente o mesmo procedimento que se verificou na Alemanha ocupada: "As vantagens que se consentiram ao proletariado depois da Revolução de Outubro fazem pensar muito no que se passou no fim da II Guerra Mundial no momento em que as tropas russas investiram contra as cidades alemãs. Durante alguns dias os soldados tiveram todos os direitos. O povo russo é, no seu conjunto, bonacheirão e é por isso que houve poucas atrocidades: os soldados embebedaram-se, roubaram, violaram as mulheres alemãs. Depois, houve uma severa retomada de controle por parte dos comandos: pilhagens,

mortandades e violações de mulheres passaram a ser um direito que se reservaram os oficiais e as tropas do NKVD". [24]

A ditadura do proletariado não é pois nada mais que uma frase sem sentido e completamente oca. Não é possível, na história russa, marcar o princípio ou o fim da ditadura do proletariado, porque se trata de uma mera acomodação conceptual para uma realidade que estava longe das teorias dominantes. Houve, isso sim, desde o início, a preparação e organização de uma ditadura sobre todo o povo a partir do embrião dos profissionais. Feita a revolução, tendo cumprido o seu papel, as massas proletárias deviam ser postas no seu lugar: ser inspecionadas, controladas e levadas ao trabalho. O grupo dos administradores cresceu, o partido aumentou e os postos de confiança foram para os profissionais, camaradas de Lenine. Mas o processo era imparável: todo um vasto país oferecia uma lista infindável de postos de poder, que acenava aos ambiciosos, que se atropelavam para entrar no partido único e preencher as vagas. Tornava-se evidente que os mecanismos de ascensão social e destaque estavam todos localizados na esfera do partido totalitário e que fora dele pouco se poderia esperar da vida. E até Lenine morrer o partido engrossou.

Para o fim dos seus dias, descrente, Lenine proclamava que a necessidade de ter homens honestos era urgente. Constatava a expansão da burocracia, dos carreiristas e o controle que o aparelho ganhava sobre toda a política. O seu apelo aos homens honestos é infantil. Na realidade, estava-se exactamente no momento de acabar com eles. Em 26 de Março de 1922 o revolucionário escrevia: "Se não se fechar os olhos diante da realidade, reconhecer-se-á que, actualmente, a política proletária do partido é determinada, não pelos seus membros efectivos, mas pela autoridade imensa e sem partilha desse estrato muito fino que se pode denominar velha guarda do Partido. Basta uma pequena luta interna, no seio desta camada, para que a sua autoridade seja não só destruída, mas enfraquecida a ponto de que a decisão deixe de depender dela". [25]

Desta tarefa encarregou-se o camarada dos ficheiros — Estaline. Lenine temia a mudança e a perda de peso dos revolucionários do primeiro tempo, mas do seu leito nada podia fazer já.

A Estabilização da Nomenclatura

A Nomenclatura é uma lista de postos e, ao mesmo tempo, uma lista das pessoas que ocupam esses postos. Trata-se de uma realização de Estaline, que se limitou a ampliar a ideia de Lenine, a ponto de a converter na base do seu poder pessoal. Estaline trabalhava no Secretariado do Partido, nos ficheiros, e tinha a alcunha de camarada verbeteiro "Kartotchekov". Efectivamente, ocupava-se das pastas dos membros do partido, dos "dossiers", dos quadros, e sabia do que falava quando mais tarde sublinhava que o problema dos quadros era determinante. É que foi determinante para a sua carreira inesperada e brutal.

Afirma-se que desde meados dos anos 20 Estaline já tinha a lista dos funcionários para os postos futuros, e que tinha sido capaz de erigir um sistema de selecção de candidatos a esses postos, no seio do Estado e do Partido. Manejando os seus dados, ia repartindo pela Nomenclatura os homens exactos, que respondiam às caracteristícas exigíveis, ao *perfil* de dirigentes. Essas características foram explicadas no XII Congresso do Partido em 1923: homens que soubessem pôr em execução as directivas, compreender as directivas como suas e transformar essas directivas em realidade.Estava tudo dito.

Em 1920 criaram-se as organizações dependentes do *Comité Central* para fazer a selecção e, em 1922, Estaline tornou-se o Secretário-Geral do Comité Central. A partir daí acentuou-se o recenseamento dos postos e das pessoas na Economia, no Estado e no Partido, sem excepção. O organismo de selecção nomeou milhares de quadros nos anos 20 e dividiu-se em diversas comissões encarregadas de controlar os postos mais importantes de todos os órgãos do Estado e da Economia. O Secretariado do Comité Central, sob a orientação de Estaline, não teve grandes problemas em colocar os homens convenientes e ir substituindo os que não interessavam. Em 18 de Outubro de 1923, Trotsky dá-se conta do controle do Secretariado do Comité Central e denuncia a burocracia que conseguira dispor de um imenso poder. Para ele, então, o Partido vivia em dois andares: no de cima, tomavam-se as decisões; no de baixo, era-se informado das decisões. Este instantâneo de Trotsky mostra a ascensão dos secretários de comité, dos funcionários-chefes e a descida dos membros não qualificados. Ou seja: aproximava-se a viragem a alta velocidade.

Entretanto, continuavam a entrar no Partido milhares de pessoas, ávidas de uma carreira. Depois da morte de Lenine foram admitidos 240 mil novos membros, a chamada "*promoção Lenine*", que apenas teve como efeito *dobrar* os efectivos do partido, entre Maio de 1923 (XII Congresso) e Maio de 1924 (XIII Congresso). O Partido, por esta entrada maciça, passava de 386 mil membros para 736 mil. Os novos eram agora muitissimos e estavam sobretudo interessados na sua carreira profissional. É a esta "fornada" que Estaline dedica a sua obra *Fundamentos do Leninismo*, o que não é de estranhar: a promoção Lenine é formada pelas suas criaturas, produto da sua selecção rigorosa. Mas o trabalho de selecção não adormecia e prosseguia sob a égide de Estaline e da sua Comissão — que em 1924 se torna a mais importante do Comité Central. Entre os finais de 1925 e 1927, o organismo tinha nomeado 8751 quadros, de entre os quais 1222 para o aparelho do Partido.

A inventariação dos postos e a sua ocupação imediata pelos novos promovidos, que nada tinham a ver com as grandes glórias da guarda bolchevique, foi criando uma separação real entre os recém-vindos e a velha guarda bolchevique, austera e crente no marxismo, que guardava para si só muitos postos apetitosos. A velha guarda bolchevique tinha uma grande força moral. Basta pensar que em 1929 Estaline apenas pôde expulsar Trotsky do país, e ele partiu com os seus arquivos. Havia grupos de opinião entre os velhos revolucionários e isso ainda não constituía crime. A velha guarda era de facto uma força com que se tinha de contar.

Para a aniquilar era necessário encontrar algo que a destruísse internamente. Estaline descobriu essa chave numa acusação de traição à revolução, numa denúncia de colaboração com os fascistas e nazis durante a invasão da Rússia. As filas da Nomenclatura rejubilavam perante este novo desenvolvimento, que lhes ia permitir estender-se a todos os postos de poder.

O sinal para o assalto foi o assassinato de Kirov, secretário do Partido em Leninegrado e opositor de Estaline. Tudo indica que foi o camarada dos ficheiros que o mandou matar, mas este facto só é importante na medida em que marcou a etapa de aniquilação dos velhos bolcheviques. Os processos de Moscovo serviram para isso. O primeiro, em Agosto de 1936, contra o "centro terrorista" Trotsky-Zinoviev, que se prolongou numa segunda perseguição paralela em 1937; o terceiro, contra o bloco anti- soviético de trotskistas de direita (Março de 1938). Os

condenados, Zinoviev, Kamenev, Rykov, Bukharine, Radek, Krestinsky, Piatakov e outros companheiros de primeira fila de Lenine, confessaram ter sido agentes de Hitler, sabotadores e espiões. Processos semelhantes desencadearam-se por todo o país nos anos 1937-38 com resultados iguais. As confissões culminavam um longo trabalho de tortura a que os acusados apenas aspiravam pôr fim, pela morte, que vinha então como uma bênção.

Curiosamente, Ejov, o homem que levou a cabo estas directivas, tinha entrado para o Partido depois da Revolução de Outubro. Pouco depois de ser nomeado para a chefia da NKVD mandou prender o seu anterior director, Iagoda, um tchequista profissional e apressou-se a substituir os velhos tchequistas por homens do aparelho, recentemente chegados. Foram eles os executores obedientes das directivas superiores, que mandavam prender, torturar e matar.

A Consolidação da Nomenclatura

Os carreiristas puderam, pois, ocupar laboriosamente os postos deixados vagos e avançar mais rapidamente no tecido do Estado, graças às matanças de 36-38. Ou seja: os dirigentes consolidados deviam a essa exemplaridade os seus postos, daí que ninguém andasse excessivamente interessado em saber a verdade sobre as purgas ou as culpas dos acusados.

Qual o significado desta vitória da Nomenclatura estalinista sobre os leninistas da velha guarda? Os comunistas convictos foram substituídos à frente da sociedade por pessoas que se intitulavam de "comunistas". Eis toda a diferença. O discurso ocupou o lugar da crença, o que não significa mudança de objectivos. Voslensky sustenta que a diferença entre exterminados e exterminadores depende exclusivamente desta característica. Molotov, Kaganovitch, Mikoyan, Pospelov, velhos membros do partido, encontraram-se no campo dos carrascos. Tiveram de deixar de lado as suas convicções marxistas, para tratar da carreira e não perder o lugar na nova classe emergente. Os leninistas, um tanto ilogicamente, tentavam fazer concordar a crença com os actos. Os "nomenclaturistas" dispensavam essa concordância: eram frios e calculistas. Os actos são uma coisa; os discursos, outra. E por aí se infiltrou uma má consciência que devia amadurecer no seio da classe dirigente e dar os seus frutos amargos num tempo um pouco antes de Gorbachov.

Este processo de desenvolvimento de uma nova classe dominante na Rússia não é original. Isto passa-se em todos os países onde o aparelho do partido chegou à vitória completa e eliminou os concorrentes. O aparelho do partido contém, em si mesmo, o germe da nova classe e logo que assume o poder produz a massa dos administradores, que se desenvolve em nova classe e esmaga os primeiros profissionais. Comenta curiosamente Voslensky: "Só a pequena minoria que saiba esquecer, o mais depressa possível, as convicções marxistas e pôr todo o seu empenho em subir aos bons lugares, é que poderá esperar algum futuro: tornar-se-á o carrasco dos comunistas sinceros."[26] Honra e poder estavam reservados àqueles que se apelidariam com desprezo "elementos pequeno-burgueses". Serão esses, precisamente, os que farão a curta caminhada do poder, sobre os ossos da mafia revolucionária. Prémio consistente à obediência cega, à constância e ao profissionalismo carreirista.

Uma Definição?

A Nomenclatura, nesta perspectiva sociopolítica, tem uma específica profissão: a direcção, o poder cultural, económico e político. É um conjunto de individuos que monopoliza totalmente o poder. Encarnando a direcção política, ocupa-se da direcção económica e cultural e é por isso que divide o trabalho entre os seus membros, distribuindo-os pelas áreas significativas de actividade do país. Politburo, Comités Centrais, direcções de empresas, ministérios, chefias de Academias e outros postos, são apenas meras divisões de trabalho no seio da Nomenclatura. Cada "nomenclaturista" recebe um feudo, que em vez de terra, consiste em poder: um ministério, uma região, uma empresa, uma actividade.

E o centro que define a classe é o poder político. Krustchev, já retirado, dizia que um homem pode passar sem muita coisa (mulheres, vodka, comida, etc.), mas o que mais se sentia era a falta de poder, esse "prazer dos prazeres" como lhe chamava Djilas. [27]

Muitos autores se têm referido à idolatria da nova classe soviética pela indústria e pela produção, sugerindo que se tratava de uma espécie de totemismo. Tudo indica o contrário: a classe buscava o poder por todos os meios e a indústria pesada era entendida como um meio especial de poder.

O poder subsiste como o traço definitivo, o traço que lhe confere a hegemonia nos outros diversos sectores submetidos monopolisticamente ao poder político. O Estado, aqui, aparece como um instrumento de classe e os controladores do Estado como classe exploradora e dominante, numa extensão até hoje ignorada.

Realmente, todos os postos importantes são preenchidos através de despachos e processos individuais da Nomenclatura e os seus elementos, uma vez admitidos, jamais serão expulsos. Quando demonstrem fraca capacidade nas suas funções são meramente transferidos para lugares de direcção, em postos pouco incómodos, como a direcção de Universidades ou Academias, onde recebem o seu salário especial e continuam a gozar dos seus privilégios. A Nomenclatura, por isso mesmo, defenia-se como inamovível.

Quantos seríam? Os cálculos sobre esta camada social são difíceis, até porque as estatísticas são continuamente falsificadas. No fundo, é um recenseamento dos principais postos de poder, em todas as áreas da actividade social, que dependem das nomeações oficiais e de demorados processos. Dos serviços diplomáticos ao KGB, da Igreja Ortodoxa ao Exército, dos Ministérios à Agricultura, das Regiões aos comités do Partido, da Indústria ao Governo e ao Politburo, estende-se uma infinidade de lugares cujo levantamento é extenuante.

Fazendo as contas para todos os sectores, Voslensky chegou a esta conclusão: "O número dos 'nomenclaturistas' na União Soviética anda à volta dos 750 000. (...) É preciso incluir nos nossos cálculos as mulheres e filhos dos 'Nomenclaturistas'. (...) Chega-se deste modo a um número que ronda os *3 milhões*, que é a importância numérica aproximada da classe dominante na União Soviética". [28]

Este número representava 1,5 por cento da população do país. Era este 1,5 por cento que reclamava, para si, a interpretação da vontade de 260 milhões de almas e até de toda a humanidade progressista. Assim distribuídos: 300 843 indivíduos no grupo de dirigentes de empresa industriais e agricolas; o ensino e a investigação ocupavam cerca de 150 mil elementos da nova classe. Em conjunto, chegar-se-ia à definição de um grupo de 500 mil indivíduos, que exercem o poder na sua esfera, e que integravam a camada mais baixa da Nomenclatura.

A cúpula da Nomenclatura, que abarcaria as direcções supremas, dirigentes das organizações do partido e do Estado, deveria rondar os 76 847 indivíduos. Mas se se considerar a Nomenclatura do partido, do KGB

e do serviço diplomático, chega-se a um número de 100 mil indivíduos. Na sua esfera trabalham "nomenclaturistas" intermédios, homens do aparelho, e ninguém se enganara ao situar a importância numérica deste estrato intermédio nos 150 000 indivíduos.

Uma Nova Oportunidade

Liberta da tutela de Estaline, a Nomenclatura assegurou o seu poder omnicompreensivo contra o qual já ninguém se podia levantar depois. Estaline foi o último dirigente a beneficiar do privilégio de aniquilar e substituir "Nomenclaturistas". Na sua morte, são os "Nomenclaturistas" que passam ao controle de toda a vida do país, fortalecendo a sua rede e assegurando-se de que nada os consiga incomodar.

Mostraram ser mais duráveis que os revolucionários profissionais, pondo de lado os trastes velhos e iniciando uma política do real. Como toda a classe dominante exploradora e demasiado cara à sociedade, enfrenta-se com a profecia do velho aristocrata czarista, que escrevia em tempos de Lenine:

"O poder é uma profissão como qualquer outra. Quando um cocheiro se embebeda e desempenha mal o seu trabalho, é expulso. Foi o que nos aconteceu, a nós, os amos. Bebemos demais e cantámos demais. Expulsaram-nos e escolheram outros amos — desta feita, na pandilha judaica. Naturalmente, em breve, também estes serão liquidados. Mas nunca antes de se formar, entre eles, uma nova dinastia, que deverá passar por uma rude escola. E essa clique terá de saber como manter-se para governar, porque senão também ela será expulsa. (...). O comunismo nada mais é que um simples episódio. O comunismo ('roubai aquilo que vos foi roubado' e outras declarações do mesmo género) foi apenas a alavanca que nos permitiu colocar novos amos no lugar dos antigos. Em breve será metido no museu (Museu da revolução) e a vida retomará o seu antigo curso. Os amos mudaram, e isso foi tudo." [29]

Este texto do monárquico Chulguine, de 1920, diz quase tudo, antecipando-se à Sociologia e ao questionário dos intelectuais. Ele tem a consciência de como as experiências, por mais duras que sejam, são

temporárias. Presta quase tributo ao lema que proclama que tudo tem que mudar para que tudo continue mais na mesma.

A elite da Nomenclatura, na transição política, enfrentou-se com o problema aberto por Gorbachov, e depois de uma tentativa inábil de voltar ao controlo do Estado, parece ter entendido que a sua vocação é a afirmação na área económica e a solidificação da sua posição nas estruturas dos meios de produção, possibilitando um regresso sempre possível ao domínio do poder supremo.Da elite polifacetada para a constituição de um conglomerado económico é um salto de pequena habilidade.[30]

A elite soviética da Nomenclatura, que concentrava uma enorme árvore de contactos, conivências e obrigações, continua de boa saúde e recomenda-se, como aliás em todos os antigos espaços comunistas, nomeadamente na Bulgária, na Polónia, na Ucrânia, na Hungria, na Eslováquia e mesmo no espaço da antiga DDR, onde uma fórmula socialdemocrata radicalizada oferece a justificação para preservar para o Estado largos espaços do tecido económico para entregar à gestão burocratizada. Livre há muito de crenças, ideologias, fidelidades filosóficas, está mais que preparada para um pragmatismo eticamente neutro, para um discurso apaziguador de cóleras passadas e suficientemente tecnocrático para despertar esperanças renovadas numa vida melhor a massas depauperadas e desiludidas com o "capitalismo".

Como não foi imediatamente destruída fisicamente e apenas parcialmente afastada, teve tempo para consolidar o seu controlo da economia e das intituições, para daí pressionar em direcção aos órgãos do Estado, através de partidos construídos sob a sua direcção e onde tinha assento principalíssimo. Os dirigentes que tomaram em mão a transição política foram tímidos nas reformas e estavam condicionados por anos de colectivismo, que lhes inviabilizava o desencadeamento de uma operação relâmpago de privatização como Havel conduziu na Tchéquia. E um homem como David Selbourne tinha-se apercebido disso logo no início do processo, se bem que sem medir o alcance em termos de retorno dos dirigentes afastados, ou seus herdeiros ideológicos. [31] A conjuntura favorável só pode ser estímulo para aquela classe se lançar novamente sobre o Estado, agora com a lição apreendida e num sistema concorrencial, que disputa o voto de um eleitor pouco educado, sem experiência das liberdades civis, desiludido com as ofertas do capitalismo, sobretudo nostálgico da segurança do Estado-Previdência.

O novelista Stanislas Lem comentou estas tendências do eleitorado e as oportunidades criadas pelos anos de transição do seguinte modo: "Inicialmente pensei que os ex-comunistas polacos seriam tão inofensivos como os ex-comunistas alemães de Gregor Gysi. Mas a situação é diferente. Todos têm saudades do Estado-Providência e muitos desejam a repetição da era de Edward Gierek, chefe do partido Comunista, que conseguiu sacar milhões de dólares de créditos a loucos banqueiros ocidentais. Com créditos desse género poder-se-ia repor o bem-estar material sem ser necessário trabalhar". [32] As observações de Lem ilustram o que se desenvolveu a Leste — e não só na Polónia — em cima da indefinição da propriedade, mas testemunham também o facto das elites afastadas, e com poder em subsistemas sociais, poderem voltar para disputar aquilo que lhe retiraram.

E esta, que não usou de complacência para com a anterior, que exterminou metodicamente, sem de misericórdia consigo mesmo nos ajustamentos das depurações estalinistas, pode agora dedicar-se a este jogo, ajustando as fórmulas à realidade do campo ideológico, justamente por não ter sido tratada do mesmo modo. Mas torna-se desde já evidente que o que mais marca a ascensão dos herdeiros do comunismo sistémico é o cunho técnico da gestão eficiente que propõem associado a um olhar paternal pelos membros da sociedade que não sabem, como afirmar Lem, o que fazer com a liberdade reconquistada.

A fórmula quase regressa à antiga socialdemocracia, a um socialismo evolutivo à Bernstein, mas na verdade o que faz é proteger e responder às crenças da massa dos eslavos, formadas no colectivismo proteico e no providencialismo estatal, crenças que não encontram saída para o mundo moderno no individualismo burguês, no racionalismo economista do homem quase-racional, na vivência pessoal de um destino construído com energia e risco. O triunfo dos excomunistas agrupados em máquinas partidárias na Eslováquia, na Hungria, na Polónia, na Ucrânia, na Sérvia, na Roménia, na Bulgária, só demonstra que a uma nova reformulação foi alcançada com êxito e que os nomenclaturistas, animais políticos adaptativos por excelência desde os tempos de Estaline, encontraram um método aceitável para a fórmula mundial dominante para legitimar o seu antigo poder. E a própria Rússia, em tempo, enfrentará a mesma escolha.

E é assim que se abre uma nova oportunidade a uma elite fracassada e surpreendida, que se viu varrida do poder por uma poderosa onda

de afirmação democrática de direitos e liberdades, mas que no entanto soube reaproveitar a conjuntura e reformular a ideologia para o mercado de votos, no quadro legal de um sistema que sempre denunciou como um meio essencial de exploração do homem. Não foi, pois, ainda, a teologia de mercado a escrever o epitáfio na tumba destes homens treinados para mandar e habituados ao poder como o opiómano à sua droga.

Notas

[1] Cfr.Milovan Djilas, **Tito meu Amigo, meu Inimigo**, Livros do Brasil, Lisboa, s.d.
[2] Cfr.Milovan Djilas, **La Nouvelle Classe**, Calmann-Lévy, Paris, 1955
[3] Milovan Djilas, **La Sociedad Imperfecta**, Ariel, Barcelona, 1970, p. 11
[4] Gaetano Mosca e G. Bouthoul, **Histoire des Doctrines Politiques**, Payot, Paris, s.d. , p. 251
[5] James Burnham, **The Managerial Revolution**, Greenwood Press, Westport, 1972, p. 122
[6] Mesmo em Portugal este aspecto se reflecte. Veja-se, como exemplo: A. Sebastião Gonçalves, **URSS, Um Pouco do Muito que Vi**, Editorial Notícias, Lisboa, s.d. (mas seguramente de 1974-1975). Hoje é o relato de um mundo desaparecido.
[7] Andrei Amalrik, **Will the Soviet Union Survive Untill 1984?** , Allen Lane The Penguin Press, Londres, 1971, p. 20
[8] Cfr. Paul Zimmer, **Estratégia e Tática Comunista na Checoslováquia**, Record, Rio de Janeiro, 1965
[9] Ota Sik, **A Terceira Via**, Arcádia, Lisboa, 1978, p. 397
[10] Ibidem, p. 396
[11] Karel Kaplan, **Dans les Archives du Comité Central**, Albin Michel, Paris,1978, p. 346.
[12] Radoslav Selucky, **El Modelo Checoslovado de Socialismo**, Alianza Editora, Madrid, 1969, pp. 128-129
[13] Stanislaw Ossowski, **La Stucture de Classe dans la Conscience Sociale**, Anthropos, Paris, 1971
[14] Karol Modzelewski e Jacek Kuron, **Socialismo e Burocracia**, Ruedo Ibérico, Barcelona, 1975.
[15] Gilles Martinet, **Os Cinco Comunismos**, Europa-América, Mem-Martins, 1975, p. 281.
[16] Nicolas Berdiaev, **Les Sources et le Sens du Communisme Russe**, Gallimard, Paris, 1951, p.253.
[17] Cfr. Georges Orwell, **1984**, Unibolso, Verbo, Lisboa, s.d.
[18] Entrevista reproduzida no *Diário de Notícias* de de 30-4-1995, p. 17.
[19] Cfr. Mikhail Voslensky, **Nomenklatura. Os Privilegiados na URSS**, LBL, Lisboa, s.d., p.30
[20] Idem, ib., p.86
[21] Cfr. Miklos Molnar, **Marx, Engels et la Politique Internacional**, Gallimard,Paris,1975. Em textos dos pais do marxismo os eslavos são referidos como "animais eslavos", "cães abjectos", "nações de bandidos".
[22] Ver: Vladimir Ilitch Ulianov, **Que Fazer?** , Editorial Estampa, Lisboa, 1973.
[23] Cfr. Mikhail Voslensky, **Op. cit.**
[24] Id., ib.
[25] Id., ib.
[26] Id., ib.
[27] Cfr.: Nikita Kruschev, **Memórias**, Euros, Barcelona, 1975
[28] Mihhail Voslesnky, **Op. cit.**
[29] Citado em Voslensky, **Op, cit.**, p. 67
[30] Ver para este problema os seguintes estudos: Tadeusz Jarski, **A Trubled Transition: Poland's Struggle for Pluralism**, Institute for European Defence and Strategic Studies, Londres, 1990; Jan Arveds Trapans, **Impatient for Freedom? The Baltic Struggle for Indepenence**, EEDSS, Londres, 1990; e Taras Kuzio, **Ukraine, The Unfinishes Revolution**, IEDSS, Londres,1992.
[31] David Selbourne, **A Morte Comunismo, A Europa do Leste, 1987-90**, Círculo de Leitores, Lisboa 1992.
[32] Diário de Notícias de 5/11/1995, reportando declarações à revista Spiegel.

6

UM TEMPO ESPERADO
O Colapso da Fórmula Política da Nomenclatura

A ditadura estabelecida depois de uma
revolução começa frequentemente com
facilidade e continua através de dificuldades
crescentes.
As forças hostis, outrora comprimidas,
reduzidas ao silêncio, levantam-se, retomam a
palavra, minam o poder.
Um dos problemas mais difíceis de resolver é
o da liberdade.

Vilfredo Pareto, in **Mythes et Idéologies**

Com a implosão do império soviético chegou um tempo esperado pelos mais despertos intelectuais do Ocidente, que de muito longe tinham antecipado este momento em escritos de raro vigor, paradoxalmento votados aos ratos. Entre os muitos que se poderiam citar, o escritor austríaco Erik von Kuhnelt-Leddihn, na sua novela de antecipação *Moscovo 1997*, de 1980, que quase comenta o livro *Nós* de Zamiatine, utilizando ainda a cidade final como modelo de futuro, chega perto do acontecimento que obrigou a reequacionar os equilíbrios e as fórmulas. Aí, em Leninsk, megalópole de abastança e harmonia, de ordem e integração forçada, somatório de todas as promessas, está a imagem viva

do paraíso final da fórmula soviética. Mas essa última Thule, por quem todos estão dispostos a fazer sacrifícios, perante as arremetidas de uma protagonista corajosa, desvenda a sua qualidade de mito mobilizador, uma fábula para as massas sociais terem uma meta direccional, uma inexistência tornada realidade pela propaganda.

Vintila Horia, aquele camponês do Danúbio que referira Bigotte Chorão, tinha escrito muito antes mais ou menos as mesmas coisas em diversas novelas, não deixando de sublinhar numa das últimas o que pensava da evolução. [1] Deste modo, *Perseguid a Boecio* é o testamento final de romeno exilado em Espanha, que nem por isso se afasta do testemunho de autores centrais, que perigosamente trataram do tema comum: a libertação da Rússia do colete de forças do partido comunista.[2] Há uma infinidade de tempo Pinait Istrati tinha feito o mesmo que Koestler, que Orwell, que Djilas ou que os soviéticos como Scharansky, Shakarov ou Soljenytsin, ao mesmo tempo de Uscatescu se inclinava por um requisitório contra o humanismo que Horia publicaria numa colecção de livros universitários[3]

Mas nem só eles. Os sinais abundavam para quem andasse na disposição de os ler. Já tarde, até à novela proibida de Rybakov e depois publicada sob Gorbachov, tinham-se acumulado dados que tornavam claro, ao menos, o imediato futuro. E se Rybakov é uma antecipação do desastre, os estudos de caso arquivados por David Selbourne em 1990 são já o óbito.[4] É por isso que é absolutamente natural que um pensador como Ernest Gellner observe, já em retrospectiva, que "quando o comunismo se desmoronou ninguém levantou a mão em sua defesa. Os seus aderentes voltaram-se para o oportunismo económico ou para o chauvinismo, e embora pudessem lamentar a sua estabilidade perdida, a fé foi atirada para o lado sem qualquer conflito interior. Nunca uma fé fora abandonada com tanta facilidade".[5]

Por isso, grande parte do que se veio a verificar sob o governo de Gorbachov era previsível e não milagroso para muitos, porque cedo ou tarde os sinais recolhidos em tantos sectores do conhecimento tinham de convergir e provocar o colapso. E o colapso não se fez esperar.

Tudo, com efeito, apontava para aí, a começar no domínio das ideias e a terminar nas estruturas económicas. Anos de cegueira perseverante, academicamente cultivada, terão contribuído para ocultar os dados, mas as inépcias mais gritantes são sem dúvida as que saíram, por dedução, das hegemonias ideológicas. Estas, como nunca ensinaram

— e nem é essa a sua tarefa — limitaram-se a impor ideias médias. E, a avaliar pela história vivida, todos andavam razoavelmente contentes com o que se divulgava no "pronto a pensar" contemporâneo.

Para interpretar este fim de século talvez a imagem do escolho afastado pela corrente das águas caudalosas seja a mais pungente e adequada. É que, de facto, estas águas imensas já se precipitavam pelos rios do tempo, sempre segundo as grandes leis da cultura. Sem que muitos se apercebessem, tinha-se entrado num ciclo de decomposição das grandes teorias explicativas e, depois de algumas resistências, elas ocultavam-se uma a uma, encerrando-se num ocaso fanático, de campo delimitado por espadas enterradas no chão. Os dados tinham sido lançados pela metodologia das Ciências e as exigências não parariam de crescer afim de averiguar a consonância entre a subtil teia de aranha das ideias, estruturadas numa fórmula política global e atractiva, e a realidade conhecida pelos sujeitos e progressivamente desvendada por investigadores neutros.

O Ocaso das Explicações Totais

As explicações totais colapsaram quando o positivismo e o neopositivismo começaram a questionar os seus modelos. Nomeadamente, o método científico, a exigência de verificação, o modelo aberto de Karl Popper, ofereceram a largas camadas educadas uma nova visão, mais aguda e incerta, da realidade. Os sistemas totais como o do hegelianismo e seus derivados baqueavam e na Filosofia levantavam-se paulatinamente explicações parcelares. À fase dos grandes sistemas do mundo sucedia a fase das interpretações parciais do homem e da vida. O grande sistema já não era pensável com credibilidade e a virulência da metodologia científica desaconselhava tal tarefa aos mais entusiastas.

O mesmo aconteceu em outras áreas do conhecimento, nomeadamente nas disciplinas sociais, onde os últimos sistemas foram os de Talcott Parsons e Pitirim Sorokin para não mencionar a grande criação de Vilfredo Pareto. Na História viu-se o mesmo movimento: às grandes linhas, tão impressionantes num Arnold Toynbee, num Spengler, veio a suceder um trabalho especializado em pequenas questões, e avesso às generalizações, temidas como uma lepra do espírito.[6]

A decomposição dos globalismos vinha justificada por uma redescoberta da insuficiência da razão humana para descodificar integralmente a realidade. Esta passou a ser entendida como um dado infinitamente cambiante e complexo, de que os modelos tão só reflectiam um aspecto emprestado. E nesta tarefa Gaston Bachelard foi um pioneiro indesmentível bem como o sistemático autor de *O Macroscópio*.[7] A acusação de *reconducionismo* tornou-se moda nos anos 80 para qualificar as categorizações ambiciosas que, com alguma ingenuidade e não menor arrogância, proclamavam ter a chave do Universo e do Homem. Popper aproveitaria para dizer, com fundamento nos seus estudos epistemológicos, que ninguém sabia o suficiente para ser intolerante.[8]

A harmonia das esferas decantava-se em ruídos diversos que exigiam estudos intensos e parcelares para cobrarem sentido. Tudo se atomizava e as mundovisões globais tornavam-se insustentáveis, nomeadamente quando ligavam o seu destino à Ciência, estratégia oportunista logo denunciada no seu fim e métodos pelo economista austríaco Ludwig von Mises.[9] O mercado, na Economia, era o arquétipo dos individualismos que se chocam no comportamento estatístico de oferta e nas probabilidades da procura, em movimentos que só são acessíveis pela teoria dos grandes números.

O máximo provável de teorização viria a ver-se nas leis estatísticas, e a técnica estatística, rapidamente passou da Demografia para a Sociologia, Economia e Antropologia, invadindo a esfera das Ciências do Homem, conformando uma posição dominante a que Sorokin — um homem dos grandes sistemas — ridicularizou com o termo *quantofrenia*, insistindo nos métodos qualitativos como chave para as realidades sociais, na tradição dos estudos clássicos de Max Weber, Vilfredo Pareto, Karl Marx ou de Alexis de Tocqueville.[10]

Uma Resistência Teimosa

A visão marxista, quer como pseudo-ciência quer como fórmula política, foi ao longo dos últimos cinquenta anos o testemunho da longevidade das veneráveis mundovisões totais de raiz hegeliana. Hoje torna-se fácil de perceber que ela só resistiu porque detinha, ao seu serviço, um aparelho de repressão de rara qualidade — e isto para utilizar os úteis conceitos do falecido Althusser, um especialista no problema.[11]

De facto, depois da revolução de Outubro, a mundovisão de Karl Marx e Engels, filtrada por Lenine, tornou-se doutrina do Estado, defendida, ensinada e divulgada tanto pelo próprio aparelho ideológico (escolas, centros culturais, arte, meios de comunicação, famílias), como pelos aparelhos repressivos (partido, corpos armados, tribunais, sindicatos). A mundovisão era total e globalizou-se com Lenine que lhe deu a versão da *Vulgata*. Os trabalhos multiplicaram-se sobre aquela interpretação total do mundo, da vida, do passado e do futuro, e ela conseguiu sobreviver à grande crise das explicações totais até ao dealbar do último decénio do século.

Todavia, contradições óbvias vulneravam toda a sua explicação. A ciência do século XX tinha destruído, parcela após parcela, as pretensões dos "pseudo-cientistas" que, a exemplo de um historiador razoável como Boris Rybakov, para explicar o desenvolvimento do Estado russo nos séculos IX e X e tinham de recorrer a grandes referências a Lenine e à ciência do Marxismo-Leninismo.[12] Mas nada impediu que os mais famosos expoentes daquele pensamento seguissem a via estreita, abonando as suas obras com doses massivas de citações dos mestres do pensamento marxista-leninista, não arredando pé das grandes afirmações primitivas, que funcionavam como axiomas, sem prejuízo de alguns autores falarem do núcleo básico de crenças, observações e dados como um *dogma evolutivo*. Não admira que de Giorgy Lukáks a Nicos Poulantzas, a Marta Harnecker e tantos outros mais, se estenda a contaminação escolástica de uma estirilidade a toda a prova. Thomas Blakeley, que examinou este discurso fechado, concluiu que o investigador soviético "depois de aceitar a *redenção proletária* e o *destino comunista* (e juntamente a autoridade dos chamados *clássicos*) por um acto de fé primordial, realiza um segundo acto de fé mediante o qual aceita a autoridade do partido em filosofia". [13] O marxismo-leninismo paralisou o saber e a investigação, esterilizou o pensamento dos russos, não ofereceu alternativa para pensar o real, perseguindo persistentemente os inovadores, sistematicamente acusados de idealismo.[14]

Ao mesmo tempo, as Ciências Naturais ocupavam-se do assunto. E nenhuma das grandes descobertas do século XX assenta em qualquer minúscula parte do marxismo-leninismo: todas as ciências se desenvolveram longe dele — e o que é pior: em contradição com ele. O famoso núcleo do materialismo — a dialéctica — uma nova maneira de

pensar, foi um fracasso. Desde Hegel ninguém mais lhe acrescentou um pormenor significativo. Enquanto isso, a criticada e desprezada Lógica não parava de crescer, conhecendo com Bertrand Russel, Whitehead, Wittgenstein e Lupasco, importantes avanços. Toda a nova gama da electrónica se encontra baseada na Lógica... E este sinal seria suficiente a todos para verificar, academicamente, que o homem não possui dois sistemas de pensar: um, recuado e ligado a um modo errado de ver o mundo e a vida — a lógica; e outro, avançado, instrumento destinado a descobrir toda a realidade, a servir o proletariado na sua luta pela liberdade — a dialéctica. Mas assim escreveu Mao no seu livrinho vermelho.[15] Bons tempos, pois inúmeros "intelectuais" ainda seguiam estas inépcias nos próprios centros universitários do Ocidente. Alan Bloom, que se queixa da cultura universitária na América, onde anota os sintomas de superficialidade e falta de convívio com os autênticos mestres do pensamento, em vez de cavilar nessa questão central que os seus posteriores livros didácticos se revelaram incapazes de minorar, deveria ter visitado Portugal dos anos 60 e acompanhar a reflexão até aos dias de hoje para notar que o fosso se alarga sempre. [16] Razões de inteligência devem ter assistido Ricardo Paseyro quando faz o elogio de um certo analfabetismo e razões sobram a Revel quando ataca a abundância da informação que se decifra, automaticamente, num conhecimento inútil. [17]

O fracasso do Estado soviético ditou a quebra da mundovisão, já roída interiormente por inúmeras incongruências, que alastravam da Física Nuclear à Genética, da Sociologia à Literatura, da Economia à História. Poucas áreas do saber se podiam ainda compatibilizar com a mundovisão oficial, fabricada fundamentalmente nos finais do século XIX para ser paradoxalmente servida a quente num país atrasado, pobre, e derrotado pelo Exército alemão, nos princípios do século XX. Intelectuais corajosos passaram à denúncia do sistema ideológico e, como Milosz, dissertaram sobre a "mentira" que se tinha introduzido no cerne da própria vida: isto é, tudo se passava ao contrário do que dizia a fórmula política do Estado visionário. Com Brezhnev a dissociação, para muitos investigadores, já estava feita: a mundovisão oficial do marxismo-leninismo tinha-se convertido num mero discurso da classe dirigente, que autores internos como Milovan Djilas, Mikhail Voslensky, Karol Modzelewski e Jacek Kuron tinham percebido melhor que os fatigante apologetas como Poulantzas ou os vulgarizadores Politzer e Marta

Harnecker, que faziam entretanto as delícias dos universitários portugueses, leitores ainda de Paul Sweezy, Paul Baran, Samir Amin, Balibar e outros pequenos e médios divulgadores de raiz francófona.

O Sintoma dos Intelectuais

Mas a sentença estava dada. Os intelectuais, no interior do próprio Estado, afastavam-se do poder e da sua doutrina. Um fino analista como Crane Brinton, na sua justamente famosa análise das revoluções, deduz que o fim dos regimes e das suas justificações prenuncia-se pelo comportamento dos homens de letras e dos cientistas de gabarito.[18] O fenómeno da dissidência na União Soviética era isso mesmo: cavava-se um fosso. Althusser e Poulantzas também concluíram que a crise dos aparelhos ideológicos, isto é, das fórmulas políticas, debilita os aparelhos repressivos (só no "Estado burguês" — como é óbvio) e se a dissidência de Trotsky, ao tempo de Estaline, pode solucionar-se eficazmente, o mesmo expediente não foi possível para resolver de uma vez por todas casos como o de Sakharov, Soljenitsin, Bukovsky, Amalrik, Pasternak, culminando o escândalo na famosa troca, proposta e efectivada pelo general Augusto Pinochet, entre Bukovski e o dirigente do PC chileno. Entretanto, os intelectuais do regime faltavam em toda a parte: Milosz, Soljenitsin, Bukovsky, Havel, Kolakowsky, Horia, Uscatescu, Pinait Istrati, Kadaré, não eram conhecidos por estarem filiados no Partido. Ao contrário — viam-no como um parasita, uma doença na carne do povo.

O fracasso económico foi o último elo de uma cadeia de fracassos. A abundância não se materializava, não havia lugar para aquele tão celebrado "quando" de Marx: "Quando houver desaparecido a escravizante subordinação do indivíduo às exigências da divisão do trabalho, e com ela a antítese entre trabalho físico e mental; quando o trabalho já não representar apenas um meio de vida, e se tiver tornado em necessidade primordial da vida; quando as forças produtivas também tiverem aumentado com o desenvolvimento do indivíduo em todos o sentidos, e todos os rebentos da riqueza cooperativa fluírem abundantemente — só então será possível transcender completamente a acanhada visão do direito burguês e só então a sociedade estará apta a inscrever em seus estandartes: de cada um conforme a sua capacidade, a cada um conforme a sua capacidade, a cada um conforme a sua necessidade!".[19] O

quadro burguês infelizmente não se transcendia e a escassez tornou-se ainda mais a lei dos países do socialismo real.

Caducava em todas as frentes a última visão do mundo, laica e coerente, sistémica e total, esboroava-se à vista da fragilidade do Estado que a exibira. Também, enquanto a ideologia total baqueia, irrompem com uma força esperada as ideologias parciais: nacionalismo, racismo, republicanismo, monarquismo, ecologismo, feminismo, milenarismo, anti-semitismo, pan-eslavismo, lidando cada qual com um único problema. A totalidade e a sua visão coerente em termos de ideologia política quebra-se contra a ascensão das ideologias especializadas, do ecologismo ao tecnocratismo, do liberalismo à negritude. É o regresso à parcialidade, é a aceitação da impossibilidade de eternização de sistemas totais como guias para a vida colectiva.

É quase certo que outra mundovisão total não verá a luz do dia em termos de ideias médias a curto prazo, e que, ao contrário, se continuará a assistir ao desmoronamento do que resta das explicações totais pseudo-científicas e das mundovisões laicas totalitárias. O escolho foi arrancado pelo rio do Tempo e já vai rolando rio abaixo no fervilhar das águas tumultuosas.

O Regresso dos Deuses

Para os seus sonhos mais estranhos arranjou Harlam Hellison, o imaginoso autor da melhor ficção científica anglo-saxónica, o bom título de **Dangerous Visions**. Visões igualmente perigosas dormem há muito na obra de Vilfredo Pareto, significativamente abandonada aos ratos por todos quantos acreditaram na bondade e racionalidade intrínseca do animal humano.

Pareto, com aquele labor profícuo de académico com tempo, teve oportunidade para levantar uma teoria do comportamento mostrando que a acção humana é predominantemente não-lógica. Se a lógica domina o pensamento científico, anda longe de orientar o resto da actividade dos homens. Seguindo Pareto, depressa se perceberá que é impossível deixar o nicho das visões totais desocupado. O pendor não lógico da acção impele para construções fabulosas, autogratificantes, que ele denominou "derivações".[20] Quanto mais inconsistente é a vida e maiores perigos e dificuldades se levantam, tanto maior será a busca de grandes construções integradoras baseadas em fundamentos não susceptíveis de

verificação experimental. É o domínio das crenças, das religiões, da metafísica, mas sobretudo das grandes religiões aceites e organizadas.

Pudemos observar ao longo destes últimos setenta anos a inépcia comunista na frente religiosa. Tendo decifrado a religião como um aparelho ideológico da classe dominante, portanto mais um elo da cadeia que atava o proletariado aos meios de produção, a doutrina marxista-leninista programava o seu desaparecimento paulatino: podia prever com segurança a sua morte lenta. Foi justamente o contrário que sucedeu: a religião resistiu às perseguições, à educação ateia, às dificuldades materiais, ao desprestígio e à discriminação, chegando a enfrentar com sucesso o próprio Estado, como na Polónia, na Alemanha Oriental, na Checoslováquia, onde Cristandades mais ou menos ocultas se alimentavam de um combustível barato: fé e esperança.

Noutros países, em condições mais severas, como na União Soviética, na Roménia ou na Bulgária, a tradição preservou-se e a religião parece mostrar hoje um florescimento que se andava longe de prever, aceitando, como certa a teoria que postulava o seu desaparecimento.

Do embate não resultou o enfraquecimento das crenças, antes pelo contrário o seu reforço nas experiências do combate, podendo agora esperar-se uma notável expansão das Igrejas e das seitas sincréticas ou gnósticas.

Todavia, não é só no mundo da Europa Oriental que se verifica a maior pujança das crenças religiosas. Elas têm-se revelado um pouco por toda a parte, vêem-se crescer dia a dia entre os muçulmanos, que vivem tempos de renovação que roçam o fanatismo, culminando já o movimento na fundação do Estado teológico, um revivalismo que se estende pelo Médio Oriente, pelo norte de África e que bem pode passar o Sahara para sul. Também o hinduísmo se fortalece e se revela mobilizador, e igualmente hostil a Estados totalmente laicos, isto é, aos parâmetros da sociedade civil.

Trata-se mais uma vez da afirmação das grandes visões religiosas do mundo e da vida, dificilmente vulneráveis à crítica científica ou aos fracassos das economias. Dizem respeito a cidades que ficam do outro lado do espelho e falam de um tempo que o crente espera vir a possuir em plenitude. Têm vantagens inultrapassáveis sobre qualquer outra visão laica, que só pode prometer realidades neste mundo, verificáveis, quotidianas, e que costumam ficar muito aquém das promessas dos

visionários, em cuja galeria figuram nomes ilustres como os de Saint-Simon, Comte, este ferozmente odiado por Marx, que o sentia um concorrente no mesmo espaço do futuro laico, e mesmo Marx e seus discípulos.

Com o colapso das visões totais laicas e a contínua fragmentação das ideologias, sem um modelo viável e aceitável proveniente das Ciências Sociais e Humanas, todo o campo fica abandonado às religiões — que desde há séculos têm o monopólio das visões totais, alternando-se os tempos de grande fervor com os tempos de indiferença.

SOBREPOSIÇÕES E PARCIALIDADES

Longe estamos, pois, do último estádio civilizacional pensado por Comte. O teorizador do positivismo pensou que o progresso era unilinear e que conduzia a estádios de conhecimento mais exactos. A fase teológica, onde predominava a crença e o poder sacerdotal, desintegrar-se-ia num tempo metafísico, áreas em que se confrontariam os ordenamentos das duas épocas: os da anterior, marcados pelas explicações irracionais, não verificáveis e de cariz religioso; e os da idade final, cheios do espírito positivo, adequados aos factos e às suas leis. A idade intermédia veria a ascensão dos legistas, dos peritos em leis e dos políticos ambiciosos e hábeis. Todavia, a última idade, a positiva, veria chegar um tempo de construtores e produtores, de engenheiros sociais, e profissionais capazes de pôr em pé uma política científica: seria o Estado industrial.[21] É um sonho que, como se terá verificado, também ficou pelo caminho, sem materialização. Keneth Galbraith ao revê-lo nem o reconhece, de tal modo ele é um lugar de poderio e exploração dos seus operosos e laboriosos membros. [22]

É, contudo, curioso observar que a idade teológica, longe de se encontrar nas sombras a que a votaram os positivitas, desde Comte a Bertrand Russel, prevendo sempre uma época final de laicismo científico, rigoroso e luminoso, é actualmente uma realidade maior que a idade do espírito positivo para o qual se criou uma Igreja, que ainda agora funciona no Brasil.

Como uma mole imensa, inamovível, o espírito religioso estende a sua hegemonia sobre o planeta, reavivando aqui e acolá as sensibilidades e chamando à acção vastas hostes humanas.

E Comte interessa para mostrar como a sua previsão se anula no tempo e como é possível a coexistência nas sociedades industriais pós-modernas de diversas ideias médias: religiosas, científicas, ideológicas, políticas, sem denominador comum e sem exigências de uniformização a partir de uma grande plataforma universal, global e totalitária. E, tal como aconteceu com Marx e seus continuadores (basta ler com paciência o *Anti-Dühring* de Engels para nos apercebermos dos humildes limites da "ciência" marxista), verificou-se, no decurso do tempo, que nem a ciência era suficiente para garantir a intolerância perante qualquer opção, nem a força garantia o bastante para acabar com a religião.

Para o futuro poderemos certamente continuar a aguardar a consubstanciação do Estado positivo, prometido por Comte, teorizado por Marx em outros moldes, apontado a larga distância por Estaline. Todavia, escritores como Georges Orwell, Zamiatine, Franz Kafka, mesmo o velho Samuel Butler, em obras imaginativas bem conhecidas (como, respectivamente: *1984* e *Animal Farm*, *Nós*, *Admirável Mundo Novo*, *O Processo*, *Erewhon*), mostraram, quais pregoeiros desses tempos, os desertos espirituais e a infelicidade dos mundos programados e sem esperanças em que o homem é forçado no colete de uma visão unificada e homologada.

O cepticismo dos grandes escritores utópicos, a que se deve acrescentar as contribuições excessivamente realistas de um Arthur Koestler (*Darkness at Noon*), de um Robert Conquest (*The Great Terror*), mesmo as poderosas cidades de Jünger (*Heliopolis*, Marina em *As Falésias de Mármore*, *Eumeswil*), do Hesse de Castália em *O Jogo das Contas de Vidro*, remete para as parcialidades, para a coexistência de perspectivas, uma dor inenarrável para os que sentem deter a chave da verdade escondida mas acessível aos que querem fazer a dura caminhada interior e exterior.

E por esta via epistemológica, Platão continua a acenar-nos do fundo da caverna e a reafirmar que o que se vê não é senão, ao mesmo tempo, realidade para uns e fantasmagorias para outros, interessados estes na própria luz emprestada que projectam as sombras consistentemente coerentes dos entes que se passeiam à luz do Sol.

O tempo em que estamos é como tantos outros que o mundo viu. Os deuses estão de volta, cavalgando a onda dos fundamentalismos e do milenarismo e as imagens na parede da caverna prometem ser poderosas e vivas.

Mas, ao mesmo tempo, aviva-se a necessidade de inquirir, dividir, analisar e questionar, segundo o método, ainda que muitos já tivessem chegado à descoberta da insuficiência e fragilidade do saber científico.

E no fundo do movimento estará sempre a ânsia por uma nova visão total, que pela incapacidade das Ciências, voltará a colocar-se com premência às Religiões. E estas, cientes da hora, não hesitarão a mostrar a ponte entre os mundos, levantando bem alto o estandarte da última utopia viva e actuante, intocável e invisível, terrivelmente solicitante: a Cidade de Deus, de que nos falou, há tempos esquecidos, a nós, ocidentais, na nossa linguagem, o Santo Agostinho de *Confissões*.[23] Mas que também se evidencia nas palavras de Novalis, como que num sonho retomado: "Virá, não pode deixar de vir, esse tempo sagrado da paz perpétua, em que a Nova Jerusalém será a capital do mundo".[24]

Notas

[1] Bigotte Chorão, **Um Camponês do Danúbio**, Templo, Lisboa, 1976.
[2] Vintila Horia, **Perseguid a Boecio**, Ediciones Dyrsa, Madrid, 1993
[3] Cfr. Pinait Istrati, **Vers l'Autre Flamme**, Union Gémeral d'Edition, Paris, 1980; George Uscatescu, **Proceso al Humanismo**, Guadarrama, Madrid, 1968.
[4] Anatoly Rybakov, **Children of the Arbat**, Dell, Nova Iorque, 1989; David Selbourne, **A Morte do Comunismo**, Círculo de Leitores, Lisboa, 1992.
[5] Ernest Gellner, **Conditions of Liberty**, Hamish Hamilton, Londres, 1994, p. 94
[6] R. G. Collingwood, **A Ideia de História**, Presença, Lisboa, s. d. ; L. von Mises, **Teoria e História**, Unión Editorial, Madrid, 1974
[7] Cfr. Joel de Rosnay, **Le Macroscope**, Seuil, Paris, 1977; Gaston Bachelard, **O Novo Espírito Científico**, Edições 70, Lisboa, 1986
[8] Karl Popper, **Em Busca de um Mundo Melhor**, Fragmentos, Lisboa, 1989
[9] Cfr. Murray N. Rothbard, **Lo Esencial de Mises**, Unión Editorial, Madrid, 1974.
[10] Cfr. Raymond Boudon, **Les Méthodes en Sociologie**, PUF, Paris, 1973
[11] Louis Althusser, **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**, Presença, Lisboa, 1974. Para uma visão mais aprofundada sobre o autor: João Bettencourt de Câmara, **Análise Estrutural Contemporânea. A Emergência de um Modelo Louis Althusser**, ISCSP, Lisboa, 1993
[12] Boris Rybakov, **Kievan Rus**, Progress Publishers, Moscovo, 1984
[13] Thomas Blakeley, **La Escolástica Soviética**, Alianza Editorial, Madrid, 1969, p. 99.
[14] Jacques Monod, **O Acaso e a Necessidade**, Europa-América, Mem-Martins, 1972
[15] Mao Tsetung, **Quotation**, Foreign Languages Press, Pequim, 1972
[16] Alan Bloom, **The Closing of American Mind**, Penguin Books, 1988
[17] Ricardo Paseyro, **Elogio do Analfabetismo**, Europa-América, Mem Martins, 1990; e Jean-François Revel, **O Conhecimento Inútil**, Europa-América, Mem Martins, 1989
[18] Cfr. Crane Brinton, **The Anatomy of Revolution**, Vintage Books, Nova Iorque, 1965
[19] Ver. T.B. Bottomore e M. Rubel, **Sociologia e Filosofia de Karl Marx**, Zahar, Rio de Janeiro, 1964; também: David Fernbach (Ed.), Karl Marx. **Surveys from Exile**, Penguin Books, Harmondsworth, 1973, pp. 7-34.
[20] Cfr. Vilfredo Pareto, **Traité de Sociologie Générale**, Droz, Genebra, 1968.
[21] Augusto Comte, **Reorganizar a Sociedade**, Guimarães Editores, Lisboa, 1977
[22] Ver: Keneth Galbraith, **O Novo Estado Industrial**, Civilizado Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.
[23] Santo Agostinho, **A Cidade de Deus**, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1991
[24] Novalis, **A Cristandade ou a Europa**, Hiena, Lisboa, 1991, p. 50

7

ELITE E FÓRMULA: A REVOLUÇÃO EM INGLATERRA

As nossas revoluções, claramente, não despontaram em sociedades economicamente retrógradas; ao contrário sucederam em sociedades economicamente progressivas.

Crane Brinton, in **The Anatomy of Revolution**

Até à revolução inglesa, as concepções descendentes sobre a origem e legitimidade do poder são a doutrina e prática da política na Europa e constituíam a fórmula política tradicional. Apesar da existência uma tradição de soberania popular, que encontrara eco nos escritos de alguns autores eclesiásticos e profanos, sobretudo nos monarcómacos e tiranicidas, em momentâneas rebeliões de camponeses e noutras circunstâncias em instituições de tipo electivo, que floresceram nas cidades italianas do Norte e na tradição rural peninsular, pode dizer-se que as ideias dominantes acerca da origem do Poder assentavam na sua origem divina. Daí resultava consequentemente a atribuição directa do poder supremo ao Monaraca, sem qualquer intermediação popular. Não raro, por esta filiação quase divina, os reis desfrutavam de uma veneração particular, atribuindo-se-lhes mesmo o poder de curar pelo toque físico, o que se manterá no caso de Carlos I, que quando fazendo já o seu percurso para a prisão era esperado pelo povo com os seus enfermos.

A fórmula política era muito antiga e à sua sombra as instituições políticas centrais tornavam-se pouco contestáveis.[1] Ainda em 1944, no seio da Igreja Romana, o pontífice Pio XII, apreciando os problemas políticos daquela turbulenta conjuntura, deixava claro esta matéria, afirmando que " a dignidade do Estado é a dignidade da comunidade moral que Deus quis; e a dignidade da autoridade política é a dignidade da sua participação da autoridade de Deus." [2] Tal afirmação só nos pode reafirmar que as fórmulas nunca estão mortas. Só o estão em termos relativos na conjuntura, e ela modificava-se aceleradamente na Inglaterra.

Efectivamente, o panorama muda no século XVII nas ilhas britânicas com os acontecimentos político-militares que constituem a revolução inglesa, denominada também revolução puritana, e toda a polémica doutrinária que os rodeia. Pela primeira vez na história ocidental surge um fenómeno revolucionário complexo, quer pelo leque de grupos, ideologias e forças que se defrontam, quer pelo desenho de um processo de evolução, que se pode reconduzir a um modelo geral interpretativo, como notou Crane Brinton.

Além disso, a revolução inglesa tem ensinamentos essenciais que ainda hoje importa considerar. Realmente o processo político que levou à hegemonia do Parlamento, à guerra civil, à República, à Ditadura militar, à Restauração e à institucionalização de uma monarquia limitada e profundamente reformada com Guilherme III, em 1688, é uma lição sobre os modos perenes da circulação do poder e uma iniciação à estrutura sociopolítica, que viria a tornar-se a matriz do Mundo Moderno. A sua importância para a constituição de novas instituições é definitiva.

Contra a ideia de que a Europa moderna começa com a Revolução Francesa de 1789 está assim o facto da radical originalidade do processo inglês, que principia em 1640 e termina na entronização de Guilherme III de Orange, em 1688, e que tem um impacte em vastas áreas culturais, nomeadamente na França e nos seus intelectuais, que não escaparão ao fascínio da aparente divisão de poderes percebida no novo regime. No final da revolução triunfante havia a vitória dos proprietários e comerciantes representados no Parlamento, as vidas ceifadas por duas guerras civis, a experiência de uma República militar ditatorial apoiada no Exército e ainda a momentânea restauração com Carlos II (1660-1685).[3]

Quarenta e oito intensos anos, que são uma experiência política modelar para toda a Europa, transformam o quadro institucional do país.

Enquanto em Portugal um poderoso intelectual recapitulava as quadras do Bandarra para provar o grande futuro que aguardava a nova Monarquia de Dom João IV, os ingleses travavam as batalhas decisivas a favor de um governo parlamentar, tentando limitar o poder real e fazer respeitar as liberdades dos proprietários, reforçando as instituições, num esforço sem paralelo. [4] Não há dúvida que as duas sociedades viviam em tempos diferentes e esta verificação ajudará a compreender o que se poderia chamar o "milagre inglês". Enquanto em António Vieira os livros sagrados ainda eram consultados como oráculo seguro para definir a orientação tradicional, em Inglaterra a sociedade civil tomava em mãos o seu destino e encontrava acomodações fáceis na Bíblia traduzida.

Como comentou Christopher Hill, a revolução de 1640 desalojou uma classe dirigente para a substituir por outra, porque os interesses das camadas enriquecidas e economicamente activas já não coincidiam com a Coroa dos Stuart e parte da aristocracia. [5] O confronto que atingiu duramente toda a sociedade motivou os mais díspares projectos: *Levellers, Diggers, Renters, Fifth Monarchy Men*, na conjuntura aberta a novas definições pelo abalo da guerra civil, não se cansaram de levantar bandeiras e ideias bebidas na tradição bíblica e reorientadas para uma meta social amplamente utópica.[6] O que não entendiam era que o mundo antigo chegava ao seu termo e que os mundos ideais, acalentados ao fogo do milenarismo, na leitura da Bíblia, com entusiasmo revolucionário, não tinham maiores probabilidades num tempo em que tudo se encaminhava para instituir o poder dos homens de negócios, rentabilizando os factores de produção. O que se esboçava ao longo do conflito não era propriamente a sociedade descrita por Thomas More (1478-1535) no livro *Utopia*, mas mais uma *Macaria*, como imaginava Samuel Hartlib nesse seu livro-programa, um país de pão e manteiga, ou mesmo uma *Oceana* cromwelliana, como construiu James Harringhton, uma utopia ratificante de uma nova elite dirigente, que de 1650 para diante poderia esperar durar exactamente tanto quanto a vida do Lorde Protector. [7]

A Ascenção dos Tudor

A queda da Monarquia inglesa é uma história da incapacidade não dos Tudor, mas dos reis Stuart, que insistiram em políticas absurdas

contra forças sociais ascendentes, que em circunstâncias favoráveis os poderiam desalojar. De facto, a Coroa, até Isabel I, acumulara uma boa imagem junto dos homens influentes das cidades e portos, devido a uma tradição de colaboração.

A Monarquia Tudor, instituída com Henrique VII (1457-1509), que principiou a governar a partir de 1485, imprimiu ao país uma direcção firme, ao mesmo tempo que dominava as casas nobres rivais e apoiava a expansão das classes médias proprietárias. O próprio Henrique VII, depois da batalha de Bosworth (1485), em que derrota o seu rival Ricardo III e os seus partidários, apossa-se da riqueza das casas nobres favoráveis ao seu opositor (Lancaster e York), e dirige uma política de assassinatos que abre a via para impor definitivamente a família Tudor como casa reinante. A Coroa é rica e dispensa a boa vontade do Parlamento em matéria de impostos.

As peças do dramaturgo William Shakespeare (1564-1616), especialmente as históricas, mostram claramente que a política dos Tudor era violenta e provam ainda que a história de Inglaterra deste período não é propriamente um conto para crianças. *Ricardo II, Ricardo III, Henrique IV, Henrique V, Henrique VI e Henrique VIII*, são obras dramáticas que nos oferecem o quadro social e político de uma época marcada pela violência, que não cessa de interrogar sucessivas gerações de historiadores.

Assim, neste mundo de rivalidades familiares e disputa do poder político são os Tudor quem triunfa e quem procede à construção do Estado, reforçando o poder da Coroa, mas fizeram-no indo ao encontro das forças sociais emergentes, pois a normalização política e a liquidação das famílias dos grandes senhores ofereceu um espaço para a afirmação económica e politica dos estamentos não aristocráticos.[8]

Henrique VIII prossegue a linha política dos Tudor e o seu governo, que se estende de 1509 a 1547, institui a ruptura com a Igreja de Roma, confiscando na sua sequência os bens dos mosteiros e dos altos dignatários da Igreja Católica. O apoio que lhe presta a burguesia enriquecida é evidente no esmagamento da revolta da fronteira norte de 1536, quando as populações católicas se revoltaram contra a dissolução dos mosteiros. A *Pilgrimage of Grace*, como ficou conhecida essa manifestação, foi cruelmente liquidada, mas dá a temperatura da sensibilidade social.

Isabel I, filha de Henrique VIII, passou a governar a partir de 1558 e beneficiou dos mesmos apoios. Disciplinou a Igreja de Inglaterra, regulou as disputas entre anglicanos e protestantes de inspiração continental, impondo uma solução conjuntural que se traduziu na obediência dos hierarcas do clero e no controlo dos fiéis. Para lá disso, resolveu adequadamente o desafio posto pela Espanha de Felipe II. Mais uma vez, face aos espanhóis, a Coroa e os detentores de interesses comerciais enfrentaram em aliança a ameaça externa, e a Invencível Armada foi derrotada em 1588, e embora a Espanha continuasse com muito poder, Portugal perdia a melhor parte da sua frota, envolvida numa contenda que lhe era estranha, a não ser pela presença do mesmo rei e da mesma política nos dois empórios ibéricos.

Os proprietários e comerciantes enriquecidos e a nobreza operativa apoiaram a política dos reis Tudor, enquanto o Parlamento colaborava com as iniciativas da Coroa. Mas a Coroa, até Isabel I, ocupou-se com matérias que correspondiam aos interesses dos estratos representados no Parlamento: por um lado criava ordem interna e instituições legais favoráveis aos negócios e à ascensão da classe média; por outro, atacava o inimigo externo, que era uma ameaça também para os bons negócios dos comerciantes ingleses. Mas com Isabel I e a destruição da Armada Invencível, desaparecem as ameaças às forças sociais emergentes. Internamente os *men of property*, ou seja, os proprietários, encontram-se livres da pressão de uma nobreza poderosa ou de grandes dignatários com exército próprio, e dos abusos consequentes, mas também se esfuma ao mesmo tempo a ameaça externa para os negociantes, representada pela existência de um grande poder marítimo no Continente.

O Parlamento poderia agora jogar com mais força, pois aqueles que representa sentem-se livres de perigos tradicionais e imediatos. Mas quem são os representados?

O Parlamento é integrado por duas Câmaras: Lordes e Comuns. Na primeira têm assento os grandes senhores de nascimento temporais e eclesiásticos; na segunda, eleita pelos proprietários rurais com renda superior a 40 xelins anuais e pelos homens livres das cidades que pagam impostos, estavam representados os estratos da burguesia comercial das cidades portuárias e os proprietários fundiários do país. Ao todo, este sistema representativo, entre elegíveis e eleitores, não devia mobilizar

mais do que 10 por cento da população. Que ambicionavam então os parlamentares?

A frase de um contemporâneo perante os Lordes resume bem os seus objectivos e a essência das questões em jogo para o Parlamento inglês: "As liberdades fundamentais e vitais são a propriedade dos nossos bens e a liberdade das nossas pessoas". O desenrolar do conflito com os Stuarts, confirmará que assim era. [9]

A Nova Situação: a Questão da Terra e do Lucro

Um dos factores que pesou na definição deste desafio foi constituído pelas tendências económicas, que ao longo do século XVI e do século XVII tinham favorecido o comércio das cidades e a subida dos preços dos produtos agrícolas, o que estimulou o desenvolvimento de uma agricultura lucrativa e a ascensão de uma camada influente de proprietários rurais. Nas cidades ascenderam os comerciantes que beneficiavam da alta de preços e no geral os homens de negócios. No fundo formava-se paulatinamente uma classe média de pessoas com posses que, graças à acção de Henrique VIII, podiam agora desfrutar de liberdade de pensamento em matéria religiosa e encarar as instituições com uma certa liberdade.

Efectivamente, durante o poder dos Tudor, consolidou-se uma nova visão da vida económica, sobretudo pela influência do comércio externo. A exportação de lã e depois a fabricação de tecidos de lã valorizaram a propriedade fundiária em novos moldes e criaram uma dinâmica que embora assente nas importações de matéria-prima por parte dos Países Baixos e das cidades italianas repercutiu fortemente nas áreas produtoras. Os donos das terras e os possuidores de rebanhos de carneiros cedo veriam a importância económica deste circuito e muitos decidiram-se a aproveitar todas as oportunidades oferecidas pelos comerciantes citadinos e pela exportação.

Ao longo dos séculos XV e XVI o negócio da lã e dos tecidos envolveu cada vez maiores volumes do produto. Entre 1510 e 1580 o preço dos tecidos aumentou 1,5 vezes e o preço dos bens alimentares duplicou, o que conferiu um valor comercial e de investimento à terra.

Depois de 1580 o mercado da propriedade animou-se e continuou a bom ritmo até 1630, subindo também as rendas.

A terra, na ordem pre-capitalista, senhorial ou feudal, tinha um valor principal que era o de fornecer a sustentação do nobre e a de um conjunto de homens de armas que sempre que necessário, participavam nas expedições do castelão e partiam para a guerra. Era, para assim o dizer, a base do poder político do senhor local. Tinha pois um valor político e ético e, em caso algum, um valor de natureza estritamente económica. Ora, a grande novidade é o espírito lucrativo que sopra de Londres e das cidades portuárias para as terras do campo inglês, onde os Lordes e as aldeias de fundação medieval tinham as suas terras mal aproveitadas. [10]

A ideia de lucro era chocante no século XVI, mas o facto é que houve muitos nobres e camponeses que aceitaram esta orientação e buscaram aproveitar as novas oportunidades. No processo inflacionário os beneficiados foram os que valorizaram as suas produções e as conduziram para o mercado, rompendo com os hábitos antigos e seu enquadramento institucional. As rendas tinham que ser alteradas, o sistema agrícola mudado, as pastagens aumentadas e a exploração da terra racionalizada.

Porém, o sistema vigente não era favorável aos novos rumos. A aldeia não tinha os campos delimitados e cultivava a terra disponível em faixas contínuas, semeando de comum acordo os cereais na respectiva estação. O camponês tinha uma faixa própria e não podia alterar o seu uso sem o consentimento da aldeia. Esta economia era estável, mantinha a população, sustentava os aristocratas rurais, mas não mostrava capacidade para aumentar os bens produzidos. As terras dos senhores locais estavam arrendadas ou concedidas em foral por preços baixos e não havia alteração destas tabelas há gerações. A sociedade mantinha-se e os camponeses aferravam-se a um sistema, o sistema tradicional, que os sustentava: a terra arada e semeada em comum, e os baldios e logradouros da aldeia, onde o gado pastava e onde eventualmente recolhiam lenha para aquecimento.

A valorização do solo que a exportação da lã e de tecidos implicou veio romper este equilíbrio com a introdução do conceito de lucro, uma ideia claramente capitalista e moderna. Os senhores de terras trataram de se lançar na criação de carneiros e para isso as exigências em pastagens

aumentaram. As pastagens cresceram à custa dos baldios comunitários e da terra semeada, as faixas próprias dos camponeses. Os rendeiros que não podiam pagar os novos preços de aluguer das terras eram expulsos e o solo transferido para outros que possuíam meios para pagar. Os foreiros eram obrigados a aceitar um estatuto de rendeiros e ficavam submetidos aos preços do mercado das rendas, que nem sempre podiam suportar. Os camponeses pobres abandonavam os campos, que eram invadidos por rebanhos de carneiros e uns quantos pastores. Os proprietários esperavam da terra o melhor rendimento possível e nesta linha convergiam no Sul e Este de Inglaterra muitos castelões da aristocracia, muita pequena nobreza rural (*gentry*) e camponeses livres ricos ou remediados (*yeomen*). Estes sectores sociais aderidos ao espírito capitalista ambicionavam direitos de propriedade livres de quaisquer obrigações legais, e queriam propriedades pessoais vedadas por cercas, onde pudessem operar à vontade.

As propriedades assim definidas, por acordo, por pilhagem, por despedimento ou confisco, variavam entre 25 e 200 acres, mas mesmo as mais pequenas serviram para a manutenção de rebanhos e a produção de cereais, tanto mais vantajosas quanto mais próxima dos grandes centros urbanos. Os *enclosures*, isto é, as cercas, representam, pois, um processo de definição de propriedade privada em sentido moderno, num espírito capitalista, que difundido a partir das cidades portuárias alcançou o campo e foi um golpe fatal na aldeia medieval inglesa e uma ferida na ordem do quotidiano, que repercute como um lamento ético na literatura do tempo. Thomas More escreve com violência um parágrafo que não necessita de comentários: "É assim que um avaro impaciente fecha hectares e hectares por detrás de um muro; e os honestos agricultores são escorraçados de suas casas, uns por fraude, outros violentamente, os mais felizes por um conjunto de vexames e de perseguições que os obriga a vender as propriedades". E quem são estes avaros? More esclarece: " Em todos os pontos do reino em que se recolhe a mais fina e mais apreciada lã, correm a disputar o terreno ricos e até reverendíssimos senhores". Daí que, nas palavras deste contemporâneo dos acontecimentos " esses animais, por toda a parte tão meigos e tão sóbrios, mostram-se de tal maneira vorazes e ferozes, que chegam, dir-se-ia, a comer os homens. E despovoam assim campos, casas e aldeias." [11]

Os camponeses espoliados das suas terras protestavam e esperavam uma protecção da Coroa. Mas esta não foi capaz de impedir o triunfo do

novo espírito capitalista na terra e manter a ordem tradicional. O próprio Rei e os Bispos anglicanos eram grandes proprietários de terras e na medida em que não foram capazes de seguir as inovações agrárias, mantinham os seus terrenos entregues a arrendatários sóbrios e segundo a velha ordem. E enquanto a inflação beneficiava os grupos adaptados da *Gentry* e dos *Yeomen*, os grandes senhores viam os seus rendimentos diminuir, o que não lhes permitia manter os mesmos níveis de luxo e pompa. Endividavam-se e paulatinamente as suas terras passavam para os credores da cidade.

A Coroa, perante estes problemas, levou por diante uma política de protecção aos camponeses e de limitação do movimento das vedações. Com os primeiros reis Stuart, Jaime I (1603-25) e Carlos I (1625-49), criaram-se por inspiração régia tribunais especiais como o *Star Chamber* e o *Tribunal de Petições*, onde se dava seguimento aos protestos dos camponeses. Os camponeses e foreiros lançados na mendicidade ou vagabundagem tinham feito levantamentos sucessivos em 1549, 1607 e 1631, rebeliões camponesas que embora esmagadas indicavam o perigo da situação e o potencial de ameaça à ordem estabelecida que a mera questão da terra encerrava. Os monarcas aplicavam multas aos proprietários e despachavam os casos, só que por falta de uma burocracia estadual e independente as decisões não atingiam os seus fins. Os executantes responsáveis pela ordem local, a *gentry*, era justamente composta por aqueles que estavam interessados nas vedações e se sentiam atraídos pelo lucro. Controlavam o governo local quer como senhores da terra, quer como juízes de paz, e por isso mesmo dominavam a aplicação concreta das decisões dos tribunais régios.

É por esta razão que o movimento para o encerramento das propriedades privadas não foi travado. A política Stuart e particularmente a de Carlos I só contribuiu para irritar os proprietários e os comerciantes citadinos, o que precipitou a guerra civil de 1640 e definiu os alinhamentos de forças. A propriedade da terra passava de mão e com o fim da Monarquia o processo ainda se acelerou mais, configurando uma reforma agrária de largo alcance.

Ao problema da terra e sua apropriação somavam-se outras linhas de conflito que conduziam a becos sem saída. A política religiosa e a

política económica foram esferas em que a falta de ponderação agravou a crise.[12]

A Política de Monopólios

A intervenção da Coroa, com a intenção de participar no fluxo de riqueza, traduziu-se num conjunto de acções que contrariavam as aspirações dos sectores que constituíam a vanguarda de transformação económica e que estavam decididos a aproveitar as novas oportunidades, tanto mais que possuíam já um apreciável poder económico. A actuação do governo de Jaime I foi, no mínimo, frustrante para as suas expectativas e sobretudo para as suas ambições.

A Coroa aumentou os impostos alfandegários, recorreu a empréstimos forçados e lançou novos impostos sobre os negociantes e a pequena nobreza. A pressão fiscal sobre estratos sociais com representação parlamentar não pressagiava uma boa convivência. No respeitante à produção, a Coroa optou por monopólios, que se estenderam ao carvão, ao sabão e ao alumínio. Em 1616 os monopólios do Estado pretendiam abarcar um sector crucial, os têxteis, onde uma febril actividade se desenvolvia desde há dezenas de anos com vantagens para os intervenientes. Daí derivavam as ambições da Coroa, que colidiam com produtores e comerciantes. Se a intensificação dos impostos era desagradável, a expansão dos monopólios a áreas chave da vida civil ainda o era mais, pois inibia os agentes económicos mais activos de penetrar nos sectores reservados exclusivamente ao Estado e que eram, sem surpresa, justamente áreas muito lucrativas.

Na frente da política externa, Jaime I criou, em acumulação, outra superfície de fricção com os súbditos. Fez a aproximação a um poder continental que hostilizava por sistema os protestantes no Continente e mais que isso, ganhara a reputação de manter laços de amizade com o embaixador espanhol. Na Inglaterra, depois da reforma de Henrique VIII e da derrota da Invencível Armada, o protestantismo anglicano identificava-se com o patriotismo e a orientação pró-espanhola, não só não era entendida, como lesava os interesses daqueles que tinham assento no Parlamento. Estes queriam uma activa política anti-espanhola que permitisse a criação de novas áreas de poder e negócios à custa dos ricos territórios coloniais do Império espanhol e que oferecesse a oportunidade

ao lançamento de um novo comércio transoceânico, desta vez controlado pelos comerciantes e armadores londrinos.

A política externa era por conseguinte pouco popular e levantava a suspeita de papismo sobre a cabeça do Rei e seus colaboradores mais próximos. A reafirmação do sentimento religioso antipapista foi deste modo outro elemento que militou contra a Coroa, que já tinha suscitado uma frente de problemas anteriormente desconhecidos.

A condução dos assuntos eclesiais também foi pouco feliz porque levou à colisão com os estratos economicamente ascendentes e com firmes convicções religiosas pelo menos em termos da organização da comunidade de crentes com base exclusivamente electiva. A Coroa promoveu a importância crescente dos dignatários da Igreja na vida política do país e empenhou-se na criação de uma hierarquia sagrada de nomeação. Se Henrique VIII destruiu as bases do poder da Igreja Católica e pôs fim à Igreja Medieval, despojando a instituição dos seus bens e destruindo a sua organização hierárquica, a sua filha Isabel tentou dar forma a uma Igreja disciplinada e nacional, que acabou por lhe ser muito fiel. Efectivamente, foi ela que salvou a Igreja Anglicana oficial de divisões internas destrutivas, de terríveis perdas e de conflitos teológicos debilitantes, imprimindo-lhe uma ordem hierárquica rigorosa e combatendo os desvios protestantes heterodoxos e católicos.

Que a Coroa recrutasse aí figuras políticas e concedesse aos altos dirigentes privilégios, não admira. Porém, também aqui se acentuou a fricção porquanto a própria Igreja se transformou no alvo predilecto das críticas dos que se afastavam da estrutura religiosa oficial. Entre estes estavam os presbiterianos, defensores de uma organização dos crentes muito afastada da ideia isabelina.

O presbiterianismo funda-se nos ensinamentos teológicos de Calvino, mas soma a isso uma forma típica de governo da igreja. A congregação, que é o elemento básico do presbitério, elege o pastor e o grupo de anciães que sendo seus representantes a irão dirigir num equilíbrio de poder entre laicado e clero. O presbitério é dirigido pelo grupo de pastores e anciães eleitos para a função, residindo o poder de criar ministros sagrados no presbitério, o que contrasta fortemente com as igrejas episcopais ou tradicionalmente muito hierarquizadas.[13]

Tais igrejas reformadas, muito fortes nas correntes do protestantismo inglês criticavam a Igreja oficial isabelina e

apresentavam-na como o exemplo vivo da corrupção, dando livre curso ao exame e interpretação da Bíblia, já traduzida e acessível aos alfabetizados, cuja tradução despertou notavelmente o desejo de aprender a ler. O investigador inglês Christopher Hill, que atribui um grande relevo a este factor, precisamente pela inexistência de fórmulas ideológicas anteriores de referência, nem de autores marcantes como se irá verificar para a revolução francesa de 1789, fála-nos da existência uma cultura bíblica, ou seja, dominada pelas leituras e meditações do Livro, afirmando veementemente que " foi importante que as pessoas comuns tivessem o direito de ler e discutir a Bíblia: para decidir por si mesmas não acreditar no que a Igreja acreditava". [14]

Mas nesta frente de combate à autoridade do Rei os presbiterianos pretendiam emancipar a Igreja da Coroa e colocar as igrejas locais (congregações ou presbitérios) sob a autoridade de homens destacados a nível regional, que lhe dessem uma dimensão puritana simples e adequada aos Mandamentos. Então esta linha representava bem a vontade de ascensão da classe média urbana e rural, pois visava a implantação de uma oligarquia de ricos e o afastamento da ingerência da Coroa nas questões de igreja, nomeadamente através da nomeação do clero. Os presbiterianos, sublinhando a importância do trabalho e da poupança, da obediência aos Mandamentos, da eleição dos hierarcas, faziam avançar uma visão de Igreja democrática, mercantil, apta a interessar e a chamar para a sua direcção a nova burguesia.

A oposição aos Stuart cristalizou, portanto, ideologicamente, à volta desta ideia de corrupção dos costumes, um alvo fácil que lhes oferecia a Corte, a elite dirigente de Whitehall com o seu luxo e pompa, a sua ostentação, a sua ociosidade, o seu gosto pelo cerimonial cortesão e as suas simpatias "papistas". A esta "nova Babilónia", cuja aberração será o tema favorito dos pregadores presbiterianos, os dissidentes puritanos opunham como ideal mítico uma Idade de Ouro de estabilidade social e harmonia, com uma política interna e externa protestante, que acreditavam haver existido nos bons velhos tempos da Rainha Isabel, e a que esperavam voltar. [15] A política e a protecção de Jaime I à Igreja oficial anglicana era qualificada de papista e corrupta, e a vontade de reforma destes dissidentes, que queriam fazer avançar a "Causa de Deus" — uma frase que esteve sempre na boca de Cromwell e que resultava das entusiásticas leituras bíblicas —, não deixava de ter importante impacto

na vida quotidiana e no novo entendimento de uma fórmula política adequada ao momento.

Um Erro de Estratégia: o Governo de Carlos I

As oposições de interesse, claras nestas linhas fundamentais, levaram o Parlamento a recusar a política de monopólios, a intervenção nas manufacturas têxteis e, enfim, a inviabilizar a orientação da Coroa nestas matérias. Mas demonstra ao mesmo tempo a força e coragem política dos representantes parlamentares, que identificavam os perigos que se perfilavam no horizonte, materializados na Coroa. O fracasso da Coroa, na tentativa de se emancipar do Parlamento através de um mecanismos de recolha de fundos, deu passo a uma prova de força entre os representantes dos estratos sociais ascendentes e a Corte e a crise política daí decorrente levou Jaime I a afastar-se, em 1625, abdicando no filho. O Parlamento ganhava.[16]

A primeira fase do embate saldava-se assim pelo afastamento do monarca, cuja política de autonomia real e cujo intervencionismo foi marcadamente hostilizado pelas forças que se agrupavam no Parlamento. A segunda etapa da luta pelo poder iria desenrolar-se no reinado de Carlos I, que em linhas gerais desenvolveu a política anterior, reforçando por todos os meios o seu poder pessoal. Uma viragem sempre possível foi bloqueada pela personalidade do monarca, que marchou para a colisão directa com as forças representadas politicamente.

Efectivamente, Carlos I reafirmou uma sistemática hostilidade ao Parlamento: manteve a política de empréstimos forçados e passou a mandar encarcerar os refractários, pensando com isso desencorajar a desobediência. Ora, o Parlamento, pela Petição de Direitos de 1628 passou ao ataque e declarou ilegal a prisão arbitrária e a fixação de impostos sem aprovação parlamentar, apresentando certo tipo de cláusulas que acabariam por inviabilizar a existência de um Exército Permanente. O Rei, pressionado, aceitou a Petição, mas logo em Março de 1629 dissolvia o Parlamento, passando a exercer o poder sozinho. Esta situação durou 12 anos e só agravou as fracturas existentes entre a Coroa e as forças sociais ascendentes.

Os monopólios foram intensificados e baniram dos negócios muitos comerciantes que queriam fazer fortuna. Os monopólios encareciam os

produtos e estendiam-se às matérias essenciais: sal, sabão, carvão, manteiga, arenque e cerveja. Os impostos mantiveram-se e surgiu um novo imposto sobre as cidades marítimas para financiar a defesa costeira. Em matéria religiosa, ao pretender unificar a Igreja inglesa ao modo isabelino, tornando-a uma máquina pessoal, deparou-se com a hostilidade dos presbiterianos que não queriam já tal controlo.

Durante estes anos de governo pessoal, a oposição formada pelos proprietários de terras, que queriam as cercas e o lucro, e pelos comerciantes citadinos, que queriam a liberdade económica e a participação no poder político, foi-se fortalecendo. No fundo, os proprietários e homens de meios não queriam estar na dependência da Coroa e desejavam ver os seus direitos respeitados. Em 1637, o líder citadino John Hampden recusou-se a pagar imposto marítimo. Quando foi condenado a burguesia urbana entendeu que não era possível a negociação, e por isso caminhou para o enfrentamento. Apesar das punições mesmo físicas decretadas pela Coroa, entre 1639 e 1640, tornou-se geral a recusa de pagamento. [17]

O Parlamento e a Guerra Civil

Nas revoluções iniciadas pelos Parlamentos aparentemente tudo começa com o pagamento dos tributos. Bertrand de Jouvenel observou já que a origem das Assembleias representativas na Europa — Assembleias, Cortes, Estados Gerais, Parlamentos — anda ligada ao interesse dos Soberanos em recolher fundos suplementares. A Coroa convoca então os representantes ou notáveis das forças sociais, para estes aceitarem e levarem os seus pares a aceitar cargas tributárias excepcionais, geralmente para despesas de guerra ou outros gastos extraordinários. [18] O que as Assembleias convocadas expressamente para tal fim, uma vez reunidas, fazem, já é outra questão.

O modelo inglês confirma amplamente esta perspectiva. Com um problema institucional grave e com outro de financiamento não menor e que se relacionava com o primeiro, Carlos I voltou-se em 1637 para a Escócia para impor aí a liturgia anglicana e controlar a Igreja Escocesa fortemente presbiteriana. A reacção dos presbiterianos escoceses traduziu-se numa movimentação política que assentou na assinatura de um pacto de defesa da Igreja da Escócia (*The National Convenant*) e no

levantamento de um exército, que num ataque às terras do sul em 1639 ocupou os condados do Norte. O que era mais grave é que a Inglaterra era invadida por um exército acolhido como libertador, e que não poucos parlamentares esperavam como mais uma força para jogar no tabuleiro inglês. O Rei, com tropa mal equipada e sem vontade de combater o invasor, só tinha a possibilidade de pactuar ou de levantar mais fundos para prosseguir a guerra. E enquanto os escoceses exigiam indemnizações para abandonar a Inglaterra, o exército inglês amotinava-se e exigia o pagamento do soldo.

A Coroa estava falida e não tinha solução para estes problemas. Tornava-se imperioso voltar ao Parlamento e escutar a nobreza, a burguesia e as forças sociais que o Rei tinha despedido dez anos antes, em 1629, quer para obter os fundos necessários às campanhas futuras contra os escoceses, quer para encontrar uma nova articulação política.

A Assembleia dos Nobres, reunida em York em 1640, intimou o Rei a convocar um Parlamento para decretar a rendição e encontrar uma solução para os desafios sentidos. Logo em 3 de Novembro de 1640 reuniu-se o *Long Parliament,* que integrava entre os seus membros, representantes dos proprietários rurais, mercadores ricos e pequena nobreza.

Foi justamente este Parlamento de 1640, convocado para ajudar as finanças do rei, que tomou as medidas fundamentais para destruir a Ordem instaurada pelos Reis Stuart: destrói o gabinete pessoal de Carlos I ao demitir os ministros e proceder à execução dos personagens mais destacados do seu governo: Thomas Wenthworth, Conde de Strafford e William Laudd, arcebispo de Canterbury, cabeças visíveis do impopular governo Stuart; aboliu os tribunais especiais, que faziam parte da máquina da Coroa para a intervenção nas questões de terras; instituiu um mecanismo pelo qual poderia controlar a escolha dos ministros por parte do rei; terminou com a força da Coroa, ao retirar ao Rei o comando do exército e ao abolir os impostos e os monopólios que dessem independência financeira ao Monarca, colocando-o portanto na dependência dos grandes interesses económico-financeiros com assento no Parlamento. O estabelecimento do princípio geral da ilegalidade de qualquer imposto sem prévia aprovação parlamentar, levava ao mesmo resultado.

A quebra da ordem social provocada pela tomada do poder pelos parlamentares fomentou uma agitação urbana intensa e deu lugar a

revindicações de todos os estratos sociais. As petições choveram sobre o Parlamento e a instabilidade política fez temer pelos direitos de propriedade, precisamente aquilo que os parlamentares visavam acautelar no conflito com o poder real. A Igreja de Inglaterra, por seu lado, protegida há decénios pela Coroa e disciplinada pela reforma de 1559, de Isabel I, passa para a sujeição a facções dissidentes pela contaminação activa dos puritanos.

Perante o perigo do radicalismo e da desordem o partido do Rei prosperou e alcançou a maioria na Assembleia, preparando o seu retorno. Todavia foi a intransigência de Carlos I, decidido a não ceder às exigências e limites políticos que os parlamentares lhe queriam impor que obrigou à guerra civil, que estala no Verão de 1642. E a guerra desencadeou-se porque houve no Parlamento uma facção de proprietários e políticos que acreditou nas suas possibilidades de chefiar uma revolta contra a Coroa, apesar da presença dos moderados, e ganhá-la.

A tentativa dos parlamentares como John Pym (1583-1643), líder presbiteriano educado na Universidade de Oxford e com assento no Parlamento desde 1614, Hampden e outros líderes políticos, de retirar o poder à Coroa e dirigir o Estado através de uma Assembleia governante eleita e com centenas de membros — e o êxito que esta alternativa alcançou na política e na guerra — pressupõe não só uma antiga tradição parlamentar, mas a existência de uma poderosa burguesia, de uma pequena nobreza descontente e de um campesinato rico, desde há muito liberto do controlo eclesiástico e senhorial e habituado a compartilhar com a Coroa as responsabilidades do governo.

De facto, as classes proprietárias aceitaram gastar na guerra muito mais do que o Rei pedia. Pagaram 3 ou 4 vezes mais impostos ao Parlamento e isso durante muito tempo. Tal facto demonstra que não eram só os impostos que estavam em causa, mas a orientação política do Estado, em última análise, a conquista e uso do poder político.

A Guerra Civil e o Novo Exército

A guerra civil começou em Agosto de 1642, quando o Rei concentrou o seu exército em Nottingham e se feriu a primeira batalha indecisa a 23 de Outubro em Edgehill. As operações militares traduziram-se no controlo de Londres e do Sudeste pelos Cabeças

Redondas, a tropa de cabelo curto do parlamento e quase composta por presbiterianos, e no domínio Norte e Oeste pelas tropas do Rei, os Cavaleiros, que usavam cabelo longo. Os Cabeças Redondas eram mais fortes nas cidades e suprimiram os Cavaleiros em Londres, nas cidades portuárias, nas cidades manufactureiras, mas em muitos distritos a guerra civil local desenvolveu-se à margem dos movimentos principais das tropas. Por vezes assumia o carácter de guerra religiosa como no Lancashire, onde os realista eram católicos e as cidades puritanas, mas em muitos condados os realistas eram puritanos.

De modo geral os realistas eram mais fortes onde as transformações económicas eram mais fracas. O Rei e a Igreja eram apoiados no interior e longe dos portos comerciais. O Parlamento tinha força em Londres e nas cidades manufactureiras, nos portos e nas frotas. Em Londres, Kent, Surrey, Essex, a minoria fiel ao Rei nunca pôde levantar a cabeça tal como em East Anglia, distrito dominado pelo coronel e deputado parlamentar *Roundhead* Oliver Cromwell.[19]

A evolução da contenda militar revelou nos primeiros tempos, por um lado, a fraqueza das hostes parlamentares, pouco exercitadas na guerra, e por outro, a supremacia dos realistas, habituados ao exercício. Foi Oliver Cromwell que alterou esta desvantagem, conferindo ao exército parlamentar a disciplina e a mística para a vitória, fazendo valer no Parlamento a tese da necessidade de uma reestruturação militar. Este homem decisivo para o futuro da guerra provinha de famílias de nobres rurais e tinha um lugar e amizades nos Comuns. Já em 1631 tinha vendido terras para comprar outras mais adequadas para os seus cultivos, o que sugere ter compreendido os novos tempos. Era um cavalheiro de negócios, afastado das convenções feudais, a exemplo dos grandes nobres presbiterianos como os condes de Bedford e Manchester.

No Exército do Parlamento aboliu as hierarquias clássicas, que faziam depender os altos postos do nascimento, e instituiu um sistema de mérito para a ascensão às chefias, ao mesmo tempo que formava um regimento de cavalaria, que rapidamente se tornaria famoso sob a designação de *Ironsides*. Este Exército ganhava já em Julho de 1644 a batalha de Marston Moor e durante o ano de 1645 o novo modelo reforçou-se, quando os nobres esclarecidos renunciaram aos cargos de comando a que tinham direito e se aplicou um imposto nacional para financiar o Novo Exército.

O *New Model Army* era uma pequena máquina disciplinada e obediente, formada por aqueles que queriam ganhar a guerra e doutrinado por facções revolucionárias. E a guerra foi ganha por ele, que sob o comando Cromwell esmagou os realistas na batalha de Naseby, em Junho de 1645. Esta vitória foi a vantagem da cavalaria muito disciplinada e valente e o triunfo da artilharia comprada com o dinheiro da burguesia parlamentar. Pago regulamentarmente, bem apetrechado, o Exército era uma força importante que iria jogar a sua cartada na teia dos poderes emergentes na sociedade inglesa.[20]

Nas fronteiras escocesas, em Setembro, as tropas do rei estavam derrotadas e em Maio de 1646 Carlos I entregava-se aos escoceses, que o devolveram ao Parlamento em Junho de 1647, para depois cair na tutela do Exército. Como era habitual, o engenheiro das vitórias militares limitava-se a comentar "this is none other than de hand of God".[21] A primeira fase estava cumprida e a vitória militar era do parlamento e dos presbiterianos.

Mas com a vitória de Naseby abria-se também um tempo de dificuldades porque os vencedores já estavam divididos quanto às linhas estratégicas a seguir. A vitória militar, para a maioria parlamentar puritana, exigia agora soluções políticas, porque o Exército de Cromwell tinha adquirido grande poder e potenciava um novo perigo para o futuro da sociedade de liberdades. E elas passavam, no seu entender, pelo retorno do Rei e a instalação de uma Monarquia limitada.

Mas isso era ignorar a personalidade do Rei. E esse descuido significou a segunda guerra civil.

A Ditadura Militar

Durante a guerra, a influência do pensamento moderado que buscava um compromisso com o Rei como tábua de salvação foi representado no Parlamento pelos Presbiterianos, enquanto os radicais, que pretendiam a vitória e uma nova Ordem, se aglomeravam à volta de Oliver Cromwell, formando um grupo minoritário de Independentes.

Ora, alcançada a vitória militar, os Presbiterianos, com força parlamentar, dado que constituíam a maioria, começaram a tratar de um acordo com o Monarca, que era prisioneiro do Exército escocês, pois consideravam ter chegado o tempo da reforma e das condições para ela:

pretendiam um acordo com a Coroa e mediante este, desfazerem-se do Exército Novo, cuja máquina e cujos dirigentes já temiam.

O Exército perante a suspeita dos planos parlamentares que o limitava, já com salários em atraso e ordem de marcha para a Irlanda em revolta, conheceu grande agitação e houve um movimento de oposição ao Parlamento, o que mostrou a existência de dois poderes: o Parlamento dominado por uma maioria presbiteriana e o Exército, nas mãos de um grupo de oficiais de alta patente. Em Junho de 1647 o Exército apoderou-se do Rei para impedir a manobra negocial dos Presbiterianos e tentou com Cromwell chegar a um acordo constitucional. O fracasso desta diligência e a hostilidade crescente com o Parlamento determinou o reforço de uma organização representativa interna no Exército, com a constituição de um Conselho Directivo, donde emanou uma intimação directa ao Parlamento. O Exército, com falta de pagamento, não aceitava ser dissolvido e queria ter uma palavra a dizer na futura sociedade. Não admira que os soldados e corpos menores encontrassem modo de exprimir os seus anseios, mesmo à margem dos oficiais de alta patente. [22]

As exigências do corpo armado, que se arrogava uma representação nacional, plasmam-se numa declaração em que se reclamam reformas políticas, eleições regulares, direito de petição e dissolução do Parlamento. A marcha sobre a cidade de Londres e a ocupação do Parlamento pela tropa foi justificada com a necessidade de proteger aquele órgão político da pressão do povo de Londres, revoltado contra o custo do Exército e contra as concessões que os deputados estariam prestes a oferecer aos dirigentes militares. Com a afirmação do poderio militar os parlamentares Presbiterianos retiraram-se da Assembleia e o Exército ficou com o poder, sob cobertura dos parlamentares minoritários independentes ligados a Cromwell. [23]

O golpe do Exército com colaboração da minoria afecta a Cromwell instala uma ditadura militar que vai durar a vida do nobre de *East Anglia*. Mas a ditadura pessoal do vencedor da guerra civil não triunfa pacificamente. O Exército acolhia correntes radicais, que embora de extrema utilidade na guerra civil devido à sua dedicação à causa e combatitividade, era necessário liquidar antes de qualquer outra acção, pois elas tentavam encontrar canais para afectar o exercício do poder político e condicionar a edificação da nova sociedade inglesa.

Entre as correntes mais seguidas destacavam-se as facções dos *Diggers* e dos *Levellers*. Os primeiros defendiam princípios radicais que

chocavam contra os direitos de propriedade: as terras deveriam passar para a posse de quem as trabalhasse directamente e lhes extraísse o seu fruto. As facções de *Niveladores* pretendiam uma democratização profunda da sociedade e eram favoráveis a uma República; reclamavam o direito de voto para todos, a separação da Igreja do Estado, o controlo popular sobre o Governo e a protecção dos pequenos proprietários. [24]

Em 1648 o Rei evadiu-se, estabeleceu uma aliança com os escoceses a quem prometeu estabelecer o presbiterianismo como religião oficial em ambos Reinos e a guerra recomeçou. O Exército de Cromwell venceu os escoceses em Preston, em Agosto de 1648 e a oposição das hostes reais foi mais uma vez abolida. O Rei é capturado e o Exército, consolidada a sua tomado do poder, executa uma purga política no Parlamento que leva ao afastamento dos parlamentares presbiterianos. Os remanescentes, denominados *The Rump Parliament*, prepararam ao Rei um processo por traição, e achado culpado foi executado em fins de Janeiro de 1649.

Foi o "no return point" para a elite revolucionária. Matar o Rei num tempo como este é um acto que envolve todos numa conivência legal e conspirativa de rara importância que, a haver recúos, se salda por enforcamentos: dos responsáveis directos e longínquos. Quem volta, não esquece. A revolução, depois, só podia andar para o horizonte tremeluzente do futuro, com a secreta esperança de tudo durar a vida dos protagonistas. E durou a vida do Protector, o que não foi pouco.

A reforma política por isso mesmo avançou sob a direcção do Parlamento reduzido e ciente das suas responsabilidaes com a abolição da Câmara dos Lordes e a extinção da Monarquia. A 19 de Maio de 1649 proclamou-se a República (*Comonwealth*) e os generais assumiram o poder político. Os *Levellers*, que continuavam no Novo Exército, são empurrados para a revolta, derrotados, e seus chefes decapitados. Tratavam-se de linhas que procuravam o controlo do Exército, através das estruturas representativas implantadas antes da Marcha sobre Londres, mas logo a seguir ao desfecho da segunda guerra civil as suas tentativas foram juguladas e abolida também a democraticidade interna e o Conselho do Exército. Os generais chamavam a si o poder militar e implantavam uma hierarquia rígida, com Cromwell no topo. A continuação da revolução num sentido mais profundo é travada, e pode-

se dizer que o Thermidor da revolução inglesa é o fuzilamento dos *Levellers* — um sinal remoto do futuro retorno à Monarquia reformada.

Nova Política Económica

Abolidos os perigos principais — realistas, presbiterianos, cavadores e niveladores, enquanto forças organizadas com propostas efectivas e concorrenciais — havia que levar a cabo as tarefas mais urgentes deixadas em conserva durante o conflito. Em primeiro lugar o problema das condições de uma ordem favorável aos negócios e em segundo lugar as questões de rebeldia das províncias. O governo de Cromwell desempenhará esse papel.

Efectivamente, o enfrentamento da rebelião da Irlanda é levado a cabo com uma terrível eficiência pelo Exército, que procede à conquista da Irlanda, exterminando as forças que se lhe opunham, sem olhar a massacres como nomeadamente em Drogheda e Wexford. Os escoceses, que em reacção ao assassínio do rei proclamam como sucessor o seu filho Carlos II, são derrotados em Dunbar em 1650 e Worcester em 1651. Estas vitórias na guerra, consolidam o poder miliatar e expandem a *Comonwealth* à Irlanda e à Escócia. O Novo Exército estendia assim o seu poder a todo lado e a derrota dos realistas em Gales e no Norte levou a economia e o direito de Londres a toda a Ilha. A União com a Escócia, em 1652, aumentou ainda mais a área de influência de Londres.

No plano económico assiste-se ao desenvolvimento de uma política de reforço da Inglaterra face ao empório holandês. As Províncias Unidas detinham a supremacia no comércio asiático, mediterrânico e báltico, na pesca do arenque sobre as costas inglesas e mantinham uma hegemonia na construção naval. O governo, já em 1651 tentara obter uma aliança estreita com as Províncias Unidas para defesa mútua, mas as conversações não levaram a qualquer acordo porque os holandeses só estavam interessados em acordos no domínio da pesca. É neste quadro que o primeiro Acto de Navegação é promulgado, devendo ser entendido como um castigo à não cooperação dos Países Baixos com a República numa frente político-militar protestante. Mas o Acto dava uma satisfação aos interesses que reclamavam uma política dura contra os neerlandeses.

O Acto de Navegação continha uma formulação dura para os interesses holandeses pois estipulava que as mercadorias com destino a Inglaterra deviam ser transportadas em barcos ingleses, ou, na sua ausência, por navios do país exportador; que as mercadorias vindas de África, Ásia ou América, bem como peixe salgado, só podiam ser transportadas em barcos ingleses; que o peixe não podia sair de Inglaterra em embarcações estrangeiras; que a cabotagem e a pesca nas águas costeiras ficava reservada aos ingleses. As novas leis levaram a uma demorada guerra naval com a Holanda, que em 1653, derrotada, acedeu a travar negociações.

Mas a quebra do poderio holandês no Mar do Norte não significou apenas a quebra do poderio dos Países Baixos, mas a criação e desenvolvimento paralelo de uma poderosa marinha de guerra que pela primeira vez ofereceu as condições necessárias e suficientes para o suporte efeicaz da expansão inglesa, um centro económico que passa desde então a caminhar para a hegemonia marítima e, portanto, para o domínio comercial mundial.

Do ponto de vista interno, a República prosseguiu o esforço centralizador dos Tudor, eliminando barreiras locais, destruindo os castelos dos grandes senhores e os muros das cidades. O encerramento de propriedades privadas prosseguiu, sendo a última machadada no sistema antigo, na estrutura da sociedade camponesa de Inglaterra, consolidada na aldeia tradicional. Ao mesmo tempo que se afirmava o direito absoluto sobre a terra, impunha-se ao seu uso normas racionais ligadas à produtividade e ao lucro.

O Problema da Fórmula

Cromwell como era de esperar acabaria por tratar o Parlamento de uma maneira semelhante a Carlos I porque foi incapaz de estabelecer laços de cooperação eficaz com aquele órgão sistematicamente turbulento. Na verdade, em 1653 dissolveu o Parlamento que se preparava para convocar eleições e restabelecer uma nova legitimidade. Os deputados foram expulsos da sala pela tropa comandada pelo major Herrison e simbolicamente o ditador fechou a porta e meteu a chave no bolso.

Todavia colocava-se novamente no fim desta aventura outra vez o problema da fórmula política: mandar em nome de quê? Cromwell concebeu um Conselho de Estado composto por militares e civis presidido por ele e um Parlamento fantoche integrado por membros nomeados sob indicação das congregações puritanas, que deveriam escolher homens tementes a Deus, rectos e probos de modo a evitar a infiltração de anglicanos e presbiterianos. Assim a *Godly Cause* podia avançar e firmar na terra inglesa uma sociedade justa aos olhos de Deus, o que se tornava impraticável com deputados como os fiéis da *Fifth Monarchy* que chegariam a propor, num excesso utópico, a abolição de todas as leis para as substituir pelas leis de Moisés.

Em Julho de 1653, Oliver Cromwell discursava longa e teologicamente ao novo Parlamento, tentanto incutir aos deputados da Causa de Deus coragem e determinação no seu serviço, mas pouco depois escorraçava metade dos deputados impedindo-os de entrar na sala de sessões por causa das dificuldades sentidas no controle das suas bizarrias.

O problema da fórmula surge neste caso permanentemente associado à violência como expediente normal e à mitologia religiosa de inspiração bíblica, que remetia para o laço especial de Cromwell com a Divindade como fonte de pura legitimidade, recebendo aquele daí uma missão inalienável, um mandato irrecusável para liderar os ingleses para a sociedade boa e livre de heréticos, enfim para a salvação de Deus.

Com dificuldades de fórmula política bem evidentes Cromwell inclinar-se-á para a aceitação de um *Instrumento Governativo*, que foi uma constituição escrita, aliás a única de Inglaterra, em Dezembro de 1653, e é nesse quadro legal que inicia o seu alto ofício no seio do *Protectorado*. Monopoliza o poder executivo e convoca eleições para um novo Parlamento, cabendo o direito de voto às pessoas com fortuna avaliada em 200 libras esterlinas. Este primeiro Parlamento do Protectorado irritou Cromwell inevitavelmente e a hostilidades saldaram-se pela sua dissolução no ano seguinte.

Como o poder efectivo residiu até ao fim dos seus dias no Exército devotado e profissional, cuja manutenção era justificada não só pelas ameaças que se desenhavam sobre o regime da Ilha, como sobretudo pelos interesses dos altos mandos do Exército e do próprio Protector, a questão da legitimidade não cessou de se agravar. Como comenta Poussou com agudeza, " ele fechava-se numa situação inextricável

porque mantinha a monarquia sem o rei e queria que as acções dos que tinham sido eleitos ou nomeados para o Parlamento correspondessem ao modo como ele definia a Causa de Deus". [25] Trevor Roper igualmente aclara: "Descia, como Moisés do Sinai, sobre os maus filhos de Israel, esmagando as constituições divinas que obtivera para eles; e os membros do Parlamento, surpreendidos e indignados, dispersavam antes do tempo, saíam da sua presença vencidos por uma oratória confusa, pelos protestos de virtude própria e a censura dos caprichos parlamentares, por reminescências românticas, apelos autoritários ao Senhor e citações do Pentateuco e dos Salmos". [26]

Em 1658, com a sua morte, e sem continuação viável por herança, num clima de disputa de poder por inúmeras facções, a marcha do Exército da Escócia sobre Londres, chefiado pelo general George Monck, resolveu a crise política e criou as condições para o regresso da Monarquia. O restabelecimento da Câmara dos Lordes, a convocação de um novo *Long Parliament*, os contactos políticos de Carlos II, na altura exilado nos Países Baixos, com Monck, e por fim a *Declaração de Breda*, encerram o ciclo republicano e bíblico da experiência inglesa.

E a entronização de Carlos II, em 1660, por esse novo Parlamento dominado por realistas e presbiterianos, apoiado por altos comandos do Exército, prova a falência do modelo revolucionário e ditatorial na Grã-Bretanha. Mas a *Declaração de Breda* é também um texto cauteloso, de reconciliação, onde os direitos e garantias dos cidadãos são reconhecidos e protegidos. No fundo, o projecto de Cromwell, um Estado puritano vigiado pela força armada, não tinha meios para andar e a governação acabou por desacreditar aquele projecto maximalista, que não podia dispensar a ditadura e o Exército. A experiência política dos anos finais, onde se perfilou a institucionalização do poder militar puro e simples, fez parecer os Stuart, aos ingleses, como o menor dos males. Um regresso à acalmia num clima de garantias constitucionais.

Todavia, mais vinte anos de conflitos e lutas pelo poder se irão suceder entre a restauração de Carlos II e o apelo a Guilherme de Orange para o trono inglês, em 1688. Em 1685, o segundo filho de Carlos I, Jaime (1633-1701), educado em ambientes católicos, tornava-se Jaime II, ao falecer seu irmão. Os Stuart seguravam a Coroa, mas incorriam novamente nos mesmos erros. O novo rei foi duro com as revoltas

protestantes e fez aquecer as tensões religiosas, num país onde o protestantismo era identificado com o patriotismo. As manobras deste rei Stuart não conseguiram o seu objectivo e o seu filho, James Francis Edward Stuart, nascido em 1688, não conseguiu chegar ao trono.

A velha oposição atenta fez avançar o candidato Guilherme de Orange, preservando a matriz protestante e os limites ao poder. Este dirigente experimentado nas guerras da Holanda, renomado líder dos protestantes e fez aquecer as tensões religiosas, num país onde o protestantismo era identificado com o patriotismo. As manobras deste rei Stuart não conseguiram o seu objectivo e o seu filho, James Francis Edward Stuart, nascido em 1688, não conseguiu chegar ao Trono.
pelo reconhecimento do Parlamento em 1689.

Consequências directas desta expedita acção militar e política foram as rebeliões da Irlanda católica e dos clãs católicos da Escócia, que seriam durante muitos anos o centro de uma resistência jacobita, ou seja, favorável ao rei stuart, James, e católica. Os irlandeses fiéis a Jaime II seguiram a sua bandeira quando ele desembarcou com um pequeno corpo de soldados franceses para retomar o seu poder em Londres. As forças irlandesas foram derrotados na batalha de Boyne em 1690 e o o rei refugiou-se em França, onde morreu em 1701. Os clãs foram batidos, como o seriam depois no grande massacre de Culloden, em 1745, mas tais derrotas militares só estimularam o seu sentido de identidade, que ainda hoje se manifesta em que tudo o que ficou proibido então para quebrar a sua espinha dorsal: os Kilts de clan ou as gaitas de foles, por exemplo. A defesa do novo regime pode ainda confirmar-se nas leis. Os *Test Acts*, o mais notável dos quais surgiu em 1673, impediam os católicos de chegar aos postos estatais, pois requeriam dos funcionários civis e militares o juramento de aceitar a supremacia da Coroa em matérias de Estado e de Igreja, rejeitar a doutrina da tansubstanciação, e aceitar a comunhão segundos os ritos da igreja de de Inglaterra. [27]

Todavia, este último episódio de 1688 confirmaria um certo sentido da revolução, depois da fracassada tentativa restauracionista católica de Jaime II, o que implicou a confirmação da Declaração de Breda: os súbditos devem e podem desfrutar do que é seu e os contratos e a ordem social voltam a ter uma garantia, que se intuíra perderem nos primeiros e agitados tempos do Parlamento, nos últimos tempos da República e nos excessos da Restauração com Jaime II.

Mas a Monarquia que volta é uma Monarquia com controlo parlamentar, como desejavam, desde os primeiros tempos, os presbiterianos. As finanças foram a pedra de toque da domesticação da Corte e um instrumento subtil de influência política: com setecentas mil libras anuais para as despesas da Corte e da Administração Civil, Guilherme III, que mal falava inglês, ficava submetido a um orçamento reduzido e para as restantes despesas passava a conhecer o poder do Parlamento, que as votava cuidadosamente. Interessado nas questões de política externa, deixou ao Parlamento toda a possibilidade para aprovar uma Bill of Rights, a fundação do Banco de Inglaterra, a introdução do princípio da responsabilidade ministerial no governo e o apoio à imprensa livre. Como escreve Ian Gilmour, evidenciando todas estas diferenças experimentadas na sociedade final inglesa, "contrariamente ao que acontecia em quase todos os países da Europa o poder era compartilhado pelo Rei e pelo Parlamento". [28] Parece que a este propósito nada mais haveria a acrescentar.

Uma Breve Conclusão

Como se viu, o processo político inglês oferece um ciclo quase perfeito e tem especial interesse para verificar em tempo tão recuado a caducidade de fórmulas tidas por perenes e veneradas pelo povo. De facto, foi a Revolução de 1640 e a consolidação dos seus ganhos, depois do travão restauracionista tentado pelo Rei Carlos II (1660-1685) e pelo governo de Jaime II (1685-1689), que dotou as Ilhas Britânicas com uma nova fórmula política, integrada por um vector representativo e parlamentar, que com o seu triunfo, confirmou as instituições adequadas ao crescimento económico e à construção raramente ocasional do seu poderio militar.

McCaulay Trevelyan, ao fazer o balanço da experiência revolucionária, num ensaio escrito em 1938, ressaltou fundamentalmente as vantagens oferecidas pela nova estrutura institucional e pelas organizações que nela se enquadraram. Escreve neste sentido que "a revolução deu a Inglaterra uma liberdade organizada e legal e por meio disto deu-lhe poder. E adianta: (...) porque o seu poder baseou-se não só na sua constituição livre, mas também nas empresas marítima e comerciais de seus filhos, uma espécie de poder naturalmente ligado à

liberdade, como já não acontece com o poder dos grandes exércitos". [29] Um sistema que assentava na liberdade dos súbditos representados no Parlamento, nos limites do poder da Coroa bastante debilitada, no poder autónomo do Parlamento, um objectivo reafirmado Guilherme de Orange para unificar todas as facções que queriam livrar-se de um poder arbitrário apoiado na força.

Por isso mesmo uma das muitas vantagens competitivas da Inglaterra é o sistema representativo reivindicado e conquistado pela sciedade civil contra a vontade da Coroa, capaz de dar voz às forças sociais existentes e emergentes, e com um quadro de instituições legais genericamente respeitadas e comprovadamente úteis. A fórmula mudara e incorporava agora a representatividade com foros especiais e encaminhava-se para definir a nova sede do poder efectivo, longe do Rei e da Corte, instituições não mais autónomas e arbitrárias nas decisões, mas ligadas ao quadro do fluxo legal novo e constrangente.

Quando em França, em 1789, a revolução de base parlamentar surge no horizonte de uma Monarquia antiga, frágil e aparentemente sem desafios, foi como se nada se soubesse desta história política. E as Parcas voltaram a estender os seus fios e a tecer um inferno para dar forma aos dias do futuro.

Notas

[1] John Plamenatz, **Man and Society**, 3 vols., Longman, Londres, 1991. Ver especialmente o 1º volume sub titulado "From the Middle Ages to Locke".
[2] Pio XII, "Mensagem de Natal de 1944, sobre a Democracia", in **O Pensamento da Igreja**, Morais Editora, Lisboa, 1960, p. 75.
[3] Cfr. R. C. Richardson, **The Debate on the English Revolution Revisited**, Routlege, Londres, 1988.
[4] Cfr. Padre António Vieira, **Livro Anteprimeiro da História do Futuro**, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1983.
[5] Christopher Hill, **A Revolução Inglesa de 1640**, Editorial Presença, Lisboa, 1981.
[6] Christopher Hill, **The World turned Upside Down**, Harmondsworth, Penguin Books, 1980, pp. 259 e sgs.
[7] Thomas More, **Utopia**, Penguin Books, Harmondsworth, 1986.
[8] Ver: William Shakespeare, **The Complete Works (history plays)**, Leopard Books, Londres, 1975, pp. 367-707 e Martin Fido, **Shakespeare**, Hamlyn, Londres, 1978.
[9] Eric J. Hobsbawm, **Las Revoluciones Burguesas**, Guadarrama, 2 vols., Madrid, 1974. Cfr. 2º vol. pp. 263 e sgs.
[10] Barrington Moore Jr., **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**, Edições Cosmos, Lisboa, 1975, pp. 21 e sgs.
[11] O problema surge, como se vê, com brutalidade no pensamento de Thomas Morus. Ver: Tomás Morus, **A Utopia**, Guimarães Editores, Lisboa, 1978, p. 26.
[12] Cfr. C. Russel, **The Causes of the English Civil War**, Clarendon Press, Londres, 1990; também: A. Hughes, **The Causes of the English Civil War**, Macmillan, Londres, 1991
[13] Cfr. Lefferts A. Loetscher, **A Brief History of the Prebyterians**, Westminster, Londres, 1984.
[14] Christopher Hill, **The English Bible and the Seventeenth-Century Revolution**, Allen Lane, Londres, 1993, p. 40.
[15] H. R. Trevor-Roper, **Religião, Reforma e Transição Social**, Presença-Martins Fontes, Lisboa, pp.147 e sgs.
[16] Cfr. B. Coward, **The Stuart Age**, Longman, Londres, 1980.
[17] Cfr. G.M. Trevelyan, **English Social History**, Penguin Books, Harmondsworth, 1972.
[18] Cfr. Bertrand de Jouvenel, **La Soberania**, Rialp, Madrid, 1974.
[19] Para Cromwell continua a ser valiosa a obra de: Christopher Hill, **God's Englishmen, Oliver Cromwell and the English Revolution**, Penguin Books, Harmondsworth, 1970.
[20] Cfr. M.A. Kishlansky, **The Rise of the New Model Army**, Cambridge University Press, Londres, 1979.
[21] Cfr. Antonia Fraser, **Cromwell our Chief of Men**, Weidenfeld & Nicholson, Londres, 1973, p. 161.
[22] Ver: John Ellis, **Os Exércitos na Revolução**, Inciativas Editoriais, Lisboa, 1976.
[23] Cfr. Christopher Hibbert, **Cavaliers and Roundheads, The English at War 1642-1649**, Harper Collins, Londres, 1993.
[24] Cfr. O. Lutaud, **Cromwell, les Niveleurs et la République**, Aubier-Montaigne, Paris, 1978.
[25] Cfr. Jean-Pierre Poussou, Cromwell, **La Révolution d'Angleterre et la Guerre Civile**, PUF, Paris, 1993, p. 113.
[26] H. R. Trevor-Roper, **Op. Cit.**, p. 253-254.
[27] Tais restrições religiosas desapareceram para os funcionérios em 1828, mas os judeus continuaram excluídos do Parlamento até 1858.
[28] Ian Gilmour, **Riot,Risings,and Revolution**, Pimlico, Londres,1992, p. 36.
[29] George McCaulay Trevelyan, **A Revolução Inglesa**, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1982, p.113.

8

O PROBLEMA AFRICANO E A NOVA CLASSE DIRIGENTE

"O governo encontrou vários bodes expiatórios — preços de óleos aumentados, mau tempo, e outros — mas a causa real da crise foi, claramente, a política governamental"

Sven Rydenfelt (sobre o Ghana), in **Crise nas Economias Socialistas**

Entre as diversas dificuldades que a África Negra enfrenta actualmente, é certamente o problema económico que chama poderosamente a atenção dos especialistas e que parece avultar entre todos os outros. Curiosamente, até às independências locais, parecia que tudo se cingia ao problema político e que este se decifrava numa independência negra com a consequente expulsão dos brancos, tidos por exploradores e dominadores das camadas activas das sociedades locais. Acreditava-se, pelo menos assim aparentava nos primeiros tempos, que a modificação política não só forjaria novas condições para o progresso social, como ainda ofereceria maior rapidez na obtenção das metas ambicionadas: promoção das camadas sociais autóctones através de uma reforma agrária, desenvolvimento do bem estar social e da autonomia por meio de uma política de estatização dos meios de produção detidos pelos

colonizadores, preparação de quadros por uma correcta política de educação estatal.

Acontece que a observação desapaixonada do Continente leva-nos hoje a verificar a falta de fundamento daquelas prospectivas e a ler na conjuntura actual os sinais trágicos de uma catástrofe. Política e economia não só não se articularam como era de desejar, como, influenciando-se perversamente, pressionaram as sociedades para uma situação de miséria desconhecida anteriormente, uma espécie de beco sem saída.

Jacques Soustelle, já falecido, especialista das civilizações americanas, ministro de um governo de Charles de Gaulle, etnólogo da Academia, fez eco oportunamente destas realidades com estas palavras: "Descobrimos que a descolonização africana teve universalmente um efeito negativo. Por toda a parte se vêem ditaduras e os direitos do homem não são respeitados. Economicamente, os novos países vergam-se ao peso das dívidas. Culturalmente, não há progressos na investigação ou na educação".[1]

Soustelle, que escrevera uma Carta Aberta a propósito da descolonização em que chamara a atenção dos contemporâneos para o desastre que o processo encerrava nas suas malhas, corre o risco de ser tomado por um colonialista fora de moda.[2] Ao bem pensante pouco importa a situação degradada que se vive nos países, bem como o número de vítimas que colhe diariamente a doença, a fome, e a guerra — o que lhe interessa é o que, aos argumentos de Soustelle, responderia um leitor da revista Newsweek escandalizado: "Ser governado por um ditador do nosso sangue é muito melhor que o ser por um estrangeiro, que está ali só para explorar".[3] A ingenuidade destas proposições é evidente, tanto mais que a exploração não escolhe a relação étnica como meio preferencial para se desenvolver.

O Problema

Tudo indica hoje em dia que o problema fundamental é o da transição de uma sociedade tradicional colonizada por minorias tecnologicamente desenvolvidas para uma sociedade industrial equilibrada. O que a Inglaterra realizou por si mesma logo a partir da

guerra civil de 1640 e tinha praticamente terminado numa primeira fase em 1850, é o que ainda levanta maiores dificuldades aos povos independentes do sul do Sahara, que na sua larga maioria contam com um rendimento por cabeça inferior ao que desfrutavam os ingleses naqueles recuados tempos do século XVII.

Os ingleses desencadearam uma importante revolução agrária, que forneceu alimento a uma população crescente, sobrando ainda excedentes para estimular a exportação. A sua agricultura nova foi ainda capaz de solicitar quantidades crescentes de ferro, de modo que mesmo antes da febre das ferroadas, que caracterizaria o crescimento económico europeu a partir de meados do século XIX, a siderurgia inglesa tinha um mercado em expansão dentro das suas fronteiras. O milagre inglês chama-nos poderosamente a atenção para as condições do progresso económico: e elas aí aparecem materializadas na estabilidade política do período que se segue à guerra civil, no poder de um estrato de homens interessados nos negócios e nos lucros, enfim, na difusão de tecnologias baratas que contribuíram para aumentar a produtividade e a produção por hectare. Na estabilidade política de um poder aristocrata-burguês vigiado pelos eleitores burgueses que conheciam o que andava em jogo; na chefia de uma elite política esclarecida que não se importava que os cidadãos se enriquecessem; enfim, no estímulo de uma procura que se fundava na melhoria real de estatuto económico da população — conheceu a Monarquia inglesa os factores mais estimulantes para o seu processo de crescimento. A sociedade tradicional, fundada na agricultura medieval morria para dar lugar, progressivamente, a outras formas de riqueza, que exigiram adaptações rápidas no urbanismo e na educação. O processo tem continuidade, mas os primórdios estão no sector agrário, que iniciou uma mudança muito antes da transformação industrial, à custa de agricultores de nova mentalidade, com vontade de abandonar os métodos de sempre e de se especializarem e enriquecerem. [4]

O que sucedeu em África foi o contrário do milagre inglês: em lugar da continuidade deu-se a ruptura; o papel de uma elite enraizada, interessada nas coisas económicas e apostada no desenvolvimento, brilha pela ausência; a política fica reduzida a uma forma de exploração oligárquica, que trava e inibe qualquer força positiva que consiga manifestar-se. Como escreveu René Dumont há anos, a África começara mal para a grande corrida das sociedades modernas.[5] E, hoje, o que os

analistas das sociedades francófonas se limitam a afirmar é que o que parece mais determinante para o progresso económico é "restaurar o aparelho de produção" e "pôr de pé uma política estrutural de procura".[6]

Que Está Mal?

O que é difícil é dizer o que está bem. Em 1988, o antigo presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo, afirmava: "A verdade é que a África é um continente que se degrada e em desagregação. Nós andamos para trás enquanto o mundo anda para a frente".[7]

Não andam para a frente justamente pela descontinuidade entre as formas vigentes antes da descolonização e as que posteriormente se aplicaram. Em primeiro lugar, deve-se ter a noção de que a sociedade tradicional era uma realidade poderosa à época da descolonização. Os poderes europeus rentabilizaram os territórios, implantaram um urbanismo próprio, transportaram quadros e tecnologias da sua cultura e, com tudo isso, conseguiram originar manchas de sociedade industrial no mundo de ruralismo que era o Continente, entre os dois desertos, a norte e sul. Os núcleos avançados dos europeus, cidades, explorações, portos, escolas, actividades para um mercado de brancos e aculturados, lideravam uma mudança cultural que pelo menos exigia uma continuidade plena. De facto, os aparelhos modernos da sociedade encontravam-se nas mãos de quadros treinados e, o que ainda é mais importante, ligados aos interesses do estrato superior europeu, que tinha a sua ideologia do conforto, do lucro e do enriquecimento. O processo exigia a manutenção dos eixos fundamentais da economia lucrativa e, ao mesmo tempo, mais quadros e mais técnicos, maiores níveis de educação e urbanismo. Isto quer dizer, na linguagem da economia institucional, que havia ordem e lei impostas em todo o território por uma adequada força repressiva, ao mesmo tempo que funcionavam instituições fundamentais ao progresso económico e social tal como ele fora conhecido no Ocidente europeu e que tais frágeis estruturas necessitavam de apoio para se enraizarem e darem fruto, tanto mais que eram exógenas e não históricas naqueles espaços.

Uma segunda observação diz respeito às interligações. A sociedade tradicional africana não era indispensável à sociedade industrial local. Esta avançava e expandia- -se com os investimentos da metrópole e exportava para as sociedades avançadas, vendendo para o mercado interno quotas insignificantes — e mesmo assim absorvidas pelos aculturados. Esta desarticulação, que ampliou o fosso entre os dois mundos, que tinham também um tempo e uma mundovisão bastante diferentes, haveria de ter uma repercussão inestimável, quando o fundamento do mundo europeu, em grandes áreas de África, desabasse.

A ruptura foi provocada pela saída maciça dos europeus dos postos decisivos do aparelho burocrático, político, técnico, e económico. Os novos países ficaram com as infra-estruturas, ou seja, com o enorme capital fixo deixado pelos que partiam, mas já estavam condenados ao retrocesso. Na verdade, para aproveitar a dinâmica desenvolvimentista não era só necessário gerir um capital que se vai deteriorando com o tempo: era urgente aumentá-lo com investimentos inteligentes e garantir por todos os meios a continuidade económica, nomeadamente o afluxo de tecnologia, de quadros treinados, que são sempre caros em qualquer parte. Ora, o que saía dos países era capital humano, aquele factor imponderável que altera substancialmente os resultados finais, e a que os novos poderes prestavam pouco atenção dominados pela utopia da negritude e da consequente africanização total dos quadros, como se isso fosse possível.

A outra vertente teria de ser a expansão do mercado interno e, o que tem muito a ver com o mercado, a melhoria económica da própria população, capacitada para obter ganhos reais em função da produtividade e da adesão às transformações vantajosas, sempre num clima de rendimentos crescentes, o que não poderia deixar de ter impacte na procura. Este mecanismo auto-sustentado pela subida dos preços agrícolas poderia levar, mais cedo ou mais tarde, a uma procura camponesa intensa muito interessante para as oportunidades da indústria ligeira.

O que sucedeu foi justamente o contrário: o capital fixo passou a ser subutilizado e a degradar-se rapidamente; as estruturas deixadas no terreno precisavam de indivíduos capacitados e eles não existiam. Para continuar a transição precisava-se da textura social antiga e ela tinha-se

esboroado. A ruptura instalava-se, a frente moderna recuava, e o problema político número um deixava de ser a consolidação e reforço da economia avançada, mas antes a manutenção dos núcleos urbanos brutalmente reforçados por um migração camponesa, que abandonava os campos em busca da utopia, e que acabaria por representar a força política número um para a manutenção das novas elites e dos quadros altos e médios do novo funcionalismo. Instalava-se entretanto um dualismo interdependente, funcionários, políticos e proletariado urbano por um lado, e camponeses e aldeões pelo outro, que nunca mais deixaria de hipotecar qualquer esforço de modernização. Ela própria um processo difícil, especialmente no quadro de ecomomias onde predominava a exploração tradicional, a monocultura degradada e a exportação de matérias primas coloniais em condições desvantajosas.

POBRES E DESCAPITALIZADOS

Os países hoje, na senda traçada pelos seus dirigentes, tornaram-se muito mais pobres. Ao não serem incapazes de resolver os problemas fulcrais da agricultura e do capital, da educação e da tecnologia, os povos ficaram condenados a uma pobreza bem pior que a que eventualmente experimentariam sob governos multirraciais e responsáveis, atentos ao bem estar e ao futuro dos territórios.

O Produto Nacional Bruto revela esta dimensão. Exceptuando a África do Sul, onde a ruptura socio-económica ainda não se deu por ter sido possível conservar os especialistas brancos, negros, asiáticos e mestiços, os quadros médios e altos funcionários, isto é, todos os agentes económicos qualificados, os rendimentos disponíveis são baixíssimos. Este grupo, que no total pode quiçá representar cerca de 10 por cento da população, pois as etnias negras representam, nos quase 48 milhões de habitantes, 78 por cento, é de facto o segredo de todas as vantagens da República, a barreira que separa a economia de riqueza da economia de uma outra de pobreza. A sua capitação em 1992 estava calculada em 2 670 dólares, o que contrasta violentamente com os restantes randes países no grande Sul como Moçambique (80), Angola (470), Tanzânia (100), Zâmbia (420), Malawi (230), Namíbia (460) e Zimbabué (650), que no conjunto apresentam indicadores que revelam uma indigência aflitiva.

A média das áreas do Sahel, terreno difícil e em desagregação acelerada, andava m 1991, à volta dos 303 dólares por ano e por cabeça e a média dos principais cinco países da África Oriental atingia a cifra de dos 218 dólares. A fragilidade das estruturas ditas nacionais, das instituições sociais, Central andava então à volta dos 343 dólares por ano e por cabeça, e a média dos 11 países da África Oriental atingia a cifra dos 220 dólares. A fragilidade destas estruturas ditas nacionais, destas estruturas económicas da África Negra só se esbate quando se observam as médias para os 17 Estados da África Ocidental (645 dólares) e a média dos 8 países da África do Norte, com indústria e islamizados, como Marrocos, Egipto, Tunísia, Argélia, e Líbia, que alcança os 2088 dólares, ou seja, menos de metade da capitação da República da África do Sul. A África Meridional, excluída a República do sul, apresenta uma capitação (737 dólares) que se aproxima das médias africanas mas que revela também as grandes diferenças regionais.

Estudos recentes, com a credibilidade que sempre merecem as estatísticas destas regiões, auxiliarão a entender a situação dos países da orla mediterrânica, do cone sul do Continente, dos países da área subsahariana e das costas ocidental e oriental.

Verifica-se, desde logo, que as economias capazes de criar um produto interno bruto para lá do 30 biliões de dólares contam-se pelos dedos da mão: o Egipto e a Argélia na costa mediterrânica, o Gabão e a Nigéria na costa ocidental. O que avulta no todo, é por um lado, o grande número de economias globais que não conseguem ultrapassar os 10 biliões e, por outro, a realização espectacular de República da África do Sul que foi capaz de gerar um produto de quase 112 biliões, ou seja. em termos comparativos, quatro vezes o produto do Egipto, da Nigéria ou três vezes o produto da Argélia ou do Gabão.

O quadro que a seguir se apresenta ajudará a entender melhor os problemas do continente. Ainda que os dados sejam sempre discutíveis e se reportem a alguns anos de distância no passado, servem contudo para caracterizar grandes linhas imediatamente apreensíveis.

DISTRIBUIÇÃO DO PRODUTO NACIONAL BRUTO PER CAPITA DO PRODUTO INTERNO BRUTO E DA POPULAÇÃO

PAÍSES AFRICANOS	PNB PER CAPITA em dólares	Produto Interno Bruto em milhões de dólares	População em milhões
COSTA MEDITERRÂNICA			
Argélia	1 990	42 150	25,7
Egipto	610	33 210	53,6
Marrocos	1 030	25 220	25,7
Líbia	5 310	21 725	4,1
Tunísia	1 500	11 080	8,2
PAÍSES DO SAHEL			
Mauritânia	510	950	2,0
Etiópia	120	5 490	52,8
Djibuti	190	437	0,4
Burkina-Faso	290	3 060	9,3
R. Centro-Africana	410	1 220	3,1
Chade	210	1 100	5,8
Mali	280	2 450	8,7
Sudão	420	7 840	25,8
ÁFRICA ORIENTAL			
Quénia	340	7 540	25,0
Burundi	210	1 000	5,7
Ruanda	270	*1 579*	7,1
Uganda	170	2 820	16,9
Tanzânia	100	2 060	25,2
ÁFRICA MERIDIONAL			
Zâmbia	420	*3 831*	8,3
Lesoto	580	340	1,8
R. África do Sul	2 560	111 720	38,9
Namíbia	1 460	1 934	1,5
Botswana	2 530	2700	1,3
Zimbabué	650	5 220	10,1
Malawi	230	1 660	8,8
Madagáscar	210	2 750	12,0
Angola	470	7 746	10,0
Moçambique	80	1 320	16,1
ÁFRICA OCIDENTAL			
Serra Leoa	210	743	4,2
Senegal	720	5 840	7,6
Libéria	440	1 239	2,6
Guiné Equatorial	330	124	
Guiné-Bissau	180	189	1,0
Guiné	460	2 820	5,9
Gambia	260	255	0,6
Benin	380	*1 886*	4,9
Togo	410	1 620	3,8
Camarões	850	*11 666*	11,9
Ghana	400	6 270	15,3
Niger	300	2 520	7,9
Nigéria	340	34 760	99,0
Zaire	220	7 540	35,6
Gabão	3 670	44 450	1,2
Costa do Marfim	690	7 610	12,4
Congo	1 120	2 870	2,4

Números tomados de *World Development Report*, de 1992, do Banco Mundial. Em itálico referem-se os valores do PNB-1991

Se bem que o quadro seja altamente significativo, logo nesta instância se percebe, ao observar o volume global do produto interno bruto, que o problema principal radica na produção e que a sua modéstia inviabiliza, desde logo, a poupança interna, modo geral de obter capitais para investir. Mesmo as grandes potências demográficas como a Nigéria, a Etiópia ou o Zaire, não conseguiram mobilizar as suas populações para processos de crescimento económico e por isso os rendimentos per capita estão abaixo da linha dos 300 dólares anuais, o que manifestamente não é suficiente para consolidar um mercado interno dotado de procura autónoma. Áreas ricas em minerais e dotadas de recursos favoráveis não conseguem fazer o seu Produto Nacional Bruto ir para lá dos 50 milhões de dólares, e o que se nota como regra é a presença de frágeis economias que, com esforço, se debatem no limite dos 10 milhões de dólares, o que indicia dificuldades não pequenas, quer na produção, quer no consumo

O panorama da produção agrava-se com o exame do sector industrial, que revela que a debilidade pressentida não é de todo arbitrária. Apesar de poderem ter fortes sectores de extracção mineira, cujo produto final exportam para os mercados das grandes economias industriais, poucos países possuem sectores transformadores próprios, pois a sua participação percentual na formação do produto industrial situa-se em regra abaixo dos 15 por cento, donde se deduz que a parte industrial do PNB provém principalmente da exploração e exportação de um mineral crítico: petróleo, cobre, ferro, bauxite, gás natural, urânio, o que incorpora pouca mão de obra local qualificada, que não exige valor acrescentado e que, no fundo, quase sempre se decifra num negócio de exportação.

Os quadros seguintes ilustram este problema para as regiões geográficas anteriormente descritas, salientando a participação da indústria transformadora no produto industrial e deste no próprio Produto nacional.

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA INDÚSTRIA NO PNB
E DO SECTOR TRANSFORMADOR NO PRODUTO INDUSTRIAL

(África Mediterrânica)

(África Mediterrânica)		
Países	Indústria em % do PNB	Transformadoras em % do Produto Industrial
Marrocos	31	18
Tunísia	32	17
Argélia	50	10
Egipto	30	-

Esta é uma das situações mais equilibradas onde as transformadoras contribuem em mais de 10 por cento para o produto industrial. Todavia entre a presença forte das extractivas de forma evidente na Argélia e uma atenuação desse impacte em Marrocos há toda uma gama de possibilidades.

Outro caso é o do Sahel, onde as condições mais duras do clima e do solo colocam limites difíceis de superar: aqui é fácil verificar a precariedade das unidades transformadoras e a fraca participação da indústria no PNB

(Região do Sahel)		
Mauritânia	31	5
Mali	12	11
Níger	19	8
Chade	18	16
Sudão	14	8
Etiópia	13	9
Burkina Faso	20	12
R. África Central	16	7

Na verdade, a participação industrial segue de perto a extracção de riqueza do solo e a totalidade das empresas transformadoras desempenham um papel pequeno na estrutura da economia.

Na costa ocidental e na costa oriental pouco há a registar porque as indústrias transformadoras, regra geral, não vão além de uma participação máxima de 10 por cento no produto industrial, o que

confirma a debilidade da revolução do secundário naquelas áreas, agravando-se por outro lado a divisão étnica e político-administrativa na costa ocidental.

(Região Ocidental)		
Senegal	19	3
Guiné-Bissau	12	8
Guiné	35	5
Serra Leoa	14	3
Costa do Marfim	22	21
Ghana	17	10
Benin	14	9
Nigéria	38	4
Camarões	22	12
Togo	23	10
Congo	37	8
Zaire	-	-
Gabão	45	6

Não deixam de surpreender as estatísticas inventariadas para a Nigéria, que revela uma fortíssima debilidade transformadora, bem como as taxas relativas à Guiné, ao Senegal e mesmo ao Congo.

A distribuição de valores para a África Oriental, onde diminuem as entidades políticas reconhecidas, torna evidente a posição fraca da região

(Região Oriental)		
Quénia	22	12
Uganda	12	4
Ruanda	22	20
Burundi	16	12
Tanzânia	5	4

Para o cone meridional volta-se a encontrar, como no norte mediterrânico, em alguns casos, testemunhos de desenvolvimento, nomeadamente na Zâmbia, Zimbabué e Lesoto, mas principalmente no grande poder regional da África do Sul.

(Região do Sul)		
Zâmbia	47	36
Malawi	20	13
Moçambique	15	-
Botswana	54	4
Madagáscar	14	-
Namíbia	28	4
Zimbabué	32	26
R. da África do Sul	44	25
Lesoto	38	13

Torna-se fácil verificar que as economias do Continente são muito débeis, com pequenos volumes de Produto nacional bruto e diminutas capitações, o que coloca as sociedades na dependência da aquisição de bens de consumo urgente provenientes do exterior, que surgem normalmente no comércio internacional com melhores razões de troca. O défice comercial inevitável e, depois, o défice da balança de pagamentos conduz inexoravelmente aos empréstimos externos, que é sempre um terrível caminho para os povos.

Como a produção interna dos países é incapaz de sustentar as populações crescentes, o recurso à dívida externa pareceu uma saída normal, mas não o é porque os países endividados não são já capazes de pagar os 30 por cento do valor das exportações em conceito de juro devido pela dívida externa total, com base na sua debilitada capacidade produtiva. E este esforço, a ser feito, elimina qualquer tipo de poupança interna, para já não falar na incapacidade de acumular divisas para compras tecnológicas no exterior.

O Banco Africano para o Desenvolvimento avaliou em 225,6 mil milhões de dólares a dívida externa dos países africanos em fins de 1989. O Banco demonstrou ainda que os juros envolvidos triplicaram ao longo dos anos 80, representado no princípio do decénio de 90 cerca de 31,5 por cento do total de exportações do Continente. Esta situação gerou-se por causa do endividamento crescente dos países, incapazes de se sustentarem. De facto, nos últimos cinco anos do decénio passado, o valor global da dívida externa cresceu 40 por cento.

Forçados a renegociar a dívida num fastidioso exercício que se tem vindo a tornar normal, os países encontram-se muitas vezes amarrados a

um único produto que chega a representar 2/3 das exportações, a que se juntam então outros produtos de menor significado do sector primário. Não se pode assim esperar, também aqui, grandes mudanças, tanto mais que a prospectiva comercial aponta para a queda das razões de troca e, portanto, para défices comerciais mais vultuosos. Em 1983, o Comissário Económico das Nações Unidas para a África, Adebayo Adedaji, tinha dito: "O futuro que se desenha a partir das grandes tendências é horrível: insurreição, crime e miséria, serão a ordem em 2008 se tudo continuar sem andar. Com os seus sistemas políticos fracos e frágeis, a soberania dos Estados africanos estará então ameaçada".[8]

Efectivamente, acumular capital e explorar as oportunidades não é uma tarefa fácil. poderia parecer assim a voluntaristas ou românticos impressionados pelas realizações dos soviéticos nas estepes, mas mesmo estes, dispondo de enormes recursos e de um imenso poder de controlo não foram capazes de acertar o passo pela marcha das economias mais avançadas do ocidente. Apanhar as sociedades da frente, queimar as etapas em poucos anos, tornou-se, por um conjunto de razões compreensíveis, um projecto acarinhado pelas sociedades subsaharianas, mas um sonho impossível de realizar. O clima económico mudou e as condições prevalecentes actualmente para os países que tentam emergir não se podem comparar com aquelas que vigoravam quando as economias europeias ensaiavam o seu salto em frente em pleno século XIX. Por isso as distâncias, que todos são ágeis a detectar, não param de aumentar. Como comentou o economista Suriyakumaran, " o produto nos Estados Unidos cresce mais em um ano que o da Índia em um século".[9]

IDEOLOGIAS E DIRIGENTES

Finalmente não se poderia deixar de referir, ainda que brevemente, o impacto das ideologias socialistas, importadas directamente do modelo do sovietismo, que pareciam oferecer uma via original para a industrialização rápida e para a reafirmação do orgulho nacional através de um poder político respeitado e temido, que se exercia na esfera do mundo. Nos novos países, as ideias do marxismo-leninismo e do estalinismo sustentaram o levantamento contra a presença dos europeus, mas uma vez no poder eram de molde a travar a economia capitalista implantada pelos colonizadores. Doris Lessing coloca bem o problema

quando comenta, no seu livro de memórias do Zimbabué, a opção de Mugabe: " As pessoas que ele colocou no Governo tinham provado ser boas na guerra de guerrilha, mas agora tinham de governar um país moderno, num mundo moderno".[10] E isso era outra questão. E tudo colocado sob a égide do partido único, que era a fórmula aprendida e conveniente do mundo soviético.

A ruptura agravou-se porque o sistema montado pelas sociedades europeias em África não funcionaria com rendimento sob uma economia colectivista. As receitas ideológicas provaram ser um veneno para estes países que, afinal, chegaram mais brevemente que os seus mentores de Leste à situação global hoje conhecida: de pedintes de capital fixo e tecnologia, de capital humano e, do que é mais de apoio directo à mera sobrevivência das suas populações debilitadas pela má nutrição e pelas doenças. Na realidade, não poderia ter havido pior escolha para a elite alternativa que se apoiava na guerrilha e na influência do bloco socialista.

Realmente, a experimentação social recomendada nos manuais foi ali levada a cabo exaustivamente. Não houve teoria fundamental ao poder que não fosse levada à prática, com os modestos meios disponíveis.[11] Mas mesmo a aplicação limitada pelos recursos foi tremenda. Foi capaz de destruir os circuitos lentamente construídos e colocar em dúvida, na mente do agente económico, a recompensa pelo esforço dispendido. Aqui, mais uma vez, a engenharia do Estado foi um fracasso e isto porque o Estado não dispunha de uma elite competente para levar a cabo projectos de revitalização das forças produtivas, nem gente capaz de pensar este tema como uma meta. Esse Estado, que aqui dispunha de um espaço tremendo, não foi capaz de ultrapassar os limites da destruição sistemática de pessoas e bens nas suas experimentações, o que nos remete para a lista de razias praticadas por este ente político e inventariadas por Rummel, que nos levarão de futuro encarar as experimentações sociais e planificadoras de Estado como qualquer coisa ligeiramente superior à bomba atómica.[12] É de notar que o estudo detalhado do caso da Etiópia e do efeito das políticas socialistas do *Etiópia Tikdem* não faz senão sublinhar as raízes já mencionadas da pobreza.[13]

A este ponto deve-se acrescentar que as novas direcções políticas, regularmente assentes na máquina do partido único, livraram-se eficazmente de qualquer oposição social. Expulsas as forças dos

europeus, mais nenhumas sobraram para discutir as orientações seguidas ou servir de contrapeso a uma elite política oligárquica e abusadora, que não conhecia limites nem estava familiarizada com o uso do poder político de modo responsável, não tendo sequer no terreno quem a pudesse responsabilizar. [14] Guerras locais, conflitos étnicos, despesas militares, gastos com a nova burocracia, luta política, subvenções às massas citadinas, tornaram-se dimensões obcecantes da vida quotidiana. Os governantes preocuparam-se principalmente com a sua posição e a sua defesa e muito menos com os problemas económicos e sociais do seu país. Como conta o economista Sven Rydenfelt, a causa básica da estagnação e pobreza em países subdesenvolvidos é normalmente encontrada na opressão e exploração governamental dos camponeses para suprir a população urbana e industrial com bens alimentares baratos.[15]

Também Theodore Schultz verificou que o atraso agrícola era sobretudo devido ao controlo dos preços, que ao estabelecer índices muito baixos privam os camponeses, a massa decisiva da população, de rendimentos e mais capital, que lhes permitiria investir e modernizar, até mesmo compreender imediatamente a vantagem de maiores produções para o mercado. [16] Mas as políticas socialistas ignoram estes pormenores e assim a economia do Ghana, da Tanzânia e de quase todos os Estados modelados por Moscovo apresentam situações económicas miserandas, com populações a viver abaixo ou no limiar da sobrevivência. Uma ilustração recente desta situação encontra-se descrita para a cidade de Luanda, com sinais evidentes de desagregação social, por Aguiar do Santos.[17]

O relatório do Banco Mundial de 1994 pouco adianta a este panorama. No nível macroeconómico, como escreve Michael Bruno, importa sobretudo o capital humano que não está presente. Os relatores, aliás, sublinham, que nenhum país africano tem uma saudável política macroeconómica porque têm altas taxas de inflação, défices orçamentais infindos e câmbio de moeda volátil e, mais que isso, essas políticas têm-se degradado até hoje, pelo menos em um terço deles. É curioso observar que também esta equipa nota que os governos " taxam pesadamente os camponeses" e que o que se necessita mais urgentemente é capital humano, infraestruturas, construção, acumulação de capital, eficiente distribuição de recursos e ... sublinhe-se, "melhor governação".[18]

Mesmo as políticas de ajustamento e estabilização implantadas pelo Banco Mundial, numa tentativa de organizar a produção e o consumo não

levaram a resultados sensíveis, confirmando-se mesmo em alguns países resultados negativos. Fátima Roque, especialista das economias africanas escreveu que para lá dos factores exógenos, sempre invocados pelos governantes, "o funcionamento estatizado da maioria das economias africanas tem produzido uma deficiente implementação e em alguns casos mesmo desvirtuamento da concepção geral destes programas".[19]

René Dumont tinha já salientado para alguns Estados estudados na zona francófona que "o sistema de educação, copiado de França, criou uma elite do saber, a casta burocrática, que deitou mão ao poder e não deixou mais de daí obter lucros abusivos. Estas minorias urbanas privilegiadas desbarataram as ajudas externas, criaram depois organizações estatais a montante e jusante da agricultura para abastecer os camponeses e comercializar as suas colheitas. Estas burocracias revelaram-se ineficazes e exploradoras".[20] Torna-se evidente que não é este o caminho para a boa governação e mesmo para a utilização racional de todos os recursos em presença. Realmente a aplicação de políticas colectivistas requer fontes de crédito e financiamento público abundantes que não estão ao alcance dos poderes africanos. E dadas as condições locais tais fontes só se encontam disponíveis no exterior e os países industrializados, passada a disputa com o sovietismo, tornaram-se mais realistas e, consequentemente, exigentes. E esta é outra novidade.

Tirando as forças armadas, a rebeldia eventual de etnias oprimidas e de estudantes universitários, os oligarcas negros frequentemente saídos das fileiras da tropa, não encontraram oposição para o abuso de poder, para o nepotismo, para a corrupção, mesmo para a incompetência e brutalidade. Casos há em que a luta pela preservação do poder político-militar nas mãos de uma pequena oligarquia tem custos tão evidentes que o crime é qualificado. [21] O massacre, o abuso do poder e as humilhações degradantes tornam-se fáceis e impossíveis de punir.[22] E como adverte Michel Martin, o parasitismo chegou tão longe que a hegemonia militar se reforça e renova de múltiplas formas: pela denúncia dos fracassos dos regimes anteriores, pela evocação do carácter provisório das novas chefias, e mesmo "pela proclamação de ideologias reputadas de promover a emancipação e a justiça popular".[23]

Mas ainda aqui se observa a falta de interesse pelas massas humanas que morrem de fome, pela agricultura de analfabetos

tradicionais que faz avançar o deserto inexoravelmente para o interior do Continente, enfim, pela vida quotidiana do povo concreto — que de uma realidade alegadamente explorada pelos europeus se transformou numa entidade abstracta, que tão só serve para justificar o poder de uma oligarquia sem ética, apenas interessada na preservação da dominância e do bem estar pessoal. Evelyn Waugh, através da descrição de Azânia, uma distopia caricata localizada na costa oriental, e concebida depois de um Inverno passado na África Oriental e Central, talvez forneça afinal o lado mais trágico e pungente de todos estes países: a arbitrariedade que convive com a falta de quadros mínimos para a realização de qualquer tarefa que exija planeamento, perseverança e honestidade.[24] Se as observações de Waugh podem parecer excessivas o certo é que o Estado se evaporou na imensa região descolonizada, excepto nas ilhas de administração que são cidades importantes ou capitais. A lei e a ordem igual para todos, a segurança de pessoas e bens, os quadros jurídicos e institucionais mínimos, são realidades caricaturadas nos países em guerra civil endémica, sob controlo de oligarquias locais predadoras ou sobre domínio neocolonialista. Parece que o Estado é a necessidade institucional primeira a restabelecer urgentemente, com a força devida, porque só com a sua aparência (domínios predadores de oligarquias que vivem nitidamente da exploração das massas empobrecidas e dos recursos raras vezes diminutos das regiões) as sociedades continuam amarradas ao ciclo da miséria e da dependência exterior. Aqui também deve ser válida a teorização de Douglass North, ao relacionar o progresso económico com o avanço social em matéria de instituições adequadas e boas. [25]

Todavia, ao contrário, toda a literatura pretensamente científica, publicada sob a chancela de diversas universidades anglófonas, aplica-se ainda a tudo interpretar pelos paradigmas marxista, neomarxista e da dependência. Curiosamente, estes numerosos centros de estudos africanos ou da dependência, que proliferam praticamente em todos os países desenvolvidos, não avançam um palmo no entendimento dos assuntos do Continente, que aparentemente descobriram nas "lutas coloniais" ao arrepio de toda a tradição de estudos das velhas escolas antropológicas, etnológicas e mesmo etnográficas e linguísticas que conheciam desde o século XVII. Actualmente assiste-se ao paradoxo de tais estudos contribuírem para o atraso porque veiculam não só explicações erradas como receitas funestas na tradição das linhas marxistas-leninistas que já tinham dado prova negativa em muitos países.

O tão falado "deep love for the people", sistematicamente incluído nos obituários como característica dos falecidos e dos vivos articulistas das revistas científicas não os impede de manter uma cegueira crónica sobre esse povo que deve continuar a aguardar, na sua óptica, a libertação revolucionária, enquanto eles, académicos brancos do Alasca, de Cambridge, de Estocolmo, de Oslo, de Lisboa, e seus amigos bem subsidiados das universidades locais se passeiam de conferência em conferência a averiguar o estado da luta de classes e os graus da dependência. É expoente desta visão a maior parte das publicações universitários que remetem singularmente para um nexo de "especialistas internacionais" que se vigiam mutuamente, cuidando da manutenção da ortodoxia interpretativa do que se passa em cada Estado. São paradigmáticos a este respeito, entre muitos outros, dois ensaios, que a título ilustrativo, se deveriam ler: o de Otwin Marenin, da Universidade do Alasca, sobre os estudos marxistas dos assuntos africanos e o de Alice Dinerman, a corrigir os desvios Christian Geffray, quando este escreve sobre Moçambique um livro de senso comum a dizer o que todos já sabíamos há muito. [26] Nesta matéria abundariam livros bastantes — e sobre aquele território levado ao extremo da decadência económica, como ultrapassar por cima o que escreveu Jorge Jardim? [27] Em Portugal, estas correntes, beneficiando da criminalização da tradição de estudos que se actualizava e potenciava no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, numa metodologia interdisciplinar como não podia deixar de ser, repetem para o rectângulo os temas internacionalmente já assentes: o modelo socialista-marxista estava certo, foi é mal aplicado. No fundo, os dirigentes aburguesaram-se e tornaram-se exploradores. Torna-se por isso cada vez mais necessário uma revolução ainda mais profunda para repor a justiça e o desenvolvimento. Todo mal reverte para as estruturas implantadas pelos colonizadores, mas as soluções que depois se adiantam para fugir à pobreza, regra geral, são delirantes.[28] Razão sobra a Joseph Razinger quando adverte: "Certamente que não se pode atribuir apenas ao Ocidente a responsabilidade de, nos últimos decénios, o desnível económico entre Norte e Sul se ter tornado, não mais pequeno, mas maior. Há também causas internas ao Terceiro Mundo, em especial a corrupção muitas vezes dominante e, em não poucas regiões, também a falta do *ethos* do trabalho". [29]

Mas o que é certo é que este clima, que alcança e envolve os estudos africanos, só pode contribuir para o enviesamento das

perspectivas e acentuar a marginalidade das elites intelectuais do Continente face à realidade solicitante de verdadeiras soluções, que infelizmente não surgem nem despontam no horizonte.[30]

Uma leitura dos livros muito centrados nestes problemas do agrónomo francês René Dumond, simultaneamente um especialista em agricultura e um intelectual que se distanciou em tempo destas correntes, só nos faz lamentar que os dirigentes actuais e os intelectuais neomarxistas dos estudos africanos sejam de todo incapazes de perceber o que de dramático está em vias de acontecer no Continente e o que de trágico tem o aviso de Obasanjo, um dirigente naturalmente capacitado para ver mais longe que eles por anos continuados de exercício de poderes supremos. Ele que, face ao desenvolvimento conhecido nas áreas da Europa e da Ásia, percebe a África como um Continente que se marginalizou a si mesmo, afirmando concretamente: " comparando tudo isto com o que está a acontecer em África é difícil acreditar que somos contemporâneos destes países". [31]

Mas o exame dos problemas apresentados pelas economias muito degradadas volta hoje a poder ter um efoque realista de ambos lados: por parte dos mais avisados dirigentes locais e pelo lado dos investigadores. E um sinal esperançoso desta viragem é o livro de ensaios interdisciplinares sobre a nova economia institucional e a sua aplicação ao terceiro mundo, onde se destacam as contribuições de Douglass North, Robert Bates e John Toye, contributos criativos que ficam muito distantes dos textos que todos os males atribuem à ocidentalização forçada ou imitativa.[32] É de crer que uma forte dose de realismo e abertura de espírito possa ainda vir a tempo de lançar os fundamentos de uma prosperidade adiada por múltiplos erros e crimes cometidos sob a benção das grandes ideologias, das grandes metas, dos grandes ideais, por homens iluminados tidos por libertadores, magos, grandes chefes. E o tempo já perdido só deve incitar as elites novas e os povos a tomarem em mão, defenitivamente, os seus destinos, compreendendo que é a partir deles e das suas capacidades que tudo toma forma.

Notas

[1] Cfr. entrevista de Jacques Soustelle a Benjamin Ivry, *Newsweek*, nº 18, 30 de Abril de 1990.
[2] Cfr. Jacques Soustelle, **Carta Aberta às Vítimas da Descolonização** , Parceria, Lisboa, s.d.
[3] Carta inserida em *Newsweek*, nº 22, 28 de Maio de 1990
[4] Cfr. Phyllis Deane, **A Revolução Industrial**, Zahar, Rio de Janeiro, 1973.
[5] René Dumont, **A África Começa Mal**, Dom Quixote, Lisboa, s. d.
[6] Bernard Contamin e Yves André-Fauret, "Les Interventions Economiques de l'Etat", in Danil C. Bach e Anthony Kirk-Greene (Dir.), **États et Sociétés en Afrique Francophone**, Economica, Paris, 1993, p. 176.
[7] Citado por Flora Lewis, *DN*, Lisboa, 25 de Novembro de 1998
[8] Ver Africa Insight, vol. 17, nº 4, 1987; Ver ainda *Africa Insight*, vol. 18, nº4, 1988
[9] C. Suriyakumaran, **The Wealth of Poor Nations**, Crom Helm, Londres, 1993, p.4
[10] Doris Lessing, **African Laughter. Four Visits to Zimbabwe**, Harper Collins, Londres, 1992, p. 67.
[11] Doris Lessing informa a voo de corvo como se procedeu em matérias de redestibuição de terra. Mas é clara esta afirmação: "As Áreas de Reinstalação (Resettlement Areas) eram primariamente para ser algo como kolkhozes na União Soviética, e não amira como se tornaram um fracaso tão espantoso". **Op. cit.**, p.442
[12] Cfr. R. J. Rummel, **Death by Government**, New Jersey, Transaction Boooks, 1995
[13] Cfr. Gote Hansson, **The Ethiopian Economy 1974-1994**, Routledge, Londres, 1995
[14] Ver: L. Dreyer, **Modern African Elites**, St. Mertins, 1989.
[15] Sven Rydenfelt, **Crise nas Economias Socialistas**, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro,1987, pp.32 e sgs.
[16] Theodore Schultz, **Economic Growth and Agriculture**, McGraw Hill, Nova Iorque, 1968
[17] Ver Aguiar dos Santos, " O Mercado de Todas as Misérias ", in *Público*, nº 2012, de 11 de Setembro de 1995
[18] World Bank Policy Research Report, **Adjustment in Africa. Reforms, Results, and the Road Ahead**, Oxford, University Press, Nova Iorque, 1994, pp. 2 e sgs.
[19] Fátima Roque, **Economia de Angola**, Bertrand Editora, Venda Nova, 1991, p.312
[20] René Dumont, **Em Defesa de África, Acuso**. Europa-América, Lisboa, 1990, p.46
[21] Ver, por exemplo, Jules Chomé, **Mobutu, Chefe Supremo**, Afrontamento, Porto, 1975.
[22] Massacres de etnias estão bem documentados. A mais recente matança política pode ver-se em: Fátima Roque, **Angola, em Nome da Esperança**, Bertrand Editora, Venda Nova,1993
[23] Michel Louis Martin "Armées et Politique", in Daniel C. Bach e Anthony Kirk-Greene (Dir.), **Op. cit.**, p. 103.
[24] Ver Evelyn Waugh, **Negócios Escuros**, Bertrand Editora, Venda Nova, s.d. (Tradução de *Black Mischief*), 1932.
[25] Douglass North, **Structure and Change in Economic History**, W.W. Norton, Nova Iorque, 1981; ver também: David E. Ault e Gilbert L. Rutman, "The development of individual rights to property in tribal africa", Journal of Law and Economics, Abril de 1979. Um texto de leitura obrigatória para o problema seria A. Alchian, **Economic Forces at Work**, Liberty Press, Indianapolis, 1977.
[26] Cfr. Otwin Marenin, "Resolving Epistemological Contradictions in Marxist African Studies", in *The Journal of Modern African Studies*, 27, 4. 1989, pp 641-669; Alice Dinerman, "In Search of Mozambique: The Imaginings of Christian Geffray in La Cause des Armes au Mozambique. Anthropologie d'une Guerre Civile", in *Journal of Southern African Studies*, vol. 20, nº 4, Dezembro de 1994, pp. 569-586.
[27] Jorge Jardim, **Moçambique Terra Queimada**, Lisboa, 1975, noutro sentido ver o estudo: Tom Young e Margaret Hall, **Confronting Leviathan, Mozambique since Independence**, Hurst, Londres, 1995 ou até Malyn Newitt, **A History of Mozambique**, Hurst, Londres, 1995.
[28] Ver, neste sentido, Magnus Blomstrom e Mats Lundahl (Ed.), **Economic Crisis in Africa**, Routledge, Londres, 1993; e o a explicação para o maior sucesso de alguns países: Gote Hansson, **Trade, Growth and Development**, Routledge, Londres,1993.
[29] Cardeal Ratzinger, **A Igreja e a Nova Europa**, Verbo, Lisboa, 1993, p. 110.
[30] Cfr. Ken Post e Phil Wright, **Socialism and Underdevelopment**, Routledge, Londres, 1989.
[31] in Flora Lewis, ib.
[32] Ver: John Hariss, Janet Hunter Colin M. Lewis (Ed.), **The New Institutional Economics and the Third World Development**, Routledge, Londres, 1995. Em sentido dominante dos estudos africanos: Ozay Mehemet, **Westernizing the Third World**, Routledge, Londres, 1995.

9

A FÓRMULA DO CÉU: UM REINO PARA ESTE MUNDO

Tudo o que é humano nos diz respeito.
Paulo VI, in *Ecclesiam Suam*

O Reino de Deus presente no mundo, sem ser do mundo, ilumina a ordem da sociedade humana, enquanto a força da graça a penetra e vivifica.
João Paulo II, in *Centesimus Annus*

A existência efectiva e enquadrante do reino do Céu, meta da caminhada na terra, esse vale de lágrimas aludido na oração popular de Santo Afonso Maria de Ligório, nunca impediu a Igreja de pensar a sociedade da Terra através dos seus líderes espirituais e dos seus intelectuais, que não raro, dada a sua força institucional, desfrutaram de grande eco. O Papa Paulo VI, ao afirmar que tudo o que diz respeito ao homem, envolve a Igreja, não fez mais do que reafirmar uma linha de intervenção que se baseia justamente no princípio da Salvação e se estende a todas as esferas da acção. A esfera da economia é só um sector, mas um dos que, nos tempos mais recentes, mereceu uma atenção especial.

Ora o modo como a Igreja, institucionalmente considerada, tratou os temas económicos e os problemas sociais suscitados pela conjuntura evolutiva em que sempre viveu, representa a tentativa de definir um

mundo justo neste planeta, isto é, um modelo de sociedade que, pela sua harmonia, gerasse santos, ou seja, povoadores da Cidade do Alto, preocupação sentida ao longo dos séculos pelos maiores doutrinadores, desde que Santo Agostinho, um platónico, lançou os seus alicerces teóricos em *A Cidade de Deus*. [1]

Forçosamente, o interesse da Igreja pela vida económica e social não poderia ser novo, nem excepcional. Ao contrário, trata-se de uma linha que se pode traçar a partir da depressão económica criada pelo afundamento do Império romano no século VII e que continua pujante até aos nossos dias, às vezes para incómodo de alguns, como testemunha a reacção às cartas dos Papas, nomeadamente às mais recentes de João Paulo II, que lida com os problemas fundamentais de sempre, ao abrigo de um cânone pouco flexível para com a mutação cultural dos povos, a exigência dos intelectuais, e nomeadamente matrizes valorativas alternativas. [2]

A Igreja entende ser depositária de uma matriz axiológica que, para lá de ser vinculativa, tem a característica de ser eterna, ou seja, de não ter fonte neste mundo e nos relativismos das suas construções éticas. E foi nessa perspectiva especial que se acumulou um conjunto de reflexões e directivas, com origem no magistério dos Papas e bispos e que bem ou mal ganhou nome sob a designação de doutrina social, e que é,no fundo, a tentativa de descrever o reino ideal para este mundo, tendo em linha de conta as exidências materiais. [3]

A Economia, tal como hoje a entendemos, só se autonomizou em diversas nações europeias no século XVII, sob o impulso dos doutrinadores mercantilistas, como o político francês Jean Baptiste Colbert (1619-1683), e de pensadores independentes como Thomas Munn (1571-1641), John Locke (1632-1704), Jean Bodin (1530-1596), Antoine de Montchrétien (1575-1621), Giovanni Botero (1540-1617), Antonio Genovesi (1712-1769), Juan de Mariana (1537-1623), William Petty (1623-1687), Filipe Hornick (1638-1712) e Johann Justi (1720-1771), que em conjunto ensinaram o contrário da doutrina tradicional, apontando entretanto objectivos específicos àquela nova ciência.

O enriquecimento e a acumulação de bens preciosos estavam entre as primeiras orientações destes economistas. Os clássicos ingleses só tiveram que acabar a operação que havia sido desencadeada com êxito em fins do século XVI e continuada no século seguinte. Adam Smith (1723-1790), Robert Malthus (1766-1836), David Ricardo (1772-1823), Jean

Baptiste Say (1767-1832), e Stuart Mill (1806-1873), fizeram o que faltava, separando definitavamente e por muitos séculos a esfera da economia das regras da ética.

E esta é que é, na realidade, a grande revolução científica, que prepara uma disciplina que se passou a pensar em si mesma e a teorizar a riqueza e a escassez a partir do seu próprio corpo de conhecimentos, tido racionalmente por suficiente para o efeito.

Os fenómenos económicos, apesar de constituírem aspectos importantíssimos da vida da Cidade, não suscitaram de início uma teorização global e sistemática, mas antes uma intervenção parcelar e sectorial, que tentava moralizar as suas manifestações. A Igreja, na sua qualidade de Mãe e Mestra, não se podia alhear duma esfera da vida essencial às sociedades, que se tornava com o tempo um espaço decisivo cada vez mais sintomático para o quotidiano e que encerrava, alem disso, um poder especial. De facto, ela era a instituição ocidental mais católica ou universal das que sobrara do fim do Império e a que conservara uma rede de instituições locais e gerais com servidores dedicados, uma hierarquia resistente, conhecimentos intelectuais e técnicos, de modo que era de facto uma das poucas organizações imperiais que podia, com felicidade, marchar com mais audácia para o novo mundo.

Realmente, a partir do século VI, o que resta organizado e estruturado em todo o mundo pós-romano é certamente a Igreja, que transitara da sede do Império para as províncias, sobrevivendo nas novas unidades políticas, adequando-se com sentido prático às realidades conjunturais. É ela que detém os saberes antigos, que ensina e possui as bibliotecas em latim, que escreve e que prepara quadros intelectuais, enfim, que inculca uma moralidade orientadora da acção humana e que influencia os poderosos de perto, porque entretanto os havia convertido à fé comum, fazendo-os entrar na sociedade eclesial. É também ela que lança as suas próprias experiências económicas e que pensa, através dos seus intelectuais influentes, nas Universidades e nas Cortes, o sentido e a ética da vida económica. Johan Huizinga, um especialista das formas mentais, sublinha este ponto de vista ao afirmar que "o pensamento medieval estava na generalidade saturado das concepções da fé cristã". [4]

Mas esse mundo pós-romano estava também em efervescência a partir do século VIII, quer por tensões internas que conduziam a uma dinâmica tecnológica com impacte não despiciendo na activação do comércio, quer pelo revivalismo da vida urbana que aparecia de algum

modo como uma consequência do clima de prosperidade criado por mudanças simultâneas nos processos de produção. [5]

Com efeito, a partir do século VIII, a vida económica europeia anima-se, torna-se mais complexa, ultrapassa os limites conhecidos pelas civilizações clássicas, e os pensadores religiosos enfrentam-se com a necessidade de ratificar a Justiça e dizer a moral para os casos mais gritantes. Não admira que estes tivessem sido, naquele tempo, em confronto com as normas morais rigorosas, a licitude do comércio, o problema do lucro, a questão do juro e da renda, a teoria da moeda e os males da inflação.

Não há dúvida que a Igreja, pois, se torna com o tempo e o vazio de centros no espaço europeu uma instituição poderosa no contexto continental, com uma influência profunda e extensa sobre todas as actividades humanas. E é aqui que temos que pesquisar a afirmação progressiva das posições relevantes quanto à vida económica e o aparecimento de atitudes favoráveis à viabilização das tecnologias. Para isso importa acompanhar os passos dos pensadores mais influentes e apreciar a prática dos mosteiros rurais das ordens religiosas, pois eles constituem pontos de condensação de poder material e espiritual, tornando-se os abades, em diversas regiões, homens dotados de importante capacidade de intervenção social, económica e política.

O Pensamento Dominante dos Teólogos e Universitários

No que diz respeito ao pensamento dominante basta acompanhar a evolução das atitudes de Santo Agostinho (354-430) a São Tomás de Aquino (1225-1274), ou do doutor comum ao franciscano Duns Scott (1266-1308), para entender que os pensadores da Igreja, não abandonando o fundo moral a que se sentem vinculados pela doutrina de Cristo, caminham no sentido de estudar e aceitar a actividade económica nas suas diversas facetas com o intuito de a vir a disciplinar nos quadros de uma ética cristã.

Santo Agostinho (354-430), que escreve um pouco antes da abdicação formal do último Imperador romano em 476, na situação desesperada e instável do século V, num tempo em que o Império é uma pura sombra, formula a teoria radical da salvação e comunga na condenação clássica do comércio e do lucro, duvidando até da utilidade

da propriedade privada, que acha uma fonte de muitos males. A salvação e participação no Reino de Deus parece-lhe uma meta contrária à vida dedicada ao aproveitamento dos bens deste mundo, que não pode deixar de colocar a alma imortal em perigo pelos pecados de avareza, de cobiça e de inveja.

O seu livro mais influente, *A Cidade de Deus*, trata realmente da pequena importância da cidade da terra e do esforço espiritual que se deve desenvolver para atingir a verdadeira cidade — a cidade do Alto. Se bem que a obra se dedique a defender a perenidade e a exaltada importância da Cidade do Céu, o escritor critica vigorosamente o mundo romano pela corrupção, pela arrogância, pelo abuso dos poderosos e pelo servilismo dos governados. Esta cidade dos homens tem fundamentos estranhos à doutrina de Cristo e por isso todos os seus habitantes correm o risco de perder-se. Nela, que parece desafiar as leis do Céu, é preciso viver com cuidado, com sobriedade, sem ânsias de dominação e enriquecimento, sempre atento aos bens espirituais , que fazem o homem interior.

O modelo de Santo Agostinho, profundamente afectado pela poderosa criação de Platão, é caracterizado no plano espiritual pela adesão exclusiva e absorvente ao bem supremo e no plano comum por uma ética da moderação e da sobriedade. O que convém é o homem ter o suficiente para viver e é pois perigoso possuir demasiado ou ter muito pouco. Aos seus contemporâneos dirige estas palavras bem significativas: "Porque vos queixais dos tempos cristãos quando a adversidade vos fustiga? Não será porque estais desejosos de gozar com segurança da vossa luxúria, afundando-vos em costumes totalmente perdidos, longe de toda a aspereza das coisas molestas? Desejais ter paz e estar providos de todo o género de recursos, mas não é para deles fazerdes uso com honradez, isto é com moderação e sobriedade, com temperança e religiosamente, mas sim para alcançardes infinita variedade de prazeres com dissipações insensatas e, com tal prosperidade, dardes origem, nos vossos costumes, a males piores do que a crueldade dos inimigos". [6]

Tais posições radicais eram partilhadas pelos primeiros pais da Igreja, que foram inimigos decididos do espírito de lucro, da propriedade, do negócio, da riqueza, e partidários declarados da desapropriação, do ascetismo, da moderação e da sobriedade. Autores influentes como o romano Quintus Septimus Tertulianus (160-225), São Basílio Magno (330-379), São Clemente , São Jerónimo (340-420), Santo Ambrósio

(340-397), São Cirilo de Alexandria (370-444), São João Crisóstomo (349-407), contribuíram, entre outros mais, para formar um preconceito religioso duradoiro contra a riqueza e a intensa vida económica, aliás na pura tradição evangélica. São João Crisóstomo, por exemplo, escrevia nas suas *Cartas Espirituais*: "Utilizai o iníquo Mamon para granjear amigos que vos receberão, um dia, nos eternos tabernáculos. Distribui o vosso dinheiro por aqueles que não compram pavões, mas somente pão simples; que procuram saciar a fome e não aumentar as suas rendas. Sirva-vos de lição a inteligência do pobre e do necessitado (...). Livrai-vos de contribuir para o enriquecimento dos estranhos enquanto o vosso Senhor pede esmola". [7]

De facto, acompanhando os livros da Fé, verifica-se que Cristo é "o pobre de Iavé", que nasce para nós num estábulo e no seio de uma família pobre, dependente do trabalho. Os profetas israelitas lançaram diatribes contra os ricos e , mais tarde, o Reino eterno é directamente anunciado pelo Verbo aos pobres. Estas palavras de Cristo, no conjunto das Bem-aventuranças relatadas por São Lucas, estão na origem da tradição, embora possam surpreender os contemporâneos pela sua dureza: "Ai de vós, os ricos, porque recebestes a vossa consolação. Ai de vós, os que estais agora fartos, porque haveis de ter fome". [8]

São Lucas é com São Mateus um dos mais cuidadosos narradores das posições de Jesus face à riqueza e ao mundo económico e, por isso mesmo, mais adiante, anota estas palavras pesarosas, pronunciadas a propósito da tristeza do jovem rico, que não teve coragem para tudo abandonar, como lhe era pedido pelo Messias: "Quão dificilmente entrarão no reino de Deus os que têm riquezas! É mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha que um rico entrar no reino de Deus". [9] Entre as passagens mais conhecidas do Evangelho está o elogio dos lírios do campo que não fiam, nem tecem, e contudo, vivendo sob a misericórdia de Deus, exibem vestuários mais sumptuosos que Salomão. Como não lembrar a este propósito a satisfação do rico insensato com o celeiro cheio nas vésperas da morte ou a terrível parábola do rico orgulhoso e do pobre Lázaro? Ainda se pode repetir a pergunta do Mestre com a mesma intencionalidade original: de que serve ao homem ganhar o mundo se vier a perder a sua alma? As orientações dos primitivos padres da Igreja são assim totalmente ortodoxas e Spengler viu bem quando anotou a este propósito que: "para o verdadeiro santo, toda a economia é

pecado, e não só o empréstimo a juros ou a alegria de ser rico ou a inveja do pobre sobre o rico". [10]

Mesmo São Tiago, autor de uma Carta integrada no Novo Testamento, avisa severamente os ricos nesta tradição evangélica e a sua advertência pesa duramente sobre o mundo económico: "E agora vós, ó ricos, chorai em altos gritos por causa das misérias que virão sobre vós. As vossas riquezas estão apodrecidas e os vosso vestidos estão comidos pela traça. O vosso ouro e a vossa prata enferrujaram-se e a sua ferrugem dará testemunho contra vós: devorará a vossa carne como o fogo. Entesourastes nos últimos dias! O salário dos trabalhadores que ceifaram os vossos campos foi defraudado por vós, e clama; e os clamores dos ceifeiros chegaram aos ouvidos do Senhor dos Exércitos. Vivestes na terra rodeados de volúpias e de delícias; cevaste os vossos corações para o dia da matança". [11] O Mestre, aliás, tinha dito: "Não podeis servir a Deus e às riquezas". [12]

Agostinho e São Tomás de Aquino

Mas até aos teólogos do século XIII a atitude desfavorável vai mudar face à pujante pressão das transformações económicas e a elite intelectual deixa de travar as novas correntes, que dão sentido à melhoria dos níveis de vida. Os escritos de académicos como Alexandre de Hales (1175-1245) e São Tomás de Aquino (1227-1274), em meados do século XIII, dão-nos a prova da procura inteligente de uma acomodação entre a acção económica e a moral cristã.

Hales escreveu um *Suma Teológica Universal* onde discute as questões da propriedade privada, do lucro comercial e do juro, fenómenos que o pensador tinha diante dos olhos na vida agitada da cidade. É dos primeiros teólogos que compreende e justifica o comércio como uma função social, pois oferece os artigos necessários à vida. Ele argumenta com o custo do transporte dos bens e do armazenamento dos produtos, sublinhando que tudo isto representa trabalho a solicitar uma recompensa. Portanto, Alexandre de Hales reconhece a legitimidade de uma actividade em expansão no seu tempo, mas busca enquadrá-la numa licitude que lhe advém de não ser feita contra a comunidade, não ser praticada por clérigos nem em lugares de oração, nem para fins de açambarcamento. De facto, o lucro, na sua doutrina, é um salário de uma função indispensável já.

Quanto a arrendamentos e empréstimos, Hales entende que a renda é licita pois é um pagamento do uso de um bem que se deteriora, mas quanto ao juro permanece muito conservador, pois não possuía a noção de depreciação da moeda no tempo em função das taxas de inflação. Por isso o juro é condenado, dado que o prestatário recebe aparentemente toda a sua propriedade de volta e no mesmo estado; admite, no entanto, alguma compensação pela falta de cumprimento dos prazos fixados para o empréstimo. Tomás de Aquino, pouco tempo depois, justificaria, no mesmo sentido, o recebimento de algum presente, sem retirar a condenação à cobrança de juros. Estes, obviamente, cobrados pelo uso temporal de um bem financeiro, deveriam ser superiores à taxa de inflação — caso contrário o prestamista ficaria sempre a perder, ainda que recebesse em numerário, integralmente, a quantia emprestada. Mas a perspectiva medieval nesta matéria nunca chegará aqui.

Aquino, um intelecto formado em Aristóteles, membro da ordem dominicana, encontrou grande oposição no meio universitário e religioso, onde dominava a Teologia de Santo Agostinho e o idealismo de Platão. Estes interesses intelectuais conseguiram condenar formalmente algumas das suas teses, tidas por muito duvidosas e inspiradas nos comentaristas árabes do estagirita. [13] De facto, Aristóteles, ao contrário de Platão, chegou tarde ao mundo medieval, traduzido e comentado pelos intelectuais muçulmanos como Avicena (980-1037) e Averroes (1126-1198), mas Aquino foi dos estudiosos que insistiu em separar o filósofo das especulações dos comentaristas, mas não conseguiu distanciar-se suficientemente aos olhos dos críticos neoagustinianos e neoplatónicos, instalados na Universidade e dotados de algum poder. Em 1210 proibia-se o ensino da Física e da Metafísica de Aristóteles e todas as outras obras, como os escritos de Lógica (o *Organon*), *A Ética e A Política*, ficavam sob suspeita, embora pudessem oferecer uma concepção racional do Universo e um vasto quadro intelectual menos especulativo e mais próximo do mundo dos homens.

Tomás de Aquino, na peugada de Alberto Magno, seu professor e protector, tudo fez para se aproximar desta obra gigantesca e operar a síntese da fé do cristianismo com os métodos e os rigorosos quadros mentais do aristotelismo. A sua obra madura e influente, *Summa Theologica*, redigida entre 1267 e 1273, é no fundo um resumo orgânico em diversos volumes das matérias leccionadas na Universidade, e que eram aí discutidos e disputados sem plano. [14] A obra, extremamente

importantes para todo o mundo cultural de então, apresenta 611 questões, distribuídas por três partes e divididas em secções: Deus em si mesmo, Deus como fim do homem, Deus como Redentor. É na segunda parte que o génio de Aquino se debruça sobre o homem socialmente activo, especialmente na segunda secção, onde expõe as condições naturais da actividade humana, estudando as virtudes e os vícios, os diversos géneros de vida e os diferentes estados que pode assumir a conduta individual. [15] É aqui que se consideram sobretudo os problemas das trocas, do lucro das sociedades, do preço justo e do juro, fenómenos reais da sociedade urbana da época. Apesar das oposições, a doutrina rigorosamente lógica do Santo triunfou a partir de 1323, quando o Papa João XXI o canonizou, tornando o seu Tratado não só uma referência obrigatória para o pensamento da Igreja, como sobretudo o próprio pensamento da Igreja. Moralista por excelência, Aquino preocupa-se com a fraude e a justiça. Assim, o comércio é lícito nos mesmos moldes de Hales e o lucro do comerciante ou das sociedades mistas, de capital e trabalho, também o é, dependendo a sua última justificação dos fins a que é destinado: como ser empregue no sustento da família ou ser a compensação por trabalhos e riscos. Tomás de Aquino, o maior e mais influente teólogo de todos os tempos, acaba por justificar o lucro comercial das sociedades e dos indivíduos, mas para lá disso busca oferecer uma ética para enquadrar a vida económica, de modo a que ela sirva os homens e Deus.

Mas os fenómenos económicos já estavam a sair da alçada das regras morais medievais, como, por exemplo, a formação dos preços. O teólogo defendeu o preço justo, um conceito que tem a ver com o valor intrínseco dos bens transaccionados, segundo uma óptica subjectiva que envolve uma apreciação pessoal e conscienciosa, e entendeu que a compra e a venda deviam girar à volta desse preço subjectivo, sempre informado pela justiça. Mas efectivamente o preço afastava-se daquele valor e seguia antes as oscilações da oferta e da procura no mercado.

O juro continua a não encontrar compreensão, mas tem-se argumentado que as taxas praticadas nos empréstimos a dinheiro se poderiam considerar expoliadoras. Assim, a condenação repetida incidiria no fundo na usura, o único juro conhecido na conjuntura dos autores, pois a moeda era escassa e cara. Os medievais procuravam disciplinar os emprestadores, que já haviam fugido ao seu controlo. A condenação dos teólogos, realmente ineficaz, tentava moralizar uma área que só milagrosamente reconheceria limites éticos, porque o que tinha feito e

continuaria a fazer seria justamente seguir as orientações do mercado fiduciário, explorando a fragilidade dos prestatários.

Outros teólogos reputados e influentes nos meios universitários da Igreja seguiriam por sua vez este caminho de compreensão. Richard Middleton (1249-1308), John Duns Scott (1266-1308), Nicolau de Oresme (1320-1382) e Roger Bacon (1320-1382), descobriram caminhos onde a fé e a dinâmica tecno-económica se podiam encontrar sem faíscas. [16] Middleton, herdeiro do aristotelismo e do pensamento de Tomás de Aquino, apresenta a propriedade privada como fundamento de uma vida social laboriosa e pacífica e expõe com agudeza as vantagens do comércio para vendedores e compradores, chegando já a definir economicamente o preço como preço do mercado. No juro, ponto de toque dos moralistas medievais, o franciscano apercebeu-se que o dinheiro do prestamista, em si mesmo, era estéril, de modo que o seu aproveitamento para fins produtivos pelo trabalho ou engenho do prestatário só a ele pertenceriam. Afinal, entendeu-se com ele que o dinheiro não é apenas emprestado para funções consumistas, mas não se entendendo o resto, tudo ficou no patamar a que chegara Santo Agostinho e que Tomás de Aquino habilmente justificara.

Duns Scott, outro franciscano, foi professor das Universidades de Paris, Oxford e Colónia, onde morreu em 1308. O seu posicionamento económico é inovador e mostra a propriedade como o resultado do direito positivo. Não é para ele um fenómeno natural, nem produto das leis divinas, antes uma criação humana que deve estar ao serviço dos interesses superiores da sociedade. O comércio parece-lhe uma actividade necessária e útil à vida social e o lucro a recompensa de conhecimentos, trabalho, despesas de armazenamento e risco corrido. É um pensador que se apercebe da extrema importância do comércio para os países medievais porque recomenda que nos reinos desprovidos de comerciantes os governantes se apliquem a contratar especialistas para agilizar aquele sector. Por aqui poderemos apreciar a percepção que tinha das rodas do comércio e da função destacada que ele desempenhava na vida das sociedades.

Nicolau de Oresme, bispo de Lisieux, traduziu pela primeira vez Aristóteles para a sua língua e dedicou-se ao estudo da moeda, não só para compreender o fenómeno económico, mas também para o enquadrar moralmente dizendo o que estava errado e o que estava certo. Estamos já perante um arguto observador, que em fins do século XIV desenvolve

com rara penetração uma verdadeira teoria da Moeda e dos fenómenos monetários. No seu *Tratado sobre a Primeira Invenção da Moeda* constrói noções e explicações fundamentais ainda aceitáveis e insere considerações éticas sobre a desvalorização ou a quebra do poder de compra, que parecem escritas para os nossos dias. Oresme, já no fim de um mundo, quer fazer reverter a capacidade de decisão sobre o valor da moeda para a comunidade, o que é correctíssimo, pois, como diz, "se um homem troca o seu pão ou o trabalho do seu corpo por dinheiro, este certamente pertence-lhe a ele só, exactamente como lhe pertenciam o seu pão e o seu trabalho, de que podia dispor à vontade, a menos que fosse servo." [17] Mas normalmente a moeda está controlada pelos poderes públicos, que a manipulam lesando os detentores do numerário. Apercebendo-se disto, Oresme defende o valor real do dinheiro, pelo qual as pessoas dão a força do seu trabalho ou bens valiosos, e condena violentamente as manipulações e alterações da moeda, forjadas ilegitimamente pelo poder político, que não hesita, aliás, em qualificar como "roubo violento", pior que a usura. Para alterar o valor da moeda ele exige situações difíceis e o compromisso de toda a comunidade.

O Lugar de More

No fim da Idade Média e nos alvores de uma grande transformação económica ecoa a voz final de Thomas More (1478-1535) para condenar, em Inglaterra, a busca do lucro desenfreado por parte dos senhores de terras e voltar a lançar o velho apelo à moderação e à solidariedade. No seu conhecido e influente livro, *Utopia*, repercutem os conflitos socioeconómicos da Inglaterra de Henrique VIII, onde se gerava o primeiro espírito capitalista e a busca da racionalização da produção com vista ao lucro. Dos portos comerciais soprava, como escreve Barrington Moore, um vento de mudança que varria os campos afolhados à moda medieval para ali deixar rebanhos de carneiros. [18] More não tolera a situação e afirma que "essas criaturas tão plácidas e que costumam requerer tão pouco alimento, desenvolveram aparentemente agora um horroroso apetite e tornaram-se em devoradores de homens. Campos, casas, aldeias e tudo o mais deslizam pela sua garganta abaixo. Para ser mais claro, em todos os pontos do reino onde se recolhe a mais fina e apreciada lã, nobres, ricos e até santíssimos abades começaram a sentir-se insatisfeitos com os rendimentos que os seus antepassados retiravam das

terras. Já não se contentam com viver em ociosidade e conforto que não causam qualquer bem à sociedade — antes querem activamente fazer-lhe mal, cercando toda a terra que podem para pastos, e não deixando nenhuma para cultivo. Estão mesmo a abater casas e a demolir aldeias, deixando apenas a igreja para servir de estábulo aos carneiros. Como ainda não desaproveitaram solo bastante em parques e reservas de caça estas gentis almas começaram a destruir qualquer traço de habitação humana e a transformar toda a faixa de solo cultivado em terra abandonada". [19] Já era muito tarde. Os carneiros expandiram-se na paisagem inglesa, proporcionaram grossos lucros aos produtores e exportadores de lã e os camponeses viram-se na necessidade de abandonar as suas aldeias e campos, invadidos pelos bichos de ouro. A guerra civil desencadeada em 1640, depois da morte de Isabel I, retornaria a este problema. Mas contra Thomas Morus, porque os carneiros saíram vitoriosos com as hostes do Parlamento. [20]

Parece claro no pensamento económico dos medievais que a rejeição agustiniana do facto económico e o alheamento dos Padres da Igreja nascente foi superado, no Ocidente, no quadro da vida citadina do século XIII. Verifica-se que os pensadores da instituição chave se atarefaram nas Universidades para encontrar um enquadramento ético para as actividades comuns do tempo: o comércio, o lucro, o juro, a moeda, revelando afinal que a salvação anunciada por Roma se compaginava com os esforços de comerciar e lucrar. Uma revolução de mentalidades estava feita pelos principais pensadores medievais, que não raro tiveram assento em Concílios e puderam orientar gerações de dirigentes.

As Experiências Económicas do Monarquismo: O Lugar da Tecnologia

A outra ala da transformação das atitudes mentais dos núcleos influentes parte dos Mosteiros, centros de vida cenobítica, mas regrada e atinente à ordenação do meio natural. O monaquismo ocidental, criado pela Regra de São Bento de Nursia (480-547), elaborada e difundida no século VI, organiza estritamente monges que oram e laboram sob a autoridade vasta de um abade, e é justamente o trabalho penoso do humilde religioso que sofre o impacte de invenções que aliviam muitos

aspectos da vida quotidiana. Nos tempos difíceis do século VI e até à Alta Idade Média tinha-se tornado uma escolha inteligente a vida protegida pela Religião e para as Ordens seguiram professos da aristocracia e do povo. O trabalho aparece entre a comunidade monacal como meio económico de sustentação e como disciplina contra a preguiça.

No seio da doutrina era claro que depois da queda de Adão o homem estava condenado a trabalhar para ganhar o seu sustento e a penosidade desse labor explicar-se-ia como estipêndio do pecado dos primeiros Pais. Ora, os monges não só inauguraram uma tradição de trabalho efectivo, que contrasta com o monaquismo oriental, como vieram a associá-lo directamente à obra da Criação, olhando-o como o contributo humano para o aperfeiçoamento do mundo e seu consequente domínio — domínio esse encomendado por Deus a Adão. Não pode estranhar que os conhecimentos ligados ao melhoramento das condições de trabalho e dos resultados acabassem por merecer atenção e apreço. No fundo tratava-se de aprofundar e desenvolver um mandamento de Deus, mas os desenvolvimentos destas disposições teológicas abriam a janela para a racionalização do trabalho monástico, para a inovação justificada e para a aplicação de tecnologias produtivas.

A Ordem dos Beneditinos, que se espalhou por toda a Europa, distinguiu-se das outras porque impunha a obrigação de trabalhar diversas horas por dia e estabelecia uma rigorosa ordem interna, que impunha uma disciplina severa livremente aceite pelos frades. A comunidade, vivendo em tempos difíceis, dedicava-se ao trabalho da terra, buscando daí o seu próprio sustento. O trabalho ganhava valor moral e a ele todos estavam obrigados. Estas autênticas cooperativas religiosas foram das primeiras organizações a aplicar por conveniência o planeamento e a estruturar o esforço colectivo na convicção fundada de que "trabalhar é rezar". Ora, para ter mais tempo disponível, os monges inclinaram-se para o desenvolvimento e aplicação de certos inventos técnicos que poupavam trabalho humano, optando claramente pela mecanização.[21] Lewis Mumford afirma que eles começaram a intensificar "o uso dos primeiros motores: a roda movida por cavalos, burros e bois, o moinho movido por água, e o moinho de vento. A invenção das máquinas e a sua organização em grandes unidades de trabalho foram factos que aconteceram quase simultaneamente. (...) Tal mecanização monástica era parte de uma racionalização ainda maior, que

abarcou todos os processos tecnológicos e que só agora tem sido apreciada em todo o seu valor". [22] Os frades ficaram com mais tempo para orar e para se dedicarem à cópia de manuscritos, à talha, às iluminuras e a outras obras artísticas. Com o sucesso económico os mosteiros enriquecidos com as suas produções, dádivas, direitos e serviços, passavam o trabalho dos monges para os servos, dedicando-se os professos a trabalhos intelectuais. Este processo económico repetir-se-ia com Ordens expressamente criadas para fazer frente ao amolecimento da velha Ordem de São Bento: Cluny e Cister.

A Ordem de Cluny é fundada em 910 por Guilherme, o Pio, Duque da Aquitânia, no pequeno povoado da Borgonha e expandiu-se continuamente até ao século XI, atraindo a si, no seu afã reformador, mosteiros beneditinos e criando novas casas. A exploração agrícola e as ofertas tornaram a Ordem sumamente poderosa no contexto político europeu e o abade de Cluny uma figura de prestígio imenso.

Quando se funda Cister, no ano de 1098, tem-se presente evitar os erros dos clunicenses e por isso um grande ênfase é posto no trabalho manual do monge. Robert, abade de Molesme, preocupado com a riqueza do seu mosteiro, abandona essa casa clunicense e funda um mosteiro reformado, em Cîteaux, aonde acorrem outros homens desejosos de aperfeiçoamento espiritual. Em 1112, chega Bernardo e outros amigos, que o acompanharão depois na fundação de um novo mosteiro de Cister, em Clairvaux, de que ele se tornaria abade em poucos anos. Sob o impulso deste grande monge, intelectualmente excepcional, que infundiu um espírito de sobriedade e combatividade à cultura monástica, a Ordem conheceu uma poderosa expansão em toda a Europa, da Inglaterra a Portugal e da França ao Leste. É de seu punho esta sentença: "Pelo que toca ao proveito da alma, as riquezas são em si mesmas coisas indiferentes, nem prejudiciais, nem favoráveis. Mas usá-las bem é bom, assim como abusar delas è malíssimo, e torná-las objecto de todas as nossas solicitudes é o pior mal que podemos ter; e quando se buscam com desassossego é coisa torpíssima e vergonhosa". [23]

Mas com a passagem do tempo, a protecção dos poderosos, as heranças, a exploração de ovelhas, a plantação da vinha e o cultivo da terra, fizeram sentir o seu peso e voltaram a gerar a afluência e os males que eles queriam eliminar e que, na sua análise, tinham vitimado as experiências comunitárias anteriores de beneditinos e clunicenses, degradados pelas riquezas deste mundo. Mumford escreve que já em

tempo de Bernardo de Claraval "muito antes do surto urbano que se confirmou por toda a Europa, houve toda uma série de avanços tecnológicos, que haviam sido propagados pelos mosteiros beneditinos, que assim dispunham de muito tempo livre para outra tarefas, mas havendo com isso acrescentado enormemente a produtividade total da maioria dos ofícios livres". [24]

Neste contexto epocal, do século VI ao séculos XII e XIII, os monges destacam-se, nas áreas onde se instalam, como uma força espiritual e económica importante. São eles que dominam a escrita e a leitura num meio totalmente iletrado, que conservam os documentos escritos de compra e venda, os testamentos, os contratos, e assim por diante. São eles ainda que detêm o poder último e mais temível — o das chaves de São Pedro — a capacidade de abençoar e afastar os males infernais ou de fechar as bênçãos do Céu.

No plano económico, os monges sobressaem por terem sido capazes de incorporar nas suas condições de produção as técnicas que se difundiam e de inovar por seu turno. Sendo grandes proprietários fundiários, aplicaram nas suas terras os novos métodos, buscando maior e melhor produção e em muitas áreas recuperaram matas e terrenos costeiros arenosos para a agricultura. Mesmo em Portugal, nas terras pesadas e húmidas dos cistercienses, no domínio de Alcobaça e nos campos do baixo Mondego, as propriedades foram cultivadas assim. [25] E as propriedades aumentavam substancialmente como informa José Mattoso: "Os cistercienses praticaram intensamente a gestão directa, usaram o trabalho manual dos conversos — uma mão de obra quase gratuita —, entraram a fundo na economia de produção e de trocas, edificaram granjas perto das estradas e encruzilhadas, organizaram transportes e vendas, estudaram a maneira de conservar os seus produtos para não se deterioraram, compraram terras sem cessar. A partir do século XIII exerceram também poderes senhoriais sobre os homens que habitavam nas suas terras e que eram cada vez mais numerosos". [26] Na França e na Alemanha especializam-se na produção de vinho, na Inglaterra são exportadores de lã, mas por todo o lado se revelam inventivos e atentos às oportunidades do mercado.

No que toca às forças hidráulicas e eólicas foram os grandes mosteiros que se aplicaram no seu aproveitamento para seu uso e como fonte de rendimento pelas taxas cobradas ao povo. Gimpel documenta bem este processo para a França a partir de 845, quando nas 23

propriedades do mosteiro de Montier-en-der se contavam, no rio Voize, 11 moinhos, mas é preciso ter em conta que as comunidades monásticas aplicaram igualmente o veio dos excêntricos para adequar a força hidráulica a outros trabalhos. No século XIII, um documento de Claraval relata detalhadamente como "um braço de rio, ao atravessar as numerosas oficinas da abadia, faz-se abençoar em toda a parte pelos serviços que presta".[27] Conflitos entre detentores de moinhos e aldeões que não os querem utilizar e disputas até com gente interessada em manter novos moinhos ilustra bem a difusão do processo e a quantidade insuspeita de aparelhos que os mosteiros possuíam.

Assim, a experiência do monaquismo ocidental demonstra claramente que as técnicas são cada vez mais apreciadas e que a própria noção clássica da hierarquia das ciências, herdada do aristotelismo, é abalada. Conhece mesmo uma autêntica inversão num dos maiores génios da Cristandade, sempre muito mal compreendido pela Ordem Franciscana, que o chegou a confinar dez anos e a deter em prisão 14: Roger Bacon (c.1214-1294). E é este problema que deve agora ser examinado.

Os Saberes Mecânicos

A concepção das ciências e da sua hierarquia é herdada fundamentalmente do mundo grego e de Aristóteles. O filósofo considerava que havia um fosso enorme entre as ciências do espírito e as ciências utilitárias, ficando estas ocultas numa sombra de menosprezo, porque degradavam a mente e eram indignas de um homem livre. Toda a atenção dos pensadores clássicos e depois de universitários e letrados medievais se concentraria forçosamente nas Artes ilustres: a Filosofia, a Teologia, a Música, a Gramática, a Lógica. Todavia algo mudava. Um sinal encontra-se na obra de Santo Isidro de Sevilha, que entre os 20 livros dedicados às Ciências, escreveu 6 sobre as artes utilitárias como a construção naval, a fabricação de vestuário, a construção de edifícios, a fabricação de armamento, utensílios domésticos e outras ferramentas. A sua *Etymologies* dá a nota da curiosidade sobre uma área não pensada, que com John Scotus Erigena recebeu o nome de artes mecânicas (*artes mechanicae*).

O caudal de inovações medievais levou a uma consideração mais atenta que já se reflecte no teólogo alemão Hugo de São Vitor (1096-

1141), que compôs um *Didascalion*, trabalho enciclopédico onde surgem as artes mecânicas estudadas: navegação e comércio, manufactura têxtil, armamento, agricultura, medicina, caça e teatro. Se bem que pouco consideradas pelo autor elas no entanto ajudam o homem na sua condição de ser decaído pelo pecado dos primeiros pais. As tecnologias surgem no pensamento do século XII como artes necessárias mas inferiores às artes puramente intelectuais. A influência de Hugo estendeu-se até ao século seguinte e reflectiu-se em espíritos influentes como Alberto Magno (1206-1280), São Boaventura (1218-1247) e Roberto Kilwardby (? - 1279). Este último, no seu *De Ortu Scientiarum* (Sobre a Origem das Ciências) discute as artes mecânicas e apresenta-as como aspectos práticos das ciências puras. Cada arte mecânica só é possível graças a uma ciência especulativa: o carpinteiro usa a Geometria e a Matemática, a navegação a Astronomia, e assim se regressava a uma percepção tecnológica uns pontos acima de Hugo de São Vitor.

Com o franciscano inglês Roger Bacon as coisas mudam radicalmente e a tecnologia passa a ocupar o lugar destacado. E o seu argumento é imbatível: só as técnicas mecânicas dão ao homem controlo sobre o mundo natural. Professor em Oxford, foi ganhando uma desconfiança profunda nos clássicos e orientando o seu trabalho para a observação e estudo da natureza e para a experimentação. Esta doutrina opô-lo à Ordem que em 1257 o manteve discretamente afastado até o recém eleito Papa Clemente IV o chamar em 1265 e lhe encomendar uma obra sobre as ciências. Bacon escreveu uma enciclopédia do saber científico do seu tempo em 18 meses, dividida em três livros: *Opus Maius*, *Opus Minus* e *Opus Tercium* . A obra insiste no saber experimental que se adquire pelo uso dos sentidos e ele próprio, possuidor de um laboratório, descobriu o princípio do telescópio e dos óculos. [28]

Deste modo, antes do advento do pensamento económico autónomo e separado da Moral assiste-se no período medieval a uma reapreciação dos fenómenos económicos, do trabalho e da tecnologia. A atitude moral é a que prevalece e que tem continuidade, porquanto o objectivo da salvação eterna do homem combina-se permanentemente com as necessidades materiais da vida na terra e as exigências do bem comum. Neste sentido é peculiar esta ponte: a contribuição de Oresmo, que defendeu o valor real do dinheiro contra as quebras e a inflação são posições que voltaram a ter eco no texto de um documento de raro valor,

a constituição pastoral *Gaudium et Spes*, onde os padres conciliares tomaram a sério o que ele escreveu séculos antes e inscreveram cautelosamente estas palavras: "Em relação à questão monetária, tomemos precauções para não prejudicar o próprio país ou as outras nações. Além disso, tenha-se o cuidado de providenciar para que os economicamente mais fracos não sejam lesados pelas alterações do valor da moeda". [29] Foi esta ferida identificada no século XIV pelo bispo de Lisieux que ainda hoje sangra abundantemente, empobrecendo os que trabalham, prejudicando os débeis e alimentando toda a sorte de parasitas. [30]

A Ruptura e o Economicismo

Estes elementos de análise histórica ajudam a compreender a intenção primordial dos pensadores e dirigentes da Igreja: dar um quadro moral às actividades relacionadas com a criação e a distribuição de riqueza, bem como estabelecer o justo e o injusto de modo a prevenir a exploração e a condenação da alma imortal. Os fenómenos emergentes com a dinâmica económica medieval foram suscitando as interrogações e os doutores foram felizes na ligação do económico ao quadro perene dos valores da tradição católica, que se refere constantemente a outro mundo, o invisível mas inevitável do ponto de vista da fé, para todo e qualquer homem.

A ruptura com o enquadramento ético foi levada a cabo pelos pensadores mercantilistas e depois continuada com fisiocratas e clássicos, para culminar no marxismo, o economicismo por excelência. Para esta atitude contribuíram as grandes mudanças dos séculos XV e XVI, os movimentos da Renascença e da Reforma, a centralização do poder e o desenvolvimento do calvinismo. Com os mercantilistas ingleses, franceses, castelhanos ou italianos, chega-se à concepção de uma esfera económica propriamente dita, com leis internas e completamente desligada da ética. O "enriquecei-vos" e a competição desenfreada são também indicadores da libertação da jovem disciplina, que passa a ter teorizadores "neutros" em matéria moral.

A revolução industrial de 1750 e as suas consequências só difundiram esse novo modo de conceber a realidade e ao mesmo tempo que as sociedades caminhavam para altos níveis de produção e consumo.

A teorização económica eleva-se a níveis inesperados e na prática da vida quotidiana aparecem os graves conflitos entre assalariados e empresários, conflitos que não podem fazer esquecer o outro grande conflito entre os dois sistemas filosófico-económicos que disputavam o controlo da área económica como passo para chegar ou controlar o aparelho político.

Os conflitos, que sempre existiram, abafados ou controlados, têm agora outros componentes e revelam uma intencionalidade existencial. Para vastas camadas de população, envolvidas ou não nos confrontos sociais, estes passam agora a ter uma justificação ideológica e também máquinas organizadas para os explorar. A conflitualidade alastra e não raras vezes associada à violência mais infame. [31]

Ao lado dos teorizadores neutrais, que apenas se preocupam com os modelos matemáticos, as taxas, os óptimos, surge também uma plêiade de economistas-ideólogos que identificam na massa assalariada uma vanguarda para o derrube do Estado, tarefa urgente e justa para acabar com a exploração. A conflitualidade invade a sociedade global e surge uma divisão que parece insanável. A Economia, pela mão dos marxistas, assume um significado iniciático e é o centro geométrico do poder. E agora, se para uns o problema fundamental é a palavra de ordem dos mercantilistas: "enriquecei-vos!", para outros trata-se de uma área de disputa permanente para a conquista do poder político. A luta de classes, amplamente condenada pelos pontífices romanos, torna-se com o tempo uma regra de vida, quer a Oeste, quer a Oriente. Os grupos sociais, sentindo que o enriquecimento de todos não é possível, recusam a colaboração e lutam por vantagens marginais, chantangeando o resto da sociedade, agravando deste modo a vida de todos, enquanto noutros sítios a colaboração obrigatória era instituída pela força policial.

O Que Está Perdido

O mundo contemporâneo, profano, muito dominado pelas doutrinas e práticas materialistas, assumiu o reducionismo económico como o cerne da vida. Das três funções inventariadas por Dumézil entre os indo-europeus, os homens actuais lembram- -se sobretudo do consumo, do estômago. Esta situação não poderia deixar de conduzir à polarização dos interesses, aos confrontos que se remetem ao imediatismo das vantagens opostas, à contradição irremediável das perdas e ganhos, sem outra

transcendência que a vida abastada de uns, a proletarização de outros e a exploração do conflito, empolado de certo, por terceiros, que aparecerão sempre como gestores da questão.

A saída materialista para o conflito tinha que ser o reino utópico da abundância para todos, marca dos socialismos utópicos e científicos, que nestas circunstâncias haveria de ser o ponto de convergência de amplas camadas de assalariados e quadros médios. E, na verdade, é extremamente difícil, para não dizer impossível, encontrar um mito tão mobilizador quanto este, pois ele é o vértice da própria concepção restrita da Economia e da Vida. Um ponto de chegada caracterizado pela abundância , gerada por gestão científica, e onde as distinções sociais nada implicassem, era na verdade uma meta histórica de grande alcance para todos quantos sofriam na carne as agruras das dificuldades concretas e a discriminação que acarreta o estatuto social.

Mas não foi esse o caminho da Cidade católica. O abandono da religião, que Leão XIII colocava como uma causa subtil da difícil condição operária, tornou-se com o andar do tempo numa causa remota da difícil situação do mundo. [32] A realidade que antes integrava a dimensão espiritual, a vida sobrenatural, ficou reduzida à dimensão do quotidiano. As pequenas vantagens do mundo conhecido esgotam a realidade, e o que existe para lá desta parcialidade tem-se esbatido e perdido peso na mente do homem contemporâneo. O próprio Deus, um ser vivo, tem tendência a ser conceptualizado como uma mera representação mental. O abandono da religião parece ser um subproduto desta evolução geral, que subalterniza o que não se aprecia directamente pelos sentidos e que privilegia o que se apreende directamente, o que dá a proeminência às coisas materiais e corporais. Trata-se de um reducionismo arbitrário que opera uma cisão na realidade, declarando real o material, e contentando-se com o quotidiano.

Como o materialismo prático e teórico não tem transcendência, os actos são neutros e as pessoas esgotam-se neste círculo de ferro, aceitando-o, racionalizando-o e reforçando-o até. Paulo VI referiu-se com propriedade a um pilar destra cultura: "ao liberalismo sem freio que conduzia à ditadura denunciada com razão por Pio XI como geradora do imperialismo internacional do dinheiro". [33] João Paulo II, herdando uma stuação mais devastada, combateu veementemente este estado de coisas com a sua encíclica "O Esplendor da Verdade", atestando que " perante as graves formas de injustiça social e económica e de corrupção política,

que pesam sobre os povos e nações inteiras, cresce a reacção indignada de de muitísssimas pessoas oprimidas e humilhadas nos seus direitos humanos fundamentais e torna-se cada vez mais ampla e sentida a necessidade de radical renovação pessoal e social, capaz de assegurar justiça, solidariedade, honestidade e transparência." [34] Mas tudo parece ser doutrina lançada no vazio, pois o mundo não abre as portas ao Redentor, como convidou desde o princípio do seu ofício o actual Sumo Pontífice, porque, ainda nas palavras do Papa, persiste o erro denunciado por Leão XIII: uma concepção de liberdade humana qque a desvincula da obediência à verdade e o o seu conteúdo reduz-se então ao amor a si mesmo, até chegar "ao desprezo de Deus e do próximo". [35]

Esta atitude geral tem consequências em todos os níveis, pois afecta directamente as concepções de trabalho, de riqueza, de vida económica e de vida política. Mais que em 1891, quando o Papa Leão XIII publicou a sua encíclica, "os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e instituições públicas", deixando os homens abandonados e retirando-lhe a lucidez de um critério superior às coisas caducas. [36] Os critérios superiores, ainda que reafirmados sistematicamente, é como se não existissem e já ninguém é capaz de avaliar as intenções "dos homens perversos que, nos seus discursos artificiosos, sugerem esperanças exageradas e fazem grandes promessas, as quais só conduzem a estéreis pesares e à ruína das fortunas". [37]

Leão XIII, que lamentou este afastamento, garantiu também que o conflito tem solução e certifica que é a Igreja que a possui porque "haure no Evangelho doutrinas capazes ou de pôr fim ao conflito ou ao menos de o suavizar, expurgando-o de tudo o que ele tenha de severo e áspero". [38] Portanto, é fora dos quadros habituais do mundo que se encontra uma solução, solução que dimana da certeza de um princípio supramaterial. Assim, há que reganhar o que se perdeu: um certo sentido religioso, a compreensão do homem e da vida no seu todo material e espiritual, enfim, o sentido ético e da moderação tão presente em Tomás de Aquino.

O Direito de Intervir

Pio XI, na *Quadragesimo Anno*, estabelecia a razão da intervenção da Igreja no debate social: "Temos o direito e o dever de nos pronunciarmos com plena autoridade sobre os problemas sociais e

económicos. É verdade que a Igreja não recebeu a missão de conduzir os homens à prosperidade passageira e caduca, mas à eterna felicidade. Ela não se arroga o direito de se imiscuir sem motivo na direcção das questões temporais. Mas por nenhum preço pode ela abdicar do encargo que Deus lhe confiou de intervir, não no domínio económico, mas em tudo o que se refere à lei moral".[39] Ora é justamente este princípio que orienta a reflexão da Igreja de Cristo no domínio do económico, sempre na óptica dos bens eternos, da caducidade dos bens terrenos e do valor transcendente do homem.

Partindo do princípio fundamental de que o homem é o autor, o centro e o fim de toda a vida económico-social, e que esse homem criado por Deus se deve orientar para Ele, a Igreja mantém que a salvação não pode vir única e exclusivamente da produção e da organização. Manter o contrário, seria economicismo cego. Por isso, sempre alertou para que se evitasse conduzir a vida social para uma gigantesca máquina industrial, desporvida de alma ou caridade

Como o homem, no dizer de João Paulo II e no entendimento tradicional do magistério, "é o primeiro e fundamental caminho da Igreja", a Igreja ensina que a Economia deve servir o homem e que este é criado para Deus. É esta hierarquia fundamental da felicidade, que hoje se encontra decapitada ou invertida em tantos espaços. O homem tornou-se escravo da economia e Deus transformou-se num conceito vago, mesmo numa representação superestrutural. É deste perigo que os Papas falaram, reafirmando o que Leão XIII ensinou: "Quando tivermos abandonado esta vida, então somente começaremos a viver: esta verdade, que a mesma natureza nos ensina, é um dogma cristão sobre o qual assenta, como sobre o seu primeiro fundamento, toda a economia da religião. Não, Deus não nos fez para estas coisas frágeis e caducas, mas para as coisas celestes e eternas; não nos deu esta terra como nossa morada fixa, mas como lugar de exílio". [40] As categorias propostas pela Igreja e as suas posições têm à partida esta consciência dos fins que repercute, por exemplo, na *Gaudium et Spes* nesta frase "A actividade económica regida por leis e métodos próprios deve ser exercida dentro dos limites da ordem moral, para que possa cumprir o plano de Deus a respeito do homem". [41] É deste eixo essencial, da fonte de todos os valores — Deus — que decorre a posição peculiar e constante da Igreja e as exposições para os problemas concretos de cada conjuntura.

Já se viu que esta atitude não é nova e remonta ao século V, quando Agostinho fulminava a vida económica depauperada dos seus tempos, justamente em nome do bem supremo dos homens: a salvação da alma.

O Desenvolvimento e o Progresso

O grande desenvolvimento económico do nosso tempo, a nova economia política e os novos problemas, acabaram logicamente por ser estudados à luz dos princípios eternos. A Igreja acolheu e celebrou o crescimento da economia e o progresso tecnológico, pois viu a oportunidade de melhor satisfazer o aumento das necessidades da família humana. É uma atitude cheia de esperança e profundamente aberta a que tem caracterizado os últimos pontificados. Os Papas reconhecem os grandes saltos registados na produção, no domínio sobre a natureza, na inovação científica, mas também vêem o agravar de tensões, o alastramento da pobreza, as graves disparidades entre os países, e tudo isso são "motivos de inquietação". Pio XI, consciente da ruptura da ciência económica com a moral, dizia: "iniciando-se o novo regime no tempo em que se propagava e implantava o racionalismo, resultou como consequência uma ciência económica separada da lei moral, por conseguinte deixou-se livre cursos às paixões".[42] Os Papas mais recentes como João XXIII, Paulo VI ou João Paulo II, lamentaram que tanta riqueza coexistisse com tantas carências, sobretudo quando o desenvolvimento podia mitigar as desigualdades.

Para lá destes perigos inerentes ao próprio processo de crescimento, os Pontífices começaram a suspeitar que a lógica do gigantismo, da racionalidade e da tecnificação, não levava à harmonia e à felicidade. Pio XII, em 1952, escrevia em *Cristo Esperança dos Homens*, "Um mundo que não reconheça senão a forma económica de um enorme organismo produtivo, será igualmente capaz de exercer um fluxo benéfica na vida social em geral? Devemos responder que o carácter impessoal de tal mundo se opõe à tendência totalmente pessoal das instituições fundamentais (família, Estado e propriedade privada) dadas pelo Criador à sociedade humana".[43] Este era o problema da despersonalização, que a Constituição Pastoral reconhecia existir em 1865: "Muitos, especialmente nas regiões económicas avançadas, parecem dominados pelo económico, de tal modo que quase toda a sua vida pessoal e social está penetrada por

um certo espírito economista, tanto nas nações que favorecem uma economia colectivista como nas outras". [44]

Daqui a atitude moderada da Igreja e até correctora: celebra a maravilha, mas alerta para as tentações e perigos, segundo um princípio perene e transcendente. É justamente neste sentido que se pronunciaria Paulo VI, na sua encíclica desenvolvimentista — *Populorum Progressio* — ao alertar para a tentação materialista e para a verdadeira escala de valores, e ainda João Paulo II na sua carta encíclica: "O homem não pode renunciar a si mesmo, nem ao lugar que lhe compete no mundo visível; não pode tornar-se escravo das coisas, dos sistemas económicos, da produção e dos seus próprios produtos. A civilização de feição puramente materialista condena o homem a tal escravidão...".[45]

Por isso, "na sua fidelidade à visão do homem que lhe foi legada pelo seu Senhor e Mestre, Jesus Cristo, a Igreja não deixa de preconizar aquilo que possa servir a grande causa do homem" — e essa causa pode ser defendida apenas se se afirmar a prioridade da ética sobre a técnica, da pessoa sobre as coisas, a superioridade do espírito sobre a matéria. Como disse Paulo VI "Está em causa o desenvolvimento da pessoa e não apenas a multiplicação das coisas, postas ao serviço das pessoas".[46] Enfim, trata-se sobretudo de ser mais em vez de ter mais como explicou Paulo VI nestas palavras meridianas:" A busca exclusiva do ter forma então um obstáculo ao crescimento do ser e opõem-se à sua verdadeira grandeza: tanto para as nações com para as pessoas, a avareza é a forma mais evidente do subdesenvolvimento moral" [47]

É desta perspectiva ponderada que resulta a posição sobre o desenvolvimento, — o novo nome da paz, como diria ainda Paulo VI na *Populorum Progressio*. Mas o conceito e os problemas do desenvolvimento foram especificamente abordados por João XXIII, Paulo VI e os Padres conciliares na *Gaudium et Spes*, na certeza de que se tratava de algo que ultrapassava o mero crescimento económico.

"Ser libertos da miséria... realizar, conhecer e possuir mais, para ser mais, tal é a aspiração dos homens de hoje" — afirmaria Paulo VI em 1967, adiantando que isso era um legítimo direito de todos os seres humanos que vivem numa imerecida miséria. Os mecanismos do progresso económico interessaram os Padres e, por isso, o capítulo III da *Gaudium et Spes* os trata pormenorizadamente, recapitulando temas do passado abordados por Pio XI e Pio XII.

Pio XI tinha assinalado na sua esquecida encíclica *Divini Redemptoris*, ao lado da radical condenação do comunismo e outros ateísmos, a necessidade da intervenção do Estado para promover o bem comum material e espiritual. O Estado deve empregar todos os meios para criar aquelas condições materiais de vida sem as quais não pode subsistir uma sociedade ordenada "e dar trabalho especialmente aos pais de família e à juventude. Para isso obriguem os que possuem bens a assumir aqueles encargos sem os quais nem a sociedade humana nem esses mesmos podem ser salvos".[48] O Estado não podia ser neutro e deveria ser uma alavanca do desenvolvimento. Os Pontífices posteriores exploraram o problema e teorizaram-no.

O desenvolvimento, que é uma meta terrena, é encarado com atenção e encorajado, mas sempre com cautela: note-se a posição de João Paulo II quando afirma: "À atenção prioritária aos que sofrem de injustiças vem juntar-se a solicitude de conceber modelos de desenvolvimento, que embora pedindo sacrifícios, procurem não sacrificar as liberdades e os direitos pessoais, cuja falta levaria esses modelos a um beco sem saída. E os cristãos gostariam de estar na vanguarda, despertando convicções e modos de viver que fechem decisivamente a porta a um frenesi de consumo, esgotante e sem alegria".[49] É formulação da cautela e a crítica ao consumismo, tão meridiana nos séculos medievais com a tónica na moderação.

Os modelos e o planeamento, hoje inevitáveis, tiveram em Paulo VI um corrector. O Papa, ao reconhecer que a iniciativa privada não era suficiente, temeu o estatismo e indicou que o desenvolvimento, para ser eficaz e autêntico, não podia estar sob o controlo de uns poucos. Paulo VI pensou que se devia associar a esta obra a iniciativa privada e os organismos intermédios, evitando-se assim o perigo de uma colectivização integral ou de uma planificação arbitrária. A Constituição Pastoral, na mesma linha, ensina que se devem denunciar os erros de dois tipos de doutrina: das que se opõem às reformas indispensáveis em nome da liberdade, e das que sacrificam os direitos fundamentais das pessoas e dos grupos à organização colectiva da produção.

Esta imensa esperança no desenvolvimento económico não impediu os Pontífices de alertar para a sua ambivalência, hoje amplamente verificada. Dizia-se na *Populorum Progressio*, que embora necessário para tornar os homens mais homens, o desenvolvimento torna-os prisioneiros "no momento em que se transforma em bem supremo e os

impede de ver mais além...".[50] E a cadeia lógica do ter cada vez mais se arrasta para um círculo fechado. Na *Octagesima Adveniens* Paulo VI afirma que o progresso não dominado deixa atrás de si a insatisfação.[51]

Finalmente, João Paulo II, na sua alocução de Coimbra, inscreveu-se também naquela tradição cautelosa que celebra o progresso e anuncia os perigos, vendo no presente muitos sinais preocupantes. [52] O Papa, subordinando o desenvolvimento aos valores, limitou-se a perguntar se todo aquele acervo teria tornado o homem melhor — e a sua resposta pessoal não parece ser das mais exuberantes.

RIQUEZA E PROPRIEDADE

"Ninguém tem o direito de reservar para seu uso exclusivo aquilo que é supérfluo, quando a outros falta o necessário" escreveu Paulo VI na *Populorum Progressio*. [53] De facto, o direito positivo sobre os bens não pode ser obstáculo ao seu uso comum, segundo os princípios da Justiça e da Caridade, como esclarecera Pio XII.

O problema fundamental nesta matéria foi apresentado por Leão XIII na *Rerum Novarum* nos seguintes termos: "Que abundeis em riquezas ou outros bens de fortuna, ou que estejais privados deles, isto nada importa à eterna beatitude: o uso que fizerdes deles é o que interessa".[54] Ora é sobre o uso, significado e distribuição da riqueza económica que os Pontífices se pronunciarão cada vez mais.

A riqueza, que nos doutores da Igreja é interpretada como um poderoso obstáculo à salvação, nas palavras de Leão XIII não isenta de dor e nenhuma utilidade tem para a vida eterna. Os possuidores de grandes bens têm uma responsabilidade maior pelo seu uso, o que os deveria levar a uma utilização regrada. Não é outra a posição do Evangelho sobre os ricos, que normalmente se encontram presos às suas riquezas. Por isso, Pio XI na *Divini Redemptoris*, vendo o apego aos bens desta terra, aconselhou como um grande remédio para os males do tempo duas grandes acções: o despreendimento dos bens económicos e a caridade. Sublinhando que os homens apenas são administradores dos bens de fortuna, interpela-os para que se sirvam desses meios que Deus colocou ao seu alcance para fazer o bem e aliviar a sorte dos mais infelizes. Estes ensinamentos, frisa Pio XI, são cada vez mais necessários, num tempo em que "impera o materialismo sedento dos bens

e prazeres desta terra".[55] Esta verificação feita em 1937 encontra uma nova força em 1958, numa alocução do então cardeal Montini de Milão: "Estamos na época do *homo oeconomicus*, somos representantes de um conceito de vida que gravita à volta da riqueza. Mesmo se a não possuímos, a riqueza é o eixo da nossa vida moderna". E confessava certamente desolado: "somos homens habituados a testemunhar à riqueza a nossa estima e a pôr nela a nossa esperança". [56]

Esta inversão, também diagnosticada agora por João Paulo II, adquire hoje uma dimensão brutal e o seu efeito só pode ser aquele que Montini analisou: "a riqueza apodera-se facilmente e muito intensamente dos nossos pensamentos para se transformar em fonte dos nossos desejos: toma conta das nossas almas para as mergulhar nos cálculos e nas dificuldades, para as entulhar de valores temporais e as prender à terra. Ela diminui a liberdade interior, dá-nos o gosto dos bens materiais e dos prazeres que eles podem proporcionar, começa por atenuar em nós e depois fazer desaparecer, o sentido dos bens espirituais, como se fossem coisas longínquas e difíceis, sem correspondência com as aspirações humanas. Faz-nos amar as coisas exteriores de preferência às coisas interiores, procurar as coisas temporais e esquecer as eternas". [57]

A riqueza é perigosa e os perigos mais evidentes são dois: "o primeiro, é a satisfação completa no material, que nos torna incapazes da procura de Deus e inaptos para O alcançar; o segundo é o egoísmo, que transforma os outros em instrumentos e estranhos ameaçadores para os bens que se possuem". [58] Razão sobrava a Santo António quando exclamava "Ó rico, mal sabes como és pobre!".

Esta noção da riqueza, que não pode ser considerada um bem em si pelo que tem de caducidade e contingência, abre no entanto para formas de aplicação superadoras relacionadas com o bem comum. Leão XIII ensinou que o supérfluo devia ser distribuído e, em casos graves, até a riqueza necessária para aliviar o peso que se exerce em outros menos favorecidos pelo engenho e pela sorte. A doutrina é confirmada, muitos anos depois, na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. Os Padres conciliares notaram certamente a evolução da segurança social e das instituições de previdência que, pouco a pouco, dão a impressão de poderem cuidar de qualquer necessidade básica. No entanto, eles temeram a inércia a que tais estruturas dão azo e concluíram que o homem com bens, tal como as sociedades ricas, não devem considerar as coisas exteriores legitimamente possuídas como exclusiva propriedade,

mas "também como riquezas comuns, no sentido de poderem ser úteis aos outros, e não a si exclusivamente".[59]

É a mesma linha de sempre que se verifica, quer em Paulo VI, quer no mestre medieval Santo Ambrósio, que lapidarmente escreveu: "não dás a tua fortuna ao seres generoso para com o pobre, mas tão-só dás aquilo que lhe pertence. Porque aquilo que te atribuis a ti, foi dado em comum para o uso de todos. A terra foi dada a todos e não apenas aos ricos". Este imperativo, retomado no nosso tempo, é da alçada, não da justiça, mas de outras virtudes que se inscrevem na caridade cristã. Mais uma vez aparece o eterno princípio transcendente na obra teórica de Pio XII, que considera regras supremas a todas as actividades e instituições económicas, a justiça e caridade social, proibindo que se tome por princípios orientadores o interesse individual ou de grupo, a livre concorrência, a hegemonia económica, o prestígio ou o poder da Nação.

A riqueza fica definida como um bem funcional, um dom ao serviço do bem comum, como toda a economia ao serviço do homem.

A Propriedade

Hoje como no passado, também a propriedade é um tema polémico, sobretudo por força das ideologias que a elevaram a princípio intocável ou então a mal original. Contudo, a propriedade é uma forma de riqueza e a doutrina que se expôs anteriormente tem aqui completa aplicação. De facto, a encíclica *Rerum Novarum* e a *Mater et Magistra* de João XXIII confirmam o direito à propriedade privada, mesmo quando se trata de meios de produção. Leão XIII escreveu que "a propriedade particular e pessoal é, para o homem, de direito natural".[60] Ela é frequentemente o objectivo de quem trabalha e por isso se pode dizer que deriva do trabalho. E este direito que o Papa reivindica para o homem, coloca-o mais exactamente na família e atribui-lhe uma função de segurança e realização, que hoje em dia as ciências do comportamento confirmam plenamente e especialmente os investigadores da Etologia Humana como Irenaus Eibl-Eibesfeldt.[61] A *Gaudium et Spes* apresenta de novo a mesma doutrina e adianta que o domínio sobre os bens externos ou a propriedade privada fazem parte da autonomia pessoal e devem considerar-se como um prolongamento da liberdade humana. Além disso, na medida em que estimula a responsabilidade individual, constitui uma das condições da

vigência das liberdades civis. E esta doutrina não pode deixar de ser considerada como uma formulação de mero senso comum, isto é, sensata para o bem do homem.

O Papa da socialização, João XXIII, depois de sublinhar que o direito à propriedade privada, mesmo sobre os meios de produção, deriva da própria natureza humana, afirma na *Pacem in Terris* que "esse direito constitui um meio apropriado para a afirmação da dignidade da pessoa humana e para o exercício da responsabilidade em todos os campos; e é factor de serena estabilidade para a família, como de paz e prosperidade social". [62] E retomando o tema na *Mater et Magistra* volta a assegurar que o direito à propriedade privada, mesmo sobre os bens de produção, "tem valor permanente pela simples razão de ser um direito natural". Ele quer que a propriedade privada venha a ser uma garantia da liberdade essencial da pessoa, já que "a experiência ensina que onde falta a iniciativa pessoal dos indivíduos, domina a tirania".

A *Laborem Exercens*, toda ela voltada para a teorização do trabalho humano, relaciona directamente o trabalho e a propriedade, defendendo que ela só adquire sentido porque serve ao trabalho ou é resultado do trabalho. "A tradição cristã nunca defendeu tal direito como absoluto e intocável; pelo contrário, sempre o entendeu no contexto mais vasto do direito à propriedade privada está subordinado ao destino universal dos bens". No fundo "a propriedade adquire-se primeiro que tudo pelo trabalho e para servir ao trabalho", conclui João Paulo II. [63]

Tendo em vista que a propriedade privada deve ela também servir o bem comum, o magistério tem defendido o justo equilíbrio entre propriedade privada, a pública e a comparticipada. Porém, a *Quadragesimo Anno* afirma "erram aqueles que tentam reduzir o domínio individual a ponto de o abolirem praticamente". Na realidade, segundo o ensino do grande pontífice Pio XI, deve evitar-se a todo o custo negar ou cercear o direito de propriedade social e pública, pois tal orientação acaba por levar a um estreito individualismo; mas ao contrário, também se deve evitar igualmente, rejeitar ou atenuar o direito de propriedade privada ou individual, pois isso leva rapidamente ao colectivismo. São os dois escolhos mais importantes que os pontífices referiram, não se furtando a assinalar que a propriedade pública deve incidir naqueles bens que, dada a sua natureza, "chegam a conferir tal poder económico que não é possível deixá-los nas mãos de pessoas privadas sem perigo do bem comum". João XXIII, por exemplo, explica ainda que o Estado só deve

aumentar a propriedade pública na medida do bem comum e não com o fim de reduzir, e menos ainda de eliminar, a propriedade privada. Doutrina aliás do seu predecessor, que apresenta um aspecto complementar, ao formular a exigência de não sobrecarregar com impostos a propriedade privada de forma a destruir os seus suportes.

Para lá da defesa da propriedade pessoal como um factor de equilíbrio, a Igreja, com João XXIII, teorizou a função social. Na *Mater et Magistra* verifica-se que não basta reconhecer o direito à propriedade pessoal, pois o Papa urge para que ele se difunda entre todas as classes sociais. Como tinha dito Pio XII "na medida do possível, a todos". Esta difusão geral da propriedade, coloca-se como uma meta da política económica defendida pelo Magistério. A função estritamente social deste tipo de propriedade (sustento e apoio complementar dos proprietários) não desapareceu com o progresso económico e o avanço do papel do Estado. Como recorda João XXIII "há sempre numerosas situações dolorosas e indigências delicadas e agudas, que a assistência pública não pode satisfazer nem remediar. Por isso, continua sempre aberto um vasto campo à sensibilidade humana e à caridade cristã dos indivíduos". A preocupação fundamental do Pontífice talvez se entenda ainda melhor numas curtas frases ditas ao *Katholikentag* austríaco (1952): "É necessário salvar a pessoa e a família do abismo onde a socialização de todas as coisas tende a precipitá-las. É assim que se deve entender a particular insistência da doutrina católica sobre os direitos de propriedade".[64] João Paulo II daria sequência a esta preocupação ao analisar a queda do mundo comunista e ao afirmar enfaticamente que o fracasso económico não se devera ao factor técnico, mas antes à violação do direito à iniciativa, à propriedade e à liberdade. [65]

A Igreja conhece a função vital da propriedade na dinâmica psicológica e social quotidiana, o que nos conduz ao bem comum. Assim, alerta para as perversões que se traduzem ou na exponenciação da função pessoal ou na exaltação social, indicando que são aspectos do mesmo perigo que espreita o homem: o anonimato e a despersonalização. As duas funções, mais que complementares, são interiores uma à outra, como deduzem Yves Calvez e Perrin. Daí as palavras de João Paulo II no México: "a Igreja defende sim o legítimo direito à propriedade particular, mas ensina com não menor clareza que sobre toda a propriedade particular, mas ensina com não menor clareza que sobre toda a propriedade particular pesa sempre uma hipoteca social, para que os bens sirvam

ao destino geral que Deus lhes atribuiu. E se o bem comum o exigir não há que duvidar mesmo diante da expropriação feita na devida forma".

Talvez interesse conhecer qual é a "devida forma" que o Papa refere. O ponto 71 da *Gaudium et Spes* intitulado "Acesso à propriedade e posse privada de bens. Problema dos latifúndios", informa que "sempre que o bem comum exija uma expropriação, a indemnização deve ser avaliada com equidade e levando em conta todas as circunstâncias". Portanto, estamos no polo oposto das teorias colectivistas, que o magistério considera posições restritivas para o bem comum e sem inviabilizar formas de propriedade pública e mista, a Igreja aponta sobretudo para a manutenção do equilíbrio. A *Gaudium et Spes*, ao tratar da transferência de bens privados para o domínio público, coloca diversas exigências que acautelam o procedimento: a transferência deve ser feita "pela autoridade competente, segundo as exigências do bem comum e dentro dos seus limites, concedida a justa compensação". [66]

Vê-se facilmente que as formas de propriedade se encontram submetidas às regras morais. Neste ponto concreto convergem séculos de história, visto que já os filósofos escolásticos tinham posto limitações à concepção romana do direito à propriedade, atribuindo à propriedade e à riqueza fins sociais. Como notou René Gonnard, um historiador de pensamento económico, a fortuna para eles devia explicar-se e justificar-se por meio de serviços sociais e não ser um meio de entregar-se a uma vida ociosa, contrária à lei divina do trabalho. [67]

A Importância do Trabalho

Na encíclica *Laborem Exercens*, totalmente dedicada à análise do trabalho e da questão social, João Paulo II afirma que o trabalho "é a chave, provavelmente a chave essencial de toda a questão social". Na realidade, a Igreja tem dedicado ao trabalho uma atenção especial desde os tempos de Leão XIII e essa tradição actualiza-se com o Papa actual, que coloca o trabalho humano no centro da problemática social.

O cardeal Montini, querendo esclarecer as origens do trabalho, escreveu que ele "está nas intenções criadoras de Deus, no seu plano de redenção pela penitência". [68] É uma afirmação básica porque explica não só a sua penosidade como a sua dignidade. Pio XI em 1938 pôs o dedo na ferida ao declarar que o trabalho tinha aparecido no mundo sob o signo

do pecado — "coisa que frequentemente se esquece" — sublinhava o Pontífice. Pio XII, discursando aos trabalhadores italianos em 1943, voltou a repetir os mesmos conceitos, indicando que depois da queda "o trabalho foi imposto por Deus ao primeiro homem, que tem de pedir à terra o pão com o suor do seu rosto". [69]

Conhecidas as origens, os Papas nunca deixaram de repetir que produzir os bens úteis à vida é uma actividade nobre e necessária, que se inscreve no domínio do mundo, segundo a ordem expressa no Génesis. O texto conciliar *Gaudium et Spes* entende assim a questão ao afirmar que "estamos persuadidos de que o homem pelo trabalho oferecido a Deus se associa à obra redentora de Jesus Cristo, que elevou o trabalho a uma eminente dignidade. É deste facto que deriva o dever que todos têm de trabalhar lealmente".

João Paulo II, querendo celebrar as encíclicas clássicas sobre o problema social, dedicou um grande esforço à fundamentação do trabalho, ligando-o directa e intimamente ao homem e à sua dignidade de filho de Deus, chamando a atenção para a sua dimensão subjectiva na tradição do magistério romano. E é dessa grande realidade – universal, característica da espécie – que ele faz derivar a vida económica: os bens de produção, o capital, a propriedade, exigindo ao mesmo tempo para ela compreensão, justiça, equidade, a fim de nunca se violar a dignidade de quem trabalha.

A alienação do trabalho encontrou forte condenação em inúmeras declarações. A concepção do trabalho como mercadoria, coisa, produto dissociado da pessoa do trabalhador, típica do liberalismo e da civilização capitalista, incorre em erro e diminui a dimensão do trabalho, visto que o amputa da sua origem, a pessoa. Mas também no materialismo dialéctico, o homem não é o sujeito do trabalho, como explica João Paulo II. "Ele continua a ser compreendido e tratado na dependência daquilo que é material, como uma espécie de resultante das relações económicas e das relações de produção". [70] Ambos sistemas não oferecem uma avaliação geral e coerente do trabalho, porque não consideram verdadeiramente o seu agente, nem concebem o primado da pessoa sobre as coisas e do trabalho sobre o capital, entendido como conjunto de meios de produção.

Paradoxalmente, ao manifestarem uma preocupação pelo trabalho fortemente mecanizado, os Papas têm revelado um carinho profundo pelo trabalho do campo. Enquanto Paulo VI e João Paulo II referem a máquina como uma possível escravizadora, impondo ritmos inumanos ou

conduzindo à desumanização, tanto um como outro saudaram na agricultura uma área fundamental, exigindo para ela o lugar que lhe compete. Outra coisa não fez João XXIII na *Mater et Magistra*, ele um homem do campo, que viu nesse trabalho uma actividade que coloca o homem mais perto de Deus, tal como Pio XII quando escrevia "o trabalho do campo representa ainda a ordem natural querida por Deus, segundo a qual não é às coisas materiais que pertence dominar o homem, mas é o homem, quem, pelo seu trabalho, deve dominar as coisas materiais". O trabalho da mulher merece a João Paulo II a observação de que ele deve ser-lhe adequado, de modo a preservar-lhe a sua especificidade feminina.

Salário e Justiça

Os dadores de trabalho e os trabalhadores encontram-se no espinhoso problema do salário. Ora, a remuneração do trabalho tem preocupado a Igreja, que viu aí uma área de desordens graves. Logo de princípio, contra os que consideram o salário necessariamente injusto, sinal de uma exploração sistemática e alienante, os Pontífices partiram para a definição de salário justo. Leão XIII, Pio XI, João XXIII, Paulo VI e João Paulo II, deixaram assente a doutrina de uma remuneração que permita ao homem uma vida digna, social, material, cultural e espiritual. A segunda orientação sublinha a necessidade do trabalho fornecer ao homem oportunidades para desenvolver as suas capacidades, devendo por isso adequar-se às necessidades das pessoas e às condições em que vivem. O trabalho é para o homem e não o homem para o trabalho. É por estas duas vias que se pode verificar, segundo o Papa actual, a justiça de um sistema económico-social, porque o salário é uma verificação concreta dessa justiça, na medida em que representa para o homem o meio de acesso aos bens que Deus colocou para uso comum. [71]

A doutrina da remuneração foi formulada em traços gerais por Leão XIII e depois exposta analiticamente por Pio XI na *Quadragesimo Anno*. Aí se refere que na determinação do salário é erro seguir um único princípio, que às vezes nem sequer tem fundamento. Antes convém ter em conta uma tríplice relação: o sustento do operário e da família, a situação da empresa e as exigências do bem comum. Se o óptimo consiste em poder garantir a vida da família, esse objectivo é limitado pelas condições internas da unidade produtiva. É injusto exigir salários

elevados, cujo pagamento arruina a empresa e com ela os próprios trabalhadores. Parece que se tivesse em mente estas orientações complementares, as economias estariam em condições bem diferentes das actuais.

Tem-se levantado também a tese da igualdade de salários em certo pensamento utópico. Ora, até a Conferência Episcopal Portuguesa chamou a atenção para este problema, sugerindo que o respeito pelo direito dos trabalhadores não deve impedir o reconhecimento dos direitos próprios dos trabalhadores qualificados, técnicos, quadros ou empreendedores e bem assim dos direitos de propriedade. Eis a actualização de um grande princípio formulado por Leão XIII: "O primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos estejam elevados ao mesmo nível. É sem dúvida isso que desejam os socialistas, mas contra a natureza todos os esforços são vãos". [72]

Capital e Trabalho

A evocação dos dois termos lembra imediatamente a irreconciliável luta dialéctica esboçada pelos marxistas, como o motor da história. O magistério da Igreja recusou-se sempre a ver essa oposição, salientando sobretudo o bem comum e os interesses reais comuns de trabalhadores e detentores de meios de produção. A luta de classes foi repetidamente condenada como contrária à doutrina cristã e à verdade.

Para superar essa conflitualidade a Igreja propôs um espírito novo e uma reconversão nos modos de pensar o domínio económico. Estes novos modos implicam a solidariedade humana e a fraternidade cristã, nas palavras da *Mater et Magistra*. Recentemente, na sua encíclica, João Paulo II, referindo que a luta foi programada e teve origem em sistemas sociais concretos, lembra que o capital e o trabalho são indissociáveis. O capital é tão-só um instrumento de produção, enquanto o trabalho é realmente a sua causa eficiente.

"A antinomia entre capital e trabalho não tem origem na estrutura do processo de produção, nem na estrutura do processo económico geral. Este processo, de facto, manifesta a recíproca compenetração entre o trabalho e aquilo que habitualmente se denomina capital; mostra mesmo ligação indissolúvel entre as duas coisas" [73]. O capital é o produto do trabalho humano e serve o processo do trabalho, como instrumento de

produção. a separação é um resultado do modo de pensar do economismo, que o Papa qualifica de materialismo, visto que está imbuído da certeza da superioridade do material sobre o homem. O trabalho, nesta perspectiva, é considerado exclusivamente sob a sua finalidade económica, o que naturalmente o contrapõe aos meios de produção.

À doutrina da oposição e luta contrapõe o Magistério a doutrina da colaboração e da solidariedade, cumprindo cada uma das partes empenhadas no processo de produção a sua função com lealdade. A participação do trabalho é recomendada, mas salvaguardando sempre as exigências da produtividade e a necessária unidade directa, como recomenda a CEP na sua Pastoral. Interessa sobretudo defender o bem comum — a velha designação da justiça social — e melhorar os ganhos líquidos de cada parte.

Conflitos e Sindicatos

Porém, a maior parte das vezes, o confronto acontece e torna-se violento. Os trabalhadores organizados partem para exigências tidas por seguras e o patronato fecha-se na defesa dos seus interesses. As greves e a alta conflitividade nasce desse velho antagonismo que João Paulo II atribui a um erro de perspectiva e a uma exploração programada.

Historicamente, os organismos de defesa da classe operária foram defendidos pelo magistério dos Papas. Eles viram, desde Leão XIII, a necessidade dos operários defenderem os seus justos direitos e por isso reconheceram o direito de associação e união com a finalidade de defender os interesses vitais dos assalariados. [74] Ora, neste tempo, João Paulo II, considera os sindicatos "elementos indispensáveis da vida social", organismos vocacionados para a defesa dos direitos dos homens do trabalho nas sociedades industrializadas. Porém ele esclarece que "a doutrina social católica não pensa que os sindicatos sejam somente o reflexo de uma estrutura de classe da sociedade, como não pensa que sejam o expoente da luta pela justiça social, pelos justos direitos dos trabalhadores, segundo as suas diversas profissões". [75]

O Papa pensa que o trabalho une os homens, trabalho e capital no processo indispensável da produção, e a exigência de justiça social é um factor de solidariedade e de ordem entre todos os intervenientes no processo produtivo. Deste modo, o sindicato, não visa nem pode visar a

eliminação do "antagonista", mas repor a justiça ferida entre pessoas vinculadas pelo trabalho.

Os perigos do sindicalismo são exemplarmente examinados pelo Papa do trabalho. Logo à cabeça o perigo do egoísmo, que não tem em conta as condições conjunturais ou do país, mas sim os interesses de grupo ou de classe. Depois a "política", no seio da qual se tornam "instrumentos de luta para outros fins". João Paulo pensa que "os sindicatos não têm o carácter de partidos políticos que lutam pelo poder, e também não deveriam estar nunca submetidos às decisões dos partidos políticos, nem manter com eles ligações muito estreitas". Em terceiro lugar, o recurso não ponderado à greve: "Admitindo que se trata de um meio legítimo, deve-se simultaneamente observar que a greve continua a ser, em certo sentido, um meio extremo. Não se pode abusar dele; e não se pode abusar dele especialmente para fazer o jogo da política". [76] Apostando neste meio de pressão fere-se normalmente o bem comum, o mesmo é dizer, que se fere o trabalho rectamente entendido, conduzindo mesmo, se gundo o Papa, à paralização da vida económica.

Esta teorização recente de João Paulo II insere-se perfeitamente nas linhas de força dos outros pontificados. Pio XII, 1955, quando se dirigiu aos ferroviários de Roma dizia-lhes: "Procedeis em plena conformidade com a doutrina social da Igreja quando, por todos os meios moralmente lícitos, fazeis valer os vossos justos direitos. Dissemos: por todos os meios moralmente lícitos. Não é necessário lembrar-vos que os actos de violência, prejudiciais à liberdade e ao bem dos outros, não podem ser tidos por cristãos. (...) Em particular, é necessário ver se os resultados que se pretendem são proporcionados ao dano que decorreria duma acção de força".[77]

Insistindo na solução pacífica a *Gaudium et Spes* reconhece que a paralisação pode ser, em certas circunstâncias, um meio necessário, ainda que último, para a defesa dos próprios direitos. Paulo VI insistiu sobretudo nos limites e nos perigos da greve. "Pode haver a tentação de aproveitar uma situação de força para impor condições demasiado gravosas para o conjunto da economia ou do corpo social ou para fazer vingar reivindicações de ordem nitidamente política". E avisava: dever-se-á saber determinar os limites para além dos quais o prejuízo causado se torna inadmissível — e isto especialmente quando se trata de serviços de utilidade pública.

Sempre o sentido ético a acompanhar as posições, superando os egoísmos de grupos e de classe numa concepção de solidariedade do corpo social — de um lado, o que se ganha; do outro, o que se pode perder. É preciso ajuizar, avaliar correctamente, e decidir com justiça.

As Origens do Conflito

Para os conflitos que o nosso tempo viu aumentar e que a Igreja acha perniciosos, foram oferecidas várias explicações que vão da doutrina da desigualdade à doutrina do regime assalariado. A doutrina da desigualdade assenta a raiz dos conflitos na existência de desigualdades artificiais criadas pelos homens. Os homens teriam nascido completamente iguais e a sociedade, ao criar as desigualdades, criou também o conflito entre os estratos favorecidos e os desfavorecidos. Os marxistas apresentam a necessidade histórica do conflito como linha mestra da evolução das sociedades e, por isso, opõe irredutivelmente o trabalho assalariado ao contratador.

Os Pontífices têm sublinhado que a desigualdade é um fenómeno natural e Leão XIII colocou-se em oposição a Rosseau e seus seguidores ao afirmar claramente a importância e a fecundidade da desigualdade natural. O Magistério, no entanto, não hesita em condenar as desigualdades criadas contra natura, pela exploração levada a cabo por uns poucos em prejuízo de muitos. Recomenda a moderação, a partilha das riquezas, a caridade, mas avisa que há desigualdades impossíveis de superar, porque são naturais, biológicas, criadas por Deus. Essas desigualdades, ao contrário, são operativas e úteis.[78]

Em todo o caso, os Papas ensinaram que não é na desigualdade que se deve procurar a raiz dos conflitos sociais. E as diferenciações dos grupos também não tem nada a ver com os conflitos, porque são necessárias e indispensáveis à sobrevivência do todo social.

Quanto ao regime assalariado verifica-se a aplicação da mesma doutrina do trabalho e ao teorizar o salário justo o Magistério aceita plenamente o regime assalariado, não lhe conferindo especial responsabilidade nos conflitos.

Também a teoria liberal é recusada. O conflito não assenta numa lei económica natural, a respeito da qual só se possa recorrer à resignação e aconselhar a paciência.

Partindo da perspectiva solidária dos grupos e dos interesses envolvidos na sociedade geral, os Papas têm revelado as origens do conflito que divide as partes que a compõem. A doutrina dos Pontífices explica que há causas remotas e nelas inclui factores como o abandono da religião, que se traduziu no debilitamento moral da vida pública, tornando o homem um mero factor de produção sem qualquer qualificação transcendente.

Porém, há causas próximas, uma causa imediata que explica o conflito: as injustiças concretas, conjuntas, que no seu todo "bradam ao Céu". Há categorias sociais que são tratadas como meros objectos e o trabalho como mera mercadoria. O capital busca exclusivamente o lucro máximo segundo a lei do interesse pessoal e trata os outros elementos da produção como meros factores abstractos. Assim se criam situações de exploração, concretas. Porém, ao contrário das outras doutrinas, os Pontífices sempre ensinaram que tal situação não é provocada pelo funcionamento de mecanismos automáticos ou leis históricas.

Há em cada situação concreta uma responsabilidade pessoal e uma opção consciente. No fundo, a recomendação da Carta Episcopal dos bispos portugueses põe o dedo na ferida ao dizer isto: "a todos se exige que tenham o sentido do bem comum e se preocupem mais com fazer o bem do que explorar o mal".[79]

Mas como conflito que nasce das situações injustas pode ser manipulado, dirigido e dar lucros político-ideológicos, torna-se evidente que hoje em dia as forças estão mais interessadas em o programar e explorar em seu proveito, que em lhe pôr cobro e estabelecer uma sociedade pacífica assente, como é natural, na justiça, no respeito pelos direitos dos factores de produção e na solidariedade. Por isso a doutrina social expressa desde logo na Constituição Pastoral e depois prosseguida insiste na solução pacífica, pelas vias da negociação e do dálogo conciliador. [80] E o lucro, que muitas vezes motiva uma reacção encolerizada em não poucos basistas, encontra em João Paulo II a recta interpretação de acordo com aquelas primitivas formulações de são Tomás de Aquino. Escreve: " a Igreja reconhece a justa função do lucro, como indicador do bom funcionamento da empresa: quando esta dá lucro, isso significa que os factores produtivos foram adequadamente usados e as correlativas necessidades humanas devidamente satisfeitas".[81]

Certamente. Toda a teorização levada a cabo pelos dirigentes da Igreja católica, quer em nome individual quando Papas, quer colectivamente nas instâncias legitimamente reconhecidas, aponta para a oferta de um mundo melhor, por cima dos conflitos, das angústias do tempo, das assimetrias. Esse reino terrestre forçosamente se increve no reino Eterno do Cordeiro Imolado, triunfante e vivo no centro da Jerusalém Celeste, mas sempre na iminência de chegar para instaurar o seu reino de justiça e Paz. Os Pontífices não podem senão guardar a palavra saída da sua boca, garantir a interpretação fiável e tecer sobre essa palavra viva e eficaz o que o tempo pede ou espera. O ensaio de doutrina social é, no fundo, a descrição meticulosa e progressiva, por efeito de acumulação de doutrina, de relações justas e mais que humanas entre os homens envolvidos na vida em sociedade.

Procurou-se definir no mar de ideologias contraditórias uma esfera impoluta onde todos pudessem estar com honestidade e viver uma vida com significado. A fórmula do céu não prepara apenas cidadãos felizes desta pátria passageira. Quer assegurar sobretudo a ligação com o Alto e uma vida digna em relação a essa realidade. João Paulo II oferece esta visão que tudo diz em curtas frases: " Os bens deste mundo e o trabalho das nossas mãos — o pão e o vinho — servem para a vinda do Reino definitivo, dado que o Senhor, mediante o Seu Espírito, os assume em Si, para se ofercer ao Pai e oferecer-nos a nós consigo, na renovação do seu Sacrifício único, que antecipa o Reino de Deus e anuncia a sua vinda final". [82]

Notas

1 Ver. Santo Agostinho, **A Cidade de Deus**, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1991.
2 Ver: João Paulo II, **O Evangelho da Vida**, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1995.
3 Jean-Luc Chabot, **La Doctrine Social de l'Eglise**, PUF, Paris, 1989
4 Johan Huizinga, **O Declínio da Idade Média**,Ulisseia, Lisboa, s.d., p. 69.
5 Cfr. Robert Lopez, **The Birth of Europe**, Evans-Lippincott, Nova Iorque,1972
6 Santo Agostinho, **A Cidade de Deus**, Op. cit., 1º vol., p.181
7 São João Crisóstomo, **Cartas Espirituais** , Edições Paulistas, Lisboa, 1960, p. 127.
8 Lucas, 6, 24-26. Estas notações são técnicas e remetem para uma edição de **A Bíblia** , capítulo 6, versículos 24 a 26.
9 Id., 18, 24-25.
10 Oswald Spengler, **La Decadencia de Occidente**, 2 vols., Espasa Calpe, Madrid, 1966, vol. 2, p. 550.
11 São Tiago, "Carta de São Tiago", in **Bíblia Sagrada**, Difusora Bíblica, Lisboa, 5ª edição, 1973, p. 1551.
12 Mateus, 6, 24.
13 G.K. Chesterton, **S. Tomás de Aquino**, Livraria Cruz, Braga, 1957
14 Santo Tomás de Aquino, **Suma Teológica (selección)** , Espasa Calpe, Madrid,1973. Ver o prefácio assinado por Ismael Quiles, SJ, pp. 11 e sgs.
15 Didier E. Proton, **Qué ha dicho verdaderamente Sto. Tomas de Aquino**, Doncel, Madrid, 1971, pp. 108 e sgs.
16 Rudolf Eucken, **Los Grandes Pensadores. Su Teoria de la Vida**, Editor Daniel Jorro, Madrid,1914; Lewis H. Haney, **History of Economic Thought** , Macmillan, Nova Iorque, 1936.
17 Cfr. A. E. Monroe, **Early Economic Thought** , Harvard University Press, Cambridge, 1930.
18 Barrington Moore Jr., **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**, Cosmos, Lisboa, 1975, pp. 21-62.
19 Tomas More, **Utopia** (Tradução de Paul Turner), Penguin Books, Harmondsworth, 1986, pp. 46/47
20 Ver ensaio anterior
21 Ver sobretudo: Bertrand Gille, **Esprit et Civilisation Téchnique au Moyen Age**, Seuil, Paris, 1952.
22 Lewis Mumford, **El Mito de la Máquina**, Emecé, Buenos Aires, 1969, p.415.
23 Fray Maria Damian Yañez (Organizador), **Siembra**, Editorial Perpetuo Socorro, Madrid, 1964, pp. 844-845.
24 O livro organizado pelo monge cisterciense é uma colecção de escritos de São Bernardo de Claraval.
25 Lewis Mumford, **Op. cit.**, p. 418.
26 Iria Gonçalves, **O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV**, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1989, p. 227.
José Mattoso, **Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal** , 2 vols., Editorial Estampa, Lisboa, 1985, vol. 1, p.192. A importância das ordem monásticas em Portugal volta a ser abordada em termos gerais em José Mattoso (Director), **História de Portugal**, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, vol. 2, pp. 183 e sgs.
27 Jean Gimpel, **A Revolução Industrial na Idade Média**, Europa-América, Mem Martins, s.d. pp. 11-12.
28 A figura de Bacon inspirou sucessivos novelistas. Sem embargo, entre eles, será de destacar, em 1964, a notável obra de James Blish, conhecido autor de ficção-científica: James Blish, **Doutor Mirabilis**, 3 vols., Livros do Brasil, Lisboa, 1994.
29 Concílio Vaticano II, **Constituição Pastoral Gaudium et Spes**, Morais Editora, Lisboa, 1966, pp. 173-174
30 Nesta corrente podem ler-se : Henry Hazlitt, **Economics in One Lesson**, Macfadden, 1962; René Berger, **Pequeno Manual de Inflação**, Arcádia, Lisboa, 1975.
31 Cfr. João Paulo II, **Laborem Exercens**, Apostolado da Oração, Braga, 1981
32 Cfr. Leão XIII, **Rerum Novarum**, Vozes, Petrópolis, 1961. Para as Encíclicas centrais consultar: **Oito Grandes Mensagens**, Promoção, Porto, 1974.
33 Paulo VI, **Populorum Progressio**, União Gráfica, Lisboa, 1967, p.19
34 João Paulo II, **O Esplendor da Verdade**, AO, Braga,1993, p. 145.
35 João Paulo II, **Centesimus Annus**, Rei dos Livros, Lisboa, p. 41
36 Leão XIII, **Rerum Novarum**, Op., cit.
37 Ib.
38 Ib.
39 Pio XI, "Quadragesimo Anno", in **Oito Grandes Mensagens**, Op. cit.
40 Ib.
41 Concílio Vaticano II, **Gaudium et Spes**, Op. cit., p.164.
42 Pio XI, "Quadragesimo Anno", Op. cit.

[43] Ver **Cristo Esperança dos Homens**, Voze, Rio de Janeiro, 1959.
[44] Id., ib., p.161
[45] João Paulo II, **Laborem Exercens**, AO, Braga, 1981.
[46] Paulo VI, **Populorum Progressio**, União Gráfica, Op. cit.
[47] Paulo VI, **Populorum Progressio**, Op. cit., p. 16
[48] Pio XI, **Divini Redemptoris**, União Gráfica, Lisboa, 1965, p. 45.
[49] João Paulo II, **Laborem Exercens**, Op. cit.
[50] Paulo VI, **Populorum Progressio**, Op. cit.
[51] Paulo VI, "Octagesima Adveniens", in **Oito Grandes Mensagens**. Celebra o 80.º Aniversário da *Rerum Novarum*.
[52] **Discursos do Papa João Paulo II em Portugal**, CEP, Lisboa, 1982
[53] Paulo VI, **Populorum Progressio**, Op. cit., p.18
[54] Leão XIII, **Rerum Novarum**, Op. Cit., p.15.
[55] Pio XI, **Divini Redemptoris**, Op. cit..
[56] Cardeal Montini, "O Problema da Economia à Luz da Mensagem Franciscana", in **O Pensamento da Igreja**, Morais Editora, Lisboa, 1959, p. 8
[57] Id., ib., p.10
[58] Id., ib., p. 11
[59] **Gaudium et Spes**, Op. cit.
[60] Leão XIII, **Rerum Novarum**, Op. cit., p. 6.
[61] Ver: Irenaus Eibl-Eibesfeldt, **Amor e Ódio**, Bertrand, Lisboa, 1975
[62] João XXIII, **Pacem in Terris**, União Gráfica, Lisboa, 1963, p.12
[63] João Paulo II, **Laborem Exercens**, Op. cit., p. 49.
[64] Cfr. Jean-Yves Calvez e Jacques Perrin, **Igreja e Sociedade Económica**, Tavares Martins, Porto, 1960
[65] João Paulo II, **Centesimus Annus**, Op. cit., p. 54
[66] Concílio Vaticano II, **Gaudium et Spes**, Op. cit., p.175
[67] Cfr. René Gonnard, **História das Doutrinas Económicas**, 2 vols., Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1942
[68] Cardeal Montini, "O Problema da Economia à Luz da Mensagem Franciscana", **Op., cit.**, p.12
[69] Jean-Yves Calvez e Jacques Perrin, Op. cit.
[70] João Paulo II, **Laborem Exercens**, Op. cit., p. 47
[71] João Paulo II, **Laborem Exercens**, Op. cit.
[72] **Leão XIII, Rerum Novarum**, Op. cit.
[73] João Paulo II, **Laborem Exercens**, Op. cit., p. 44
[74] Cfr. Jean-Yves Calvez e Jacques Perrin, **Igreja e Sociedade Económica**, Op. cit.
[75] João Paulo II, **Laborem Exercens**, Op. cit.
[76] João Paulo II, **Laborem Exercens**, Op. cit., p. 72
[77] Jean-Yves Calvez e Jacques Perrin, **Op. cit.**
[78] Jean-Yves Calvez e Jacques Perrin, **Op. cit.**
[79] Conferência Episcopal Portuguesa, **Perspectivas Cristãs da Reconstrução da Vida Nacional**, União Gráfica, Lisboa, 1979, p. 12.
[80] Concílio Vaticano II, **Op. cit.**, p. 170.
[81] João Paulo II, **Centesimus Annus**, Op. cit., p. 78
[82] João Paulo II, **A Solicitude Social da Igreja**, Secretariado Geral do Episcopado, Rei dos Livros, Lisboa, 1988, p. 108.

10

O MOVIMENTO DA UTOPIA CONTEMPORÂNEA

No *Decameron* a última palavra pertence a Dioneia, a quem incumbe a tarefa de levantar a moral dos auditores contando uma notícia agradável.
É pela mesma razão que falarei agora das derivações, mais pelo seu lado divertido, que pelo seu valor científico.

Vilfredo Pareto, in Faits et Théories.

O pensamento utópico do Ocidente nos decénios de 60 e 70 e ainda durante 80, foi marcado por um pessimismo militante que gerou obras capazes de ombrear com as sombrias criações dos clássicos — e por estas entendem-se as poderosas construções de autores chave como Aldous Huxley, Ernst Junger, Arthur Koestler, Ievgueni Zamiatine, George Orwell e William Golding, que continuaram a ter impacte em gerações de leitores afastados dos problemas que eles escalpelizaram. Mesmo George Wells não se pode considerar um criador de mundos felizes, e para isso basta ler, com cuidado, as suas *Short Stories* ou mesmo a longa novela intitulada *The Time Machine*. Este patriarca da ficção, até na construção do homem invisível e na fantástica ilha do Dr. Moreau deixou a marca de uma desconfiança funda na capacidade da Ciência, saturando a sua obra de uma feroz e inevitável infelicidade, donde não anda arredado

actualmente Michael Crichton quando escreveu *The Terminal Man*, *Congo*, *The Andromeda Strain*, *Jurassic Park* e a sequela *The Lost World* ou Brian Aldiss quando glosa em *A Outra Ilha do Dr. Moreau* — o tema do *Dr. Moreau* de Wells ou ainda Stephen Baxter quando continua imaginosamente a afamada novela de Wells sobre a máquina do tempo. [1]

Do mesmo modo, marcos literários incontornáveis como *Brave New World* ou *The Island*, ambos de Aldous Huxley, contêm tanto desespero e incapacidade para a acção humana significativa como as aclamadas criações de Junger, nomeadamente *Heliopolis*, *Eumeswil*, *As Abelhas de Cristal* ou *As Falésias de Mármore*. A pequena diferença reside em que, em Junger, o rebelde pode abandonar o mundo enredado na teia inextricável de conflitos brutais e irreconciliáveis, dirigidos por ambições mesquinhas, e sair para um país longínquo, a floresta ou outro planeta, achando-se pois a si próprio ao perder-se para aquela sociedade em que nascera e vivia em confronto. É, afinal, o que ele denominou o passo da floresta, tema de um dos seus principais ensaios, e que começa justamente por uma análise das ciladas do processo eleitoral. O que amargura este pensador germânico da condição da liberdade é o seguinte facto, que ele deixa muito claro: " Há muito que está preparado o cerco implacável do ser humano, e isso através de teorias que aspiram a uma explicação lógica e sem falhas do mundo e que andam de mão dada com o desenvolvimento técnico".[2] Mas o que ele ensina é o método de sair da armadilha e o seu saber abre para os mundos fortes onde todas as coisas estão mais vivas.

Em outros autores, o rebelde é destroçado, reintegrado, morto ou reeducado, como aliás acontece em *We* de Zamiatine, *1984* e *Animal Farm* de Orwell, *Noon at Darkness* de Koestler, *This Perfect Day* de Ira Levin e mesmo no conto paradoxal "Na Terra dos Cegos", do Wells das *Short Stories*, onde quem vê é anómalo, a necessitar de uma cura que não se fará esperar. [3] Ainda neste momento Ayn Rand continua a interrogar numa perspectiva orwelliana com os seus livros, que são um libelo contra estruturas de oclusão da consciência. Que dizer de *Anthem*, uma parábola sobre a cidade pós-apocalíptica e dos que a precedem: *The Fountainhead* e *Atlas Shrugged*, um livro de 1192 páginas, escrito sobre a utopia radicalmente liberal? [4]

Este traço da imaginação criadora europeia, que contrasta com as origens literárias que apenas descrevem modelos felizes, avoluma-se com o caudal incontável de obras que sob diversas chancelas editoriais invadiram os mercados euro-americanos, mesmo aqueles do então Império soviético.[5] A produção literária carregou os tons do futuro, os mundos modelares só existentes nas mentes inventivas eram maus para a vida feliz e as pastorais ou epopeias contam-se pelos dedos. O ciclo de Fundação e Império de Isaac Asimov, a saga dos ingleses medievais na espantosa novela de Paul Anderson (*The Hight Crusade*), os mundos heróicos de Robert Heinlein, cruzam-se e contrastam logo de início com a melancolia dos contos de Ray Bradbury, nas *Crónicas Marcianas* ou no *Homem Ilustrado*, com os futuros carregados de despotismo e aniquilamento de Philip K. Dick, com as narrativas apocalípticas em que a humanidade é destruída displicentemente por mero acto de desparasitação, por erro de guerra, por evolução dos insectos ou por catástrofe natural — e neste tema específico, em que entram em primeiro plano os elementos, torna-se indispensável lembrar J. G. Ballard, que em novelas de rara qualidade mostrou a fragilidade da construção humana face ao vento, à água, ao calor, à areia, enfim, ao tempo. Nestes últimos cinco anos, Arthur C. Clarck, no seu ciclo sombrio e misterioso de Rama (*Rendezvous with Rama*, *Rama II*, *Garden of Rama*), voltou a sugerir claramente que as potencialidades do homem para viver e fazer viver uma sociedade pacífica não são francamente elevadas, tal como havia dado a entender Frederick Pohl num livro verdadeiramente significativo de uma geração de escritores, chamado, apropriadamente de resto, "*JEM. A Construção de uma Utopia*". Pohl, aliás, sempre explorou os perigos das experiências científicas que assumem o controlo de si mesmas e onde os homens de conhecimento, segundo as tendências naturais da espécie, se encontram mais que preparados para instalar um despotismo brutal fundado nas capacidades inovadoras de repressão e controlo do espírito. Um exemplo prático disto mesmo é o seu livro *Demon in the Skull*, de 1984.

Obras ainda marcantes dos decénios anteriores, dentro da mesma concepção, encontram-se um pouco por todo o lado. Para exemplificar é suficiente lembrar as teses desenvolvidas em *A Última Fome* de John Christopher, *The Chrysalids* de John Windham, *Pavana* de Keith Roberts,

O Império do Medo de Brian Stableford, *Os Pescadores de Treva Mar* de Roger Eldrige, *Cette Chère Humanité* de Philippe Curval, mesmo *The Stand* de Stephen King ou mesmo as novelas de um autor contido como Kurt Vonnegutt, nomeadamente *Utopia 14* e *Galapagos*.

No Leste, escritores de craveira do polaco Stanislas Lem, e dos russos Kir Bulychev, Alexandre e Serguei Abramov ou dos irmãos Strutgatski, compraziam-se em descrever universos irrecuperáveis ou ininteligíveis, aludindo subrepticiamente ao universo comum da sociedade concentracionária em que laboravam. O pendor negativo dá a estas utopias negras um significado temporal que as colocam na continuidade dos grandes mestres, onde o paraíso só é abordado para provar que é impossível. E isso vê-se bem no Nobel William Golding (*O Deus das Moscas*) ou em Huxley (*The Island*). Quando Lem escreve *Eden* ou *Solaris*, quando os Abramov concebem *Cavaleiros Vindos de Parte Nenhuma*, ou os Strutgatski desenvolvem *Prisioneiros do Poder*, *Stalker* ou *Que Difícil é ser Deus*, o que se passa é pura e simplesmente a reafirmação de um pensamento no pólo oposto de *A República* de Platão ou de Thomas More, autor da feliz e autêntica *Utopia*, esculpida na outra face da moeda, cuja cara é a imagem paradisíaca das ilhas dos Bem-Aventurados, mencionadas por Hesíodo na sua Teogonia, e lembradas ainda por volta de 1130 a propósito de uma peregrinação, cujo itinerário traçou o irlandês São Brandão e escreveu um cronista esquecido.[6]

Não é que se trate de sociedades de malditos ao jeito de *I am a Legend* de Richard Matheson: é muito mais subtil que isso.[7] É a modelação de mundos em que não é válida a dialéctica, em que não funciona a lógica, e em que os homens ou são estranhos em universos teoricamente coerentes mas incompreensíveis nas suas leis internas ou então estão a mais, perdidos, prisioneiros, com instrumentos intelectuais manifestamente insuficientes para promover a compreensão do visível.

No Mundo do Inimigo Vitorioso

Ao lado das sociedades pensáveis colocadas nas periferias do Universo, a ficção ocidental criou a noção de sociedade alternativa. Dos últimos livros conhecidos que pretendem ter incidência no mundo contemporâneo, todos parecem mais ou menos tributários da corrente de História Alternativa cientificamente autonomizada por Keneth Macksey,

um trabalho altamente técnico que avalia as possibilidades da invasão da Inglaterra e o impacte da operação colocada no papel pelo alto comando de Hitler.[8] Por seu lado, o general Sir John Hackett, havia começado a desenhar convincentes teatros para a Terceira Guerra, extrapolando do conhecimento que detinha dos meios totais envolvidos no confronto Leste-Oeste. O seu trabalho capital, *The Third World War, August 1985*, teve um impacte mediático importante e a noção de resultados virtuais e de sociedades emergentes destes abriu caminho na ficção. O estudo complementar da Terceira Guerra, *The Untold Story*, regressa ao conceito de uma guerra geral travada em diversas áreas geográficas para oferecer o mapa de uma engenhosa acção na teia das relações internacionais[9]. Tudo começou pela afirmação de que os conhecidos vencedores, historicamente registados como tal, no universo em questão haviam sido derrotados por umas manobras não verificadas no tempo de referência do leitor. É mais uma vez Robert Heinlein, com a novela *O Mundo que nos Espera*, que aborda inovadoramente este tema descrevendo uma sociedade pós-atómica governada por uma elite feudal de negros. O universo onde os japoneses vencendo, criaram raízes, chegando a hegemonizar os Estados Unidos, encontra-se descrito por Philip K. Dick em *The Man in the High Castle*, mas recentemente Crichton regressou, ao tema, neste mundo, e no plano económico-político, com *The Rising Sun*, uma novela policial de intenção ideológica que recoloca a questão do poder efectivo do país do Sol Nascente no Novo Mundo.[10]

O triunfo militar soviético não ficou sem considerar: está demoradamente pintado para o mundo rural em que se convertera entretanto a poderosa América, agora dominada pelos dirigentes russos. Paul Cook, em 85, com *Duende Meadow*, explora a viabilidade de alterar os resultados da guerra a partir de uma última arma, colocada em reserva no passado profundo, e ainda não utilizada até então [11]. Assim, quando Robert Harris escreve em *Fatherland* a história de um Império Nacional Socialista com sucesso, depois da derrota dos Aliados, não inova especialmente [12]. E, obviamente, não é o único, pois em 1985 James P. Hogan, em *The Proteus Operation* andava a imaginar uma estratégia actuante na dimensão temporal para destruir o fascismo no passado, que entretanto dominava o mundo inteiro, salvo os Estados Unidos e a Austrália. Mas quando o grupo de intervenção chega à Europa de 1939 para trabalhar no problema verifica que ninguém tem consciência do desafio nacional-socialista. [13]

O domínio comunista foi objecto de pesquisa para sublinhar as resistências nacionais. Na Inglaterra, Ted Allbeury oferece uma narrativa coerente e interessante a partir do momento em que os russos entram em Londres para restabelecer a ordem e instalar a tirania. É do levantamento de uma nação desmoralizada que trata *All Our Tomorrows*, que parte da curiosa reflexão de Lenine citada com destaque: "os comunistas britânicos deveriam aprender a sustentar com os seus votos os seus líderes do Partido Trabalhista tal como a corda sustenta o enforcado" [14]. John Gardener, no anos 80, preocupou-se também com a bandeira soviética a flutuar em Whitehall e com o Estado polícia instalado na ilha: tais mundos invisíveis e potenciais ressaltam sobretudo o valor da liberdade, um bem que só se aprecia realmente quando se perde, ponto que foi, nos anos dourados da ficção científica, muito sublinhado por Robert Heinlein, que deixou em *Soldado no Espaço*, *Estrada da Glória*, *Revolta em 2100* e *Revolta na Lua*, a noção sedimentada de que esse bem só se recupera com sacrifício e elites decididas. [15] Ou seja: nunca foi, nem será gratuito.

UTOPIAS DE AVISO

O conceito de utopia negativa ou distopia é indispensável para compreender o filão mais rico da ficção euro-americana até a momentos bem recentes — e esses espantosos criadores de mundos fantásticos conduziram um exercício que nos ajudou a avaliar o mundo em que vivíamos, a pensar o homem com relativismo e a desenvolver um certo cepticismo perante as suas grandes realizações.

É curioso notar que, em outra ala do pensamento, nas ciências do comportamento, autores até aí pouco falados vinham, com grande cópia de dados empíricos, revelar os fundamentos humildes da humanidade, a sua proximidade dos grandes símios, a sua dependência de pulsões básicas, como tinha intuído no século XIX o grande mestre Vilfredo Pareto, enfim, mostrar num terreno pouco contestado a fragilidade da cultura e a precariedade da civilização. Nesta galeria de homens contra-corrente deveríamos colocar Konrad Lorenz, como um pensador fundamental do homem e da sua natureza, cuja dimensão não se apreenderá se não se peregrinar pela sua vastíssima bibliografia; mesmo um Desmond Morris, que desde a publicação do seu *The Naked Ape* se

revelou um polemista e inteligente desafiador do arsenal das ideias do pronto a usar contemporâneo, como aliás Irenaus Eibl-Eibesfeldt, um investigador rigoroso e contido, que no entanto não deixou de provocar profundas incomodidades entre os criadores da cultura oficiosa; mas ainda um Anthony Storr, psiquiatra interessado nos fundos comportamentais da espécie, normalmente pouco agradáveis de conhecer nas suas vertentes sistemáticas, e enfim, muitos outros como um Serge Moscovici, um Robert Ardrey, um Danilo Mainardi, um Irven De Vore e tantos outros primatólogos, que se tornaria fastidioso enumerar. Que fizeram estes homens? No seu conjunto, na convergência dos saberes interdisciplinares, eles alteraram a noção de homem forjada nas ciências sociais e muito disputada pela economia da escola clássica (o homem racional económico) e aproximaram-no do seu meio natural, integrando-o na sua família de primatas superiores e nas heranças irrecusáveis do mundo natural, reconhecendo embora as conquistas da cultura e a sua autonomia. Nem anjo, nem animal.

E o que se pode dizer é que a consciência que nasce de uma perspectiva realista e natural do homem, permeada obviamente por um certo pessimismo antropológico, encontra-se antecipada e acompanhada pela reflexão da literatura de ficção, que não se cansou de ilustrar a diversidade de mundos hipotéticos, mesmo virtuais, onde a vida é um fardo e o homem sobrevive alienado por poderes totais. E esses universos potenciais, ao estilo de *This Perfect Day* de Ira Levin ou *The Brave New World* do cavalheiro paretiano Huxley, eram justamente os destinos potenciais para onde encaminhavam os dirigentes e a *intelligentsia* do mundo concreto e real, que aquele último buscou provar com a publicação do *Regresso ao Admirável Mundo Novo* e até com ensaios políticos de grande interesse.[16] Aqui Hobbes tem mais impacte que Rousseau e as esperanças infundadas nas virtualidades de estruturas sociais de iguais, de bons, de felizes, encontram a mesma explicação: é a incompreensão pertinaz da tão falada natureza do homem, levando a que se alimentem expectativas sobre a materialização de capacidades que pura e simplesmente não existem, a não ser na mente dos interessados na execução de projectos que as exigem expressamente.

Não se pode desde já afirmar que neste últimos 10 anos se viu surgir do nada o retorno ao filão tradicional da utopia positiva. De facto, nas obras de recorte lendário e mais orientadas para a exploração dos elementos de *science-fantasy*, afirmava-se um potente núcleo de conceitos capazes de originar obras de revisão sobre as finalidades do homem e a melhor estrutura das suas sociedades. Bastaria ler o ciclo de J. R. Tolkien, *The Lord of the Rings*, para perceber que no imaginário europeu existiam reservas insuspeitadas de material mítico, donde poderiam fluir fortes e válidas propostas. Na realidade, entre as obras imaginárias de grande impacto na cultura euro-americana encontra-se o ciclo do Anel, que já foi descrito como um sinal da nossa insatisfação, do mal estar na nossa cultura e que é certamente um marco de todo o futuro desenvolvimento desta linha.[17]

Tolkien, com efeito, a par de uma engenhosa narrativa escrita com fulgor, convoca a mágica dos contos fantásticos, das lendas de cavalaria e de aventura, e soma-lhes grandeza, dimensão, enredo e mistério. Criaturas fantásticas, como as que surgem nas narrações do Ciclo Bretão, tecem com os humanos o ciclo da vida quotidiana, onde se joga o eterno destino do Universo das criaturas, disputado por forças negras e defendido pelas brancas. Tolkien ganhou um lugar de relevo que já não lhe pode ser subtraído e a sua imaginação abriu as portas de possibilidades inesperadas que outros puderam desvendar com êxito.

Nos anos 70, com as suas novelas sobre o mundo de Pern, Anne McCaffrey plasmou em *Dragonquest* e *The White Dragon* um processo criativo apontado para a revalorização do herói, da inventividade e da responsabilidade dos que detêm conhecimentos face a sociedades esquecidas e monolíticas. E ainda nos finais de 70 lançou Stephen E. Donaldson o seu grande ciclo novelístico *The Chronicles of Thomas Convenant the Unbeliever*, uma poderosa saga do herói reticente, desenvolvida num mundo alternativo onde o cerne da questão era o combate ao domínio maléfico e totalizante de um ente avassalador.[18] Um mal de natureza espiritual contamina a terra, as sociedades e a própria natureza humana: o tema é cristão e já se encontra claramente expresso em Tolkien, mas agora Donaldson trata-o do ponto de vista de um herói forçado, um leproso descrente, desconfiado, inseguro, que mau grado as suas tentativas de escapar ao destino é arrastado para o enfrentamento

libertador. Sem novidade, Donaldson repetirá depois o mesmo esquema em *Mordant's Need*, ciclo onde a heroína reticente é a força desencadeadora de uma frente para travar o mal.

A insegurança, a dúvida, a carência de raízes, mesmo a falta de referências morais, desencadearia a procura e a oferta de obras novelísticas situadas nestes eixos, que continuando embora a tradição utópica, marcham decididamente para ultrapassar as últimas barreiras impostas por uma qualquer lógica fundada nos dados dos sentidos ou na epistemologia da Ciência.

E alguns autores contemporâneos marcantes, nesta perspectiva, merecem uma visita porquanto espelham a opção positiva, oferecendo elementos para uma superação da vida quotidiana e da distopia, marcando bem o que a esta lhe falta para oferecer a plenitude a cada membro. Trata-se de obras fáceis de ler, intrigantes e invariavelmente muito bem escritas, com grande difusão nos mercados anglo-saxónicos e com impacte em outros círculos de leitores. No fundo de cada uma delas encontra-se o anelo por outra idade de verdade e bem, a busca quase inconsciente do centro, à volta do qual giram harmoniosamente os componentes, a afirmação exultante de um eixo moral onde o bem e o mal se conhecem e estão delimitados, pondo fim à indeterminação ou confusão fabricada.

Talvez o mais simples e próximo da ficção tradicional seja os volumes de Colin Wilson, que revelam uma terra abandonada a aranhas gigantes evoluídas, que hegemonizam os homens e os caçam eventualmente [19]. O escritor prova a possibilidade de um entendimento entre todos os seres desta Terra degradada, baseado num centro, que é a força do próprio protagonista da longa novela, que amadurece com as provas e se eleva a uma compreensão superior do valor do equilíbrio.

Por seu turno, Robert Holdstock, cria um espaço de peregrinação dos protagonistas que é uma floresta encantada no mundo prosaico da Inglaterra de hoje[20]. Aqui, os limites do saber e a força do fundo mítico e instintivo do homem sublinham apenas a sua unidade com o mundo vivo, com a tradição, com a teia das gerações e a história que força o seu caminho para o presente. Prémio inglês de Fantasy, prémio mundial também, Holdstock parece querer insinuar que a unidade de entendimento se encontra no insondável limite do que Pareto denominou resíduo e que estudou longamente no seu *Tratado de Sociologia*.[21]

Ainda nos anos 80 Guy Gavriel Kay deu à estampa a sua notável *The Fionavar Tapestry*, uma trilogia que nos coloca de facto perante a definição do centro e a importância da acção individual na fabricação da tapeçaria que é o Passado [22]. Comparado, como é habitual, a Tolkien, está distante do velho mestre e as suas preocupações são outras, nomeadamente colocar em evidência a vida dos povos como resultado de uma multiplicidade de acções onde é possível influir desde que se actue nos pontos correctos. Também é relevante na trilogia o papel do centro, o Monarca e os Deuses, retirado das lendas célticas, mas não tem qualquer papel as massas humanas e os seus desejos ou anseios: tudo se joga longe daquilo, que faz hoje em dia o encanto dos acirrados teóricos das partidocracias. Porém, duas outras obras — *Tigana* e *A Song for Arbonne* — põem em evidência que é possível, por um esforço superador, recuperar a honra, o sentido da vida e recentrar a sociedade decaída ou dominada.[23] Geraldine Harris, por esta altura, fabricava a saga descrita em *Sete Cidadelas* (1982), e propunha uma narração com centro e heróis mobilizadores.[24]

Como se aludiu anteriormente, Stephen Donaldson voltou publicar matéria relevante depois do ciclo de *Unbeliever*, objecto de duas trilogias, e nela se regressa paradoxalmente ao papel central do Rei, como agente de paz, criador de harmonia, condestável do futuro da sociedade. Numa teia de traições e planos que se enfrentam a novela *Mordant's Need* é o triunfo da bondade, da lealdade ao Rei, da fé, do amor, por cima das mais comuns paixões humanas que protagonizam um tempo de hegemonia: vontade de poder, luxúria, mentira, traição, ódio e cobardia[25]. Fica-se a uma distância conhecida das dificuldades dramáticas e trágicas do protagonista das primeiras novelas, mas voltam-se a encontrar traços que repetem o processo de adaptação do estranho ao mundo para onde é deslocado por involuntários mecanismos, processo que passa pela superação da desconfiança em si mesmo e pelo amor, que é um laço poderoso de superação do egoísmo e do medo. Vintila Horia, já falecido, e um pensador profundo da expressão literária, encontrou sempre, na sua análise dos narradores supremos da Europa, o Amor como elemento de redenção e mesmo de tomada de consciência de uma realidade até aí ignorada ou inapreensível, o Amor como conhecimento, o Amor como superação do medo, o Amor como redenção na opressão mais violenta.[26] Não pode deixar de surpreender encontrar inesperadamente em Donaldson a mesma demanda, a idêntica afirmação da natural e ao

mesmo tempo transcendente ligação emotiva e íntima entre um homem e uma mulher.

"O Regresso do Rei" (*The Coming of the King*), escrito por Nikolai Tolstoi em 89, é um retorno às raízes mais profundas dos mitos do Grande Rei, na luz das matérias de Bretanha. É o mundo dos guerreiros valorosos perdido na noite dos tempos e donde Robert E. Howard retirou Conan, o Cimério, que fez fortuna em livros de série assinados sucessivamente por especialistas de espada e feitiçaria e depois em banda desenhada criada por nomes sonantes com o Barry Smith, Roy Thomas, John Buscema e Ernie Chan e até no cinema, não antes de fazer prova do que valia como mitó épico mobilizador nos quadrinhos.[27] Mas Nikolai Tolstoi sublinha especialmente o poder espiritual e sua função de restabelecimento de um mundo abalado, violento e primitivo, todavia ainda capaz de entender e por isso ser transformado pelo poder da Verdade. O Rei ocupa o lugar de eixo do mundo, o lugar de distribuição de bênçãos neste livro marcado pelo mistério e pela descoberta: "É através da justiça real, *gwir deyrnas*, que existe um estado de sossego, paz, tranquilidade, felicidade, bem-estar, saúde e calma, por toda a ilha dos gigantes" — e esta é a frase que poderia servir de selo final à narrativa viva e empolgante deste descendente directo de Leon Tolstoi.[28]

Uma caso em si é a obra de Raymond E. Feist e a sua trilogia *The Riftwar Saga*. Na verdade, com muita felicidade, o autor americano explora numa aventura imparável a afirmação consequente de valores centrais da cultura ocidental: a lealdade, a honra, a valentia, o amor, numa saga em que o que está em causa é a defesa de um Império justo da ameaça extraordinária e inesperada de uma sociedade alternativa paradoxalmente feroz e civilizada. *Magician*, *Silverthorn*, e *A Darkness at Sethanon*, são um compêndio vivo do ideal de recentração que acontece manifestar-se nestes anos como uma aspiração compartilhada por inúmeros escritores.[29]

Finalmente, não se poderia deixar de mencionar Stephen Lawhead e a sua esplêndida narrativa, *The Song of Albion*, que exigiu investigação do domínio mitológico céltico, mas que oferece uma reflexão sobre um mundo mais vivo, mais acordado, levado até aos limites, o mundo utópico, provável matriz ideal dos mundos descoloridos em que vivemos.[30] Aqui, efectivamente, o rei verdadeiro tem uma ligação íntima com as terras e os homens, mantém e sustenta a sociedade e as virtudes, cura a terra dos males e defende todos das ameaças suspensas sobre o

mundo risonho e brilhante. Também nele o mecanismo de intervenção e regeneração assenta na contemporaneidade e o seu herói, de uma Inglaterra de hoje, ganhará com o tempo os meios de agir com impacte no mundo-matriz da sub-realidade do quotidiano. Obra engenhosa, que nada fica a dever às outras trilogias em que ensaiou com outro alcance as mesmas teses: *The Dragon King Saga* (1984), (In the Hall of the Dragon King, The Warlords of Nin, The Sword and the Flame) e *The Pendragon Cycle*, que explora as lendas da Atlântida em três livros notáveis: Taliesin, Merlin, Arthur.[31] Lawhead perfila-se actualmente como um dos melhores ficcionistas do fantástico acessível e ligado ao mundo contemporâneo e não é preciso ir ler demoradamente *The Mists of Avalon*, de Marion Zimmer Bradley, para perceber este ponto.[32] Quiçá, o que se poderia colocar em paralelo, mas em perda, é a criação de Margaret Weiss e Tracy Hickman, forjada nos finais dos anos 80, que desenvolve um mundo de contornos luminosamente heróicos e simples.[33]

Um Problema Antigo

Os problemas destes escritores não é nada menos que o antigo tema da recuperação de um mundo degradado pela entropia. Enquanto Tolkien, na epopeia do *Silmarillion* ou na saga do Anel, se ocupa da revitalização do mundo assolado pelo mal definhador e arrasante, os novelistas posteriores desenvolvem a questão para um país, para uma época, para um grupo. Todavia, no ciclo escrito por Gene Wolfe ele alarga o horizonte a um Universo entrópico, carcomido pela decadência da energia, que gera a degradação em todos os planos. No fundo, num quadro mais vasto, acaba também por lidar com o problema da decadência, da degeneração, da queda irreversível para níveis de equilíbrio cada vez mais simples, e com o perigo da expansão de formas baixas e uniformizantes.

Ora, este não é um, problema dos nossos dias. O grego Hesíodo, no seu célebre livro *Trabalho e Dias*, que recolhe mitos formativos dos tempos mais remotos da criação, transmitidos desde os primeiros momentos da cultura grega, ensina que a mudança só gera a degradação. Ou seja: o caminho é entrópico, para baixo, e a esperança no futuro não tem fundamentos para se agarrar. Os estádios civilizacionais dos homens tinham vindo a degradar-se continuamente desde o tempo dos princípios,

uma fase em que, nas suas palavras, "os Imortais, que habitavam as moradas olímpicas, criaram uma raça áurea de homens mortais, que viviam como deuses, com um coração sem preocupações, sem trabalho e miséria; nem sequer a terrível velhice estava presente, pois sempre com o mesmo aspecto de pés e mãos se alegravam nos banquetes, longe de todo o mal, e até a morte lhes chegava como um sonho". [34]

Esta raça de ouro inicial degradou-se por etapas até surgir da terra a quinta raça, a raça dos homens de ferro dos nossos tempos, "que nem de noite nem de dia deixarão de estar dominados pela fadiga e pela miséria; e os deuses dar-lhes-ão duras preocupações, misturando continuamente bens com males".[35] Tal como acontece em Heráclito, o filósofo aristocrata, a mudança é sempre para pior. Não há espaço para pensar o progresso no longo prazo da História, porque no horizonte longínquo está a raça dos homens de ferro, os homens terminais, e no passado mais remoto os homens felizes do paraíso original, que viviam no modelo perfeito criado directamente pelos Imortais. As sociedades dos homens caminham necessariamente para a degradação, para a contaminação ecológica, para o esgotamento das fontes energéticas, para a diminuição das suas capacidades de entendimento do fundamental, apesar de registarem conquistas tecnológicas impressionantes. É a regra do empobrecimento espiritual que fica estipulada como um epitáfio no túmulo da humanidade.

Como combater ou superar este processo aparentemente inelutável? Platão revelou no seu livro espantoso, *A República*, obra manifestamente tributárias das concepções lineares de Hesíodo, que a degradação se evita pondo fim à própria mudança.[36] Como? Criando uma Cidade tão estável, tão próxima da primeira idade quanto possível, que toda a questão irá repousar na conservação do modelo redentor implantado no terreno. A conservação das condições originais exige obviamente um vigilante aparelho de controlo para evitar qualquer modificação degradante e para vigiar pelo cumprimento escrupuloso das regras que permitem a subida posição da nova urbe. Foi este aspecto que desagradou a Karl Popper, que se apressou a ver em Platão — e não no seu Sócrates — um teórico básico do totalitarismo e da engenharia social, por cujas sendas avançariam nomes importantes da cultura ocidental como Thomas Morus, Campanella, Bacon, Cabet, Fourier, Rousseau, Karl Marx, e tantos mais.[37] Mas todos eles estavam conscientes de que a probabilidade da recuperação assentava forçosamente numa marcha atrás do processo histórico e num aparelho coercivo esclarecido ou iluminado, mesmo quando apregoavam que tudo estava à mão da humanidade no futuro. Talvez

só Hegel, por causa da dinâmica do seu *Geist*, que se realizava no tempo, é que fosse verdadeiramente progressista, ao apresentar um estádio final melhorado longe do estado inicial forçosamente inferior por efeito do processo dialéctico.

Para lá da Esperança

O restabelecimento faz-se a partir de pontes, de um o *pontifex*, ou seja, de um fazedor de pontes entre idades ou realidades. Para Carlyle (1795-1881) o pontifex é o herói nas suas diversas modalidades, cuidadosamente inventariadas na sua obra *Os Heróis*.[38] Para René Guénon, Frithjof Schuon ou Julius Evola, é a vivência da tradição mais antiga e apurada, que sendo um espelho da primeira idade, aproxima o iniciado das condições originais. Para os cristão é a identificação perfeita e integração no Homem-Deus, Sumo Pontifex, que pelo seu sacrifício cruento abriu as portas da Cidade do Alto, um Mundo do Trono entrevisto e descrito por São João no Apocalipse, a toda a humanidade convertida e obediente. Para os budistas é a anulação de si mesmos, a fuga ao ciclo do tempo e da criação, na união com o Todo.

A diversidade de soluções que as culturas da Terra exibem não pode esconder ao mais atento que as grandes correntes da Tradição seguem Heráclito e, mais justamente, Hesíodo. A degradação não é tomada como hipótese de trabalho: torna-se subitamente uma certeza.[39] E daí deriva a necessidade urgente da renovação, do restabelecimento dos equilíbrios perdidos, da reconquista da primavera do mundo em que todos viviam felizes. Impõe-se discretamente a certeza de que é preciso, ainda que andando para a frente no tempo, voltar atrás de algum modo, para beber nas fontes puras de um manancial ainda não toldado.

Em Tolkien, este problema é claro desde as primeiras páginas do livro *Bilbo, The Hobbit* até às últimas do ciclo de narrativas inserido no *Silmarillion*, sendo o ciclo do Anel a demonstração da tese.[40] A restauração da pureza primitiva no mundo assolado pelo mal desde a Criação passa pela anulação desse mal e dos seus serventuários instalados na Terra. A tarefa, como se sabe, é desenvolvida por uns mínimos, os hobbits, que apelando para uma heroicidade esquecida se elevam às alturas do guerreiro experiente e do sábio cauteloso. Tolkien explica que a articulação de diversas forças do Bem num plano de lealdade, coragem, abnegação, sacrifício e persistência, não só bloqueia os assaltos do Mal, como é ainda capaz de o demolir. É por

isso que o herói da sua saga é um paradoxo: um mínimo, que na sua peregrinação em direcção ao centro do mal descobre progressivamente as suas capacidades de sacrifício, a sua coragem que possui, mas não conhece.

É um método totalmente socrático. Partindo do nada que supõe ser, o hobbit Frodo vai-se descobrindo um lutador persistente e empenhado no Bem, uma criatura capaz de dialogar frutuosamente com Sócrates, que sempre achou que a virtude poderia ser ensinada a quem a tivesse. E é no centro do país do Mal, face às suas armadilhas e aos seus Senhores, que a pequena criatura, antes esgotada na pura fruição da vida, se revela um herói em pleno sentido da palavra e vai ser pela sua mediação que a Terra do Meio é salva da devastação das Trevas, uma hegemonia temerosa de criaturas perversas e disformes.

Ora Gene Wolfe faz o seu protagonista seguir um caminho paralelo. Ele parte de uma escola de serventuários policiais do Príncipe de Urth, treinados na dor e na tortura, para culminar a sua carreira como Príncipe, Autarca, e finalmente, representante do planeta diante das instâncias mediadoras da Criação Os livros intitulados *A Sombra do Torturador*, *A Garra do Conciliador*, *A Espada do Lictor*, *A Cidade do Autarca* a *Urth do Novo Sol*, fazem uma narração harmoniosa da recuperação de um mundo, condenado pela entropia, através do nascimento de um novo Sol, uma estrela poderosa que os mediadores do Criador ligam à vida do Autarca. O protagonista conhece, por uma aprendizagem difícil, as responsabilidades do cargo mais elevado num mundo decaído, onde restos de diversos ciclos civilizacionais se misturam e contaminam. Aprenderá os limites da esperança, a reverência pelas forças da criação, crescerá em saber e domínio sobre si mesmo, sem matar a misericórdia para com os fracos e enganados.[41]

Experimentado até ao limite, o Autarca consegue deter o processo entrópico do seu mundo e obter a estrela da vida, que se por um lado garante um futuro aberto, por outro destruirá a velha Urth. Parece que Wolfe transmite aqui a mensagem da esperança para lá da esperança. O ciclo degradado e final para lá de qualquer recuperação, ainda pode ser regenerado através duma destruição criadora, que abre para um ciclo novo. Nunca nada está definitivamente perdido enquanto pontífices, heróis, místico, mantiverem teimosamente a corda amarrada à escarpa mais elevada do Primeiro Mundo, puxando atrás de si hostes que neles vêem o brilho da Idade de Ouro.

Viu-se, ainda que brevemente, que a ficção científica e a fantasia se tem revelado não raras vezes uma visão antecipadora das esperanças e medos mais profundos dos homens euroamericanos. Os caminhos perigosos foram percorridos com coragem e todos podemos ver os mundos finais resultantes de opções aparentemente lógicas e cheias de bondade. As alternativas foram exploradas nos universos e nos mundos interiores da própria mente, tragédias complementaram dramas, e pouco tem ficado por tratar nos milhares de livros publicados nas línguas de cultura do mundo.

O que há de novo e surge como uma promessa de entendimento futuro é a saudade de uma sociedade intimamente justa, centrada numa legitimidade transcendente e incontroversa, cuja tradução para a realidade é já, em si mesma, potência de harmonia, de bondade, de cura dos males da terra e dos homens, um poder puro fácil de exercer e agradável de suportar. Não é o paraíso programado que John Boorman descreve em *Zardoz*, montado no egoísmo de uns quantos e que acaba destruído pela força da barbárie cultivada como guarda avançada. [42] É o outro autêntico, que vive em cada um de nós, nos arquétipos de que nos falara o psicólogo e analista Jung.

E a sua busca revolve a memória histórica em busca das sociedades fundadas no Bem, depois de teimosamente terem suportado a devastação do Mal. E volta a surgir com eco popular inesperado num livro iniciático, mas débil, que a procura americana transformou em êxito incontroverso: *The Celestine Prophecy*, de James Redfield, um esforço literário bem sucedido para demonstrar que a utopia vem a caminho e que o conhecimento que interessa não é o científico, mas o esotérico. [43] E foi justamente para perceber essa nova sociedade e esse novo entendimento das coisas que andavam no ar, que o autor escreveu uma aventura que se desenvolve à volta de um manuscrito profético que oferece vias para uma consciência mais acordada. Os êxitos relativos de autores de variado valor literário como Paulo Coelho, o velho Carlos Castañeda reeditado, mesmo do antigo mestre Emanuel Swedenborg, bem como a reactivação deste tipo de literatura e da generalidade das seitas, são fenómenos que só mostram que o tempo está aberto a outro ciclo. E quiçá a outra fórmula de poder, ainda não evidente.[44]

Notas

[1] Ver nestas continuações: Brian Aldiss, **A Outra Ilha do Dr. Moreau**, LBL, Lisboa, s.d.; e Stephen Baxter, **The Time Ships**, Harper Collins, Londres, 1995.

[2] Ernst Junger, **O Passo da Floresta**, Cotovia, Lisboa, 1995, p. 28.

[3] Torna-se inevitável avisar que as novelas e romances que se referem ligeiramente de passagem devem ser de conhecimento de estudantes e eruditos e por isso não se adensou a bibliografia para recordar tudo quanto foi referido, precisamente porque é material ainda acessível. Como mera informação registe-se que os principais editores nacionais de Ficção Científica são: **Livros do Brasil** (Colecção Argonauta); **Europa-América** (Colecção Nebula e Livros de Bolso); **Caminho** (Livros de Bolso); **Clássica** (cessou a publicação); **Gradiva** (cessou a publicação).
Esta nota vale para todo o ensaio, onde só se refrenciou o que aparentemente parecia ter novidade. E aqui, mesmo o experiente, pode enganar-se.

[4] Cfr Ayn Rand, **Anthem**, BOMC, nova Iorque, 1995.

[5] Este contraste pode verificar-se lendo uma colectânea de utopias clássicas. Eugenio Imaz (Org.), **Utopias del Renacimiento**, Fondo de Cultura Económica, México,1976. Melhor: Francis Lacassin (Org.), **Voyages aux Pays de Nulle Part**, Rober Laffont, Bouquins, Paris, 1990.

[6] O texto intitulado "Navegação de São Brandão à Procura do Paraíso", escrito provavelmente cerca de 1130, pode ler-se em: Francis Lacassin, **Op. cit.**, nota 4, pp. 35-60.

[7] Traduzido na colecção **Argonauta** como **Mundo de Vampiros**, públicado por Livros do Brasil, Lisboa

[8] Keneth Macksey, **The German Invasion of England, July 1940**, Book Club Associates, Londres, 1980.

[9] General Sir John Hackett, **The Untold Story**, Sidgwick & Jackson-New English Library, Londres, 1983.

[10] Philip K. Dick, **The Man in the Hight Castle**, Penguin Books, Harmondsworth, 1965. Ver também a preocupação latente em Mickael Crichton, **Rising Sun**, Arrow Books, Londres, 1992. É importante ler, no fim da novela, a bibliografia recomendada, pp. 404-407.

[11] Paul Cook, **O Prado dos Duendes**, 2 vols., LBL, Lisboa, 1986

[12] Robert Harris, **Pátria**, Bertrand Editora, Lisboa, 1993.

[13] James P. Hogan, **The Proteus Operation**, Arrow Book, Londres, 1986.

[14] Ted Allbeury, **All our Tomorrows**, Panther-Granada Publishing, Londres, 1983.

[15] John Gardner, **Golgotha**, Star Books, Londres, 1980.

[16] Aldous Huxley, **Sobre a Democracia e Outros Estudos**, LBL, Lisboa, s.d. Ver também deste paretiano Aldous Huxley, **Regresso ao Admirável Mundo Novo**, LBL, Lisboa. s.d.

[17] J. R. Tolkien, **The Lord of the Rings**,Unwin Hyman, Londres, 1981

[18] Cfr. Stephen Donaldson, **The Chronicles of Thomas Convenant, The Unbeliever**, Fontana, Londres, 1993. A obra é apropriadamente comentada no Washington Post como " uma batalha sem tempo entre o bem e o mal".

[19] Colin Wilson, **Spider World**, 2 vols., (The Tower, The Delta), Grafton Books, Londres, 1987.

[20] Robert Holdstock, **Lavondyss**, William Morrow & Company, Nova Iorque, 1989. O primeiro livro nesta perspectiva é ' Mythago Wood', escrito em 1984, e que pode ser lido com proveito: Robert Holdstock, **O Bosque dos Mítagos**, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993.

[21] Para compreender Pareto é necessário ler uma boa antologia daquele fértil pensador. Recomenda-se: Samuel Finner (Organização e Notas), **Vilfredo Pareto-Sociological Writings**, Pall Mall Press, Londres, 1966. O livro central dos temas sociológicos deve ler-se na seguinte edição: Vilfredo Pareto, **Traité de Sociologie Générale**, Librairie Droz, Genebra-Paris, 1968. Tem um texto introdutório de Raymond Aron e a edição actualizada contém 1818 pp.

[22] Guy Gavriel Kay, **The Fionavar Tapestry**, 3 vols., (The Summer Tree, The Darkest Road, The Wandering Fire), Roc Books, Nova Iorque, 1992. As primeiras edições são de 1984 e 1986.

[23] Ver: Guy Gavriel Kay, **Tigana**, HarperCollins, Londres, 1991; Guy Gavriel Kay, **A Song for Arbonne**, HarperCollins, Londres,1993.

[24] Cfr. Geraldine Harris, **Sete Cidadelas**, 4 vols., Dom Quixote, Lisboa, 1985.

[25] Stephen Donaldson, **Mordant's Need**, 2 vols., (The Mirror of Her Dreams, A Man Rides Through), Fontana Books, Londres, 1988.

[26] Vintila Horia, **Introdução à Literatura do Século XX**, Arcádia, Lisboa, 1978.

[27] Nicolai Tolstoi, **O Regresso do Rei**, 2 vols., Edições 70, Lisboa, 1990-1992.

[28] Nicolau Tolstoi, **Op. cit.**, vol. 2, p. 302.

[29] Cfr Raymond E. Feist, **Magician**, Harper Collins, Londres, 1987.

[30] Stephen Lawhead, **The Song of Albion**, 3 vols., (The Paradise War, The Silver Hand, The Endless Knot), BCA, Londres, 1991-1993.

[31] O autor conta com traduções em português. Foram editados pela Bertrand os três volumes do Ciclo Pendragon (Taliesin, Merlin e Artur) em 1994 e em 1993 o Círculo de Leitores publicou **A Saga do Rei Dragão** em três volumes.

[32] Marion Zimmer Bradley 1983). **The Mists of Avalon**, Penguin Books, Harmondsworth, 1993

[33] Ver: Margareth Weiss e Tracy Hickman, **Dragonlance-Legends**, 3 vols., (Time of the Twins, War of the Twins, Test of the Twins), Penguin Books, Harmondsworth, 1989.

[34] Hesíodo, **Teogonia.Trabajos y Dias.Escudo.Certamen**, Alianza Editorial, Madrid,1986, p. 72

[35] Hesíodo, **Op. cit.**, p.74.

[36] Platão, **A República**, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1972.

[37] É sempre fundamental ler Karl Popper, **The Open Society and its Enemies**, 2 vols., Routledge, Londres, 1966. O primeiro volume trata exclusivamente de Platão: " The Spell of Plato".

[38] Thomas Carlyle, **Sartor Resartus. On Heroes and Hero Worship**, Dent, Londres,1973.

[39] Esta queda, também óbvia no Cristianismo, foi estudada em profundidade por Mircea Eliade, **Tratado de História das Religiões** , Edições Asa, Porto, 1992. O mesmo conceito foi identificado entre sociedades de Índios: Mircea Eliade, **Mitos, Sonhos e Mistérios**, Círculo de Leitores, Lisboa, 1990

[40] J. R. Tolkien, **Bilbo, the Hobbit**, Unwin Hyman, Londres, 1981; J.R. Tolkien, **The Silmarillion**, Unwin Hyman, Londres, 1983.

[41] Gene Wolfe, **O Ciclo de Urth**, Europa América, Colecção Nebula, Mem Martins, s.d.

[42] Cfr. John Boorman, **Zardoz**, Pan Books, Londres, 1974

[43] James Redfield, **The Celestine Prophecy**, Warner Books, Nova Iorque, 1994.

[44] Ver Emanuel Swedenborg, **Do Inferno, do Céu e dos Anjos**, Pergaminho, Lisboa, 1994.

11

ELITES E SOCIEDADE ABERTA

"Miséria do Historicismo" e "A Sociedade Aberta" constituiram o meu esforço de guerra. Pensava que talvez, um dia, a liberdade voltasse a tornar-se um problema essencial, particularmente por causa da influência renascida do marxismo e da ideia de planificação em grande escala, (ou dirigismo). Assim, ambos livros foram concebidos como uma defesa da liberdade contra as ideias totalitárias e autoritárias, e como um aviso contra os perigos das superstições historicistas

Karl Popper, in **La Quête Inachevée**

Podemos ter ou não os políticos que merecemos, mas temos os políticos que julgamos merecer. A política britânica é altamente auto-selectiva, envolvendo uma pequena classe política. Só cerca de 3 por cento do eleitorado pertence a um partido e provavelmente só menos de um por cento é que estão disponíveis na selecção e re-selecção de candidatos ao Parlamento — a primeira fase crucial de uma carreira política.

Peter Riddel, in **Honest Opportunism**

1

As Minorias Significativas na Sociedade Aberta

Em qualquer estudo relacional, como aquele que se propõe neste tema, o método consiste em formular perguntas sobre os conceitos envolvidos até os esclar*ecer suficientemente. E depois — e só depois* — tentar estabelecer uma correlação. Foi o caminho que se seguiu também aqui, tendo em atenção a tradição de estudos nestas áreas bem como a génese das ideias.

Deste modo, em primeiro lugar ilustram-se os dois conceitos e recortam-se os seus limites interpretativos. A seguir procede-se à identificação de dois tipos de relação, o que não significa que sejam só esses os existentes. Na linha de Max Weber procurou-se estabelecer tipos, que na realidade só existem como matrizes ideais. Mas como ajudam a interpretar a realidade, é neste sentido que se utilizaram instrumentalmente, apurando-se deste modo uma perspectiva sistémica sobre a relação proposta.

Que minorias significativas?

É sabido que as sociedades globais albergam no seu seio , pela diferenciação inevitável, minorias mais ou menos estruturadas que desempenham funções de diversa ordem de importância para a existência da sociedade enquanto tal. Os investigadores foram capazes de identificar algumas delas: as minorias da cultura, as minorias do poder económico, as minorias do poder político. Esta tripartição, que é tradicional, não esgota de modo algum as minorias identificáveis que exercem influência, mas apenas sublinha a importância central de algumas delas nos processos de decisão que a todos afectam.

Claro que minorias que controlam o campo das religiões e sua expressão formal ou o campo dos militares e sua organização específica não são desprovidas de interesse. Todavia, de algum modo, elas podem associar-se, pela vocação de poderio social que materializam, aos outros

três campos — e sem abuso. O que interessa reter é que minorias sociais organizadas nos campos especiais em que decorre a acção dos homens e em que é habitual dividir o poder hegemonizam o terreno social e influem decisivamente no andamento das sociedades.

Não há dúvida que outras minorias assumem significado nos processos dinâmicos da sociedade: as minorias étnicas ou raciais, as minorias religiosas, as minorias sexuais, as minorias nacionais, as minorias linguísticas, mas não se pode deixar de ver que estas têm outra natureza, porque embora influindo na acção das elites políticas dirigentes, não exercem por si mesmas, pela sua mera existência, qualquer comando operativo. Na verdade, nunca se pôde confirmar a existência de um domínio de tais minorias sobre a massa governada. Podem lembrar os seus agravos, exibir os novos projectos, mas isso não é o mesmo que exercer o poder directamente a partir dos órgãos do Estado. Enquanto minorias sociais activas e conscientes são forças sociais no sentido de Mosca e, por isso mesmo, potenciam eventualmente chefias com vocação política, naturalmente interessadas num lugar ao sol no seio da classe política. Ao contrário, as minorias significativas são elites dirigentes, sustentadas por fórmulas políticas, decididas a exercer o seu mester de cima para baixo, através da máquina do poder. Têm noção da sua posição privilegiada e não raro instrumentam as minorias sociais de modo a ganharem um pouco mais de publicidade, ou seja, de exposição positiva aos eleitores potenciais.

Na verdade, as minorias significativas e mais representativas, nas sociedades modernas tal como nas antigas, são as minorias dirigentes, em cujo seio repousam as decisões que afectam as comunidades de forma irreversível. Quer invoquem justificações mágicas e tradicionais, quer se acobertem com as legitimações legalistas e burocráticas, elas têm a mesma natureza: exercem o poder político e muitas vezes o social. Divididas, unificadas, fragmentadas, nos termos que com pioneirismo Raymond Aron nos comunicou como paradigma classificatório, essas elites políticas fornecem às sociedades uma chefia consensual e um sentido credível de finalidade global, enquanto gerem como podem o quotidiano. [1]

São, de facto, as minorias de maior interesse teórico e prático, em contraposição àquelas minorias que sendo as melhores a jogar xadrez, ténis ou a roubar, para utilizar a grata imagem de Vilfredo Pareto, em nada influenciam o curso das coisas. Só os grupos que de algum modo

chegam a controlar as alavancas do Estado e através delas impor, em toda a sociedade, decisões tomadas em círculos restritos, é que são significativos em termos de poder e, para mais, representativos, porque normalmente exibem aquelas capacidades de decisão autónoma nos quadros referenciais de uma legitimidade colhida directamente nas urnas de voto popular, nas heranças familiares, ou em carismas de magno alcance. Na modernidade, desde a revolução de 1640 em Inglaterra, tende-se a aceitar uma via predominante de representação, que assenta no voto em detrimento dos outros processos. E se Aloys Schumpeter as estigmatizou e lamentou como elites de interesses a curto prazo, presas da competição pelo voto e suas estratégias imediatistas, cegas a longo prazo, a verdade é que nem por isso são menos decisivas em termos de decisão e comprometimento nacional [2].

Que sociedade aberta?

Na definição de Karl Popper a sociedade aberta, antes de mais, é uma sociedade de responsabilização do cidadão. Como escreveu em 1942 "chamo sociedade fechada à sociedade mágica ou tribal e sociedade aberta à sociedade na qual os indivíduos se confrontam com decisões pessoais" [3]. Nas palavras de um especialista nos temas de Popper, Jean Baudoin, Professor de Ciência Política da Universidade de Rennes, "uma sociedade aberta é uma sociedade que não procura destituir os seus membros da responsabilidade pessoal, mas que, pelo contrário, cria condições para que eles possam exercê-la serena e activamente" [4]. Trata-se aqui de identificar a sociedade aberta por uma ética de responsabilidades cívicas de alto grau, o que implica certamente uma socialização acabada e inteligente.

O cidadão da sociedade aberta não é a massa unificada de Ortega y Gasset, o número da sociedade totalitária ou o homem modular a que Ernst Gellner alude, por antonomásia, na suas "Condições da Liberdade". Não é de modo algum o destinatário subserviente das mensagens entontecedoras da propaganda política que os especialistas, desde o livro de Tchakhotine — "A Mistificação das Massas pela Propaganda Política" ou do igualmente famoso texto de Joseph Goebbels, "Berlim sob a Minha Bota" — assemelham ao rato no labirinto do laboratório. [5] O cidadão assumido desta sociedade não pode ter nada a ver com as experiências ratomórficas de Bhurrus Skiner nem aceitar a ratomorfia como paradigma

de comportamento civil. Contra tal presunção se elevaram nomes que ficam guardados na memória do pensamento social e de que só lembrarei nesta instância Arthur Koestler, Konrad Lorenz e Ludwig von Bertallanfy.

A existência desta sociedade em que todos nós nos sentimos felizes por viver parece exigir em cada eleitor uma consciência activa, uma vigilância tranquila sobre as condições de vida, uma inteligência dos processos e uma vigorosa dedicação às liberdades concretas. Por isso coexiste principalmente com um sistema educativo poderoso, que apele aos valores superiores da cultura política e que o próprio Popper, nos seus últimos anos, vira ameaçado pela televisão e o seu brutalismo bárbaro. Como comentou uma vez, referindo precisamente esta interdependência, " não podemos esperar que a sociedade democrática seja mais democrática que os seus habitantes".

Isto no fundo significa que a sociedade aberta tem uma relação com as suas minorias significativas que difere substancialmente das que sustenta com elas a sociedade fechada.

Que Relações?

O exame das relações entre os grupos minoritários representativos e a sociedade aberta passa seguramente pelo estudo de duas relações: da elite com e na sociedade fechada e da elite com e na sociedade aberta. Passemos a investigar sucintamente essas relações:

As sociedades fechadas apresentam uma minoria política unificada que normalmente procede à desertificação social. Nem a ela escapam as minorias sociais que poderiam ser o santuário de contra-elites operacionais, perigosas no futuro milenar que aquela promete. Estaline procedeu à destruição das minorias étnicas e a deslocações espaciais no território da antiga União Soviética que se podem comparar ao genocídio. A teoria justificativa do "irmão mais velho" de que lançou mão dificilmente legitima o que se fez às minorias do Império e às razias sobre os dirigentes, mesmo quando inscritos regularmente no Partido. Os Chineses da República Popular não podem explicar o que estão a fazer no Tecto do Mundo, e os tibetanos, que eram no contexto gerado pelo domínio de Pequim uma minoria étnica dominante da província, passaram mesmo aí a ser uma minoria graças à invasão de chineses. E as elites culturais, religiosas, militares, económicas, acabam por ser meras

expressões do poder omnímodo da "grande elite", certamente estruturada numa organização própria — o partido único, instrumento de eleição para esta finalidade.

As sociedades fechadas, para lá de exigirem a unanimidade, buscam a homogeneidade. O diferente é suspeito e as suas elites políticas, espantosamente poderosas trabalham operosamente para uma plataforma que execute diariamente uma função de aclamação. Não visam criar cidadãos, consciências autónomas, instâncias de reflexão. O sistema político e social orienta-se para a especialização, para a hierarquização rígida, para a reprodução da estrutura no tempo, enfim, para a esterilização sistemática da alternativa ou das alternativas.

O que incomoda e é impensável é justamente a perda do poder para um grupo concorrente, minoria alicerçada em projectos concorrentes, em estratos sociais descontentes, em suma, nas suas próprias capacidades de correr riscos.

A sociedade e as almas tornam-se reféns da sua elite política unificada e de núcleo central, que cobre toda a esfera de interesses e decreta os tons da realidade em nome da ideologia exibida, que pretende sempre esgotar o significado deste mundo e dos outros. São dirigentes que nunca foram inquietados por aquele grito de Cirano de Bergerac: há mais mundos! Os que restam visíveis naquela teia são os dos subterrâneos e dos Gulags de que Soljinetsyn, um herói do nosso tempo, deu amplo testemunho no tempo difícil em que dizer a verdade — alto exercício do intelectual! — era o mesmo que trair. Os que nestas sociedades teimavam num caminho próprio longe da identificação inculcada pela camada dirigente tinham de fingir , viver na mentira, o que afligiu muitos, ou então tomar o caminho da floresta, que Ernst Junger aconselhou aos fortes.

Assim, deste modo, aqui a dominação é concreta e quase sem *feedback* . O grupo dirigente, coordenado a partir de um organismo central, distribui as funções, as prebendas, as honrarias, e os rendimentos e posições sociais daí decorrentes. A sociedade, em toda a sua extensão hiberna, quase não tem resistências. As instituições principais estão controladas ou coordenadas pela multifacetada e multifuncional elite dirigente e a violência usada está longe do mínimo cirúrgico aludido por Mussolini, como exercício indispensável.

As relações na sociedade aberta

Um dos problemas que Popper colocou em instância máxima foi o de saber como se limitaria eficazmente o poder dos governantes. Isso pareceu-lhe um problema técnico e por isso não raras vezes definiu a democracia como um limite ou mesmo como a capacidade de despedir uma facção da elite governante, ignorando a ideologia como elemento despiciente. Na conferência de Lisboa ele afirmou, retomando o argumento da Sociedade Aberta e seus Inimigos que uma nova pergunta deveria ser agora colocada e ela era: "Como deverá ser constituído um Estado de modo que os maus governantes possam ser afastados do poder sem violência e sem derramamento de sangue?". [6]

Entende-se que na sociedade aberta, aonde a violência foi abolida e onde a ética da responsabilização do cidadão é um facto e a participação um dever, se instala um intenso efeito de vai-e-vem entre governantes e governados, que passam a estar ligados por um laço que sumariza interesses comuns . A sociedade conta com instituições com vida própria e a elite global está dividida, isto é, não se confunde num todo organizado e estruturado, antes é activa nas diversas esferas de interesses do homem. A elite política formada por governantes e não governantes também se encontra dividida e compete pelos votos populares nos ciclos das eleições. Se ela estiver confinada ao campo político, não só terá de negociar entre si, como de se ocupar das diversas elites sociais fragmentadas, como ainda cuidar da elite militar e buscar, acima de tudo, o voto do cidadão.

É este cidadão que assume pois interesse de maior. Não é possível limitar a predação dos maus governantes se não existir uma cultura política e consequentemente eleitores conscientes e não massificados, capazes de despedir uma fracção da classe política e elevar outra por um tempo. A soberania popular encontra talvez aqui a sua melhor expressão neste ideal que Karl Popper propôs quase como intuitivo.

Todavia é fácil reconhecer que nas sociedades abertas reais as coisas não se passam assim. Sem dúvida que também não se passam segundo o modelo das sociedades fechadas, regidas pelo totalitarismo ou pelo fundamentalismo religioso. O cidadão modelar ausenta-se, os eleitores acreditam que o modelo que têm é eterno e carente de inimigos, e alheados dos processos eleitorais ou embrutecidos pela propaganda, deixam nas mãos das suas minorias dirigentes a condução exclusiva dos

seus destinos. Este alheamento, já reconhecido e estudado em diversos sistemas, oferece às minorias de políticos profissionais, quiçá muito medíocres, uma liberdade sem responsabilidade, que inebria e entontece. A sementeira para o despotismo é criada insensivelmente e a sociedade aberta caminha para a oclusão, sempre embalada pela legitimação proporcionada pela fórmula política universal.

Parece-me indiscutível que optando nós pelas sociedades abertas — e é sempre preciso optar — torna-se imperioso a necessidade do cidadão assumir os seus direitos de cidadania, aquelas responsabilidades incontornáveis de participação activa, que só têm sentido se houver uma cultura política forte e enculturante. Uma educação para a vida e para a plena cidadania.

E tenho de concordar com Popper quando, com algum pessimismo, lança um requisitório contra a televisão, essa janela sobre um mundo virtual. É certo que ensina e socializa as camadas novíssimas. Mas será que prepara e educa pessoas para viver e defender uma sociedade aberta? Parece-me, infelizmente, que não.

2

Elite Política e Elite Económica na Sociedade Aberta

O papel do Estado na Economia é um dos temas por excelência da reflexão económica e histórico-social desde que se tornou claro para os tratadistas que era possível, em sentido lato, uma espécie de engenharia socio-económica. A descoberta de incentivos e mecânicas condicionantes para o mercado culminou certamente nas experiências do planeamento integral e na abolição da instituição da propriedade privada. De Karl Marx a Keynes vai menor distância que deste intervencionista a um Ludwig von Mises ou um Friedrich Hayek. Isto significa que há um leque de posições defendidas por autores sólidos quanto à acção do Estado que vão de uma ponta à outra do arco de possibilidades, mas nem todas essas orientações estão devidamente assentes em factos e experiências históricas documentadas.

Na verdade, o que se tornou evidente no Ocidente é que o modelo soviético é errado. Não é capaz de gerar uma sociedade de altos padrões de consumo e um bem-estar generalizado. Nem consegue, apesar dos sacrifícios a que chamara as suas massas laborais, estabelecer a igualdade social, e antes cria uma hierarquia dura e anquilosada em estratos de privilégio onde a novidade se torna crime de pensamento. A coincidência do Estado com a sociedade civil, a abolição do mercado, a eliminação da propriedade privada, a predominância das ditas propriedades colectivas ou estatais é um fracasso que está hoje à vista de todos, e nunca conseguiu apressar em um segundo a chegada àquele momento idealizado por Marx em que o produto iria de cada um segundo as suas capacidades para cada outro segundo as suas necessidades.

Também não se tornou claro, ao contrário, que o modelo minimalista de Estado, ao gosto de uns quantos neoclássicos que gostam de citar *The Wealth of Nations* como se de Bíblia se tratasse, fosse a solução. É que ele nunca existiu na prática, porque mesmo na Inglaterra da Revolução Industrial o Estado-Polícia tinha um ordenamento jurídico e um poderoso sistema de instituições que fazia funcionar em cima dos

recursos colhidos pelos impostos. A mão invisível do extremo liberalismo, o salve-se quem puder do melhor darwinismo social, são posições estimáveis mas igualmente condenadas. É que as instituições legais e as organizações que se desenvolvem nesse tecido de Estado aparentemente neutro — como aliás ensinou o recente prémio Nobel Douglass North — têm um papel decisivo no crescimento económico. E é por isso que não se pode deixar de estar atento mesmo à acção do Estado-Polícia, que longe de ser apenas guarda-nocturno pode ter uma iniciativa notável ou desastrosa.

Deste modo, os paradigmas de ontem não parecem hoje o melhor método para examinar a questão do Estado, que é de facto o problema da acção dos homens que formam a elite política dirigente, ou seja, os que criam o clima institucional para a acção económica privada. Perversa ou criativamente.

É igualmente certo, como afirma Ernest Gellner, que, nas sociedades modernas, "aproximadamente metade do rendimento nacional passa pelas mãos das autoridades políticas" e, quer se goste ou não do Estado-Providência, foi para ele que se caminhou por cima de todas as dificuldades teóricas e práticas e é com essa realidade conjuntural quase sagrada que se tem que viver por enquanto, ainda que a experiência chilena aponte agora para outras possibilidades que potenciam a acção e a escolha dos agentes económicos quanto ao seu futuro. [7] Estruturas institucionais gordas e enormes como se promove só podem sobreviver com o financiamento social de toda a comunidade e, para lá da sua bondade ou maldade, tal facto afecta o mercado. Porque ele passou também a ser definido por uma mistura de interesses políticos, longe do estado inocente da mão invisível dos clássicos. O ambiente ali é cuidadosamente criado pelos diversos interventores institucionais, com grande destaque para os organismos do Estado-mesmo-guarda-nocturno, que se mostram desiludidos quando as suas razias se revelam ineficazes.

Daí que, no nosso tempo, nem o Estado Total, nem o Polícia, se possam perfilar no horizonte do debate real. O que está em causa desde o século XIX já não dispensa o Estado, isto é, os seus captores. Por isso também Gellner reafirma indisputavelmente: "o empresário moderno é mais um mediador entre um ambiente politicamente controlado e a Sociedade, que um mediador entre a Natureza e a Sociedade". [8] Efectivamente, a Natureza, com os seus recursos gratuitos, foi substituída pela definição legal da exploração, transformação e distribuição dos

mesmos, em normas cada vez mais etéreas e complexas. As empresas privadas, como faz notar este autor perspicaz, não têm outro remédio que o de recrutar altos funcionários públicos e políticos reputados, que se reformaram cedo de mais, para explorar os seus conhecimentos dos bastidores, para utilizar a lista do quem-é-quem nas coisas que interessam.

O Estado Simbiótico

Por aqui já se vê que nas circunstâncias do nosso tempo é ilusório correr atrás dos paradigmas perdidos e tentar repotenciar os modelos puros do Estado da integração total, cuja elite dirigente é também a elite económica, a elite cultural, em suma, a elite social, ou do Estado Guarda-Nocturno, aplicador de leis, restringido na esfera económica e dotado de uma elite política com funções muito estritas e conservadoras. O que surge no horizonte é o Estado Simbiótico, que majorificou a função social e que por isso não pode deixar de intervir no mercado, domesticando-o aos projectos da sua *elite* e às tácticas eleitorais do momento. Risco grande é este, mas também é verdade que a *elite* económica desfruta de oportunidades nunca vistas: afrontar a classe dirigente, puni-la financeiramente, agir em mercados diversos onde os lucros são mais elevados, enfim, fazer sentir, através dos seus canais, o desprazer de situações que a ferem realmente. Porém, no Estado Simbiótico que emerge não se trata de nada disto: ambas *elites* têm algo a ganhar na colaboração ponderada, que não pode deixar de resultar em benefícios os para todos. O mesmo historiador das formas, Gellner, escreve sobre este assunto o seguinte: "As economias modernas mais eficazes são aquelas em que o Estado e a Economia operam em conjunto, de forma fluida, na base de redes e pressões informais, sem privar as unidades produtivas da sua autonomia e liberdade de movimentos, mas reconhecendo francamente a importância do Estado enquanto criador do clima e a natureza, inevitavelmente política, das decisões económicas mais importantes". [9] Então tudo parece indicar que Estado e sua *elite* dirigente não podem viver desconhecendo ou aparentando desconhecer a *elite* económica.

Ninguém mais habilitado a falar do clima económico criado pelo Estado que Douglass North. Este professor entendeu que as situações jurídicas foram decisivas para o crescimento económico e a criação do

bem-estar. Demoradamente, e mesmo até com recurso ao método que denominou contrafactual, porque faz recurso a modelos hipotéticos simultâneos e concorrentes, tentou provar que mesmo o factor tecnológico, antigamente tomado como autodesencadeador, nada seria sem o quadro potenciador das leis adequadas. Mas mesmo quando Walter Rostow, sem alardes, tinha deixado escrito no seu texto, hoje já clássico e que não é apenas aquele manifesto anticomunista que alardeia, mas um manual do bem-pensar em História Económica do nosso tempo, que nada se pode fazer em sociedades tradicionais sem uma motivada mudança de classe dirigente e de mundivisão, que ele associa à implantação da ciência newtoniana, reenvia para esses quadros de Ordem potenciadora da acção dos agentes.

A Economia e o Direito

Nesta óptica dos nossos dias, o Governo, mais que intervir directamente na acção económica, prodigalizou, nas nações mais avançadas, desde cedo, as instituições correctas, aplicando-se depois a defendê-las. North escreve com acutilância, sublinhando o significado económico das instituições para todo o sistema económico, que "a maioria das regras que determinam o seu funcionamento estão especificados como direitos de propriedade, que definem quem usufruirá dos direitos de usar, vender ou receber rendas de um recurso". [10] Ao fomentar ou desincentivar a actividade económica, o padrão do direito de propriedade assume enorme relevância e condiciona por sua vez a poupança, a invenção, o investimento e a inovação. Do mesmo modo que o direito sucessório e a segurança política de tal estado de coisas.

O professor americano insiste no facto das instituições reduzirem a incerteza, determinando uma estrutura estável de relações sociais, criando ao mesmo tempo o conjunto de oportunidades duma dada sociedade, onde as organizações surgem para as aproveitar. São organizações, neste sentido, "os aparelhos políticos (os partidos, o parlamento, o conselho comunal, uma repartição pública), os aparelhos económicos (a empresa, o sindicato, a quinta, a cooperativa), os aparelhos sociais (a igreja, o clube, a associação desportiva), os aparelhos educativos (a escola, a universidade, os centros de formação profissional)". [11]

E eis como a Economia se volta a reencontrar com o Direito e, deste modo, a *elite* económica com os produtores de leis, isto é, a *elite* dirigente. Ao incentivar ou fomentar tipos de herança, de imposto directo, de sisa, de isenções, de direito de propriedade, nas suas diversas formas, a elite política assume enorme relevância, condicionando por sua vez vectores de extraordinário impacte nos rendimentos como a poupança, o investimento e a inovação.

No fundo, na óptica deste mestre americano exercitado nos modelos do passado, o Estado reduziu a incerteza ao criar uma rede de instituições dificilmente abolíveis. É pois neste quadro que as organizações têm de funcionar, aproveitando o melhor possível as hipóteses em aberto. Os aparelhos políticos (partidos, repartições públicas, parlamento, juntas de freguesia e outros), os aparelhos económicos (sindicatos, empresas, explorações rurais, cooperativas), os aparelhos sociais (igrejas, clubes, associações) e os aparelhos educativos (escolas, universidades, centros de formação profissional), movem-se irremediavelmente neste meio. O problema residirá sempre no quadro das regras do jogo, nas limitações e cupidez da *elite* política e na capacidade de acção e defesa da *elite* económica. Aliás, num ponto de difícil encontro.

Mas fica claro que a área específica de produção, transformação e distribuição de riqueza depende, em última instância, de um "clima" que lhe é criado por quem dispõe do poder político e que até pode ter uma noção bem média sobre a posição a tomar no leque de escolhas da acção do Estado. E assim, pela necessidade de ter uma qualquer política económica se volta ao princípio, como convém: Keynes ou Ludwig von Mises; Hayek ou Marx; Ricardo ou Stanley Jevons; Menger e Bohm-Bawerk ou Oscar Lange; Maurice Dobb ou a Escola Austíaca e Milton Friedmann; [12] o Samuelson didáctico das nossas escolas e o Galbraith autojustificante destes dias ou José Piñera, o autor da revolução da Segurança Social no Chile. [13] [14]

E a escolha será sempre a escolha dos que podem escolher.

Notas

[1] Ver: Raymond Aron, **Estudios Sociológicos**, Espasa Calpe, Madrid, 1989.
[2] Cfr. J. Aloys Schumpeter, **Capitalisme Socialisme et Democratie**, Payot, Paris, 1972.
[3] Karl Popper, John Condry, **Televisão um Perigo para a Democracia**, Gradiva, Lisboa, 1995, p.76.
[4] Idem, ib., p.77.
[5] Serge Tchakhotine, **A Mistificação das Massas pela Propaganda Política**, Civilização, Rio de Janeiro, 1967
[6] Karl Popper, **Em busca de um Mundo Melhor**, Fragmentos, Lisboa, 1989, p. 224.
[7] Ver Ernst Gellner, **Conditions of Liberty**, Hamish Hamilton, Londres, 1994.
[8] Ernest Gellner, **Conditions of Liberty**, Hamish Hamilton, Londres, 1994.
[9] Idem, **ib.**
[10] Douglass North e R. M. Hartwell, **Ley, Derechos de Propriedad, instituciones legales y el funcionamento de las Economias**, in Douglass North, e Outros, **Proceedings of the 7th International Economic History Congress**, Edinburgh University Press, 1978. Tradução castelhana da Alianza Editorial, Madrid, 1994, p. 175.
[11] Douglass C. North, **Istituzioni, Cambiamento istituzionale, Evoluzione dell'Economia**, Il Mulino, Bolonha, 1994, p. 25.
[12] Ver: Karen I. Vaughn, **Austrian Economics in America**, Cambridge University Press, Cambridge, 1994.
[13] Cfr. John Keneth Galbraith, **The World Economy Since the Wars**, Sinclair-Steveñson, Londres, 1994.
[14] José Piñera, **Sin Miedo al Futuro**, Noesis, Madrid, 1975.

Nota Final: O ensaio "Elites e Sociedade Aberta" é resultado de uma comunicação ao I Congresso de Ciência Política, promovido pela Universidade Internacional em 1995.